UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VITOR HUGO SILVA NÉIA

***A ENCUESTA NACIONAL DEL FOLKLORE DE 1921: CULTURA
POPULAR E NACIONALISMO ARGENTINO***

SÃO PAULO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

***A Encuesta Nacional del Folklore de 1921: cultura popular e
nacionalismo argentino***

VITOR HUGO SILVA NÉIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Gabriela Pellegrino Soares

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N397e Néia, Vitor Hugo Silva
A Encuesta Nacional del Folklore de 1921: cultura popular e nacionalismo argentino / Vitor Hugo Silva Néia ; orientadora Gabriela Pellegrino Soares. - São Paulo, 2016.
235 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. HISTÓRIA. 2. HISTÓRIA LATINO-AMERICANA. 3. HISTÓRIA DA ARGENTINA. 4. HISTÓRIA DA CULTURA. 5. FOLCLORE. I. Soares, Gabriela Pellegrino, orient. II. Título.

Nome: NÉIA, Vitor Hugo Silva

Título: *A Encuesta Nacional del Folklore de 1921: cultura popular e nacionalismo argentino*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

À minha família, em especial à minha mãe Regiane, à minha avó Pilar (*in memoriam*) e ao meu pai José Roberto, inspirações e responsáveis por minha dedicação aos estudos e à História. Ao meu irmão Vinícius, companheiro de viagem pela Argentina.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pelas oportunidades de crescimento pessoal e intelectual e de realização desta pesquisa. Sobretudo, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Gabriela Pellegrino Soares, pela amizade, indicações preciosas e inestimáveis auxílios, e às Prof.^{as} Dr.^{as} Maria Helena Rolim Capelato e Stella Maris Scatena Franco Vilaradaga, pelas contribuições valiosas no Exame de Qualificação.

Ao Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano de Buenos Aires, principalmente à Biblioteca Juan Alfonso Carrizo e à sua diretora Leticia Ferreira, por abrirem suas portas e os arquivos da *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*, sem os quais este estudo não teria sido possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa usufruída durante parte desta pesquisa, da qual abri mão em virtude de vínculos profissionais. À Fundação Bradesco, à Daniela Sinhorini de Moura e à Carolina Vicente Caldeira, pela oportunidade de conciliar carreira e atuação acadêmica, e à Jackeline Maria Moreira Dias, pela ajuda nas idas e vindas no Departamento de História.

Aos meus colegas do curso de Mestrado, pelas dicas e sugestões, e aos meus amigos pessoais, pelo incentivo, momentos de descontração e pelo apoio de sempre.

A Marcos Ramos da Silva, pelos ouvidos e leituras e pela participação nos momentos decisivos desta Dissertação.

Finalmente, aos mais importantes, que me protegem, inspiram, guiam e dão paz: a Deus, ao guerreiro São Jorge e, com carinho, à Nossa Senhora Aparecida, pela graça concedida para a conclusão deste Mestrado. A ela, em especial, dedico esta Dissertação.

(...) viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas. Não sei falar com os mortos, perdi contato com os antepassados que nos concedem o sentido da eternidade. Nessas visitas que faço à savana, vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e a afastar-me das minhas certezas. Nesse território, eu não tenho apenas sonhos. Eu sou sonhável.

Mia Couto

RESUMO

NÉIA, Vitor Hugo Silva. *A Encuesta Nacional del Folklore de 1921*: cultura popular e nacionalismo argentino. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Em 1921, o Conselho Nacional de Educação da Argentina aprovou a realização de um inquérito para compilar as tradições identificadas ao folclore nacional. A tarefa foi confiada a professores de milhares de escolas subordinadas ao órgão e localizadas, sobretudo, nas áreas rurais do país. Esse projeto relacionava-se às concepções de intelectuais identificados ao nacionalismo da chamada Geração do Centenário da Independência de 1910, preocupados em reafirmar a identidade nacional diante de um contexto de instabilidade social e de uma sociedade heterogênea, conformada por indígenas, imigrantes etc. Por meio da análise da documentação coletada no Território Nacional do Río Negro, antiga região de fronteira recém-incorporada como unidade político-administrativa do Estado, serão discutidos os alcances e limites desse projeto, tendo em vista os ideais nacionalistas, o contexto histórico nacional e local e as particularidades inerentes ao conceito de cultura popular, como as dinâmicas de circularidade. Desse modo, serão demonstradas as maneiras pelas quais os professores, enquanto intermediários culturais, atuaram nos espaços de negociação possíveis entre a proposta formal e a aplicação do inquérito, bem como a inserção da *Encuesta* na consolidação simbólica do Estado-nacional argentino.

PALAVRAS-CHAVE: nacionalismo; folclore; inquérito; cultura popular.

ABSTRACT

NÉIA, Vitor Hugo Silva. **The *Encuesta Nacional del Folklore de 1921***: popular culture and Argentinian nationalism. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In March 1921, the Argentinian National Education Council approved the realization of an enquiry that would collect national folklore traditions. That work was given to the teachers of the thousands schools under Council administration and located, substantially, at rural areas. The project was related to intellectuals' conceptions aligned with so-called Independence Centenary Generation nationalism, dedicated to affirm national identity attributes in contrast to a context characterized by social instability and heterogeneous society, composed of native population, immigrants, etc. By means of analyzing documents collected on Río Negro National Territory, boundary region newly added as a federal unity, they will be discussed ranges and limits of the project, considering nationalistic ideals, national and regional historical contexts and particularities concerned to popular culture concept, like interrelationship dynamics for example. Thus it will be demonstrated how teachers, as *passeurs culturels*, acted on the negotiation margins between formal proposal and real enquiry application, as well as *Encuesta* insertion in symbolic consolidation of Argentinian nation state.

KEYWORDS: nationalism; folklore; enquiry; popular culture.

RESUMEN

NÉIA, Vitor Hugo Silva. **La Encuesta Nacional del Folklore de 1921**: cultura popular y nacionalismo argentino. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

En marzo de 1921, el Consejo Nacional de Educación de Argentina aprobó la realización de una encuesta para reunir las tradiciones asociadas al *folklore* nacional. La tarea fue encomendada a los maestros de las miles de escuelas dependientes del Consejo y ubicadas, sobretudo, en las áreas rurales. Ese proyecto se relacionaba con las concepciones de los intelectuales identificados al nacionalismo de la así llamada Generación del Centenario de la Independencia en 1910, que se preocupaban de reafirmar la identidad nacional delante de un contexto de inestabilidad social y de una sociedad heterogénea, formada por indígenas, inmigrantes, etc. Por medio del análisis de la documentación compilada en el Territorio Nacional del Río Negro, región de frontera recién incorporada como unidad político-administrativa del Estado, serán discutidos los alcances y límites de ese proyecto, considerando los ideales nacionalistas, el contexto histórico nacional y regional y las particularidades propias del concepto de cultura popular, como las dinámicas de circulación. De esa manera, serán demostradas las formas como los maestros, en cuanto intermediarios culturales, actuaron en los espacios de negociaciones posibles entre la propuesta formal y la aplicación de la encuesta, asimismo su inserción en la consolidación simbólica del Estado-nacional argentino.

PALABRAS CLAVE: nacionalismo; *folklore*; encuesta; cultura popular.

Lista de imagens

Figura 1. Mulheres e crianças indígenas, de famílias de caciques, trasladadas e expostas como acervo do então Museo General de La Plata.....	23
Figura 2. <i>Gaucha de la República Argentina</i>	85
Figura 3. Casal rural, Argentina, cerca de 1880	117
Figura 4. Mapa parcial da atual Província do Río Negro	142
Figura 5. “ <i>Beato Ceferino Namuncurá, el poncho de Cristo</i> ”	155
Figura 6. Laguna Blanca: grupo de alunos cantando o hino nacional	203

Lista de tabelas

Tabela 1. Classificação do “Folclore Argentino” segundo a *Encuesta* 129

Tabela 2. Organização proposta por Ricardo Rojas para a catalogação dos materiais da
Coleção do Folclore de 1921 (Río Negro) 138

Sumário

Introdução	13
I. A consolidação do Estado-nacional argentino (1880-1930)	23
1.1 Da “ordem conservadora” à União Cívica Radical	24
1.2 Educação patriótica	38
1.3 Nacionalidade argentina e o nacionalismo da Geração do Centenário	46
1.4 O Território Nacional do Río Negro	65
1.5 A educação no Território Nacional do Río Negro	77
II. Cultura popular, folclore e nação	85
2.1 Considerações sobre a “cultura popular”	86
2.2 O folclore e as questões nacionais	95
2.3 Os estudos folclóricos na Argentina – do século XIX à <i>Encuesta del Folklore</i>	109
III. A <i>Encuesta Nacional del Folklore de 1921</i>	117
3.1 O inquérito	118
3.2 Considerações metodológicas para a análise documental	137
3.3 <i>Encuesta del Folklore</i> : análise da documentação do Río Negro	146
Considerações finais	203
Referências	221

Introdução

Buenos Aires, março de 1921. O vogal do Conselho Nacional de Educação (CNE), Juan Pedro Ramos (1878-1959), apresentava o projeto para a realização de um inquérito que deveria resgatar, por meio de entrevistas conduzidas pelos professores das mais de 4 mil escolas sob a jurisdição do Conselho, o maior volume possível de material folclórico existente nas províncias, Territórios Nacionais e na Capital Federal da Argentina. As orientações, que seriam prontamente complementadas após a rápida aprovação da proposta, eram claras sobre o que se procurava: todas as tradições, poesias e músicas deveriam ser autenticamente populares, antigas e nacionais, sem a contaminação do elemento estrangeiro. Conformava-se, com isso, a incorporação do folclore ao discurso nacionalista que passou a ver, nos mesmos imigrantes antes idealizados por pensadores como Alberdi e Sarmiento, o maior fator de ameaça à coesão e à unidade nacionais.

O remédio para essa crise residiria nas profundezas do mundo rural, receptáculo da alma da nação ao qual se deveria recorrer para a salvação do projeto civilizatório do Estado. Ressignificava-se, assim, o antagonismo da civilização *versus* a barbárie. As manifestações da cultura popular, galvanizadas pelo brilho da tradição espanhola supostamente sobrevivente no isolamento do campo, conferiam novos sentidos simbólicos à ideia de nacionalidade. Contudo, como a historiografia e os registros da *Encuesta del Folklore* no Território do Río Negro permitirão demonstrar, aquele mundo rural também estava caracterizado por intensos e contraditórios processos de transformação social, marcados pelo projeto de educação patriótica do CNE, pelas reivindicações de seus habitantes por maior participação política, pelas demandas e denúncias contra a falta de investimentos do poder público e pela presença de indígenas e de imigrantes em sua heterogênea população, entre outros fatores.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*¹ como um projeto político empreendido pelo Conselho Nacional de Educação, considerando as problemáticas identificadas aos pensadores do nacionalismo argentino das duas primeiras décadas do século XX, sobretudo no que se refere à reorientação do processo civilizatório e à construção de novos sentidos para a nacionalidade. Nesse

¹ O nome do inquérito aparece com variações em alguns estudos, incluindo a ocorrência dos títulos *Encuesta Láinez*, *Encuesta Docente* e *Encuesta de Magisterio de 1921*, entre outros. Contudo, diante da ausência de uma denominação “oficial”, esta pesquisa optou por um epíteto mais abrangente, uma vez que, por exemplo, o inquérito não se limitou às escolas Láinez nem foi restrito, ao menos em tese, à participação dos professores e equipes escolares.

sentido, parte-se do entendimento de que o folclore tem sido insuficientemente estudado pelos historiadores que se dedicam a refletir sobre o nacionalismo da Geração do Centenário e, principalmente, a respeito de suas relações com os Territórios Nacionais.

Área de estudos descoberta pelos poetas, antiquários e pesquisadores estrangeiros em finais do século XVIII, o folclore custosamente se desvencilhava das amarras líricas de suas influências românticas, que o acompanhariam por algum tempo. À época da proposição do inquérito, apresentava-se com o frescor da novidade e com a autoridade do cientificismo, reivindicado mesmo após a crise de consciência provocada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que abalaria a crença latino-americana no modelo europeu de civilização. O surgimento do interesse pelas manifestações folclóricas relacionava-se com a busca metafísica pelo “espírito do povo”, entidade guardiã dos vestígios ancestrais da nacionalidade, entendidos como anteriores à organização política dos Estados.

Muitos de seus estudiosos atribuíam a si mesmos a missão de resgatar uma beleza convalescente, quando não morta, que precisava ser preservada antes do avanço inevitável da modernidade. Dedicavam-se com afinco, portanto, à coleta exaustiva e pormenorizada, muitas vezes amadora e em geral desprovida de grandes pretensões de análise ou interpretação. Isso porque, acreditavam que as tradições populares conservavam, pela incapacidade de ação e de reação de seus “transmissores”, as raízes profundas e imutáveis da verdadeira consciência nacional.

Todavia, o folclore não estava imune às especificidades das diferentes conjunturas em que começava a se desenvolver como campo de pesquisa. Desse modo, apesar das notáveis influências metodológicas exercidas pela escola inglesa e por estudiosos franceses, entre outros, ele assumia configurações particulares às distintas preocupações das demais associações envolvidas com suas práticas de investigação. Por conseguinte, se na Inglaterra e na França os estudos folclóricos acompanharam o duplo movimento da preservação para o progresso, em países como a Itália, a Espanha, Portugal e as nações eslavas, por exemplo, o folclore e as tradições a ele associadas inseriram-se na afirmação de nacionalidades frente a hegemonias estrangeiras, especialmente em contextos caracterizados pela desarticulação política ou por instabilidades sociais internas.

Na Argentina, essas questões encontraram espaço junto a um movimento político e ideológico que começava a tomar forma entre os pensadores envolvidos nas celebrações do Centenário da Independência (1810-1910) e no projeto de viés patriótico do Conselho Nacional de Educação. Essa doutrina constituía uma vertente do que se denominou de nacionalismo, justamente por suas preocupações a respeito do que deveria conformar a

identidade nacional argentina. A discussão, no entanto, não era unânime nem inédita. Havia ocupado a atenção de outros pensadores desde o século XIX, ainda que não de forma tão sistematizada e coerente. Além disso, por volta de 1910, quando se tornou mais representativo, esse nacionalismo concorria com outras correntes filosóficas e políticas que também debatiam a nacionalidade, muitas delas sob perspectivas distintas e até antagônicas. Nesse sentido, os pensadores argentinos, em parte identificados às elites dirigentes, viam-se imbuídos de uma missão salvadora pertinente à sua posição pretensamente privilegiada, debruçando-se sobre as questões nacionais e propondo alternativas que conferiam contornos pragmáticos a seus posicionamentos ideológicos.

As concepções priorizadas nesta pesquisa relacionam-se à chamada Geração do Centenário², cujas reflexões foram parcialmente apropriadas por uma incipiente direita política autoritária. Esse último grupo político esteve diretamente implicado no golpe militar que destituiu o governo democrático da União Cívica Radical em 1930. Principalmente a partir dessa ruptura institucional, seus partidários reforçariam a busca de novos sentidos para a nacionalidade, recuperando, por exemplo, a figura de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), governador de Buenos Aires entre 1829 e 1832 e de 1835 a 1852, que passou a ser associado a uma suposta época de ordem, soberania e moral.

Não obstante, mesmo no seio do nacionalismo do Centenário, existiam ideias que não eram aceitas por todos. Em geral, seus teorizadores concordavam que a valorização das tradições nacionais próprias a um passado de ouro permitiria a reconstrução da estabilidade social. Outro ponto em comum era a crítica feroz ao cosmopolitismo, dissociado da imigração. Alguns idealizavam a herança espanhola e reivindicavam sua restauração, em continuidade com as tradições argentinas, dentro daquilo que se denominou hispanismo. Houve mesmo quem defendesse a militarização do país. Parte dessas ideias foi assumida e instrumentalizada pelos organismos do Estado-nacional, dos quais muitos desses pensadores participavam diretamente.

No que se refere a esses órgãos estatais, como já foi brevemente indicado, esta Dissertação se concentrará no Conselho Nacional de Educação, desde a promulgação da Lei de Educação Comum de 1884 e, principalmente, da gestão de José María Ramos

² Geração do Centenário foi a denominação dada pela historiografia e pela crítica literária a um grupo de pensadores relacionados ao contexto de comemoração do Centenário da Independência da Argentina, em 1910, que teve como ponto chave o projeto de viés patriótico do Conselho Nacional de Educação. A essa doutrina deu-se o nome de nacionalismo, justamente por suas preocupações em comum a respeito do que deveria conformar a identidade e a nacionalidade argentinas, sobretudo por meio de atributos culturais associados a um conjunto de tradições eleitas como autênticas e nacionais, em oposição ao cosmopolitismo e à imigração.

Mejía, entre 1908 e 1913, até o momento de realização do inquérito em 1921. Isso porque, nesse período em específico, o CNE redobrou seus esforços de afirmação dos valores patrióticos, visando à argentinização de uma sociedade profundamente caracterizada pela presença de imigrantes e pela persistência indesejável da questão indígena, sobretudo nos Territórios Nacionais. Entre as ações efetivadas pelo Conselho, estiveram a revisão dos currículos e programas escolares, a promoção de eventos cívicos, a edição de materiais didáticos e a sistematização do trabalho docente, por exemplo.

Não por acaso, Juan Pedro Ramos, proponente do projeto que deu origem à *Encuesta Nacional del Folklore*, preocupou-se em normatizar os procedimentos de atuação dos professores que participaram dessa iniciativa. Juan P. Ramos fora um técnico bastante próximo a Ramos Mejía (1849-1914) e seria um dos representantes do nacionalismo radicalizado dos anos 1930. Portanto, é importante considerar que essa valorização política da cultura popular inseria-se num movimento de rearticulação dos discursos hegemônicos do Estado-nacional, em oposição ao cosmopolitismo crescente e às perspectivas do liberalismo que governava o país desde a década de 1860.

Ainda que a *Encuesta* tenha sido o primeiro grande projeto nacional sobre o folclore, os estudos da cultura popular iniciaram-se na Argentina ao longo das duas últimas décadas do século XIX. Durante esses anos pioneiros, pesquisadores da Antropologia, da Etnografia, da Arqueologia e da História deram passos importantes em torno das primeiras reflexões a respeito do folclore no país. Contudo, muitas dessas pesquisas ficaram limitadas ao ambiente universitário e às revistas especializadas.

Foi Ricardo Rojas (1882-1957), expoente fundamental do nacionalismo da Geração do Centenário, quem pela primeira vez inseriu as manifestações folclóricas entre as preocupações efetivas do Conselho Nacional de Educação. Em sua obra mais conhecida, *La restauración nacionalista*, valorizou a relevância da pesquisa e do ensino do folclore para o sistema educacional argentino. Não obstante, ao redigir um pequeno manual de instruções complementares para a realização do inquérito, Juan P. Ramos fez referência a diversos trabalhos dos pioneiros desse campo na Argentina; uma das notáveis ausências foi o próprio Rojas, ainda que ele tenha ficado responsável pela organização posterior do material compilado pela *Encuesta*. Ao longo de sua vida acadêmica, o autor se mostraria contrariado pela pouca utilização e valorização de suas obras.

Um dos grandes méritos do inquérito organizado por Ramos, além da valiosíssima e abundante documentação compilada, foi a capacidade de articular suas preocupações metodológicas com as concepções teóricas do nacionalismo argentino. Esse esforço

conseguiu resultar no maior volume então recolhido de manifestações folclóricas, que também carregavam importantes vestígios de memória oral. O conjunto ultrapassa os 88 mil fólios, em grande parte muito pouco explorados até os dias de hoje pelas Ciências Humanas e Sociais. Em suas instruções complementares, escritas em parceria com o técnico Pablo A. Córdoba, também do CNE, Ramos também ofereceu um amplo e original esquema de classificação para o folclore argentino, reivindicando à *Encuesta* os méritos desse ineditismo. Para isso, ambos precisaram inteirar-se das inquietações epistemológicas e dos debates em torno dos estudos folclóricos de sua época.

Nesse exercício, os autores não se limitaram às questões básicas que envolviam os procedimentos de coleta e de organização das informações. Fortemente inspirados pelo hispanismo, eles recorreram, por exemplo, aos folcloristas espanhóis Ramón Menéndez Pidal (1869-1968) e Antonio Machado y Álvarez (1846-1893). Essa confluência entre pontos de vista, mesmo que indireta, pôde trazer novas interpretações para a análise sobre o inquérito, ao passo que ampliou o universo com o qual aqueles pensadores do nacionalismo tomaram contato. Em suas obras, Machado y Álvarez criticava o conservadorismo dos contemporâneos ingleses e conferia um potencial de ação ao elemento popular, posicionamento que despontou timidamente em algumas discussões de Ramos e Córdoba. Também Menéndez Pidal, que procurava pelas sobrevivências das canções de gesta medievais no romanceiro espanhol, parece ter sido revisitado pelos representantes do CNE, especialmente interessados na persistência dos vestígios desse passado em meio às tradições argentinas. Sob esse aspecto, Juan P. Ramos inclusive sugeriu a realização de estudos de literatura comparada com base nos possíveis resultados colhidos pelo inquérito.

No que se refere ao recorte espacial desta pesquisa, a ênfase no Río Negro levou em conta sua relevância como “porta de entrada”, física e simbólica, da Patagônia argentina. Assim, a região é um cenário privilegiado para se pensar as relações socioculturais a partir da ideia de fronteira, caracterizada por intensos, complexos e violentos mecanismos de interação. Ademais dos povos nativos ou de outros grupos autóctones que migraram para o Río Negro nos séculos anteriores, o contato constante com *criollos*, mestiços e mesmo a construção de fortes e entrepostos antecederam às demais áreas incorporadas pelo Estado-nacional ao Sul, após a chamada Conquista do Deserto, como ficaram conhecidas as invasões militares às terras indígenas até então relativamente autônomas. Portanto, essa realidade de trocas culturais mais acentuadas teve início antes da anexação político-administrativa do Território em finais do século

XIX, remontando à colonização espanhola. Contudo, mesmo após essa incorporação e ainda que simbolicamente, as ideias de fronteira e de zona de contato permaneceram por muito tempo válidas para se pensar o cotidiano do Río Negro.

Por conseguinte, a análise da documentação registrada durante a realização da *Encuesta del Folklore* não se limitará à leitura, igualmente relevante, das manifestações folclóricas ali compiladas. Mais do que isso, a interpretação desse conjunto documental permitirá debater as aproximações, tensões e distanciamentos entre o projeto de inquérito idealizado pelo Estado-nacional e os resultados obtidos pelas práticas sociais, que estão sujeitas a variadas possibilidades de mediação, recepção, apropriação e ressignificação. Assim, o conceito de cultura popular deve se afastar de suas concepções românticas originais e aproximar-se das teorias que consideram sua complexidade e seu dinamismo, reconhecendo os distintos mecanismos que interagem sobre suas práticas. Apenas desse modo é possível discutir as estratégias de negociação que também as conformam.

Diante disso, as trocas culturais têm que ser entendidas para além dos predicativos que as delimitam e da tendência de se analisá-las com base em relações antagônicas, como erudito *versus* popular, opressor *versus* oprimido, dominante *versus* subalterno, entre outras. Isso porque, conforme defendido por Roger Chartier, a relevância de seus processos reside antes nas formas como eles são percebidos e apropriados do que na diferenciação dos materiais que os distinguem. Assim, ao se pensar o universo da cultura popular, conceito que será assumido como sinônimo de folclore, deve-se priorizar a problematização dos sentidos particulares atribuídos àquelas práticas.

Dessa maneira, dilui-se a ideia do folclórico como algo imutável e alheio às dinâmicas históricas. Pelo contrário, reconhecendo sua historicidade e sua longa duração, sua tradicionalidade e a pertinência de sua imbricação com o imaginário coletivo, o folclore é vivo e carrega continuidades que se transformam e se reinventam no presente. Sua análise também não pode estar condicionada à tendência de se delimitar o “popular” como algo específico de um determinado grupo social. Sem ignorar as relações assimétricas de poder e domínio às quais o folclore também não escapa, valoriza-se sua aceitação coletiva, combinada a distintas formas de apropriação: na cultura popular brasileira, por exemplo, a Terezinha de Jesus transitou do imaginário cristão oriundo das aldeias portuguesas para as cantigas de roda das escolas; tornou-se tanto tema para a composição romântica de Chico Buarque quanto para um rap do Simples Rap’ortagem³.

³ Ver e ouvir: *Terezinha de Jesus*, cantiga de roda; *Terezinha*, de Chico Buarque e *Corte o mal pela raiz*, do grupo de rap Simples Rap’ortagem.

No que diz respeito ao projeto político que sustentou a *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*, ele também procurou assumir as manifestações folclóricas de acordo com as formas mais pertinentes às suas intencionalidades particulares. Dessa forma, tentava convertê-las e explicá-las segundo um modelo idealizado *a priori* para uma noção delimitada de nacionalidade argentina, específica de uma agenda pragmática e homogeneizadora. O inquérito foi ele mesmo planejado como um mecanismo de normatização e dominação, alicerçado sobre múltiplas relações assimétricas de poder: do Estado sobre a coletividade; do governo nacional sobre as províncias e os Territórios; do CNE sobre as escolas; dos dirigentes escolares sobre os professores; dos professores sobre as comunidades; do científico sobre o popular; da escrita sobre a oralidade.

Assim, os resultados da *Encuesta* refletiram, em última análise, o dinamismo de uma realidade histórica permeada por contradições e disputas. Mais do que isso, além de objeto, o inquérito também é uma fonte histórica de extrema importância, na medida em que permite apreender vestígios valiosos sobre o cotidiano do Río Negro. Esses registros revelaram, por exemplo, a grande presença de imigrantes, a persistência demográfica e cultural dos indígenas e a situação de marginalização a que os Territórios Nacionais estavam submetidos, pois sua incorporação política não significou a concretização imediata do projeto liberal. Mesmo a retórica oitocentista do deserto ainda se manteve fortemente arraigada na imagem do Río Negro. Portanto, a análise será construída em consonância com o contexto mais amplo de consolidação do Estado-nacional.

No Território, o desenvolvimento de mecanismos entendidos como fundamentais para esse processo esbarrava na falta de interesse dos agentes públicos, sobretudo no que referia ao povoamento efetivo da terra, à normatização das práticas econômicas, aos investimentos em infraestrutura e ao fortalecimento simbólico da nacionalidade, em especial por meio da educação escolar. Pelo contrário, na prática, conforme será discutido com profundidade nas páginas que se seguem, as tensões vivenciadas pelo Río Negro contrastavam fortemente com o pensamento do nacionalismo. A imagem idealizada do mundo rural, com suas tradições estáveis e duradouras, servia para invisibilizar os dilemas dessas regiões, que demandavam reconhecimento político e social. Para apreender essa realidade a partir da *Encuesta*, há de se considerar que “a cultura do folclore não é apenas ‘culturalmente viva’. Ela é também politicamente ativa”⁴ e, portanto, relaciona-se com o contexto histórico do qual faz parte, como elemento de transformação e de expressão.

⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 2006, pp. 40-41.

No primeiro capítulo, serão debatidos os processos de consolidação do Estado-nacional argentino, principalmente os instrumentos de modernização político-administrativa e de efetivação de sua hegemonia. Além disso, o texto discorrerá sobre as estratégias em torno dos primeiros discursos sobre a nacionalidade argentina, que envolveram a questão da imigração e a constituição de um sistema de educação pública voltado para a civilização das massas. O capítulo avança para a atuação do Conselho Nacional de Educação, sobretudo a partir de 1908, início da gestão de Ramos Mejía.

Nesse ponto, propõe-se uma reflexão acerca do projeto de educação patriótica, valorizando suas aproximações com a Geração do Centenário e os pensadores do nacionalismo a ela associados. Essa leitura irá priorizar aqueles que são considerados seus três autores principais: Ricardo Rojas (1882-1957), Manuel Gálvez (1882-1962) e Leopoldo Lugones (1874-1938). Além disso, será feita uma breve análise comparativa entre os pensadores argentinos e seus contemporâneos brasileiros, com destaque para os intelectuais reunidos em torno da Revista do Brasil.

O capítulo encerra-se com uma discussão específica sobre a formação política do Território Nacional do Río Negro e suas características sociais, econômicas e demográficas no momento da realização do inquérito. Para isso, serão recuperados alguns conceitos relacionados à ideia de fronteira, zona de contato e intermediação cultural, com destaque para as proposições de Mary Louise Pratt, Silvia Ratto, Norberto Guarinello, Richard White e Serge Gruzinski⁵. Também serão feitas considerações sobre o sistema educacional *rionegrino*. Além do referencial bibliográfico e historiográfico, serão utilizados documentos legislativos, publicações do CNE, correspondências e jornais.

O segundo capítulo terá início com um debate a respeito do conceito de cultura popular, entendido como sinônimo de folclore, bem como dos atores e mecanismos que interagem com ela, a exemplo da circularidade, do imaginário e dos intermediários culturais. Essa discussão priorizará as questões presentes nas obras de Peter Burke, Roger Chartier, Néstor Canclini, Carlo Ginzburg, Mikhail Bakhtin e, em menor medida,

⁵ Ver, por exemplo: PRATT, Mary L. *Os olhos do Império: relatos de viagem e de transculturação*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999; RATTÓ, Silvia. "Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo". *Memoria Americana*, n.º 13, 2005; GUARINELLO, Norberto Luiz. "Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: Um Ensaio". *Revista Mare Nostrum*, Laboratório de Estudos do Império Romano - Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, v. 1, 2010; WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. QUEIJA, Berta Ares & GRUZINSKI, Serge (org.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1997.

Raymond Williams e Zygmunt Bauman⁶. Também serão levantadas outras referências contemporâneas sobre o folclore, considerando as reflexões feitas no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Comissão Nacional do Folclore.

Em seguida, esse conceito será historicizado, remontando-se às primeiras tentativas de sistematização dos estudos da cultura popular na Europa do século XVIII, com destaque para o nacionalismo romântico alemão, principalmente a partir de Johann Gottfried von Herder (1744-1803), e suas implicações sobre distintos movimentos nacionalistas e nativistas. Essas discussões irão incluir algumas considerações teóricas sobre o Estado-nacional, presentes em autores como Eric Hobsbawm e Benedict Anderson⁷, avançando para a realidade argentina. O capítulo termina com uma breve análise sobre os estudos folclóricos argentinos, desde as pesquisas pioneiras do século XIX até a realização da *Encuesta de 1921*, com destaque especial para a obra de Ricardo Rojas. As fontes do segundo capítulo também irão incluir os referenciais historiográficos e bibliográficos, além de algumas revistas folclóricas oitocentistas, da Carta do Folclore Brasileiro e de uma resolução das Nações Unidas.

O terceiro e último capítulo terá início com uma rápida reflexão a respeito da etimologia da palavra *encuesta*, seguida pela discussão do inquérito como método de pesquisa sociológica. Na sequência, será debatido o projeto de Juan Pedro Ramos para a realização da *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*, bem como o manual de instruções complementares redigido por ele em parceria com Pablo Córdoba. As concepções do nacionalismo argentino serão consideradas ao longo dessas reflexões. Será dada ênfase, igualmente, nos autores utilizados como referências para os documentos do inquérito, com especial atenção aos folcloristas espanhóis. Nessa primeira parte, além das fontes bibliográficas e da historiografia, serão utilizados o projeto e as instruções elaborados pelos técnicos do CNE e estudos sobre Álvarez y Machado e Menéndez Pidal.

⁶ Ver, por exemplo: BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010; CHARTIER, Roger. “‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.º 16, 1995; CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidade*. Cidade do México: Grijalbo, 1990; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006; BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 2013; WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; BAUMAN, Zygmunt. *La cultura como praxis*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

⁷ Ver, por exemplo: HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013; ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

Finalmente, a Dissertação encerra-se com a análise documental de todos os fólhos constantes nas 20 pastas colhidas pelas escolas participantes do inquérito no Río Negro. Esse exercício é antecedido por algumas considerações metodológicas, com destaque para a apropriação epistemológica de Giovanni Levi e de sua prosopografia e da noção de escala presente em autores como Jacques Revel⁸. A leitura e a interpretação dos documentos serão permeadas por alguns dados biográficos de seus personagens, bem como por discussões históricas, literárias e antropológicas pertinentes aos registros e à realidade local. Também será realizado um amplo esforço comparativo, a fim de localizar vestígios das manifestações folclóricas em cancioneros, compêndios, catálogos e outros materiais de distintas regiões da Argentina, da América Latina e da Península Ibérica. Fontes da cultura letrada serão igualmente consideradas, em especial a Bíblia e textos de alguns cronistas quinhentistas e poetas argentinos, comprovando, por exemplo, os mecanismos de circularidade que interagem na cultura.

Nas considerações finais, algumas questões e abordagens principais serão retomadas, de modo a promover reflexões sobre as contribuições e os limites da pesquisa. Também serão resgatados aspectos relevantes da documentação primária analisada, que comprovem as hipóteses gerais perseguidas por este estudo. Por fim, o texto incluirá uma síntese sobre os usos conferidos à *Encuesta* após sua realização e a respeito das apropriações políticas do folclore na Argentina nos anos seguintes. Com isso, objetiva-se abrir novas perspectivas históricas e possibilidades metodológicas sobre os inquéritos, delineando-se outros campos similares de estudos, entre eles a investigação da segunda *Encuesta Nacional del Folklore* de 1940, ainda menos explorada pela historiografia.

⁸ Ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; REVEL, Jacques. "Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n.º 45, set./dez. 2010.

I

A consolidação do Estado-nacional argentino (1880-1930)

Una de las características costumbres de los caciques tehuelches en las guerras era la traición.

Encuesta Nacional del Folklore – Trecho da compilação do professor Augusto Valle (Lamarque, Território Nacional do Río Negro, 1921)

Figura 1. Mulheres e crianças indígenas, da família do cacique Modesto Inacayal, trasladadas e expostas como acervo do então *Museo General de La Plata* na década de 1880, num dos desfechos simbólicos mais violentos da Conquista do Deserto. Mesmo depois de falecidos, seus restos mortais foram mantidos por mais de um século no Museu para pesquisas⁹

⁹ Fotografia em domínio público (autoria do fotógrafo não identificada), disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/arte/Condenados-museo_0_1156684361.html. Entre 1994 e 2014, os restos mortais do cacique Inacayal e de sua família, parte dela falecida no Museu, foram finalmente restituídos aos mapuches: <http://www.museo.fcnym.unlp.edu.ar/articulo/2014/12/8/restitucion>.

1.1 Da “ordem conservadora” à União Cívica Radical

A organização do primeiro governo provisório em 25 de maio de 1810 e a declaração de emancipação pelo Congresso de Tucumán em 9 de julho de 1816 foram os primeiros grandes marcos do longo processo político e simbólico de formação do Estado-nacional argentino. Autores como Tulio Halperín Donghi e Oscar Oszlak convergem no que se refere à divisão desse processo em três etapas, comumente proposta pela historiografia: grosso modo, entre 1810 e 1830, foram criados os primeiros símbolos nacionais, como hinos e bandeiras, alguns inspirados em ideais revolucionários europeus, sobretudo os da Revolução Francesa, outros em oposição ao recente domínio colonial; já entre 1830 e 1880, acentuou-se a institucionalização do poder estatal, que passou a regular a ordem política; por fim, o período que se estendeu de 1880 a 1930, sobre o qual se concentrará este estudo, significou a consolidação da identidade nacional, com o aprofundamento de mecanismos simbólicos e de construção da nacionalidade¹⁰.

Após décadas de guerras civis, rivalidades políticas e de acentuada fragilidade jurídica e administrativa, conformadas pela disputa entre os distintos projetos efetivados pelos governos provinciais e nacionais, os liberais chegaram ao poder e Bartolomé Mitre foi declarado o primeiro presidente constitucional para toda a nação em 1862¹¹. Na sequência da vitória sobre os grupos federalistas, partidários da autonomia ampla das províncias e identificados, especialmente, à figura de Juan Manuel de Rosas, foi necessário um grande esforço de articulação e reorganização estatal, orientado para a afirmação do poder do governo central. Assim, se por um lado o país havia conquistado a soberania política desde a emancipação da metrópole espanhola, por outro tanto a efetivação do Estado quanto da ideia de nação ainda se encontrava em processo de formação, uma vez que a instabilidade interna que se prolongou nas décadas seguintes à Independência havia dificultado a consolidação de mecanismos e de instâncias que garantissem a plenitude do exercício do poder e do controle¹².

¹⁰ ZAIDENWERG, Cielo. *La ‘argentinización’ de los Territorios Nacionales a través de la educación formal e informal: Estudio de caso Río Negro (1908-1930)*. Tese de Doutorado em História da Universidade de Barcelona. Universitat de Barcelona: Barcelona, 2013, p. 28.

¹¹ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina* (volume III) – da Independência a 1870. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 667.

¹² Ver: OSZLAK, Oscar. “Reflexiones sobre la formación del estado y la construcción de la sociedad argentina”. *Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales*, vol. XXI, 1982, Janeiro-Março: Buenos Aires, Argentina; OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino: orden, progreso y organización social*. Buenos Aires: Planeta Argentina, 1997, p. 2.

Conforme argumentou Cielo Zaidenweg, historiadora espanhola cujos trabalhos sobre a relação entre a educação nacional e o Território do Río Negro demonstraram-se fundamentais para este estudo, o Estado é também uma construção política, uma vez que não surgiu naturalmente de uma inexistente “lógica interna da sociedade, mas foi criado pelos grupos dominantes, proprietários dos meios de produção e agentes políticos”¹³. Nesse sentido, esses agentes:

(...) valeram-se de todos os recursos que o domínio do poder lhes brindava: coação física e social, educação, propaganda, etc., para obter a legalidade e legitimidade no Estado. Contudo, isso não seria suficiente; os intelectuais e políticos viam a conveniência, a necessidade de que os Estados coincidisse com entidades que lhe dessem sentido, homogeneidade, e que além da coerção ou da execução de um sistema normativo legal, a população adquirisse desde o simbólico um propósito de unidade¹⁴.

Em primeiro lugar, foi necessário reordenar o monopólio da força, fundamental para a afirmação do governo nacional frente a elementos que, mesmo depois de 1862, ainda ameaçavam a estabilidade política tanto no plano externo, com a Guerra do Paraguai, quanto internamente, em razão dos ataques indígenas¹⁵ e de revoltas provinciais contra a submissão às autoridades centrais, como a dos *jordanistas* em La Rioja¹⁶. Assim, para efetivar a centralização do poder e dos recursos necessários para a manutenção do controle, procurou-se garantir uma “presença institucional permanente, que fosse antecipando e dissolvendo rebeliões interiores e afirmando a autoridade suprema do estado nacional”¹⁷. O exército foi fortalecido a fim de garantir a adesão das forças locais, muitas vezes de modo coercitivo, e a eliminação dos focos de contestação. Essas medidas visavam a assegurar ao Estado o monopólio da violência física, o que incluiu a profissionalização e institucionalização do exército já por volta de 1880¹⁸.

À medida que a efetivação dos instrumentos de atuação administrativa do Estado aprofundava-se, era necessário consolidar os aspectos simbólicos e a integração prática de uma Argentina caracterizada por décadas de rupturas políticas, diferenças profundas

¹³ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 56.

¹⁴ Ibidem, ibidem.

¹⁵ Sobre a importância dos indígenas na consolidação do Estado-nacional argentino e o contexto que culminou com a Conquista do Deserto, ver: PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁶ RATTO, Silvia. “El frustrado proyecto de avance territorial del estado nacional entre 1869 y 1872.” *Memoria americana*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n.º 19-1, jun. 2011.

¹⁷ OSZLAK (1982), *Op. Cit.*, p. 9.

¹⁸ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 61.

entre a cidade e o campo, baixa densidade demográfica no interior e pela convivência entre grupos étnicos distintos, entre outros fatores que, segundo o discurso do liberalismo vigente, impediam a homogeneização desejada e o consequente avanço nacional. Desse modo, para além da modernização institucional, do domínio sobre a força e da racionalização técnica, era preciso buscar a unidade social e territorial, assegurando a efetiva realização do projeto liberal¹⁹. Não por acaso, a historiografia tradicional argentina costuma denominar como “presidências históricas” o período que compreendeu os governos de Bartolomé Mitre (de 1862 a 1868), Domingo Faustino Sarmiento (de 1868 a 1874) e Nicolás Avellaneda (de 1874 a 1880), associados à reorganização política, econômica e administrativa, etapa de unificação e fortalecimento do Estado-nacional²⁰.

Com a chegada de Julio Argentino Roca (1843-1914) à Presidência em 1880, militar sem produção escrita expressiva, mas de importante atuação política prática, concretizou-se a centralização estatal, por meio de distintos mecanismos de repressão, adesão e/ou controle sobre os últimos caudilhos locais e atores sociais como a Igreja e os grupos indígenas²¹. Desse modo, “o Estado foi se apropriando de novos âmbitos de operação (...), substituindo a província como marco de referência da atividade social e da dominação política”²². Esse processo estava baseado em alianças entre a burguesia portenha e as oligarquias *terratenientes*, diante das vantagens trazidas pela incorporação da economia argentina, essencialmente agropecuária e exportadora, à dinâmica capitalista dos mercados internacionais.

De modo a superar as carências de infraestrutura e de regulação internas, necessárias para otimizar a produção, colocou-se em marcha um programa baseado no ideal positivista de ordem e progresso, a fim de garantir a plena expansão de um modelo econômico. Esse movimento foi acompanhado pelo reconhecimento de algumas prerrogativas civis, ao mesmo tempo em que negou a possibilidade de participação política à maioria da população²³. Em relação ao positivismo:

(...) enquanto corrente dominante no pensamento intelectual, sua hegemonia coincidia com a época em que se promulgaram as leis de obrigatoriedade escolar, assentando as bases da educação laica e republicana. Para além da

¹⁹ SOARES, Gabriela Pellegrino. *A Semeiar horizontes*. Leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2002, pp. 22-23.

²⁰ ARGERI, María E. *De guerreros a delincuentes: la desarticulación de las jefaturas indígenas y el poder judicial*: Norpatagonia, 1880-1930. Madri: Editorial CSIC, 2005, pp. 41-42.

²¹ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 56.

²² OSZLAK; BOTANA apud ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, idem.

²³ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 58-59.

necessidade de instaurar uma pedagogia de base científica, o que se buscou foi a uniformização e o controle do método de ensino para as massas.²⁴

Nesse sentido, se o “progresso significava crescimento e modernização, por ordem entendia-se criar as condições de ‘paz social’ nas quais se deveria encontrar o povo para permitir a projeção do progresso sem pausa”²⁵. Esse período, definido pela historiografia como a “ordem conservadora” (de 1880 a 1916), perdurou até a chegada da União Cívica Radical ao poder, partido que surgiu na década de 1890, fortalecendo-se pelas intensas transformações sociais vivenciadas pela Argentina ao longo desses anos. Durante essa etapa, um grupo de dirigentes identificados à chamada Geração de 1880 assumiu os destinos do país. Influenciados pelo pensamento de liberais como Juan Bautista Alberdi (1810-1884), perseguiram o progresso ancorado em um modelo de civilização europeia não hispânica, conduzido por um número restrito de cidadãos notáveis que exerciam a política²⁶. Por outro lado, diferentemente de seus antecessores, a “Geração de 1880 deixou de lado o liberalismo romântico e idealista para transformá-lo em um liberalismo pragmático, positivista e sectário, que buscou subordinar tudo ao [aspecto] econômico”.²⁷

Assim, conforme tomava para si funções antes pertencentes a setores particulares ou à esfera individual, como as leis de registro civil, matrimônio, administração dos cemitérios e o serviço militar²⁸, o Estado criava novas instituições que contribuam para sua penetração na realidade social, ao passo que normatizava aspectos da administração, da justiça e da economia²⁹. Logo, além da repressão e da coerção, a presença estatal englobou múltiplas articulações e alianças, sustentadas por atividades civis e estímulos econômicos. A regulamentação do capital e das relações de produção, por exemplo, incluiu medidas tributárias, aduaneiras, monetárias e de controle bancário e financeiro.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o panorama argentino foi profundamente marcado pela forte expansão econômica, relacionada ao desenvolvimento agropecuário e às demandas externas por gêneros primários, como o trigo, a lã e a carne bovina. O forte afluxo de capital estrangeiro financiou projetos de infraestrutura

²⁴ ZAIDENWERG, Cielo. “Amar, honrar y servir la Patria. La escuelas del Territorio Rionegrino y su aporte a la obra argentinizadora en el Sur (1908-1930)”. Páginas – Revista Digital de la Escuela de Historia. Ano 5, n.º 9, Rosário, 2013, pp. 63-64.

²⁵ Ibidem, p. 65.

²⁶ Ibidem, pp. 60-61.

²⁷ KORN apud ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 62.

²⁸ ROMERO, Luis Alberto. *Breve História Contemporânea da Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012 (E-book).

²⁹ OSZLAK (1997), *Op. Cit.*, p. 9.

complementares a essa lógica de produção e injetou recursos em empresas de ramos diversos. Os investimentos internacionais aumentaram 20 vezes entre 1880 e 1913³⁰. Se, por um lado, esse capital estimulou a expansão de setores como os de transportes e comunicações, o país também se tornou dependente das oscilações do mercado internacional, vendo aumentar a dívida pública. Ao mesmo tempo, a prosperidade esteve condicionada aos interesses das oligarquias, estratégia fundamental para a perpetuação do Partido Autonomista Nacional de Roca no poder³¹.

Como consequência, muitos agentes locais passaram a se valer dos ganhos da racionalização dessas práticas, aproveitando-se das vantagens políticas advindas de concessões, patrocínios e parcerias. Simultaneamente, a viabilização do programa estatal, que muitas vezes esbarrava na escassez interna de recursos, continuava a recorrer ao financiamento principalmente britânico³², como ocorrido no sistema ferroviário, em colônias e empresas agrícolas e nas inversões em importantes projetos infraestruturais. Em 1889, a Argentina recebeu quase a metade dos investimentos ingleses fora da Grã-Bretanha, dos quais 32% destinaram-se às ferrovias³³. Além da dependência externa, a concentração no modelo agropecuário-exportador reforçava a subordinação ao capitalismo mundial e ao setor primário, bem como à sua elite social e política, além de apresentar pouco potencial de inovação tecnológica³⁴.

No que se refere aos aspectos simbólicos de conformação do Estado-nacional, tanto os políticos e pensadores da Geração de 1880 quanto aqueles que os antecederam compartilhavam da firme crença na educação como o meio mais efetivo para se atingir a desejada civilização. Desde a década de 1860, ela foi assumida como o principal instrumento de consolidação do Estado-nacional, necessário para o controle e a coesão social³⁵. Conforme afirmou Zaidenweg, “a escola passou a ser (...) sustentação do progresso. Sarmiento, Avellaneda, Roca, Estrada, todos os estadistas de finais do século XIX divergiam em numerosos pontos, mas tinham um elemento em comum: a necessidade de difundir a escolarização”³⁶. Assim, “a educação foi um importante

³⁰ ROMERO, Luis Alberto, *Op. Cit.* (E-book).

³¹ SOARES, *Op. cit.*, p. 24.

³² *Ibidem*, p. 11.

³³ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 64.

³⁴ *Ibidem*, p. 63.

³⁵ OSZLAK (1997), *Op. Cit.*, p. 151.

³⁶ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 66.

mecanismo de produção simbólica usado pelos governos argentinos, a partir desse período, para a criação de unidade e de consenso social”³⁷.

Para Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), a escola era essencial à construção do espírito público, atributo inerente ao sistema republicano³⁸. Ainda durante sua presidência, em 1871, foi promulgada a Lei n.º 463 de Subvenções Nacionais³⁹, que determinou a criação de fundos para o financiamento e o controle da educação pública nas províncias. A legislação coincidiu com o período das últimas rebeliões federalistas, colocando a formação escolar como uma preocupação politicamente estratégica. Ela foi seguida pela Lei de Educação Comum da Província de Buenos Aires, em 1875, e pela sanção do Regulamento Geral das Escolas, de autoria da Comissão Nacional de Educação, dirigida pelo próprio Sarmiento⁴⁰. Essas legislações foram antecedentes jurídicos relevantes para o grande marco regulatório que viria a seguir.

Finalmente, em 1884, foi promulgada a Lei n.º 1.420 de Educação Comum. Criada durante a primeira presidência de Julio Argentino Roca, entre 1880 e 1886, ela consolidou o sistema educacional argentino, centralizado, hierárquico e pretensamente universal e utilitário, mas “altamente discriminatório e que pretendeu homogeneizar as expressões da cultura popular”⁴¹. Em contrapartida, desde a promulgação da Constituição de 1853, as províncias haviam conseguido manter a prerrogativa de legislar sobre seus próprios sistemas educativos⁴². Desse modo, a tentativa de homogeneização e controle da educação nacional esbarrava nesses poderes locais. Assim, mesmo com a publicação da Lei n.º 1.420, a atuação do Estado-nacional ficou limitada às escolas da cidade de Buenos Aires, já federalizada, e dos Territórios Nacionais (que seriam formalizados poucos meses depois) e às escolas de adultos.

O texto contou com a contribuição ativa do ex-presidente Sarmiento, durante sua permanência como superintendente-geral do recém-criado Conselho Nacional de Educação (1881)⁴³ e mesmo depois de seu afastamento do órgão. Ela determinou⁴⁴ o

³⁷ SOARES (2002), *Op. Cit.*, p. 23.

³⁸ Ibidem, p. 27.

³⁹ PUIGGRÓS, Adriana (org.). *Historia de la educación argentina*. Sociedad civil y estado en los orígenes del sistema educativo argentino. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1991, p. 77.

⁴⁰ Ibidem, ibidem.

⁴¹ Ibidem, pp. 78-81.

⁴² PINEAU, Pablo (org.). *A cien años de la Ley Láinez*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 2007, p. 11.

⁴³ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Cincuentenario de la Ley 1420*, Volume 2, 1938.

⁴⁴ A análise da Lei n.º 1.420 foi elaborada a partir do estudo do texto original. Ver: ANAIS DA LEGISLAÇÃO ARGENTINA. Lei de Educação Comum, sancionada em 26 de junho de 1884 e promulgada em 8 de julho de 1884. Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/normas/5421.pdf>.

ensino obrigatório, gratuito, laico e progressivo (por níveis), assumido como instrumento essencial ao desenvolvimento moral, intelectual e físico. Dispôs sobre a criação de distritos escolares e de escolas públicas. Igualmente, definiu um currículo escolar básico, de viés pragmático, orientado para os processos de modernização, progresso e civilização perseguidos pelo Estado. Nesse sentido, os conteúdos incluíram, além da leitura, da escrita, das ciências naturais e das operações aritméticas, também a valorização do idioma nacional, preceitos de moral e urbanidade, o ensino da história e da geografia (regionais e gerais), princípios monetários e sistema de pesos e medidas, lições de higiene, conhecimentos sobre a Constituição, desenho, música, ginástica, trabalhos manuais e economia doméstica para as meninas e, para os meninos, noções militares. Para os alunos do interior, havia, além disso, fundamentos de agricultura e pecuária.

O ensino deveria ser orientado pela laicidade; a educação religiosa ficava restrita aos horários extraclasses e precisaria dar conta de variadas denominações de culto. A legislação determinou, ainda, a criação de jardins de infância, de estabelecimentos escolares para adultos “deseducados” em lugares como fábricas, presídios e quartéis, e de escolas itinerantes nas regiões mais isoladas e com menor densidade demográfica, onde não fosse possível a construção de edifícios fixos. Todos deveriam adotar um currículo semelhante ao planejado para as escolas regulares.

Os pais e responsáveis ficavam sujeitos a sanções penais caso fossem omissos em relação à matrícula e à frequência de seus filhos às aulas. Os castigos corporais ficaram proibidos nas escolas. Também foram incluídas regulamentações para o ensino doméstico e os estabelecimentos particulares, além da abertura das chamadas bibliotecas populares. O texto da Lei instituiu, igualmente, cuidados básicos de saúde aos alunos, como a realização de inspeções médicas e de vacinações nas escolas.

A Lei n.º 1.420 também normatizou o exercício do magistério. A profissão docente foi proibida ao professor estrangeiro que não possuísse autorização nem dominasse a língua espanhola. Também foram padronizados aspectos da carreira, incluindo a progressão no cargo, a formação e a aposentadoria. A boa conduta dos mestres passou a ser uma exigência legal. Finalmente, o texto dispôs sobre o financiamento da educação pública dos estabelecimentos regidos pela Lei e sobre a inspeção das escolas. A direção e administração dos estabelecimentos ficaram subordinadas ao Conselho Nacional de Educação, formado por seu presidente e quatro vogais. Com isso, progressivamente, o Estado buscou centralizar e regular as relações de ensino,

convertidas em políticas públicas. Esse movimento foi acompanhado por outras tentativas de fortalecimento da nacionalidade, da cidadania e do espírito cívico.

Enquanto modelo de relevante penetração entre as elites latino-americanas, na França oitocentista a educação também se tornava fundamental para as estratégias políticas de coesão social e assumia uma perspectiva civilizatória e moralizante, inspirada, por exemplo, pelas discussões sociológicas de Émile Durkheim (1858-1917)⁴⁵. O contexto francês da década de 1870, início da Terceira República, era marcado por contrastes e tensões. Em oposição a uma população majoritariamente rural, vista como alheia ao projeto republicano, colocava-se um ideal de país civilizado, herdeiro das Luzes. Era necessário, pois, educar as massas, associadas ao atraso do Antigo Regime e formadas por habitantes que, em parte, até desconheciam a língua francesa normatizada. Para isso, empreendeu-se uma ampla reorganização do ensino primário e secundário, que deveria conduzir à integração nacional e à diluição ideológica desses conflitos.

Na Argentina, o crescimento econômico acelerado evidenciava a crescente necessidade de mão-de-obra. Simultaneamente, a anexação das terras indígenas ao longo das campanhas militares das décadas de 1870 e 1880 exigiram esforços para o povoamento e a colonização dos novos Territórios Nacionais e a desejada exploração e produção de gêneros agropecuários naquelas vastas planícies. Em consonância com a progressiva difusão do pensamento evolucionista e racialista, a retórica da civilização *versus* a barbárie passou a incentivar de modo bastante assertivo a definição de políticas de Estado para a vinda de imigrantes europeus.

O fomento à imigração europeia teve como base ideológica o pensamento de Juan Bautista Alberdi, sobretudo através de sua obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina* (1852), que pode ser sintetizada pelo lema “governar é povoar”. Para ele, as ideias e a população da Europa, sobretudo do Norte, eram necessárias para a integração dos elementos sociais vistos como entraves ao desenvolvimento nacional, ou seja, em especial, os *gauchos* do campo e os indígenas. Segundo Alberdi, a importância da imigração antecedia, inclusive, ao papel da educação, pois apenas poderia haver ordem e educação entre aqueles que carregassem consigo a predisposição para incorporar esses princípios⁴⁶. Assim, através dos novos exemplos e

⁴⁵ ORTIZ, Renato. “Durkheim: Arquiteto e Herói Fundador”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, nº 11, Rio de Janeiro, outubro de 1989.

⁴⁶ ALBERDI, Juan B. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina*. Fundação Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2011.

comportamentos trazidos pelos imigrantes, a sociedade argentina conseguiria superar o atraso associado aos nativos⁴⁷. Não se tratava, portanto, somente de atrair trabalhadores, mas de transformar as bases sociais e étnicas do país.

Como um dos mentores da Constituição da Confederação Argentina de 1853, suas considerações sobre a imigração contribuíram, especialmente, para a redação dos artigos 25º (1ª Parte, Capítulo Único), 64º (1ª Parte, Capítulo IV, parágrafo 16) e 104º (2ª Parte, Título Segundo) da magna carta, que ainda estão em vigência. De acordo com eles⁴⁸, compete ao governo federal fomentar a imigração europeia, sem restringir a entrada de estrangeiros que desejem colaborar com a produção, as ciências e as artes.

Também aparece entre as atribuições do Congresso promover a imigração como um fator associado à prosperidade, ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar do país e ao “progresso da Ilustração”. Esse incentivo concerne igualmente às províncias, nos mesmos pressupostos do artigo anterior. Os dispositivos constitucionais foram complementados pela Lei de Imigração e Colonização n.º 817 de 1876, conhecida como Lei Avellaneda, que regulou e sistematizou, pela primeira vez, os fluxos imigratórios e previu, também, a fixação de colônias nos Territórios Nacionais recentemente anexados⁴⁹. Por outro lado, Fernando Devoto argumenta que o ordenamento jurídico pouco contribuiu na prática para a entrada maciça de imigrantes no país. Mais do que isso, esse fenômeno relacionou-se principalmente com as “oportunidades de trabalho, as redes de informação e assistência (...) e as condições e expectativas no ponto de partida”⁵⁰. Assim, o autor registrou a existência de imigração europeia já durante o governo Rosas.

Por meio de seus escritos baseados na experiência da colônia agrícola bonaerense de Chivilcoy, Domingo Faustino Sarmiento também entendia os imigrantes como fatores de mudança, não por seus valores e comportamentos, como defendia Alberdi, mas pelo potencial que sua força de trabalho teria para desenvolver o principal entrave da civilização, que era o deserto esparsamente povoado por caudilhos e *gauchos*⁵¹. Seu projeto de identidade nacional representava o resultado do “triunfo da cidade sobre o

⁴⁷ DEVOTO, Fernando J. “Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 34.

⁴⁸ A análise da imigração nos artigos constitucionais foi elaborada a partir do estudo do original manuscrito de 1853. Ver: *Constitución de la Confederación Argentina de 1853* (microfilme). Disponível em: <http://www.bcnbib.gov.ar/Archivos-Historicos/14/Constitucion.html>.

⁴⁹ CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Ley de Inmigración y Colonización n.º 817, de 6 de outubro de 1876.

⁵⁰ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 36.

⁵¹ *Ibidem*, p. 35.

campo, da sociedade sobre o isolamento, da agricultura sobre a pecuária, das luzes (produto da educação) sobre as trevas”⁵².

Outro político e pensador do liberalismo que tratou desse tema foi Bartolomé Mitre (1821-1906). Em oposição ao que preconizava Alberdi, partidário da substituição dos nativos pelos imigrantes, Mitre entendia a imigração como um elo coerente com o passado nacional. Isso porque, segundo ele, ela era parte de um atributo que remontava às características originais do país, uma vez que, desde a colonização, a baixa densidade demográfica havia motivado fluxos migratórios. Desse modo, caberia aos imigrantes integrar-se a uma sociedade pré-existente, e não fundar uma nova nação, tornando-se parte de uma continuidade destinada a conduzir a Argentina a um futuro de grandeza⁵³.

Entre 1880 e 1890, dos mais de um milhão de imigrantes que desembarcaram na Argentina, cerca de 650 mil radicaram-se no país, que à época contava aproximadamente com dois milhões de habitantes⁵⁴. Alguns fixaram-se no campo, em áreas mais próximas ao litoral, mas foram muitos os que se sentiram atraídos pelas oportunidades que as cidades ofereciam. Dessa forma, Buenos Aires assistiu a uma rápida expansão demográfica, determinada por esse grande influxo de estrangeiros. Em 1895, a população nacional beirava a cifra dos quatro milhões de habitantes, dos quais um milhão eram imigrantes; pouco tempo depois, o censo de 1914 revelou um país urbano, com quase oito milhões de pessoas, sendo um terço delas estrangeiras. A Capital Federal detinha uma proporção ainda maior: nessa época, dos mais de 1,5 milhões de habitantes, quase metade era estrangeira. Portanto, em 19 anos, a população portenha mais que dobrou, ainda que a participação de imigrantes, em torno de 65% em 1895, tenha diminuído⁵⁵. No total, em números absolutos, estima-se que mais de 4,6 milhões de estrangeiros tenham emigrado para a Argentina entre 1854 e 1914, cifra inferior apenas às do Canadá e dos Estados Unidos em toda a América⁵⁶.

Essa transformação não deixou de produzir contradições e tensões sociais. Diante desse cenário, o Estado preocupou-se com medidas que evitassem o conflito. Além da Lei de Educação Comum, diversos outros dispositivos foram propostos para garantir a

⁵² Ibidem, ibidem.

⁵³ Ibidem, p. 36.

⁵⁴ ROMERO, Luis Alberto, *Op. Cit.* (E-book).

⁵⁵ ARGENTINA. *Tercer Censo Nacional*, Tomo II, *Población*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916.

⁵⁶ SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo, n.º 5, dezembro de 1950, pp. 139-140. Para o Brasil, quarto colocado nesse *ranking*, emigraram cerca de 3,3 milhões de pessoas entre 1820 e 1914.

tão almejada homogeneização e para “disciplinar” a população. Paulatinamente, as elites dirigentes, antes entusiasmadas pelo progresso associado à imigração, passou a incorporar cada vez mais a visão do imigrante como elemento desestabilizador e como risco para a identidade nacional⁵⁷. Ao mesmo tempo, na prática, o Estado viu frustrada sua predileção pela imigração do Norte da Europa: entre 1886 e 1890, 75% daqueles que entraram no país provinham da Espanha e da Itália, cifra que ultrapassou os 80% na primeira década do século XX⁵⁸. Finalmente, uma crise econômica na década de 1890 e os primeiros focos de mobilização entre os trabalhadores, “não raro com experiência sindical trazida do país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de labuta insalubres e exaustivas”⁵⁹, contribuíram para um ambiente que começava a ameaçar a estabilidade perseguida pelo Partido Autonomista.

O antigo entusiasmo de Sarmiento com relação à experiência da colônia Chivilcoy diluiu-se diante da realidade das novas colônias agrícolas, divididas internamente por nacionalidades e religiões, revelando a resistência dos imigrantes frente à cidadania argentina e aos temas nacionais⁶⁰. Igualmente, a educação formal esbarrava na insistência de se criar estabelecimentos e associações de ensino vinculadas às origens de cada grupo, como as escolas italianas, por exemplo. Em 1884, Sarmiento publicou *Conflicto y armonías de las razas en América*, texto marcado pelo pensamento cientificista e racialista europeu e que propunha a rendição da raça americana, considerada inferior, pela educação e a mestiçagem⁶¹. Já Alberdi prosseguiu defendendo o potencial da imigração e a predileção pelos anglo-saxões, em consonância com diversos estudos que também apontavam para a necessidade de se priorizar os imigrantes vindos das partes mais “adiantadas” da Europa, em detrimento, principalmente, dos provenientes da Itália⁶².

A massa de estrangeiros, somada à população *criolla* pobre, passou a ocupar espaços e funções sociais distintos dos pretendidos para a Buenos Aires da *Belle Époque*, idealizada pelo projeto liberal que, a partir da noção positivista do progresso, aspirava a converter a cidade numa capital europeia na América Latina. Como centro político e econômico nacional, a região portenha vivia um rápido processo de urbanização, alimentado pelos ganhos financeiros da produção agropecuária e de uma indústria

⁵⁷ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 66.

⁵⁸ Ibidem, p. 70

⁵⁹ SOARES, *Op. Cit.*, p. 24.

⁶⁰ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 38.

⁶¹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes; Buenos Aires: Biblioteca Quiroga Sarmiento, 2007.

⁶² DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 38.

dependente das dinâmicas desse setor. A paisagem mudava em ritmo veloz⁶³, no desenho urbano, nos passeios públicos, no sistema de transportes e de iluminação. A modernização substituíra física e sensorialmente um passado ainda recente na memória dos moradores, afetando a percepção dos indivíduos que vivenciavam e interagiam com aquelas modificações. Da zona central aos bairros mais afastados, os sinais dos novos tempos estavam evidentes nos cafés, nas livrarias, nos teatros e nos cinemas, que se multiplicavam⁶⁴, alterando práticas sociais e criando formas de convivência. Como em todo processo de transformação cultural, isso também produziu tensões e ressignificações. As relações subjetivas convertiam-se prontamente em experiências já superadas, o que provocava estranhamento, ansiedade, medos, mas também esperanças. Nas palavras de Beatriz Sarlo, Buenos Aires era o “grande cenário latino-americano de uma cultura de mescla” entre “modernidade europeia e especificidade rio-platense, aceleração e angústia, tradicionalismo e espírito renovador, *criollismo* e vanguarda”.⁶⁵

Nesse contexto de novas possibilidades, foi fundada a União Cívica Radical (UCR) em 1891. Os radicais, aos poucos, conseguiram representatividade nas camadas médias, sobretudo nas universidades, aproximando-se de práticas democráticas e abrindo espaço para a participação política de novos atores⁶⁶. Ao mesmo tempo, inspirados pelas ideias socialistas e anarquias que os estrangeiros traziam de seus países de origem, os trabalhadores começaram a protestar por direitos de forma melhor organizada. Em meio a acusações recorrentes de fraude eleitoral, Julio Argentino Roca voltou à presidência em 1898. Nesse segundo mandato, aprofundou o discurso do progresso econômico e prosseguiu com a centralização institucional e com a construção do ideal de nação, dedicado a “promover a homogeneização geopolítica do país, a partir de um repertório consensual de emblemas culturais, costumes sociais e ideologias nacionais”⁶⁷.

Para isso, o governo endureceu a repressão aos “perturbadores da ordem”, que passavam a ser identificados aos imigrantes. Além da decretação de estados de sítio, a Lei n.º 4.144 de Residência, promulgada em 1902 e conhecida como Lei Cané, autorizou a deportação de estrangeiros sem a necessidade de julgamento prévio⁶⁸. Por mais de 50 anos, o dispositivo foi aplicado para dirimir a resistência de grupos operários, perseguidos

⁶³ Ver: SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

⁶⁴ Ibidem, p. 31.

⁶⁵ Ibidem, p. 32.

⁶⁶ ROMERO, Luis Alberto, *Op. Cit.* (E-book).

⁶⁷ SOARES, *Op. cit.*, p. 69.

⁶⁸ CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 4.144 de Residência de 22 de novembro de 1902. Seu nome alternativo alude ao senador Miguel Cané, seu principal articulador.

por ideias pretensamente socialistas e anarquistas. No 2º artigo, a Lei previa a expulsão daqueles imigrantes cuja conduta comprometesse a segurança nacional ou perturbasse a ordem pública. Já em 1910, no auge da repressão contra os trabalhadores, a Lei de Defesa Social “contribuiu para proibir, sancionar, perseguir e deportar todos aqueles que a Lei de Residência de 1902 não havia conseguido”⁶⁹.

Essas leis refletiam o posicionamento dúbio de uma geração política que valorizava o progresso, a ciência e a elegância de matriz europeia, mas ignorava os grupos sociais que se formavam como consequência das transformações promovidas para se atingir aqueles objetivos⁷⁰. Por conseguinte, em contraste com o disposto na Constituição e com o liberalismo do século XIX, o estrangeiro passava a ser visto como uma ameaça à estabilidade social, de modo que as novas legislações representaram uma inflexão importante nas políticas públicas e no pensamento sobre a imigração.

Importante frisar que os imigrantes e seus descendentes não eram unidades monolíticas, mas conformavam realidades multifacetadas em meio a distintas nacionalidades, aspirações, experiências, repertórios, limitações e habilidades. No entanto, a maioria permanecia identificada pela origem estrangeira, pela rotina cansativa das fábricas, pelos problemas sanitários e habitacionais, pela repressão e perseguição policial, enfim, pela lógica excludente que lhes era imposta.

Aos poucos, souberam criar estratégias de ascensão, perfizeram redes de solidariedade e constituíram associações de cooperação. Por outro lado, há de se considerar a atuação das próprias elites de imigrantes, que em diversas ocasiões chegaram a se contrapor às elites nativas e à ideia de integração, afirmando-se também em oposição às comunidades de origens estrangeiras distintas. Além disso, principalmente durante as primeiras décadas do século XX, muitos imigrantes que entraram na Argentina traziam a “retórica nacionalista e patriótica” de seus locais originários, como no caso dos italianos⁷¹, o que dificultava sua desejada assimilação.

No que diz respeito às elites governantes argentinas, alguns autores advogam que fenômenos como esses contribuíram para o surgimento de uma corrente liberal reformista, vinculada à vida intelectual e acadêmica e que se equilibrava entre a repressão e algumas concessões, feitas para atenuar as tensões sociais e garantir a continuidade de

⁶⁹ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 69.

⁷⁰ ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 126.

⁷¹ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, pp. 56-57.

sua hegemonia⁷². Contudo, a estrutura oligárquica que se mantinha há mais de três no poder nacional não resistiria por muito mais tempo às pressões sociais e ao surgimento de novos grupos políticos organizados, ansiosos por mais abertura. Foi nesse contexto que ocorreu a reforma eleitoral promovida pela Lei n.º 8.871 de 1912, conhecida como Lei Sáenz Peña, que instituiu o voto masculino universal, secreto e obrigatório e representou o primeiro passo para uma “democracia ampliada”⁷³. Esse esforço, resultado de reivindicações por maior participação política, acabou levando à inesperada vitória da União Cívica Radical em 2 de abril de 1916, com a eleição de Hipólito Yrigoyen (1852-1933) para a presidência do país⁷⁴, cujo discurso criticava a corrupção das oligarquias.

Assim, em contraposição ao Estado politicamente oligárquico da “ordem conservadora”, o período em que a UCR alternou-se no Poder Executivo foi caracterizado pela iminência de um Estado liberal-democrático⁷⁵ que perdurou até 1930, quando Yrigoyen foi deposto de seu segundo mandato presidencial por um golpe militar. Por sua vez, embora essa mudança tenha de fato levado, sobretudo as classes médias urbanas, incluindo alguns filhos de imigrantes, à maior participação no sistema político, a estrutura agrária baseada no latifúndio manteve-se inalterada, perpetuando-se a dependência a esse modelo econômico⁷⁶. Ideologicamente, o radicalismo sustentava a ideia de “reparação institucional”, ancorada em valores como o progresso mediante o cumprimento da lei, a moralidade administrativa e pública, a soberania popular e a autonomia provincial. Em linhas gerais, esse discurso defendia a redenção da pátria e, em última análise, “a ‘restauração dos valores essenciais argentinos’, ansiando por ‘perpetuar a nação’”⁷⁷.

Contudo, a Primeira Guerra Mundial havia interrompido um ciclo de acelerado crescimento do produto interno bruto e do comércio exterior. Assim, décadas de prosperidade foram prejudicadas por um período de instabilidade que alternou momentos de recuperação e recessão⁷⁸, anunciando o fim do ciclo conhecido por *Belle Époque* da economia nacional⁷⁹ e atingindo, consequentemente, os interesses das elites produtoras, dependentes das exportações. A indústria não alcançava níveis expressivos de

⁷² ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 68.

⁷³ *Ibidem*, p. 70.

⁷⁴ ROMERO, Luis Alberto, *Op. Cit.*, (E-book).

⁷⁵ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 57.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 71-72.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 74.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 75.

⁷⁹ VILLARROYA, Isabel S. “La Belle Époque de la Economía Argentina. 1875-1913”. *Revista Acciones e Investigaciones Sociales*, Universidade de Zaragoza, n.º 23, janeiro de 2007, pp. 115-138.

crescimento e, apesar de iniciativas como a nacionalização do petróleo e a criação da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), o radicalismo não interferiu nos interesses dos proprietários de terra⁸⁰. Foi apenas após a grave crise mundial de 1929 e em virtude das dificuldades econômicas na década seguinte, quando o país viveu um retrocesso democrático, que o modelo agroexportador deu sinais claros de esgotamento.

Do ponto de vista social, o desejo de maior participação política contribuiu para aproximar a União Cívica Radical dos sindicatos, mesmo que a maioria dos trabalhadores orbitasse em torno do anarquismo, do Partido Socialista e posteriormente do Partido Comunista⁸¹. Ainda assim, surgiram algumas instâncias de mediação para solucionar conflitos trabalhistas e as greves deixaram de ser ilegais. Além disso, houve aumento de salários e de indenizações e foram apresentados projetos presidenciais sobre o tema ao Congresso, com destaque para o Código de Trabalho de 1921, que não prosperou. Contudo, em várias ocasiões, as reivindicações dos trabalhadores urbanos continuaram a ser reprimidas com violência, de maneira que “a abertura do sistema político não chegou a reverter a situação da classe operária e majoritariamente estrangeira”⁸².

1.2 Educação patriótica

No campo simbólico de consolidação do Estado-nacional e, por conseguinte, de afirmação do projeto político que controlava o país, a educação passou a desempenhar papel cada mais determinante na busca por unidade, homogeneidade e coesão. Como consequência, foi necessário reforçar a proposta de universalização do ensino gratuito, obrigatório, laico e gradual, ampliando o alcance da Lei de Educação Comum de 1884, restrita às escolas portenhas e aos Territórios. Uma importante medida nesse sentido ocorreu em 1905. Por iniciativa do senador Manuel Láinez (1852-1924), foi sancionada a Lei n.º 4.878, conhecida como Lei Láinez, que autorizou o governo federal a instalar escolas primárias nacionais de acordo com as demandas das províncias, sobretudo em áreas de baixa escolarização e com altos índices de analfabetismo⁸³.

Essa legislação fortaleceu a centralização das políticas educacionais do Estado-nacional frente aos governos locais, que administravam as escolas provinciais. Por meio

⁸⁰ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 76.

⁸¹ *Ibidem*, p. 71.

⁸² ROCK apud ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 78.

⁸³ CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 4.878 de 17 de outubro de 1905.

do CNE, foram abertos centenas de estabelecimentos primários, mistos, infantis e rurais em todo o país, que a partir de então também passaram a ser regidos pela Lei de Educação Comum. A Lei Láinez possibilitou maior controle dos currículos e das práticas educativas. Sobretudo nas regiões mais pobres e afastadas, as novas escolas fiscais, como ficaram conhecidas, rapidamente ultrapassaram em quantidade os estabelecimentos provinciais, contribuindo para a diminuição do número de analfabetos e para o aumento da escolarização. Todavia, esse movimento levou à sobreposição de sistemas de ensino distintos, ocasionando tensões entre diferentes estruturas, propostas, orçamentos, planos de salário etc. Em várias províncias, que desejavam poupar recursos, muitas escolas foram fechadas ou transferidas para a gestão do governo federal⁸⁴.

Na cidade de Buenos Aires, onde o ensino já era vinculado à Lei de Educação Comum desde 1884, a urbanização foi acompanhada pelo aumento nos níveis de escolaridade, queda na taxa de analfabetismo e maior circulação de produtos culturais. Entre eles, a expansão do mercado editorial aproveitou-se do crescimento do número de leitores, tanto na classe média quanto nos setores populares, e da profissionalização e difusão da imprensa⁸⁵. Porém, sobretudo após a Lei Láinez, as discussões sobre a educação das massas ganharam novos capítulos. A possibilidade de aprofundar a presença institucional do Estado em todo o território argentino através da escola converteu-se no cerne das reflexões do Conselho Nacional de Educação e, principalmente, dos pensadores alijados no Ministério da Justiça e Instrução Pública.

Vale salientar que, na Argentina, a ideia de uma pedagogia cívica para a escola pública já havia sido levantada em debates anteriores, como ocorreu com a proposta de valorização do ensino de História que constou no projeto de reforma dos planos de estudo dos colégios nacionais, elaborado por Filemón Posse (1831-1893), Ministro da Justiça e Instrução Pública, no final da década de 1880⁸⁶. Contudo, foram iniciativas isoladas e sem aplicação prática, que nem chegaram a fazer da imigração, por exemplo, uma questão relevante durante as discussões posteriores à Lei de Educação Comum. Mesmo a defesa da tradição, que como será visto mais adiante se tornaria um dos pilares do nacionalismo, chegou a ser proposta pelo político e historiador Joaquín V. González (1863-1923) nessa

⁸⁴ PINEAU, *Op. Cit.*, p. 12.

⁸⁵ SARLO, *Op. cit.*, pp. 38-45.

⁸⁶ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 41.

mesma época, sem, contudo, produzir frutos⁸⁷. Também o “cerimonial patriótico escolar” apropriou-se da experiência da Terceira República Francesa⁸⁸.

Em 1908, assumiu a presidência do CNE o médico José María Ramos Mejía, especialista em estudos cerebrais e destacado pensador positivista da Geração de 1880. Sua obra e atuação à frente do órgão foram fundamentais para os rumos que a política educacional da Argentina tomou no contexto das comemorações do Centenário da Independência em 1910, sobretudo diante dos temores provocados nas elites pelo impacto da imigração crescente. Os argumentos cientificistas de Ramos Mejía, orientados por sua formação médica, partilhavam da atração exercida pelo pensamento europeu sobre outros pensadores latino-americanos que aproximavam suas análises dos fenômenos sociais à perspectiva biológica, como Nina Rodrigues no Brasil, Alcides Arguedas na Bolívia e Carlos Octavio Bunge na própria Argentina⁸⁹.

Em *Las multitudes argentinas*⁹⁰, de 1899, Ramos Mejía defendeu a necessidade de se converter as multidões, irracionais, primitivas e adensadas pela recente imigração em massa, em organismos governáveis e capazes de realizações. Para isso, era preciso apelar ao potencial cativante e emocional dos símbolos e não à razão, que teria pouca eficiência sobre esses setores. Nesse sentido, a educação surgia como o mecanismo mais efetivo para nacionalizar e guiar o heterogêneo povo argentino, por meio da valorização das efemérides, do patriotismo e dos heróis nacionais. Em síntese, para o progresso, a unidade e a harmonia da nação, era preciso argentinizar as fragmentadas e convulsas multidões e a escola foi a ferramenta privilegiada na consecução desse projeto.

À frente do Conselho Nacional de Educação até 1913, Ramos Mejía pôde exercer na prática parte de seu pensamento teórico, fortalecido pela abertura de novas escolas, em consonância com a recém-aprovada Lei Láinez, e pela elaboração de diagnósticos a respeito da situação do sistema escolar argentino. A partir de 1908, ele deu impulso a um verdadeiro projeto de educação patriótica, detalhadamente sistematizado de modo a promover a difusão dos valores nacionais através das escolas de todo o país, efetivando e aprofundando as motivações por detrás da Lei de Educação Comum. Conforme defende Oscar Oszlak, o Estado-nacional necessitava internalizar uma identidade coletiva por

⁸⁷ Ibidem, p. 43.

⁸⁸ Ibidem, p. 50.

⁸⁹ Ver, entre outros: RODRIGUES, Raimundo Nina. *Mestiçagem, Degenerescência e Crime* (1899), no Brasil; BUNGE, Carlos Octavio. *Nuestra América, ensayo de psicología social* (1903), na Argentina; e ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo* (1909), na Bolívia.

⁹⁰ Ver: RAMOS MEJÍA, José María. *Las multitudes argentinas*. Barcelona: Linkgua Digital, 2014.

meio de símbolos que reforçassem noções de solidariedade e pertencimento⁹¹. Com Ramos Mejía, esses esforços foram direcionados para uma ação efetiva de transmissão do “espírito e da moral republicana e patriótica”⁹² que, com base no pensamento positivista, aproximou o patriotismo a uma verdadeira religião, motivando seu culto⁹³:

A ascensão de José María Ramos Mejía como presidente do Conselho Nacional de Educação (...) foi um marco na elaboração de uma sólida e homogênea educação moral e uma ampla instrução acentuadamente nacional. Ele resolveu instaurar um modelo de educação patriótica que impregnaria tudo, desde os planos das diferentes disciplinas, a conduta no espaço escolar e fora dele, até os livros de texto ou manuais escolares, dando assim um impulso especial e renovado à formação nacionalizadora (...) Através das disposições de Ramos Mejía, elaborou-se um informe acerca das pautas que deveria seguir esse projeto, sendo o Monitor da Educação Comum, órgão oficial do CNE, o encarregado de difundir dito plano⁹⁴.

Assim, o currículo escolar passou a ser determinado pelo impulso patriótico do Conselho Nacional de Educação, cuja penetração foi maior nas escolas sob sua jurisdição direta, ou seja, nos estabelecimentos da capital Buenos Aires e dos Territórios Nacionais e nas escolas fiscais da Lei Láinez. Em síntese, os planos de aulas foram orientados para exaltar os símbolos materiais e imateriais da nação. Em Leitura e Escrita, o estudo do idioma nacional castelhano tornou-se um dos principais motores de afirmação da argentinidade e de coesão social. Não apenas o uso da língua em si, mas os conteúdos dessas aulas voltaram-se às temáticas relacionadas à pátria. Além das obras dos autores nacionais, buscou-se, por exemplo, incluir nos ditados, conversações e leituras assuntos de caráter patriótico, como a bandeira, o hino nacional, biografias e frases de personagens históricos⁹⁵. Ao mesmo tempo, combatia-se o uso dos estrangeirismos e, principalmente, a utilização de outras línguas, muitas delas faladas pelos alunos em casa⁹⁶.

O ensino de História e Geografia também foi profundamente marcado pelo projeto, uma vez que essas disciplinas eram consideradas fundamentais para a afirmação dos sentimentos nacionais. Nas aulas de História, procurou-se construir uma narrativa homogênea sobre o passado do país, valorizando os feitos de grandes personagens, em especial dos próceres ou “pais da pátria”, e utilizando-os como exemplos de virtudes e de

⁹¹ OSZLAK (1997), *Op. Cit.*, p. 13.

⁹² ZAIDENWERG, Cielo. “Un proyecto ‘argentinizador’. Educación y efemérides en la región patagónica y rionegrina”; *História Unisinos*. 17(3):237-247, setembro/dezembro de 2013, p. 239.

⁹³ ESCUDÉ apud ZAIDENWERG (2013, 3), p. 239.

⁹⁴ ZAIDENWERG (2013, 3), p. 239.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 240.

⁹⁶ *Idem* (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 82.

heroísmo. Além disso, esse exercício passou pela revitalização da “cultura hispânica, da indígena ou da *criolla* (...) ou das três, numa chave de contraposição ao papel civilizador proeminente dos imigrantes europeus das construções intelectuais da geração de 1837”⁹⁷. Na mesma época, Joaquín V. González chegou a defender a leitura do passado argentino a partir da ideia de continuidade, não só com o período hispânico, mas também com o pré-colombiano⁹⁸. A noção de integração do imigrante a uma identidade pré-existente, presente em Bartolomé Mitre, também foi sustentada pelo sociólogo Agustín García (1862-1923)⁹⁹.

A disciplina histórica estava intimamente ligada ao ensino de Geografia, que deveria mencionar não apenas os distintos lugares e paisagens que formavam as belezas naturais do país, mas também os fatos históricos ocorridos em cada um deles¹⁰⁰. As características regionais também eram valorizadas, uma vez que o espaço desempenhava importância fundamental para uma nação formada por milhões de habitantes de origem estrangeira, onde a nacionalidade era associada ao direito *sui solis*, isto é, reconhecida àqueles que nasceram no território. Não por acaso, Zaidenweg argumentou que as escolas poderiam adaptar algumas recomendações feitas pelo CNE de acordo com a realidade local¹⁰¹, a fim de fortalecer a relação e o pertencimento dos alunos com seu entorno e, em última análise, promover a vinculação entre o regional e o nacional. Esse espaço de interferência, contudo, era bastante restrito e condicionado à aprovação prévia.

(...) o âmbito geográfico resulta no suporte físico da cidadania, assume um caráter orgânico ou natural, como a unidade linguística, a trajetória histórica comum ou características étnicas determinadas. A nação é representada no passado e no futuro como uma comunidade natural que se assenta sobre um espaço natural, com o qual mantém vínculos orgânicos, como uma espécie de laço biológico. O território assim construído se converte em um dos principais, senão no principal, nexos comunitário.¹⁰²

Outra disciplina considerada essencial para a valorização da identidade nacional e do patriotismo era a de Moral e Instrução Cívica, que preparava os alunos para honrar e servir à pátria convenientemente. Para isso, elencavam-se virtudes e comportamentos desejáveis para a vida em sociedade e para a formação de “um bom pai, bom cidadão e

⁹⁷ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 50.

⁹⁸ Ibidem, p. 51.

⁹⁹ Ver GARCÍA apud DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁰⁰ ZAIDENWERG (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 240.

¹⁰¹ Idem (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 87.

¹⁰² Ibidem, p. 86.

bom homem”¹⁰³. Combinadas à História, as aulas de Instrução Cívica contribuíam para o “doutrinação patriótico” gradual, que incluía desde as ideias de sociedade, família, governo e suas instituições até os conceitos de pátria e patriotismo¹⁰⁴. Além dessas quatro áreas de ensino fundamentais para o projeto patriótico, ou seja, Linguagem, História, Geografia e Moral e Instrução Cívica, às demais disciplinas era recomendado, sempre que possível, que também perpassassem alguns elementos alusivos à nacionalidade em seus planos curriculares. Em aritmética, por exemplo, os problemas matemáticos poderiam abarcar questões sobre os impostos e sua importância para a coletividade¹⁰⁵.

Não somente a escolarização formal foi assumida pelo projeto de educação patriótica como um instrumento de “argentinização” das massas. Outro importante mecanismo reivindicado e sistematizado a partir das instruções do Conselho Nacional de Educação foi a comemoração de festas e efemérides, ocasiões para reverenciar os símbolos, imagens, monumentos, heróis e feitos históricos desejáveis para a consolidação da nacionalidade. Com isso, datas como os dias 25 de maio e 9 de julho converteram-se em ocasiões propícias para a exaltação patriótica, fortalecendo os mitos de origem e legitimando o projeto do Estado, principalmente depois das grandes celebrações do Centenário da Independência em 1910.

Mesmo nessas ocasiões, as escolas continuaram a ser o âmbito privilegiado para o fortalecimento da identidade nacional, de modo que se procurou regular os procedimentos, iniciativas e mesmo os gestos e posturas pretendidos para os estabelecimentos escolares, por meio da veiculação de programas e instruções específicos para essas finalidades. Além disso, a partir delas e sob a condução de diretores e docentes, buscava-se envolver toda a comunidade nas festas cívicas, mobilizando vizinhos, autoridades, imprensa e as famílias dos alunos, formadas por grandes contingentes de imigrantes. Essas iniciativas tinham relevância especial para os Territórios Nacionais, onde o CNE mantinha controle total sobre o sistema público de ensino:

Entre 1880 e 1910, pautaram-se e multiplicaram-se as efemérides pátrias no território argentino. Para 1908 e 1909, por exemplo, foram instituídos a ‘Semana de Maio’, o 2 de novembro como o ‘Dia dos Mortos pela pátria’, a padronização do Hino Nacional e a ‘fórmula de juramento à Bandeira’. As circulares e decretos estabelecidos a partir de Buenos Aires que determinavam os parâmetros a seguir nessas celebrações costumavam conter regras e critérios de caráter obrigatório e variadas ‘sugestões’. Através dessas celebrações,

¹⁰³ Idem (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 240.

¹⁰⁴ Idem (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 82.

¹⁰⁵ Idem (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 241.

buscava-se associar a atividade escolar com o trabalho da comunidade em geral; as efemérides pátrias deviam, de todo modo, ser evocadas pelo povo em seu conjunto, animando-se uns aos outros a participar de sua organização e execução.¹⁰⁶

Tratava-se, em última análise, de consolidar verdadeiras “tradições inventadas”¹⁰⁷, por meio de atos cívicos organizados nas escolas, mas também em praças, prédios do governo, igrejas e outros espaços públicos. Elas deveriam promover, conforme a definição de Eric Hobsbawm, a coesão social, legitimar as instituições e relações de autoridade, proporcionar momentos de socialização e infundir valores, comportamentos e crenças¹⁰⁸, tecendo a própria memória coletiva em torno da ideia de nação. Ao tratar do que denomina de teatralização do poder, o antropólogo argentino Néstor Canclini também deu especial ênfase ao papel das comemorações cívicas e à função da escola:

O fundamento “filosófico” do tradicionalismo resume-se à certeza de que há uma coincidência ontológica entre realidade e representação, entre a sociedade e as coleções de símbolos que a representam. O que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional. Daí que sua principal atuação dramática seja a comemoração em massa: festas cívicas e religiosas, efemérides patrióticas e, nas sociedades ditatórias, sobretudo as restaurações. Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem. (...) A escola é um palco chave para a teatralização do patrimônio. Transmite em cursos sistemáticos o saber sobre os bens que constituem o acervo natural e histórico. Ao se ensinar Geografia, diz o que é e onde termina o território da nação; no estudo da história, são relatados os acontecimentos em que se conseguiram fixar esses limites em lutas contra os adversários externos e internos.¹⁰⁹

Na conjuntura dos preparativos para as celebrações do Centenário da Independência, José María Ramos Mejía publicou *La Escuela Argentina en el Centenario* (1909), que exaltava a vocação da escola como “o gérmen da alma nacional”, associada à “rememoração das tradições gloriosas nas quais se encontram as forças impulsoras da República”¹¹⁰. Na contracapa, a imagem de uma escultura de Domingo Faustino Sarmiento, ladeado por duas crianças. A função da educação nacional foi sistematizada

¹⁰⁶ ZAIDENWERG, Cielo. “Celebrando la patria en la gobernación norpatagónica de Río Negro (1908-1930)”. Naveg@merica, Revista Electrónica de la Asociación Española de Americanistas, 2014, n.º 12, pp. 7-8.

¹⁰⁷ ZAIDENWERG (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 243.

¹⁰⁸ HOBBSBAWM apud ZAIDENWERG (2013, 3), *Op. Cit.*, idem.

¹⁰⁹ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidade*. Cidade do México: Grijalbo, 1990, pp. 152-154.

¹¹⁰ RAMOS MEJÍA, José María. *La Escuela Argentina en el Centenario*. Buenos Aires: Conselho Nacional de Educação, 1909, p. 3.

na publicação por meio de uma série de iniciativas, sugestões e projetos elencados ao longo da obra, incluindo a construção de um monumento e de um museu histórico escolar, a realização de festivais e exposições, a organização de conferências, concursos, resenhas e monografias, entre outras atividades de caráter semelhante.

O propósito desses esforços, que sintetizavam o posicionamento científico e político de Ramos Mejía e de sua educação patriótica, era “convergir todas as energias para a grandeza da pátria” e “impulsionar os povos pela senda da justiça, da glória e da liberdade”. Não por acaso, os recursos complementares utilizados no cotidiano escolar deveriam despertar o interesse e a emoção nos alunos. Para isso, recomendava-se, quando possível, o uso de desenhos, quadros, retratos, projeções de luz e dramatizações¹¹¹, o que corroborava as proposições feitas por Mejía em *Las multitudes argentinas*, segundo as quais as massas deveriam ser educadas pela emoção mais do que pela razão.

Na mesma época, o presidente do CNE solicitou a um de seus colaboradores, o técnico Juan Pedro Ramos, a realização de um estudo sobre o estado da educação nacional e que deu origem aos dois tomos da *Historia de la Instrucción Primaria en la República Argentina, 1810-1910*, obra encomendada por Mejía para as comemorações do Centenário da Independência e que se converteu num marco do pensamento educacional do país. Ela inseria-se numa tentativa de construir uma “genealogia que unia a escola republicana à Revolução”, a qual “iniciou um período de avanços e retrocessos condicionados pelas mudanças políticas, até alcançar a sanção das leis da década de 1880 em que finalmente triunfaram as forças renovadoras”¹¹². Para escrevê-la, Ramos – então Diretor de Estatística Escolar e nomeado Inspetor Geral por ocasião dessa pesquisa – “viajou pelas províncias, onde compilou informação de primeira e segunda mão para completar a investigação em apenas dois anos”¹¹³.

Apesar das alegadas dificuldades de colaboração de alguns funcionários, do pouco tempo de trabalho em arquivos e da precariedade da documentação encontrada, os tomos somaram cerca de 1.400 páginas, incluindo um atlas com diversos dados estatísticos. A obra constituiu-se numa relação do passado com o presente, o qual teria herdado suas qualidades e superado seus males¹¹⁴. Além disso, em seu relatório, Juan P. Ramos destacou as consequências negativas do fenômeno da imigração sobre o caráter nacional,

¹¹¹ ZAIDENWERG (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 241.

¹¹² PINEAU, Pablo. *Historia y política de la educación argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2010, p. 11.

¹¹³ Ibidem, ibidem.

¹¹⁴ Ibidem, pp. 11-12.

o que levou, inclusive, à proibição do popular romance *Corazón* nos estabelecimentos escolares, uma vez que essa obra era acusada de fomentar “sentimentos em relação a outras pátrias”¹¹⁵. Assim, a visão da imigração e do cosmopolitismo como riscos à unidade e à estabilidade nacionais ganhava cada vez mais força entre os pensadores que direcionavam as políticas públicas do CNE.

Por conseguinte, o projeto de educação patriótica encampado pelo Conselho não deve ser visto como uma iniciativa desconectada do contexto político, social e cultural que havia permitido sua proposição e execução prática. Conforme defende Zaidenwerg, ele fez parte de uma corrente que pretendeu enraizar a ideia de nacional na população e que contou com a participação de políticos, pensadores e representantes da elite liberal para o entendimento do que deveria ser assumido entre os atributos da nacionalidade e da “argentinidade”¹¹⁶. Assim, à medida que a imigração passava a ser entendida como uma ameaça à ordem social, a questão da identidade tornava-se intimamente dependente da imagem construída sobre o outro. Desse modo, ela definia-se a partir das concepções de uma “minoría culta”, como uma forma de “defesa frente à invasão do ‘alheio’, do ‘estranho’, que é disperso e corre o risco de ‘diluir’ o próprio”¹¹⁷.

1.3 Nacionalidade argentina e o nacionalismo da Geração do Centenário

As discussões sobre nacionalidade e identidade argentinas foram preocupações que precederam aos impulsos patrióticos do Centenário, remontando ao liberalismo oitocentista, conforme introduzido anteriormente ao se tratar da imigração. Isso porque, “o componente material da nacionalidade (os interesses econômicos diferenciados, o território etc.) e seu componente imaterial (tradição, símbolos e valores, a língua, os sentimentos comuns de pertencimento) conformavam os elementos essenciais da nação moderna que se buscava afiançar”¹¹⁸. Nesse sentido, antes mesmo da chegada massiva de imigrantes ao país, a necessidade de assimilar a heterogênea população de *criollos* e indígenas ao ideal de civilização do Estado-nacional já mobilizava a elite dirigente, neutralizando as diferenças e promovendo a valorização da unidade e da uniformidade.

¹¹⁵ SOARES, Gabriela Pellegrino. “Monteiro Lobato, Juan P. Ramos e o papel dos inquéritos folclóricos na formação cultural e política da nação”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n.º 56, 2015, p. 430.

¹¹⁶ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 80.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 82.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 65.

Como um dos principais opositores do federalismo e do rosismo e pensador próximo da chamada Geração de 1837, foi Domingo Faustino Sarmiento quem publicou, em 1845, *Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas*, considerada uma obra-prima da literatura nacional. Partindo da biografia do caudilho Juan Facundo Quiroga, político *gaucho* do Partido Federalista, o livro propôs um projeto para a nação argentina assentado na dicotomia da civilização – associada aos preceitos políticos do liberalismo e do unitarismo e às formas de convívio, cultura e sociabilidade das cidades, lugares do progresso – em oposição à barbárie, fruto do federalismo e símbolo do atraso do “deserto”, imagem telúrica atrelada à vastidão das planícies do interior – terras de caudilhos, indígenas e *gauchos*¹¹⁹. Essa oposição filiava-se a teorias sociais que se desenvolviam na Europa no mesmo período, muitas delas partidárias do determinismo geográfico e do evolucionismo. Em relação aos habitantes da fronteira interior, um dos eixos centrais para a expansão do processo civilizatório nacional, a Ilustração desde o século XVIII:

(...) assinalava o caráter de selvagem às comunidades mais distanciadas do paradigma cultural europeu-ocidental, distinguindo-as dos civilizados e dos bárbaros (...); os selvagens eram os habitantes de um ambiente inóspito para os europeus, enquanto as comunidades mais imediatas às fronteiras e adaptáveis às normas culturais ocidentais constituíam casos de barbárie.¹²⁰

Na Argentina, esse discurso, revisitado e aprimorado ao longo dos anos, foi a base ideológica para a Conquista do Deserto e para o processo de construção simbólica dos sentidos da nação, perseguidos e moldados pelo projeto liberal. Vinculado ao pensamento racionalista e universalista que despontou a partir do Iluminismo, tinha como motor o progresso material, urbano e tecnológico e o fortalecimento de instituições, principalmente a escola. Assim, possuíam importante relevância os modelos franceses e ingleses, além do norte-americano, do qual Sarmiento mostrava-se um admirador¹²¹.

Ao analisar as relações entre o periódico *Revue des Deux Mondes* e a elite letrada liberal oitocentista, inseridas na busca por novas referências e repertórios, sobretudo europeus, e voltadas à legitimação dos caminhos percorridos pelos grupos dirigentes, em oposição ao passado espanhol, Gabriela Pellegrino Soares demonstrou como a “projeção

¹¹⁹ Ver: SARMIENTO, Domingo. *Facundo, ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

¹²⁰ FLORIA, Pedro Navarro. “El salvaje y su tratamiento en el discurso político argentino sobre la frontera sur, 1853-1879”. *Revista de Indias*, vol. 61, n.º 222, 2001, p. 346.

¹²¹ Ver: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes por Europa, África y América 1845-1*. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/70551.pdf>.

imperial francesa (...) encontrou espaço aberto, embora sujeito a filtros, em uma Argentina empenhada em remapear o território, a sociedade e o imaginário legados pelo colonizador”¹²². Esse movimento de reinscrição¹²³ simbólica teve especial relevância para o contexto da Geração de 1837. Nesse ano, foi fundado o Salão Literário, dedicado a discutir as novidades francesas a partir da realidade argentina e do propósito de fundamentação da identidade nacional.

O que se pretendia era uma sociedade de cidadãos orientados pela civilização e direcionados à sua busca, na qual a barbárie era assumida como o “sistema de vida das fronteiras afora, como a ordem alternativa à desejada pelos setores dominantes”¹²⁴, própria de um meio geográfico inóspito. Nesse sentido, indígenas, *gauchos* e a população em geral que vivia naquele mundo fronteiro, distante das cidades valorizadas pelo pensamento liberal e por ele associados ao federalismo e ao caudilhismo, converteram-se em emblemas do atraso, da preguiça e da ineficiência a serem combatidos. Para Domingo Faustino Sarmiento:

Não trate de economizar o sangue do *gaucho*. Esse é um preço que é preciso fazer útil ao país. O sangue é o único que têm de seres humanos¹²⁵. Tenho ódio à barbárie popular. A massa e o povo *gaucho* nos são hostis. Enquanto houver um chiripá, não haverá cidadãos. São as massas a única fonte de poder e legitimidade? O poncho, o chiripá e o rancho são de origem selvagem e formam uma divisão entre a cidade culta e o povoado, fazendo com que os cristãos se degradem. Você terá a glória de estabelecer em toda a República o poder da classe culta, aniquilando o levantamento das massas¹²⁶. Conseguiremos exterminar os índios? Pelos selvagens da América sinto uma invencível repugnância, que não posso remediar. Essa laia não é mais do que uns índios asquerosos, a quem mandaria pendurar agora se reaparecessem. Lautaro e Caupolicán são uns índios miseráveis, porque assim são todos. Incapazes de progresso. Seu extermínio é providencial e útil, sublime e grande. Deve-se exterminá-los sem sequer perdoar ao pequeno, que já tem o ódio instintivo contra o homem civilizado¹²⁷.

¹²² SOARES, Gabriela Pellegrino. “A Revue des Deux Mondes e a formação da nação argentina: projeções e apropriações culturais e políticas”. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009, p. 11.

¹²³ Cf. Edward Said: “remapear e então ocupar o lugar nas formas culturais imperiais reservado para a subordinação, ocupá-lo com autoconsciência, lutando por ele no mesmíssimo território antes governado por uma consciência que supunha a subordinação do Outro designado como inferior.” Apud: SOARES (2009), *Op. Cit.*, p. 2.

¹²⁴ FLORIA (2001), *Op. Cit.*, p. 347.

¹²⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. Carta de Sarmiento a Bartolomé Mitre de 20 de setembro de 1861. Disponível em: <http://www.educ.ar/sitios/educar/recursos/ver?id=128655>.

¹²⁶ Idem. Carta de Sarmiento a Bartolomé Mitre, 24 de setembro de 1861. In: PALERMO, Vicente. *La alegría y la pasión: Relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada*. Madri: Katz, 2015, p. 175.

¹²⁷ Idem. Artigo de Sarmiento no jornal chileno “El Progreso”, de 27 de setembro de 1844. In: PALERMO, *Op. Cit.*, *Loc. Cit.* Sobre a conformação do discurso republicano de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi na imprensa chilena durante seu exílio entre 1841 e 1852, ver: PEREIRA, Affonso C. T. A

Ainda que, durante a presidência de Sarmiento, as dificuldades práticas enfrentadas pelo Estado para consolidar o monopólio da força e a estabilidade interna tenham adiado o confronto armado com os indígenas e a incorporação dos territórios além das fronteiras interiores¹²⁸, passagens como essas têm motivado novas reflexões a respeito da figura e do pensamento do ex-presidente. Mais ainda, elas revelam os fundamentos da nacionalidade defendida pelos teóricos do liberalismo argentino, que participavam de organismos públicos e dos mais importantes núcleos de decisão política. Tratava-se, principalmente, de um esforço de ressignificação e domesticação dos elementos bárbaros, que cada vez mais se colocavam como obstáculos para o desenvolvimento e o progresso econômico, social e espiritual da nação.

Por conseguinte, Sarmiento buscava legitimar o poder do Estado-nacional e das camadas dirigentes urbanas sobre os índios e a população do interior, relacionando à barbárie signos tradicionais como o poncho, o rancho e o chiripá¹²⁹. Ao mesmo tempo, negava-lhes a prerrogativa de cidadania, restando seu desaparecimento como garantia para o avanço da civilização. A resolução desse conflito ideológico foi pretendida por diferentes caminhos, entre os quais a submissão militar da Conquista do Deserto, a incorporação à lógica liberal de produção e trabalho, a formação moral e cultural pela educação escolar e a introdução demográfica do imigrante europeu, como mencionado. Ainda no que se a Sarmiento, “fundador do sistema escolar laico na Argentina” e “pai da sala de aula”, Canclini afirmou:

Seu lema “civilização ou barbárie” diferencia o polo indígena-mestiço, inculto, do desenvolvimento progressista e educado, definido pelos grupos *criollos*, que possibilitou a existência da nação. A educação liberal que ele fundou, com o mérito de libertá-la da tutela religiosa, separa, entretanto, um patrimônio legítimo – sagrado desde certo ponto de vista –, em que se poderiam reconhecer os “melhores” habitantes do país, e exclui a população originária do território. O programa escolar separa com esse corte fundador os fatos históricos que foram estabelecendo as maneiras corretas de ocupar o espaço nacional: “A passagem do inculto e rude nômade ao colono trabalhador, do desocupado ao camponês”.¹³⁰

terceira margem do Prata: Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852. Tese de Doutorado em História da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

¹²⁸ RATTO, *Op. Cit.*, passim.

¹²⁹ Vestimenta utilizada pelos *gauchos* da Argentina, do Rio Grande do Sul, do Paraguai e do Uruguai, consistindo num pano retangular que, passado entre as pernas, se prendia à cintura, cf. Dicionário da RAE.

¹³⁰ CANCLINI, *Op. Cit.*, pp. 154-155.

Além de Domingo Faustino Sarmiento, os expoentes portenhos da Geração de 1837 também contribuíram para moldar a retórica oitocentista da nacionalidade argentina. Nomes como Esteban Echeverría (1805-1851) e Juan Bautista Alberdi, anteriormente analisado em virtude de sua contribuição para o texto constitucional de 1853 e para a delimitação das primeiras políticas imigratórias, foram responsáveis por definir o 25 de maio como “o momento fundador da nacionalidade”¹³¹ e por reafirmar a superioridade ideológica do liberalismo, sobretudo em oposição à tirania, despotismo e atraso identificados ao federalismo e à figura de Juan Manuel de Rosas.

Preocuparam-se, além disso, em conformar a narrativa acerca das origens, excluindo os elementos indesejáveis, em especial os indígenas, e tendo “a Europa como fonte de cultura”¹³². Foi de Bartolomé Mitre a primeira versão para a história argentina, cristalizando o marco do nascimento da nação no ano de 1810¹³³. Já para Echeverría, o “diálogo com os repertórios universalistas deveria abrir caminho à constituição da nacionalidade, à fundação de uma *creencia*” em oposição à Espanha, a qual guardaria “as chaves para o alvorecer de uma literatura nacional original. O mesmo ocorre no universo da política”¹³⁴. Assim, a proximidade com essas referências apenas teria sentido a partir da realidade argentina, sem a que teriam pouca utilidade.

A participação ativa desses pensadores na política, cujo ponto máximo foi a ascensão tanto de Sarmiento como de Mitre à Presidência da República, conformou a imbricação profunda entre a elite letrada e os grupos liberais que governaram a Argentina durante o período das chamadas “presidências históricas”. Ainda que a chegada de Roca ao governo tenha significado uma inflexão nessa tendência de representatividade direta no Poder Executivo nacional, esses pensadores nunca deixaram de contribuir continuamente para a definição de propostas de Estado, tanto ao longo do final do século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX.

Ainda entre os pensadores argentinos oitocentistas, autores identificados ao positivismo igualmente se concentraram em entender as barreiras que dificultavam o avanço do país rumo ao novo e desejado modelo de sociedade civil¹³⁵. Além de Ramos Mejía e de sua obra orientada por noções étnicas e biológicas, concebendo a nacionalidade a partir da ideia de uma nova raça que deveria se formar pela

¹³¹ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 82.

¹³² Ibidem, p. 82.

¹³³ Ibidem, pp. 82-83.

¹³⁴ SOARES (2009), *Op. Cit.*, p. 10.

¹³⁵ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 84.

arregimentação de distintos elementos políticos, sociais e econômicos, nomes importantes como Eduardo Wilde (1844-1913) e Estanislao Zeballos (1854-1923) também entendiam ser necessário “recorrer à apelação nacionalista (...); [portanto], foi nesse momento que se revelou aos grupos dirigentes que o processo social e cultural de formação da identidade nacional precisaria da ação do Estado”¹³⁶. Daí o esforço da Geração de 1880 em torno de projetos como o da educação patriótica, detalhado anteriormente e consagrado pelos ímpetus de celebração do Centenário, que incorporaram as preocupações e temores das elites que sustentavam o Partido Autonomista no poder e que viam a imigração como a causa do colapso iminente da identidade nacional.

O crescente pessimismo que contaminou as classes dominantes guardava relação com a sensação de perda da coesão social, pretensamente existente em um passado utópico. Desse modo, a filiação a uma era de ouro como tentativa de responder aos “temores em face do desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos”¹³⁷ articulou-se aos rumos da ação política. Essa retórica relacionava-se à necessidade de responder concretamente às reivindicações dos indivíduos alheios aos espaços de atuação e protagonismo, que lhes eram então recusados. Além disso, ela vinculava-se ao chamado mito da terra da promessa, usado recorrentemente pelas elites para negar a “possibilidade de que a agitação social, fenômeno europeu, pudesse repetir-se nas terras americanas”, pois “nada havia aqui que justificasse um mal-estar social, imaginavam; devia ser necessariamente importado por agitadores estrangeiros”.¹³⁸

Mesmo antes do Centenário, pensadores que anteriormente defendiam as comunidades imigrantes, como Zeballos, passaram a criticar “a perda de toda a disciplina, o materialismo, o mercantilismo e o sistema de vida licencioso que, através da imigração, haviam corrompido os agora redescobertos bons tempos antigos”, sustentando, inclusive, o resgate do passado espanhol¹³⁹. Assim, é importante considerar que as visões sobre a situação argentina incluíram posicionamentos ecléticos e argumentações filiadas tanto à matriz positivista quanto à espiritualista, uma vez que as “propostas das elites eram mais respostas a uma conjuntura e a uma experiência cotidiana do que o resultado de uma aplicação abstrata de princípios gerais como formas de engenharia social”¹⁴⁰.

¹³⁶ Ibidem, pp. 84-85.

¹³⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 283.

¹³⁸ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, pp. 46-47.

¹³⁹ Ibidem, p. 47.

¹⁴⁰ Ibidem, pp. 47-48.

Portanto, a época que coincidiu com o Centenário da Independência caracterizou-se pela mobilização dos pensadores em torno da questão da identidade nacional em “dimensões plurais. Para muitos outros autores, como José Ingenieros, mas também para os intelectuais socialistas de crescente influência, a velha dualidade fundadora civilização-barbárie continuava em vigor, e a civilização estava do lado da imigração europeia”¹⁴¹. Dessa maneira, esta pesquisa irá se concentrar no movimento do nacionalismo especificamente identificado à chamada Geração do Centenário, que partilhava, por exemplo, das concepções patrióticas do Conselho Nacional de Educação e da crítica ao cosmopolitismo. Mais ainda, a análise priorizará a obra de seus três expoentes máximos: o *tucumano* Ricardo Rojas (1882-1957), o *entrerriano* Manuel Gálvez (1882-1962) e o *cordobés* Leopoldo Lugones (1874-1938).

Filhos de famílias *criollas* e nascidos entre 1874 e 1882 em cidades das províncias, eles migraram posteriormente para Buenos Aires. Esses pensadores compartilhavam “a mesma apelação ao amor patriótico, ao espírito nacional e a uma tradição que, em boa parte, seguia sendo uma recriação mítica do passado”¹⁴². Entre os ideais do grupo, também estavam a valorização dos emblemas associados ao passado caudilhista, sobretudo à imagem anteriormente detratada do *gaucho* e, mais à frente, a recuperação da memória do general Juan Manuel de Rosas. Assim, diversos desses posicionamentos seriam incorporados pela direita autoritária que começava a se formar na Argentina¹⁴³, somados ao militarismo e à regeneração da moral conservadora¹⁴⁴. Contudo, nem todos esses pensadores tomaram parte nos rumos políticos autoritários do país. Ricardo Rojas, por exemplo, foi bem próximo aos governos da União Cívica Radical e chegou a ser perseguido e preso após o golpe de 1930. Nesses termos, o nacionalismo argentino da Geração do Centenário foi definido por Zaidenweg como uma “doutrina coerente que interpreta o país e sua história”¹⁴⁵. Igualmente, conforme José Luís Beired:

O nacionalismo era representado como um *movimento e uma ideologia política* de redenção nacional portadora dos valores essenciais da argentinidade. Estes deveriam ser buscados no *passado*, pois entendia-se que não havia pátria sem

¹⁴¹ Ibidem, pp. 54-55.

¹⁴² SÁNCHEZ apud ZAIDENWEG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 86.

¹⁴³ BEIRED, José Luiz B. *Sob o signo da nova ordem* – intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, São Paulo, Edições Loyola, 1999.

¹⁴⁴ Em relação às discussões sobre o serviço militar, a defesa de sua obrigatoriedade também esteve relacionada à questão da nacionalidade, cf. DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 48.

¹⁴⁵ ZAIDENWEG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 86.

história, ciência moral e política que permitia o acesso à “consciência do ser nacional”.¹⁴⁶

Em linhas gerais, seus pensadores perseguiram a redefinição das tradições históricas e culturais como essências da nação, em resposta à crise moral identificada à imigração e aos excessos do materialismo. As posições dos nacionalistas nem sempre foram equânimes, como nas polêmicas a respeito da importância atribuída ao catolicismo e ao hispanismo, por exemplo. Ainda sobre as motivações da Geração do Centenário:

Além da pompa de celebração, (...) o ponto central do questionamento era o cosmopolitismo da sociedade argentina, tomada pela enorme presença de imigrantes e dirigida por pessoas que haviam buscado inspiração na Europa. Todos os conflitos sociais e políticos e todo o questionamento sobre os rumos da elite tradicional podiam ser atribuídos aos maus imigrantes, aos corpos estranhos, aos estrangeiros dissolutos, incapazes de valorizar o que o país lhes havia oferecido. (...) preocupava também a desintegração de uma identidade nacional que alguns remontavam à sociedade crioula, anterior à avalanche migratória. (...) a maioria encontrou resposta em uma afirmação polêmica e retórica da nacionalidade: a solução era ressaltar a própria tradição crioula, argentinizar a massa estrangeira e, assim, discipliná-la.¹⁴⁷

Nesse contexto, a Primeira Guerra Mundial também exerceu importante impacto sobre o pensamento latino-americano. A marcha positivista e a crença no progresso ilimitado foram eclipsadas pelos horrores do pior conflito até então empreendido pela humanidade, no qual os impérios expansionistas europeus travaram batalhas motivadas pelo espírito progressista e tecnicista. A ciência contribuía substancialmente para aumentar as mortes e as atrocidades do confronto. Diante de um cenário de catástrofe militar e desintegração simbólica, a Grande Guerra desencadeou impactos imediatos e permanentes no pensamento ocidental. Conforme demonstrado por Olivier Compagnon, o conflito provocou uma crise de identidade e consciência na América Latina, que até o século anterior orientava suas concepções de civilização segundo o modelo europeu. Dessa maneira, a guerra contribuiu para fortalecer os movimentos nacionalistas, que em geral reorientaram-se para as especificidades próprias de suas sociedades¹⁴⁸.

Na Argentina, o conflito atingiu ainda mais as sensibilidades transformadas pela rápida modernização do país. De distintas maneiras, o tema da nacionalidade passou a despertar o interesse não apenas das elites políticas e de seus teóricos, mas também das

¹⁴⁶ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 226.

¹⁴⁷ ROMERO, Luis Alberto, *Op. Cit.*, (E-book).

¹⁴⁸ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

vanguardas, sendo apropriado por escritores como Jorge Luís Borges e artistas plásticos como Xul Solar¹⁴⁹. Além disso, conferiu força aos ideais tradicionalistas do nacionalismo. Nesse sentido, o discurso sobre as tradições nacionais estava marcado por intencionalidades pertinentes às preocupações dos setores dirigentes. O estrangeiro, que motivava desconfiança, converteu-se definitivamente numa ameaça a ser combatida em benefício da segurança e da integridade nacionais. Frente a uma sociedade cada vez mais plural e heterogênea, com saldo migratório superior a 1 milhão de imigrantes apenas entre 1901 e 1910¹⁵⁰, os nacionalistas questionaram:

(...) o projeto de seus pais, vendo nesta época uma crise espiritual e de valores. Nesse sentido, durante a primeira década do século XX, a ênfase no tema pátrio estará vinculada à ascensão de correntes de tipo espiritualista, que em contraposição ao positivismo de décadas anteriores interpretavam a sociedade em termos de comunidade patriótica de ideais. Diferentemente dos países capitalistas centrais, cujo núcleo aglutinador era o desenvolvimento industrial, o espiritualismo argentino concebeu as relações sociais em função de uma suposta convergência espiritual¹⁵¹.

Em 1914, os imigrantes representavam 30% da população argentina. Alguns eram considerados ainda mais exóticos que os outros, como os russos¹⁵². Ao mesmo tempo, a crise econômica contrariava os interesses das elites produtoras. Assim, cada vez mais os fundamentos ideológicos do liberalismo do século XIX eram contestados. Desse modo, mostrou-se necessário construir outros sentidos para a nacionalidade, diante da nova realidade sociopolítica. O desejo de homogeneidade correspondia, novamente, à ideia de argentinização dos setores populares. Por um lado, a centralização simbólica do Estado-nacional e a missão civilizadora da educação pública, heranças do pensamento liberal, foram fortalecidas mediante a crença de que conduziriam “os novos habitantes às divisões sociais pré-existentes”, legitimando as desigualdades¹⁵³. No entanto, tradições e personagens rechaçados pelos pensadores oitocentistas passaram a ser associados à alma nacional, principalmente aqueles do imaginário *gauchesco*.

La restauración nacionalista, escrita por Ricardo Rojas em 1909, e *El diário de Gabriel Quiroga*, de autoria de Manuel Gálvez e publicada em 1910, são consideradas as

¹⁴⁹ SCHWARTZ, Jorge. *Fervor das vanguardas*. Arte e literatura na América Latina. São Paulo: Cia. das Letras, 2013, pp. 150-151.

¹⁵⁰ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 70.

¹⁵¹ PUIGGRÓS apud ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 86.

¹⁵² DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 46.

¹⁵³ PUIGGRÓS, *Op. Cit.*, pp. 8-11.

primeiras obras do nacionalismo argentino¹⁵⁴. *La restauración nacionalista* surgiu como um diagnóstico do sistema educacional do país, partindo da comparação com a realidade de distintos países europeus. O livro resultou de uma viagem patrocinada dois anos antes pelo Ministério da Justiça e Instrução Pública, com vistas, principalmente, à elaboração de estudos sobre o ensino de História em escolas da Inglaterra, França, Itália e Espanha. Com base nessa experiência e na vivência anterior da prática docente, Rojas propôs reformar o ensino da disciplina histórica nas escolas argentinas, dialogando com a disseminação dos valores nacionais e patrióticos.

De modo semelhante às iniciativas de Ramos Mejía, a obra de Ricardo Rojas entendia a educação como mecanismo de fortalecimento da nacionalidade, de disciplinização e de homogeneização. Para isso, era necessário promover a sensibilidade histórica nacional, por meio da conformação de uma tradição espiritual comum, que consolidasse uma identidade “ameaçada pelas forças heterogêneas da imigração”¹⁵⁵. Por conseguinte, criticava a imigração indiscriminada pela incapacidade de selecionar e nacionalizar os imigrantes e seus filhos, missão que deveria ser concretizada pela escola, através da difusão dos conhecimentos acerca do território, do idioma e do passado nacionais. Para Rojas, o cosmopolitismo causava o atraso da civilização. Contudo, segundo Fernando Devoto, ele nutria “uma simpatia acentuada às migrações ‘latinas’, vistas como as mais compatíveis com a ‘alma argentina’”¹⁵⁶. Ao mesmo tempo, porém, insistia na constituição de um “pensamento nacional autônomo” e na “necessidade de desenvolver ‘olhos’, ‘lentes’ e um ‘olhar próprio’”, criticando a “miopia nacional”, ou seja “o descentramento e o europeísmo” intelectuais¹⁵⁷.

Assim, o autor buscou enumerar sugestões para o sistema educacional que partissem da realidade argentina, distanciando-se dos fundamentos europeus, causas da instabilidade social do país, em especial ao princípio da liberdade de ensino, já que “sua proposta era um monopólio do Estado laico”¹⁵⁸. Além disso, não aceitou o ideal da pureza racial, mas procurou a construção da unidade nacional por meio da tradição, chegando a reconhecer as contribuições de índios e mestiços. O resgate da cultura indo-americana, ideia aprofundada por Rojas especialmente em *Eurindia* (1924), “sempre suscitou enorme

¹⁵⁴ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 86-87.

¹⁵⁵ PUIGGRÓS, *Op. Cit.*, p. 87.

¹⁵⁶ DEVOTO, Fernando. Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna – una historia, Buenos Aires: Siglo XXI, 2002, p. 57.

¹⁵⁷ PULFER, Darío. “Presentación”. In: ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista de Ricardo Rojas*. La Plata: UNIPE, 2010, p. 16.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 30.

resistência numa cultura pouco desejosa de renunciar à sua originalidade no contexto ibero-americano”¹⁵⁹. Contudo, ao revalorizar o aporte indígena ao espírito nacional, o autor argumentou que seu “instinto territorial” possibilitaria a absorção desde os imigrantes até o capital estrangeiro¹⁶⁰.

Ricardo Rojas acreditava que a educação devesse estar orientada para os temas nacionais, atribuindo ao ensino de História a missão de contribuir para a argentinização das massas, formando uma consciência nacional e combinando-se aos estudos da língua, da geografia e da moral, conforme também defenderia o Conselho Nacional de Educação. Dessa maneira, objetivava a construção de valores patrióticos que, além de símbolos e heróis, estivessem vinculados a “todo esforço generoso e conscientemente realizado em favor do território, do idioma, da tradição e da hegemonia futura do país”¹⁶¹.

O autor defendia, ainda, a centralização e o controle do ensino por um Estado-nacional forte, que pudesse conduzir um programa autenticamente argentino, com escolas autenticamente argentinas e materiais que não fossem reproduções de manuais estrangeiros. Rojas também identificou algumas deficiências na formação do magistério, como a predominância do método mnemônico, pouco aproveitável para os alunos. Além disso, valorizou a recuperação das tradições por meio da reabilitação de antigos costumes rurais, entre os quais a imagem emblemática do *gaucho* e os componentes do folclore, ponto que será aprofundado mais adiante.

Especificamente em relação ao ensino de História, defendeu o conhecimento conjunto e articulado do passado argentino, desde o período pré-colombiano. Seu projeto almejava combinar a tradição com aquilo que denominou “história biográfica e dramática”. Esse modelo deveria inserir a Argentina na narrativa da latinidade e da Espanha, mas se voltando ao continente americano e à presença europeia na América. Sua abordagem guardava sentidos moralizantes, pois propunha que o ensino atentasse para a “verdade dos fatos históricos”, entendimento presente no pensamento do historiador positivista alemão Leopold von Ranke (1795-1886), educando-se, portanto, pelos exemplos positivos e negativos.

Leopoldo Lugones e Manuel Gálvez, escritor que foi três vezes indicado ao Prêmio Nobel de Literatura, também defendiam o fortalecimento da unidade nacional em oposição à imigração. Assim como Ricardo Rojas, esses pensadores foram críticos

¹⁵⁹ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁶⁰ ZULETA ÁLVAREZ apud PULFER, *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁶¹ ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista de Ricardo Rojas*. La Plata: UNIPE, 2010, p. 16.

vorazes do cosmopolitismo, relacionando-o ao risco de desintegração da nação. Por conseguinte, dedicaram-se a condenar os efeitos sociais negativos do imigrante.

Manuel Gálvez era um entusiasta da garantia e expressão do patriotismo. Seu objetivo deveria ser a argentinização da sociedade por intermédio das tradições, dos costumes, das paisagens e da valorização do passado. Na obra *El diario de Gabriel Quiroga*, afastando-se da laicidade presente em Rojas, defendeu a restauração patriótica e reafirmou o valor das “raízes latinas e espanholas da nacionalidade argentina, combinadas com a religião católica e a influência modeladora e afetiva da geografia e da paisagem”¹⁶². Para Gálvez, recuperar as tradições, em oposição a uma realidade “desnacionalizada” e dividida por identidades heterogêneas, imersas no progresso sem rumo nem ética, significava restaurar a moral e expressar o amor à pátria¹⁶³.

Leopoldo Lugones classificava o estrangeiro como o motivo da discórdia entre os argentinos, chegando a defender a deportação daqueles mais indesejáveis. Da mesma forma que Rojas, sustentou posições agressivas e imperialistas, partidárias da transformação da Argentina em uma potência militar¹⁶⁴. Ambos exerceram funções de destaque no Conselho Nacional de Educação. Sob encomenda da gestão Ramos Mejía, Lugones publicou a *Historia de Sarmiento* em 1911. Anos depois, participou do júri da *Encuesta del Folklore* de 1921, conforme será visto mais à frente. Nesse ponto, vale registrar que a memória de Sarmiento é emblemática para demonstrar os sentidos das ressignificações promovidas pelo nacionalismo: de grande incentivador da imigração europeia e crítico de tradições nacionais por ele associadas à barbárie, foi alçado à posição de patrono da escola e de herói da pátria, justamente por aqueles que criticavam os imigrantes e defendiam a recuperação das tradições *gauchescas*.

A importância conferida à educação como instrumento de consolidação da argentinidade, como defendia Ricardo Rojas, perpassou a obra de Lugones e de Gálvez. Enquanto mecanismo de fortalecimento do Estado-nacional, era preciso reorientar as políticas de ensino, as práticas pedagógicas, o currículo escolar, a formação docente e os conteúdos didáticos, por exemplo, em posição de alteridade frente ao estrangeiro. Leopoldo Lugones sustentava que a formação da raça argentina e da consciência nacional e o direcionamento das massas deveriam ocorrer por meio da educação. Da mesma forma, entendia que a transmissão de princípios e valores patrióticos aos filhos dos imigrantes

¹⁶² ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 87.

¹⁶³ *Ibidem*, pp. 87-88.

¹⁶⁴ BEIRED, *Op. Cit.*, pp. 218-220.

era o caminho para argentinizá-los e nacionalizar seus pais. Já Manuel Gálvez argumentava que a reespiritualização da sociedade argentina apenas seria possível a partir da educação de seus cidadãos.

Outro ponto criticado pelo nacionalismo foi o materialismo exacerbado, associado à busca desenfreada pelo progresso, à corrupção das virtudes cívicas e à decadência moral. Nesse sentido, o imigrante era definido como individualista, ganancioso e egoísta, desprovido de sentimentos comunitários e de amor à pátria. Esse habitante das cidades, caracterizadas pela presença das multidões, efeito indesejado da modernização do país, era moldado pela lógica econômica e dedicava-se exclusivamente à promoção de seus interesses materiais, sem se preocupar com os interesses coletivos.

O hispanismo também caracterizou o pensamento de alguns nacionalistas. Sobretudo após a independência das últimas colônias espanholas no continente americano, em 1898, ocorreu um movimento de reaproximação simbólica de parte dos pensadores latino-americanos com a antiga metrópole¹⁶⁵. Mesmo anteriormente, em meados da década de 1880, começava a ser relativizada, pouco a pouco, a imigração de espanhóis para a Argentina, ainda que pensadores como Sarmiento e Alberdi continuassem a ver a Espanha como um símbolo do atraso¹⁶⁶. Contudo, alguns passaram a enxergar esses estrangeiros, com suas semelhanças culturais, em especial o idioma, como preferíveis, por exemplo, aos italianos que entravam em massa no país. Outro marco importante foi a publicação do ensaio *Ariel*, de José Enrique Rodó (1871-1917), em 1900, que criticava o materialismo norte-americano e reivindicava “a raiz hispânica, latina e católica da cultura rio-platense”¹⁶⁷.

Manuel Gálvez foi o principal entusiasta nacionalista do hispanismo na Geração do Centenário. Defendia a preservação das tradições provinciais, principalmente por acreditar que nelas sobrevivessem as virtudes e valores do passado espanhol. Entre eles, enumerava a honra, a coragem, a ordem, a virilidade e o antiutilitarismo¹⁶⁸, assumidos como atributos essenciais para a superação da crise moral que a Argentina enfrentava. “No final, o espanhol tornou-se um produto cultural a partir do Centenário e a imigração

¹⁶⁵ SOARES (2015), *Op. Cit.*, p. 426.

¹⁶⁶ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, pp. 40-41.

¹⁶⁷ DOBRY, Edgardo. “Panamericanismo, hispanidad, nacionalismo argentino: dos escenas”. IX Congreso Argentino de Hispanistas “El Hispanismo ante el Bicentenario”. La Plata, 27-30 de abril de 2010, p. 2.

¹⁶⁸ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 221.

espanhola, que já ultrapassava em número a italiana, parecia o antídoto eficaz para os males produzidos pelas outras”¹⁶⁹.

Para Leopoldo Lugones, o interesse na cultura hispânica estava vinculado, especialmente, à sua filiação à cultura greco-romana, considerada por ele um modelo de perfeição. Contudo, ainda que esse passado persistisse de certa forma nas tradições argentinas, Lugones debruçou-se sobre suas especificidades para a identidade nacional, distanciando-se da defesa hispano-católica¹⁷⁰ de pensadores como Manuel Gálvez. Mesmo em relação à língua castelhana, interessava-lhe encontrar suas particularidades frente à realidade argentina:

No caso de Lugones, o empenho por demonstrar a existência de uma língua nacional argentina está determinado pelo imperativo de deduzir, a partir disso, que essa nação tem uma coletividade e identidade indiscutível (...). A ficção lugoniana da estirpe argentina como última depositária da mais alta tradição greco-latina construía um futuro passado, uma fundação monumental sobre uma história construída. Era uma resposta implícita aos projetos de *hispanidad* e de “família espanhola”, baseada no mesmo ideal romântico que identifica língua e pátria.¹⁷¹

Em 1916, ele publicou sua obra mais importante, *El payador*, que reuniu algumas de suas conferências. O título bem sintetiza os caminhos pretendidos pelo autor: o termo *payador* remete ao autor das *payadas*, improviso musical conhecido como “a poesia do *gaucho*”. Originárias da cultura popular espanhola, popularizaram-se e ganharam distintos contornos no interior da Argentina, do Uruguai e no extremo Sul do Brasil. A publicação reivindicou o caráter épico de *El Martín Fierro*¹⁷², obra poética oitocentista de José Hernández (1834-1886) que Lugones considerou como o poema nacional por excelência. Isso porque, o nacionalista valorizava as tradições *gauchescas* como símbolos da argentinidade e da alma profunda do país. Essa posição representou outra inflexão importante frente aos discursos da nacionalidade do liberalismo do século XIX.

No *Facundo* de Domingo Sarmiento, o *gaucho* era a expressão negativa do mundo rural e da barbárie que imperava no “deserto”, combinando o atraso e o conservadorismo da raça espanhola com o caráter selvagem do indígena. Resistia ao progresso e aliava-se aos caudilhos, igualmente defensores daquele modo de vida ultrapassado. Como emblema

¹⁶⁹ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 54.

¹⁷¹ DOBRY, *Op. Cit.*, p. 5.

¹⁷² O poeta José Hernández publicou duas obras distintas: *El Gaucho Martín Fierro*, de 1872, e *La Vuelta de Martín Fierro*, de 1879; sob o título genérico de *El Martín Fierro*, são até hoje consideradas o livro nacional argentino.

das tradições populares, o *gaucho* era uma verdadeira barreira para a civilização: “Facundo não está morto; vive nas tradições populares”, exclamava pesaroso o autor na primeira página de sua obra¹⁷³. Mesmo tendo comparado, ao escrever a biografia de Sarmiento, o *Facundo* à *Ilíada* de Homero, Leopoldo Lugones inverteu o confronto ideológico da civilização contra a barbárie em *El Payador*.

Para ele, o *gaucho* estava a serviço da civilização, pois conciliou a raça espanhola, que preponderava pela superioridade, com a raça indígena, inferior porque era bárbara. Assim, graças a ele, tinha sido preservado o legado greco-romano das tradições espanholas, as quais haviam resistido aos atributos negativos dos índios. Portanto, o *gaucho* do passado tornava-se o modelo do novo argentino, capaz de enfrentar e resistir, com heroísmo e coragem, à ameaça do imigrante. Por conseguinte, suas tradições eram instrumentos necessários para a sobrevivência da civilização e simbolizavam os atributos da excepcionalidade da cultura argentina para Lugones. Ricardo Rojas também criticou o sentido original da dicotomia sarmentiana, afirmando que:

Essa barbárie, tão caluniada pelos historiadores, foi o mais genuíno fruto de nosso território e de nosso caráter. A *montonera* não foi senão o exército da independência lutando no interior; e quase todos os caudilhos que a capitaneavam haviam feito sua aprendizagem na guerra contra os realistas. Havia mais afinidades entre Rosas e sua pampa ou entre Facundo e sua montanha do que entre o senhor Rivadavia ou o senhor García e o país que queriam governar. A Barbárie, sendo *gaucha*, e visto que ia a cavalo, era mais argentina, era mais nossa. Ela não havia pensado em entregar a soberania do país a uma dinastia europeia. Pelo contrário, a defendeu. Sua obra sangrenta foi o complemento indispensável da Revolução, pois elaborou com sangue argentino o conceito do governo e da nacionalidade, dando base mais sólida à obra dos constituintes. O deplorável foi a barbárie se prolongar por tantos anos, pois ao interromper durante três décadas a tradição escolar, complicou a solução de nosso problema pedagógico¹⁷⁴.

Outro contraponto importante entre o nacionalismo do Centenário e o liberalismo foi em torno do espaço urbano. No século XIX, as cidades eram valorizadas como emblemas da civilização, do progresso e da ordem, em oposição ao mundo rural e ao deserto, associados ao *gaucho* atrasado e ao índio indolente. O nacionalismo ressignificou a concepção sobre o campo, idealizado pelo passado mítico e pela tradição. Assim, ele passou a ser a expressão da autenticidade nacional, espaço privilegiado para recuperar a identidade argentina, pois estava afastado do cosmopolitismo materialista das grandes cidades. Nesse sentido, o “fracasso do programa dos fundadores” foi vinculado à

¹⁷³ SARMIENTO, *Op. Cit.*, p. 49.

¹⁷⁴ ROJAS, *Op. Cit.*, p. 195.

consolidação do latifúndio, que impediu o direcionamento da imigração para o campo e provocou o surgimento do fenômeno das multidões nas cidades¹⁷⁵.

Essa construção de um passado idealizado inseria-se na busca por “utopias rurais”¹⁷⁶, próprias de um tempo mítico, permeadas por aspectos mais simbólicos do que reais e as quais também atraíram as vanguardas. “Escritores e artistas mergulharam em experiências que buscavam conferir formas e conteúdos próprios, locais, à produção cultural e estética”¹⁷⁷. Em oposição à realidade em crise, a natureza ditava o ritmo da vida naquele universo imaginado, em compasso com as noções de permanência e estabilidade. Em contrapartida, as dinâmicas urbanas criavam paisagens fragmentadas, promoviam relações dissociadas e originavam cenários antinaturais. Assim, para o nacionalismo, era fundamental recuperar e reorganizar os elementos desse mundo ideal, recolocando o processo civilizatório nos eixos. De acordo com Canclini:

(...) o tradicionalismo aparece muitas vezes como recurso para suportar as contradições contemporâneas. Nessa época em que duvidamos dos benefícios da modernidade, multiplicam-se as tentações de retornar a algum passado que imaginamos mais tolerável. Diante da impotência para enfrentar as desordens sociais, o empobrecimento econômico e os desafios tecnológicos, frente à dificuldade para entendê-los, a evocação de tempos remotos reinstala na vida contemporânea arcaísmos que a modernidade havia substituído.¹⁷⁸

Politicamente, buscava-se cada vez mais a argentinização dos setores populares. Para isso, não bastava disseminar os valores patrióticos através da educação e do serviço militar, mas também era preciso responder a anseios mais concretos de participação na cidadania. Nesse sentido, Devoto argumentou que a reforma eleitoral e a promulgação da Lei Sáenz Peña podem ser entendidas como iniciativas que visavam a “resolver o problema da nacionalidade por meio da integração dos filhos dos imigrantes”¹⁷⁹. Em parte eleito graças a essas mudanças, o governo de Hipólito Yrigoyen não rompeu com o impulso patriótico delineado pelo CNE. Pelo contrário, fortaleceu-o¹⁸⁰, uma vez que ele atendia à sua concepção de reparação institucional e de moralização da política. Enfim, o discurso da renovação perpassou o incentivo ao “sentimento patriótico”¹⁸¹.

¹⁷⁵ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁷⁶ SARLO, *Op. Cit.*, pp. 59-66.

¹⁷⁷ SOARES (2015), *Op. Cit.*, p. 427.

¹⁷⁸ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 156.

¹⁷⁹ DEVOTO (2000), *Op. Cit.*, p. 49.

¹⁸⁰ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 178.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 179.

Dessa forma, a educação pública apareceu entre as preocupações primordiais do Presidente logo na mensagem enviada ao Congresso em 1917, em que ele afirmava que dela dependiam o futuro e a grandeza do país¹⁸². Em sua gestão, o Poder Executivo desempenhou papel determinante sobre a questão educacional, por meio de decretos e leis voltados, especialmente, para o fortalecimento da identidade nacional. Um dos reflexos dessa postura proativa foi a sanção do Decreto de Exaltação do Sentimento Nacional de 1919, que reforçou a função de educação cívica e patriótica da escola para o progresso e a glorificação da nação e a afirmação da argentinidade. Entre outros pontos, o documento valorizava o patrimônio histórico, as tradições nacionais¹⁸³ e fazia recomendações para as festas pátrias¹⁸⁴.

No ano seguinte, uma nova resolução orientou as homenagens ao centenário da morte do general Manuel Belgrano (1770-1820), um dos próceres argentinos, incluindo instruções específicas para as aulas de História, Literatura, Geografia e Instrução Cívica. Além disso, as celebrações deveriam envolver toda a comunidade¹⁸⁵. Yrigoyen chegou a propor um projeto de reforma educacional, que não foi aprovado. Contudo, ainda em seu primeiro mandato, a Lei de Reforma Universitária de 1918 foi promulgada, provocando impactos em toda a América Latina. Ela teve origem em um movimento iniciado em Córdoba, que exigiu participação dos estudantes nas decisões da universidade, modificação dos planos de estudo e o fim da ascendência do clero no Ensino Superior¹⁸⁶.

Como brevemente mencionado, diversas posições colocadas pelo nacionalismo do Centenário acabaram sendo politicamente assumidas e ganharam maior importância durante os anos 1920 e, em especial, na década de 1930. Diana Quattrocchi-Woisson propôs uma relevante análise sobre a relação entre a História e a política na Argentina ao longo do século XX, a partir das polêmicas em torno de Juan Manuel de Rosas. Sua memória e seu governo têm sido objeto de intensas disputas revisionistas, inseridas na apropriação do passado para legitimar necessidades políticas e sociais do presente¹⁸⁷.

Após o triunfo do liberalismo oitocentista, a imagem de Rosas foi associada à barbárie e a um passado indesejável. Contudo, a partir do radicalismo, sua figura começou a ser revisitada, levando à identificação entre o antigo governador de Buenos Aires e o

¹⁸² Ibidem, ibidem.

¹⁸³ Ibidem, pp. 179-180.

¹⁸⁴ Idem (2014), *Op. Cit.*, p. 8.

¹⁸⁵ Idem (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 181.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 80.

¹⁸⁷ QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria – historia y politica en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995, p. 323.

presidente Hipólito Yrigoyen¹⁸⁸, opositor político das oligarquias conservadoras. De ambos, o nacionalista Manuel Gálvez foi autor de obras biográficas¹⁸⁹. No vazio deixado pelos “historiadores profissionais”, atraídos pelo cientificismo positivista e preocupados com o formalismo da disciplina histórica, outros pensadores transformaram os sentidos dados à memória de Rosas, aproximando-o da nacionalidade argentina e conferindo-lhe posição de destaque. Quattrocchi-Woisson chegou a denominar esse movimento como “*contrahistoria*” revisionista¹⁹⁰.

Essa valorização atingiu seu auge após a interrupção democrática na década de 1930. Diante de uma grave crise econômica e política e da descrença no discurso do progresso, Rosas serviu ao resgate da era de ouro, fenômeno observado também na Geração do Centenário. Com isso, radicalizava-se a defesa do nacionalismo e dos valores da pátria, em oposição às potências estrangeiras. À nação em crise foi atribuído um passado glorioso, tempo de ordem social e disciplina que deveria ser regenerado¹⁹¹:

O governo de Rosas é apresentado como um modelo de realismo e sagacidade política, um governo apoiado sobre uma grande unidade nacional e que soube defender a integridade territorial argentina. A maior reprovação feita aos adversários de Rosas é de terem construído um Estado débil e dependente, um Estado semicolonial e não uma grande nação soberana (...) ‘Soberania econômica e independência política’, duas diretrizes do arsenal revisionista¹⁹².

De início, esse grupo de pensadores conseguiu apoios minoritários, incluindo setores nacionalistas e católicos e partidários da União Cívica Radical. Contudo, o forte apelo popular do movimento levou à sua identificação com o peronismo, principalmente na década de 1950. Desse modo, assim como nos anos de Yrigoyen, a imagem de Juan Manuel de Rosas chegou a ser associada à de Juan Domingo Perón (1895-1974)¹⁹³.

Voltando ao contexto inicial da Geração do Centenário, além da escolarização formal e das celebrações cívicas, houve outra iniciativa que aproximou o CNE do nacionalismo. Vinculado às tradições, aos costumes da terra e à valorização do passado, o folclore também teve espaço na obra de nacionalistas como Ricardo Rojas, rompendo

¹⁸⁸ Ibidem, p. 22.

¹⁸⁹ Ver: GÁLVEZ, Manuel. *Vida de Hipólito Yrigoyen: el hombre del misterio*. Buenos Aires: Kraft, 1939; GÁLVEZ, Manuel. *Vida de Don Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: El Ateneo, 1940.

¹⁹⁰ QUATTROCCHI-WOISSON, *Op. cit.*, p. 324.

¹⁹¹ Ibidem, p. 327.

¹⁹² Ibidem, p. 328.

¹⁹³ Ibidem, pp. 329-331.

os limites acadêmicos e ganhando espaço junto aos dilemas políticos da nacionalidade, como ocorria em outros países na mesma época. O Conselho aprovou a realização de um amplo e minucioso inquérito em 1921, no primeiro mandato de Hipólito Yrigoyen. A *Encuesta del Folklore* mobilizaria alunos, professores, diretores e as comunidades aos arredores de escolas de todo o país. Além de um exercício didático e de um levantamento estatístico, o projeto relacionava-se diretamente com as intencionalidades hegemônicas do Estado-nacional, especialmente relevantes nos Territórios Nacionais, conforme será discutido no próximo tópico.

Antes disso, é interessante registrar que a participação e influência de pensadores na política não foi atributo exclusivo da Argentina na América Latina durante esse período. No Brasil Republicano, por exemplo, personagens como Rui Barbosa atuaram diretamente na definição dos rumos do país. O jurista chegou a se candidatar por três vezes a um mandato presidencial e foi um dos mentores da Constituição de 1891, que marcou a transição legal após a queda da monarquia. Ao analisar o contexto social da Primeira República a partir do posicionamento de pensadores brasileiros e de sua produção literária, Nicolau Sevcenko destacou o papel dos chamados “Mosqueteiros” da Geração de 1870, republicanos e abolicionistas que propuseram diversas soluções pragmáticas para o Brasil e para as questões que envolviam o Estado. Paulatinamente, parte desse grupo afastou-se da vida política, desiludida com os rumos tomados pela República, dominada pelas oligarquias ruralistas. Todavia, muitos permaneceriam próximos aos interesses da elite do Rio de Janeiro, distinguindo-se, de acordo com Sevcenko, daqueles “intelectuais sem casaca”, associados à boemia e à ação pública.

Não obstante, enquanto desejosos de participar do processo histórico:

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade como o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional. E a elevação do nível cultural e material da população.¹⁹⁴

Nesse sentido, o estudo de Sevcenko avançou para a análise da chamada *Belle Époque*, com suas transformações sociais e tecnológicas e o impacto sofrido pela própria literatura, que passou a conviver com novas técnicas e formatos, como a fotografia, os jornais e as revistas de grande circulação, por exemplo. Concentrando-se na produção de

¹⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p. 97.

Lima Barreto e Euclides da Cunha, Nicolau Sevcenko refletiu sobre a importância dos intelectuais frente aos ideais e projetos de modernização do Brasil, ao mesmo tempo em que manifestavam suas reações e opiniões diante das aceleradas modificações da realidade nacional.

O trabalho da historiadora Tania Regina de Luca também trouxe contribuições bastante pertinentes para se pensar as aproximações entre os pensadores argentinos e os brasileiros das primeiras décadas do século XX¹⁹⁵. Ao analisar os 113 volumes publicados na primeira fase da Revista do Brasil (1916-1925) – período que coincidiu com o término da Primeira Guerra Mundial, a Semana de Arte Moderna e as comemorações do Centenário da Independência brasileira – de Luca demonstrou como a questão da nacionalidade foi o grande balizador entre aqueles que participaram do periódico, desconstruindo a abordagem consolidada pela historiografia que via a intelectualidade brasileira dos anos 1910 e 1920 como um todo indiferenciado e pouco dinâmico, incapaz “de atribuir essência própria ao período”¹⁹⁶ e colocado à sombra da Geração de 1870 e do movimento modernista.

Frente às transformações causadas pela urbanização e a industrialização, a Revista surgiu pelas mãos de um grupo de pensadores paulistas voltados a compreender o Brasil, tendo São Paulo como modelo de projeto para o país e adotando como linhas fundamentais de debate a História, a Geografia, a Etnia, a Ciência e a Língua. Nesse sentido, os intelectuais que escreveram para a publicação debruçaram-se na busca dos atributos capazes de explicar a realidade brasileira, enquanto elementos fundadores de um ideal de nação. Com isso, voltaram-se para a realização futura dos potenciais de um Brasil entendido como desarticulado, pouco coeso e doente, traçando diagnósticos, caminhos e soluções que abarcaram desde a reforma política do Estado, incluindo a revisão da Constituição e o voto secreto e obrigatório, até discursos autoritários e eugênicos, por exemplo. Criticava-se, do mesmo modo, a insistência em se copiar modelos e estrangeirismos desconectados das especificidades nacionais.

Para muitos intelectuais, em relação aos quais a Revista do Brasil foi capaz de arregimentar representantes de distintas vertentes ideológicas, a educação também desempenhava papel essencial, incluindo a difusão de valores patrióticos, de noções de cidadania e de conteúdos que privilegiassem “a língua, a literatura, o folclore, a história

¹⁹⁵ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 22.

e a geografia (...) além de infundir o culto e o respeito pela bandeira, pelo hino, pelas festas cívicas e pelos nossos heróis”¹⁹⁷. Essas concepções educacionais assemelhavam-se claramente com o projeto de educação patriótica do CNE na Argentina, por sua vez filiado às reformas pedagógicas francesas. Aliás, enquanto esteve à frente da Revista do Brasil, da qual foi proprietário entre 1918 e 1925, Monteiro Lobato (1882-1948) foi entusiasta do intercâmbio cultural com outros países latino-americanos, sobretudo por meio da Argentina, interesse também vinculado às pretensões comerciais de sua editora:

(...) fato que não pode ser dissociado das pretensões de Lobato de lançar seus produtos nos países de língua espanhola por intermédio da Argentina. A partir de 1919, as referências à república vizinha tornaram-se constantes na revista: livros, escritores, artigos da imprensa portenha ganharam, desde então, espaço no periódico. A editora, por sua vez, lançou uma coleção denominada Biblioteca Americana, inaugurada com Facundo de Domingo Sarmiento. Os contatos de Lobato com a intelectualidade argentina amudaram-se e ele chegou mesmo a iniciar negociações, que não chegaram a bom termo, com a Cooperativa Editorial Argentina. Vários contos seus, assim como de autores por ele editados, foram publicados em jornais e revistas desse país.¹⁹⁸

1.4 O Território Nacional do Río Negro

A história do Río Negro é marcada pela permeabilidade. Fosse pela concepção simbólica de “deserto”, moldada desde a colonização, carregada de juízos de alteridade e levada às últimas consequências pelos governos nacionais do século XIX, fosse após a criação do Território Nacional pela Lei n.º 1.532 de 16 de outubro de 1884, subordinando-o definitivamente ao poder central, essa região, assim como o restante da Patagônia, teve sua conformação caracterizada pela interação entre diferentes protagonistas e seus múltiplos interesses, num ambiente de aceleradas transformações, importantes tensões políticas e sociais e profundas trocas culturais.

O futuro Território Nacional do Río Negro pode ser considerado uma porta ou corredor de entrada, “dos *mapuches* na Pampa, da Argentina na Patagônia, dos chilenos na Argentina, dos patagônicos no ‘norte’ do país, dos navegadores que vão terra adentro, das pessoas e coisas da Cordilheira e da planície no mar”¹⁹⁹. Esse dinamismo, somado à proximidade com a província de Buenos Aires e, portanto, marcado por formas de

¹⁹⁷ Ibidem, p. 301.

¹⁹⁸ Ibidem, pp. 75-76.

¹⁹⁹ FLORIA, Pedro Navarro & NICOLETTI, María Andrea. *Río Negro, mil voces en una historia*. Neuquén: Manuscritos Libros, 2001, p. 14.

interação mais intensas e constantes do que nas regiões patagônicas mais afastadas, motivaram sua escolha como objeto de análise deste estudo. Além disso, seu território foi o espaço de povoação colonial mais antigo da fronteira Sul, marcadamente a partir de 1776, quando a Coroa espanhola fundou em Carmen de Patagones um forte, a fim de exercer maior controle sobre a área e contrapor-se ao risco de invasão inglesa²⁰⁰.

Nesse sentido, entendemos que o Río Negro, especialmente a área mais próxima ao rio homônimo, configura-se como uma zona de contato, conceito proposto por Mary Louise Pratt em *Os olhos do Império*, obra que, trazendo discussões teóricas bastante originais a partir da análise de relatos de viagem, vem contribuindo para reflexões acerca do imperialismo e de seu repertório simbólico de dominação. A autora entendeu a zona de contato como um espaço “onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam umas com as outras, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”²⁰¹. Esses encontros são, muitas vezes, associados “a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada (...)”²⁰², como corroboram o desfecho da questão indígena e os anos posteriores à incorporação daquele Território.

Além disso, a noção de fronteira²⁰³, assumida em complemento à de zona de contato, fornece contribuições interessantes para a investigação de contextos de dominação e conquista, como no caso do Sul argentino. Nas Ciências Sociais, essa imagem extrapola o “sentido óbvio e moderno de linha de separação entre Estados, para um campo metafórico mais amplo, que tenta dar conta de um grande número de processos sociais”²⁰⁴. Nesse sentido, mais do que um obstáculo, a fronteira configura-se como um espaço de ação e negociação, tanto interno – diferenciando os membros de uma mesma comunidade – quanto externo – distinguindo essa comunidade frente aos outros:

Podem ser apenas fronteiras de isolamento, de autossuficiência, mas em todo processo de integração são, na verdade, fronteiras de negociação, de cooperação e de conflito, que abrem percursos, canais, corredores e trajetos. As fronteiras intercomunitárias são fronteiras de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais e de homens. Interesses comuns são facilitadores de trocas, são pontos de passagem, como podem ser também uma língua comum, hábitos semelhantes, memórias compartilhadas que se

²⁰⁰ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 117-118.

²⁰¹ PRATT, Mary L. *Os olhos do Império: relatos de viagem e de transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 27.

²⁰² Ibidem, pp. 31-32.

²⁰³ GUARINELLO, Norberto Luiz. “Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: Um Ensaio”. Revista Mare Nostrum, Laboratório de Estudos do Império Romano - Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, v. 1, 2010, pp. 113-127.

²⁰⁴ Ibidem, p. 120.

reforçam com o tempo. Interesses divergentes tornam as fronteiras zonas de guerra, de violência, de dominação, de destruição.²⁰⁵

No que se refere mais especificamente aos estudos sobre as fronteiras interiores no Sul argentino, pesquisadores como Silvia Ratto²⁰⁶ romperam com o controverso modelo proposto por Frederick Jackson Turner, cujo protagonismo histórico estava concentrado no branco europeu pioneiro em detrimento das minorias que também participavam do processo, como mestiços, mulheres e os povos nativos, entre outros²⁰⁷. Diante das diversas relações travadas entre os atores que conviviam nesses espaços, autores como Guillaume Boccara passaram a entender a fronteira como o ambiente “onde acontecem as mudanças mais radicais”²⁰⁸.

Igualmente, o conceito de *middle ground*, elaborado por Richard White e utilizado por historiadores norte-americanos, também contribuiu para ampliar o alcance da fronteira, vista “como um espaço tanto real como simbólico, onde se desenvolvem novas formas de comunicação e comportamento (...) e um complexo processo de intercâmbio cultural, equilíbrio de poder e criação de novas formas sociais”²⁰⁹. Nas palavras de White:

(...) o *middle ground* é uma metáfora espacial (...). Penso que fui bastante específico a respeito dos elementos necessários para a construção desse tipo de espaço: confrontação entre regimes imperiais ou estatais e formas não estatais de organização social, equilíbrio de poder assimétrico, necessidade ou desejo mútuo pelo que o outro possui e incapacidade de um dos lados para forçar o outro a fazer aquilo que almeja. Força e violência dificilmente são alheios ao processo de criação e manutenção de um *middle ground*, mas o elemento crítico é a mediação (...). Um *middle ground* é a criação, em parte através de equívocos criativos, de um conjunto de práticas, rituais, responsabilidades e crenças que, embora constituídos de elementos do grupo em contato, está separado das práticas e crenças desse grupo.²¹⁰

O enfoque dado a essas trocas culturais de fronteira promoveu novas interpretações a respeito dos indivíduos que desempenhavam a função de mediadores entre os diferentes mundos em contato nesses âmbitos, conforme a ideia de “intermediários culturais” presente em Serge Gruzinski, os quais, “não necessariamente mestiços biológicos (...), ocupam-se em fazer passar elementos de um lado a outro,

²⁰⁵ Ibidem, p. 121-122.

²⁰⁶ RATTO, Silvia. “Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo”. *Memoria Americana*, n.º 13, 2005, pp. 179-207.

²⁰⁷ Ibidem, p. 181.

²⁰⁸ BOCCARA apud RATTO (2005), *Op. Cit.*, p. 181.

²⁰⁹ RATTO (2005), *Op. Cit.*, p. 183.

²¹⁰ WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650–1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 12-13.

borrando esses limites”²¹¹. Ao prefaciá-la a obra *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores* (1997), que reuniu, em perspectiva comparada, trabalhos de diversos autores a respeito de processos de hibridização cultural, Gruzinski e Berta Aires Queija definiram o papel desses *passeurs culturels*, categoria essencial não apenas para os estudos sobre a Conquista e a colonização da América, mas também para a análise de distintos contextos geográficos e temporais, como aquele tratado por esta pesquisa:

(...) aqueles agentes sociais que, desde uma posição frequentemente limiar e intermediária entre culturas, favoreceram as transferências e o diálogo entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações muitas vezes insólitas e contribuindo assim à articulação e à permeabilidade de suas fronteiras. Trata-se, pois, de identificar e de examinar as modalidades de ação, as estratégias e mecanismos desenvolvidos tanto por indivíduos (...) como por setores (...) que, por sua posição econômica, social, política ou religiosa, desempenharam um papel decisivo de “*passeurs culturels*”.²¹²

Assim, como espaço físico e simbólico, pensar a fronteira segundo esses termos mostra-se fundamental não somente para a análise da questão indígena, essencial para a história do Río Negro e de toda a Patagônia, mas também para a reflexão em torno das relações que os Territórios Nacionais continuaram a estabelecer com o “outro lado” após a Conquista do Deserto. Como ambiente de trocas complexas “que, sem excluir a violência, incluíam múltiplas formas de complementaridade e convivência”²¹³, a fronteira é, portanto, um limite, um obstáculo e, ao mesmo tempo, um poderoso canal de integração. Desse modo, no contexto argentino da segunda metade do século XIX, a divisão interna entre as terras indígenas autônomas e os territórios ocupados pelo Estado conformava uma “realidade porosa, maleável, múltipla e complexa”²¹⁴, que envolvia, entre outros fatores, violência, intercâmbio, política, territorialidade, mestiçagem, relações materiais e laços de dependência. Mais especificamente, no que refere à construção do Estado-nacional, esse processo:

(...) fica dramaticamente ressaltado na fronteira, onde cada estado tenta articular seu território e sua identidade em oposição ao outro, daí a importância dos grupos locais como agentes e atores históricos na formação das identidades

²¹¹ RATTO (2005), *Op. Cit.*, p. 184.

²¹² QUEIJA, Berta Aires & GRUZINSKI, Serge (org.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1997, p. 10.

²¹³ MANDRINI, Raúl. “Presentación”. In: MANDRINI, Raúl (org.). *Vivir entre dos mundos*. Las fronteras del sur de la Argentina. Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006, p. 11.

²¹⁴ QUIJADA, Mónica. “Repensando la frontera sur Argentina: Concepto, contenido, continuidades y discontinuidades (siglos XVIII-XIX)”. *Revista de Indias*, vol. 62, n.º 224, 2003, p. 110.

e territórios, para que a identidade nacional não consiga fazer-lhes esquecer sua cultura própria, interesses ou sentidos de pertencimento.²¹⁵

Desde o século XVI, índios, espanhóis, missionários, viajantes e *criollos* conviviam nas fronteiras interiores do Sul da Argentina. Esse cotidiano era marcado por importantes tensões, negociações, cenas de guerras e momentos de paz e convívio. Dele tomavam parte *estancieros*²¹⁶, militares, caciques e líderes indígenas, *lenguarazes*²¹⁷, cativos, aventureiros, funcionários do governo e a população local, dos habitantes dos *toldos*²¹⁸ aos das propriedades rurais. Essas dinâmicas, que constantemente agregavam antigos e novos atores, antecederam à inserção política do Río Negro como Território Nacional argentino. Mesmo marcada por tentativas de dominação, a vida na fronteira também permitiu o surgimento de formas de ação, resistência e sobrevivência, embora nos limites possíveis das relações de poder. As chamadas confederações indígenas, por exemplo, reconheciam as divisões territoriais que as separavam do Estado-nacional argentino e dos demais grupos nativos. Dentro dessa realidade assimétrica de domínio, souberam manobrar certas categorias do dominador. Assim, foram muitos os tratados, as alianças, as guerras e as negociações políticas que antecederam à solução bélica definitiva capitaneada pelo governo central²¹⁹.

Em 1862, a Lei n.º 28 foi precursora ao estabelecer as terras autônomas “como limites aos quais aspirava a nação, sobretudo ‘fora dos limites ou posse das províncias’”²²⁰. Ao final do mandato presidencial de Bartolomé Mitre, no contexto da Guerra do Paraguai, a Lei n.º 215²²¹ de 1867 “definiu o objetivo de levar a fronteira Sul argentina até os rios Neuquén e Negro, mediante a conquista militar do território dos Pampas, admitindo somente subsidiariamente o entendimento não violento”²²². O texto determinava a ocupação militar de uma nova faixa de terras, prevendo o assentamento dos grupos indígenas que se submetessem por própria vontade. A Lei também definia a criação de um fundo, visando à construção de edifícios militares, à exploração e navegação do rio Negro, à constituição de linha telegráfica e à distribuição de terras aos soldados expedicionários. Todavia, os planos não foram executados imediatamente, uma

²¹⁵ SAHLINS apud ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 43.

²¹⁶ Proprietários rurais.

²¹⁷ Tipo de intérpretes-tradutores.

²¹⁸ Típica moradia indígena da Patagônia.

²¹⁹ Ver: PASSETTI. *Op. Cit.*, passim.

²²⁰ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 100-101.

²²¹ CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 215 de Ocupação da Terra de 13 de agosto de 1867.

²²² FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 361.

vez que os recursos do Tesouro Nacional estavam comprometidos com a Guerra da Tríplice Aliança e com as rebeliões que estouravam em algumas províncias do país²²³.

Em 1876, durante a presidência de Nicolás Avellaneda, encerrado o conflito no Paraguai e sufocadas as resistências internas, o ministro Adolfo Alsina liderou outra ofensiva sobre as terras indígenas. Conseguiu conquistar nova área territorial, permitindo a construção de uma linha de defesa na fronteira interior, conhecida como a trincheira Alsina. Ainda assim, essa política recebia críticas de influentes setores da sociedade, que discordavam da postura defensiva do governo. Com a morte de Alsina, o general Julio Argentino Roca assumiu o Ministério da Guerra. Ferrenho entusiasta da submissão forçada dos indígenas, o novo ministro articulou a ofensiva militar como único caminho para a ocupação dos territórios autônomos.

Pouco depois, foi sancionada a Lei n.º 947²²⁴ de 1878. Seu texto qualificava o índio como bárbaro e determinava a destinação de verbas para a execução do disposto naquela legislação de guerra aprovada em 1867. A quantia de 1,6 milhões de pesos fortes deveria ser compensada com o arrendamento e a venda das terras a serem conquistadas. Dessa forma, o governo assegurava a viabilidade dos custos das expedições militares e a imediata ocupação dos territórios submetidos, tornando-os atrativos ao capital produtor. No mesmo ano, foi criada a Governação da Patagônia, instância política estratégica para a Conquista do Deserto, com administração subordinada ao Ministério da Guerra²²⁵.

Entre 1879 e 1885, foram incorporadas pelas armas as atuais províncias do Río Negro, Neuquén e Chubut. Além disso, no Norte do país, o Chaco, outro foco de resistência indígena, foi paulatinamente conquistado. Com o prestígio e a influência que passou a gozar frente à opinião pública, aos proprietários de terra, ao exército e aos governadores da maioria das províncias, exceção notável à capital Buenos Aires, Roca foi eleito Presidente da República em 1880. Conforme discutido anteriormente, iniciava-se o que a historiografia denominou de “ordem conservadora”, período de ascensão do Partido Autonomista Nacional e de alianças políticas entre o governo central e as oligarquias regionais, de modo a promover a consolidação do Estado-nacional. A chamada “solução final” para a questão indígena conformou na prática o discurso de pensadores como Sarmiento e os expoentes da Geração de 1837, que viam naqueles territórios um inóspito deserto, entrave para o avanço do progresso e da civilização.

²²³ RATTO, *Op. Cit.*, pp. 89-115.

²²⁴ CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 947 de Distribuição da Terra de 5 de outubro de 1878.

²²⁵ Idem. Lei n.º 954 de 11 de outubro 1878.

Em relação aos impactos dessas campanhas sobre os nativos, uma diversidade de fatores atingiu “a vida comunitária, desarmando as estruturas políticas, sociais e econômicas, isolando seus membros entre si e dissolvendo rapidamente os valores tradicionais (...)”²²⁶, o que perdurou mesmo após a dominação militar. Estima-se que, no século XIX, mais de 12 mil indígenas tenham sido exterminados na Argentina. Apenas no período da Conquista do Deserto, entre 1878 e 1884, foram feitas 2.196 vítimas fatais. Outros milhares foram incapacitados, aprisionados, recrutados para trabalhos forçados ou morreram em razão de doenças e epidemias. As famílias foram separadas e as unidades étnicas, fragmentadas. Ao mesmo tempo, a proporção de indígenas na população total foi reduzida drasticamente: estima-se que em 1536, ano da chegada dos europeus, fossem mais de 400 mil; a cifra caiu para 200 mil em 1869 (10% da população) e 180 mil em 1895 (4,3% da população argentina)²²⁷.

Rapidamente, as políticas de fomento à imigração converteram-se em alternativas para invisibilizar a presença indígena e explorar os 60 milhões de hectares²²⁸ conquistados e distribuídos para os proprietários de terra, marcando o início do controle do Estado-nacional sobre aqueles territórios. Entre 1880 e 1890, durante o auge desse fenômeno, entraram no país mais de um milhão de imigrantes, ainda que a quantidade de estrangeiros efetivamente radicados tenha sido em torno de 650 mil, que passaram a integrar os quase dois milhões de habitantes de toda a Argentina²²⁹. Sobretudo a partir da década de 1890, com as novas possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, parte desse contingente voltou-se para o campo, “tanto aqueles que se instalavam de forma definitiva quanto os que viajavam a cada ano para trabalhar nas colheitas”²³⁰. Em discurso ao Congresso Nacional, Julio A. Roca sacramentou a submissão dos indígenas:

A onda de bárbaros que inundou durante séculos as amplas e férteis planícies dos pampas e que nos tinha por oprimidos em estreitos limites, impondo-nos vergonhosos e humilhantes tributos, foi por fim destruída ou realocada a seus locais de origem além das montanhas. (...) já não restam índios, tribos audazes nem terríveis caciques que aterrorizem os pastores e impeçam o cultivo dos campos.²³¹

²²⁶ SARASOLA, Carlos. *Nuestros paisanos los indios*. Buenos Aires: Emecé, 1992, p. 278.

²²⁷ Os dados estatísticos de índios mortos estão em: SARASOLA, Carlos. *Op. Cit.*, p. 570. Sobre a composição étnica da população, ver: idem, p. 322.

²²⁸ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 99.

²²⁹ ROMERO, Luis Alberto, *Op. Cit.*, (E-book).

²³⁰ Ibidem (E-book).

²³¹ ROCA apud SARASOLA, *Op. Cit.*, p. 286.

Em 1884, a Lei n.º 1.532 de Organização dos Territórios Nacionais normatizou a posse dos novos domínios²³², dissolvendo a Governação da Patagônia e criando, no Sul, os Territórios de La Pampa, Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo e, no Norte, os de Misiones, Chaco e Formosa. A estrutura política dessas jurisdições passou a ser composta por um governador, eleito pelo Poder Executivo com a aprovação do Senado, por um secretário, indicado pelo governador e aprovado pelo Executivo, e pelos Conselhos Municipais nas localidades com mais de 1.000 moradores. Às que não atingissem esse número, restava a formação de Comissões de Fomento.

Entre as prerrogativas do governador, estavam o comando militar, a missão de “trazer para a civilização” os grupos indígenas sobreviventes, o fomento à educação primária e a supervisão do ensino público, enquanto representante do Executivo Nacional. A Lei também organizou o Poder Judiciário e determinou que, nos Territórios que superassem a população de 30 mil habitantes, haveria a composição de uma Legislatura. Nesse sentido, os Territórios Nacionais inicialmente se constituíram como “meras circunscrições administrativas, dependentes do poder central e carentes de autonomia”²³³. Essa tutela do Estado também tinha o objetivo de evitar a formação de poderes regionais que ameaçassem novamente o governo central²³⁴.

Os novos Territórios deveriam ser incorporados não somente à divisão política do Estado-nacional, por meio de seu povoamento, controle militar e da institucionalização de organismos burocráticos, jurídicos e civis, além do desenvolvimento de seus setores produtivos. Mais do que isso, necessitavam ser integrados à retórica da nacionalidade argentina que, se por um lado se tornaria, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, uma questão de Estado, acabaria por se converter em uma necessidade muito mais sensível no que dizia respeito aos Territórios Nacionais:

Em oposição aos estados provinciais, conformados previamente ao surgimento da nação, os Territórios Nacionais apresentavam-se como uma criação desde e a partir da nação, justamente no momento em que se consolidava um tríplice processo: formação do mercado nacional, um sistema hegemônico de dominação e finalmente a ‘conformação da nação’²³⁵.

²³² CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 1.532 de Organização dos Territórios Nacionais de 16 de outubro de 1884.

²³³ BUCCIARELLI apud ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 92.

²³⁴ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 101.

²³⁵ *Ibidem*, p. 93.

Mesmo com a indicação de um governador civil para substituir os militares que até então ocupavam os governos territoriais, o desconhecimento da realidade local, o desinteresse e mesmo a ausência física e as ilegalidades de muitos representantes do Estado e de seus funcionários motivavam o descontentamento constante da população, somados à falta de direitos políticos plenos, situação que perdurou até 1955, quando o Território foi elevado à categoria de província²³⁶.

Após sua constituição como unidade político-administrativa, Río Negro passou por diversas intervenções que visavam à sua integração ao setor produtivo nacional. Contudo, houve muitas dificuldades. A oferta barata e abundante de terras não significou a ocupação homogênea da região, mas sim a formação de grandes latifúndios isolados. Apenas com a chegada dos trens do Ferrocarril del Sud, quase na passagem do século, esse cenário começou a se transformar, permitindo a ligação entre os centros de produção, comercialização e embarque, além da instalação dos primeiros frigoríficos²³⁷.

A pecuária tornou-se a principal atividade econômica, atraindo investidores estrangeiros e incentivando a criação de sociedades anônimas, que atendiam, entre outros mercados exportadores, à demanda por lã. Por sua vez, o fomento à formação de colônias agrícolas era dificultado pelos problemas de irrigação, mesmo com a presença de caudalosos rios ao Norte do Território. Uma grande cheia do rio Negro, em 1899, motivou a realização das primeiras obras públicas mais significativas²³⁸.

Em 1908, a sanção da Lei de Fomento aos Territórios Nacionais, idealizada por Ezequiel Ramos Mexía (1852-1935), foi o primeiro projeto concreto para o desenvolvimento da região, voltado principalmente para superar sua dependência econômica do extrativismo. Ainda que sua eficácia tenha sido bastante limitada, ele inseria-se nas tentativas de reformas empreendidas pelo Estado-nacional para minimizar as tensões locais. Mexía preocupava-se com o direcionamento dos imigrantes para novas regiões, descomprimindo a superlotação das cidades. Essa solução passava pela revisão do regime de venda e distribuição de terras e das políticas de colonização. A Lei também propunha um grande plano de obras, que previa a construção de ferrovias e melhorias na navegação, canalização e aproveitamento energético dos rios. Em relação aos indígenas,

²³⁶ Ibidem, pp. 104-106.

²³⁷ Ibidem, p. 100.

²³⁸ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, pp. 123-124. As informações históricas acerca do Río Negro, salvo em outras citações particulares, foram baseadas em FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, passim.

a proposta de Ramos Mexía excluía-os da propriedade de áreas rurais, defendendo sua dispersão e incorporação ao trabalho nas estâncias de terceiros²³⁹.

Na prática, ainda que tenham sido bastante importantes para a integração e o desenvolvimento da região, as linhas ferroviárias não alcançaram as extensões pretendidas pelo projeto. Já a venda das terras foi deixada em segundo plano, priorizando-se obras que valorizassem as propriedades já existentes. Principalmente, o fracasso da Lei de Fomento residiu na falta de interesse do Estado em dispor de recursos públicos para investimentos em regiões tão afastadas e demograficamente inferiores às áreas mais desenvolvidas e populosas do país. Daí que muitas das obras e melhorias feitas no Território do Río Negro dependeram do financiamento pelo capital privado, tanto de empresas estrangeiras quanto de moradores e comunidades²⁴⁰.

Ainda assim, as iniciativas que saíram do papel beneficiaram especialmente as regiões próximas ao rio, no Norte do Território, justamente onde estavam localizadas as escolas que enviaram registros à *Encuesta del Folklore*, como será visto mais adiante: o Vale Inferior e o Alto Vale. Na mesma época, devido à própria Lei de Fomento, foram feitos diversos estudos e levantamentos sobre o Território, que aumentaram o conhecimento a respeito dos potenciais, características e da natureza da região. Além disso, a Lei de Irrigação de 1909 e a construção de um dique no rio Neuquén contribuíram para o desenvolvimento da colonização e, conseqüentemente, da economia regional, especialmente com o início do chamado ciclo da alfafa²⁴¹:

(...) as zonas de maior crescimento foram o Vale Inferior do rio Negro – zona atlântica e o Alto Vale. O Vale Inferior, caracterizado por ser uma ‘área de antigo povoamento’, muito antes da chamada ‘Conquista do Deserto’, e centro político-administrativo do território. (...) O Alto Vale constituiu-se, por sua vez, como uma grande área de desenvolvimento econômico e comercial.²⁴²

No entanto, durante as primeiras décadas do século XX, a economia permaneceu voltada ao modelo exportador, baseado no latifúndio e no capital estrangeiro, excluindo outras áreas marginalizadas. Existiam ainda famílias de pequenos produtores, na maioria de origem indígena *mapuche* (também denominados araucanos), que competiam em condições bastante desvantajosas com as grandes estâncias²⁴³. Essa situação de

²³⁹ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 107-112.

²⁴⁰ Ibidem, pp. 112-113.

²⁴¹ Ibidem, pp. 114-134.

²⁴² Ibidem, pp. 120-121.

²⁴³ Ibidem, pp. 133-134.

dependência, desigualdade inter-regional e ausência efetiva do Estado-nacional perdurou mesmo com a vitória eleitoral da União Cívica Radical. Sua retórica de reparação da ordem conservadora não significou a integração dos Territórios Nacionais às grandes políticas de Estado²⁴⁴. Nesse sentido, tanto o Río Negro quanto os demais Territórios continuaram a reivindicar maior participação e visibilidade:

(...) se por um lado os habitantes dos Territórios eram considerados partes da nação, incluídos nela e portanto receptores dos princípios da nacionalidade e portadores das habituais obrigações do cidadão: armar-se em defesa da pátria e pagar seus impostos, ao mesmo tempo sofriam a restrição de seus direitos políticos.²⁴⁵

Mesmo com a existência de uma incipiente frota de vapores no rio Negro, a ferrovia foi a principal responsável pelo desenvolvimento da região, interligando-a a Buenos Aires e ao Atlântico. Isso facilitou o escoamento da produção agropecuária e contribuiu para a afluência de imigrantes europeus que desembarcavam no porto da Capital²⁴⁶, ainda que as primeiras tentativas de estabelecimento de grupos de estrangeiros tenham fracassado na década de 1880²⁴⁷.

No Censo Nacional de 1895, Río Negro alcançou a cifra de 9.241 habitantes, dos quais 17% eram imigrantes e mais de 70% viviam na área rural²⁴⁸. Além do aumento de 358% na população registrado pelo Censo de 1914, “chilenos, espanhóis, italianos, ingleses, franceses, judeus uniram-se à população original constituída por indígenas araucanos e *tehuelches* e por ex-militares, participantes da Campanha [do Deserto]”²⁴⁹. Tanto entre os imigrantes quanto nas comunidades em geral, foi comum a criação de agrupamentos e espaços de sociabilidade e solidariedade, muitos deles reforçando as relações locais de poder, com hierarquias e práticas de relacionamento “entre pares”. Porém, conformavam formas de representatividade, assistência e protagonismo político, diante da debilidade das políticas públicas do Estado para a região. Especificamente os

²⁴⁴ RUFFINI, Martha. “Estado y política agraria en la frontera sur argentina: el territorio nacional de Río Negro (1916-1930)”. *Estudios Fronterizos*, vol. 10, n.º 19, janeiro-junho de 2009, pp. 85-118.

²⁴⁵ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 138.

²⁴⁶ RUFFINI, *Op. Cit.*, pp. 131-132.

²⁴⁷ GARCÍA, Beatriz; TEOBALDO, Mirta. “Estado y sociedad civil en la conformación y desarrollo del sistema educativo en el territorio nacional de Río Negro (1884-1945)”. In: PUIGGRÓS, Adriana (org.). *La Educación en las Provincias y Territorios Nacionales (1885-1945)*. Buenos Aires: Galerna, 1993, pp. 347-347.

²⁴⁸ ARGENTINA. *Segundo Censo Nacional de la Republica Argentina*, Tomo II, *Población*. Buenos Aires: Tipografía da Penitenciária Nacional, 1898.

²⁴⁹ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 347.

estrangeiros formaram redes próprias, como as associações de socorro mútuo e de preservação de suas tradições e valores étnicos²⁵⁰.

Em 1920, o Censo Geral dos Territórios Nacionais mostrou que a quantidade de habitantes *rionegrinos* havia quadruplicado em relação à do final do século XIX, chegando a 42.652 pessoas. A proporção de estrangeiros saltou para 31% e os moradores do campo diminuíram para 51% do total²⁵¹. Além disso, é fundamental frisar que, embora as políticas de extermínio e desintegração social tenham ocasionado a diminuição abrupta da população originária, os indígenas ainda constituíam uma parcela importante dos habitantes dos Territórios Nacionais. Por outro lado, como parte das tentativas de invisibilização perpetradas pelo Estado e por suas elites dirigentes, os nativos foram incluídos no rol genérico dos termos argentinos e/ou chilenos nos censos oficiais, de modo que não é possível quantificar com precisão sua representatividade populacional²⁵².

Era esse o cenário demográfico da época da *Encuesta del Folklore*. Portanto, apesar de o nacionalismo assumir o mundo rural como um antídoto à cidade contaminada pelo imigrante, encontrava-se ali um Território socialmente heterogêneo, com índices elevados de crescimento populacional, grande presença de estrangeiros e movimentos de êxodo rural, cuja presença débil do Estado dificultava a integração administrativa, econômica e especialmente simbólica de uma região que correspondia, considerando-se toda a extensão da Patagônia, a quase metade de todo o território argentino.

1.5 A educação no Território Nacional do Río Negro

A educação pública foi o principal mecanismo utilizado pelo Estado-nacional para sua consolidação e fortalecimento simbólico, principalmente nos Territórios. Isso porque, conforme determinava a Lei de Educação Comum de 1884, os estabelecimentos escolares dessas unidades político-administrativas, conhecidos como escolas nacionais, estavam diretamente subordinados ao CNE, o que significava, ao menos legalmente, sua adesão integral às prerrogativas e planos elaborados a partir de Buenos Aires, muitos dos quais alheios às suas necessidades reais.

²⁵⁰ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 140-141.

²⁵¹ MOLDES, Beatriz e ENTRAIGAS, Jorge. "La población del Territorio Nacional del Río Negro. Un aporte al conocimiento de sus principales características demográficas (1884-1955)". IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población, Huerta Grande, Córdoba, 2007, pp. 16-22.

²⁵² ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 125-126.

Os primeiros estabelecimentos de ensino *rionegrinos* foram abertos ainda no século XIX, mais precisamente em 1879, momento em que “as distâncias e os inconvenientes nas comunicações com o país civilizado, além da fraca consideração política sobre essas terras, atuaram como obstáculos para a integração política, cultural e econômica”²⁵³. Eles respondiam ao posicionamento liberal, que entendia a escola como instrumento de civilização e homogeneização das massas, especialmente necessário naquelas terras recém-incorporadas.

Na prática, o sistema educacional do Ríó Negro foi marcado por décadas de ausência efetiva do poder público. A desorganização administrativa convivia com a dificuldade em formar e atrair professores. Muitas vezes, recorria-se a docentes de outras regiões, o que era dificultado pela preferência dada às escolas localizadas em lugares mais desenvolvidos e “civilizados”. Os salários eram baixos e alguns dos primeiros professores que lecionaram no Território não tinham sequer formação. Muitos também eram estrangeiros, o que, sem autorização expressa, era vedado por lei.

Os poucos edifícios escolares eram bastante precários, chegando-se a adaptar ranchos em propriedades rurais para ocupar essa função. A grande cheia do rio Negro em 1899 também provocou a destruição de vários prédios destinados a essa finalidade²⁵⁴. Inclusive, criticava-se, já na década de 1890, a predominância de escolas mistas, tidas como “facilitadoras de má-condutas entre as crianças”²⁵⁵. Além disso, os índices de abstenção de alunos eram elevados, diante dos obstáculos e distâncias geográficas, da deficiência dos serviços de transporte e da resistência de muitas famílias quanto à obrigatoriedade de educar formalmente seus filhos, muitos dos quais auxiliavam os parentes no trabalho²⁵⁶.

A escola pública também concorria com os estabelecimentos mantidos pela Congregação Salesiana, que não só complementavam, mas principalmente substituíam e, muitas vezes, opunham-se às diretrizes do Estado-nacional, contradizendo os princípios laicos da Lei de Educação Comum de 1884. Seu modelo educacional alicerçava-se sobre a moral cristã e condenava princípios liberais como a laicidade e o materialismo. Além disso, os colégios salesianos e sua obra assistencialista atraíam muitos indígenas e colonos, contribuindo para esvaziar as escolas públicas²⁵⁷. A Congregação valia-se,

²⁵³ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 347.

²⁵⁴ ZAIDENWERG (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 68.

²⁵⁵ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, pp. 349-350.

²⁵⁶ ZAIDENWERG (2013, 2), *Op. Cit.*, pp. 68-71.

²⁵⁷ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 355.

inclusive, dos investimentos educacionais insuficientes do Estado na região como propaganda para atrair adesão, doações e apoio da população. Apesar das intensas disputas ideológicas travadas com representantes do CNE, algumas vezes as escolas salesianas foram subvencionadas pelo poder público ou contaram com a cooperação de agentes estatais, especialmente na instrução de jovens delinquentes e na oposição ao socialismo e ao anarquismo²⁵⁸.

Entre 1900 e 1914, diante do incentivo à colonização, da chegada de imigrantes, do crescimento demográfico e das altas taxas de analfabetismo, começaram a funcionar 22 escolas oficiais no Río Negro. Contudo, elas recebiam pouca atenção do governo nacional, que estimulava a autogestão e mesmo a atuação dos salesianos, sobretudo entre 1916 e 1930²⁵⁹, de modo a compensar o vazio e a carência de verbas do poder público. Por todo o Território, a dificuldade em se obter recursos também sujeitava o sistema de ensino ao patrocínio de moradores e, conseqüentemente, a seus interesses particulares. O próprio Estado defendia que a comunidade deveria ser responsável pela construção e manutenção dos prédios escolares²⁶⁰. Por sua vez, eram comuns o envio de demandas às autoridades e as cobranças e denúncias feitas por meio da imprensa local.

De fato, os planos educacionais determinados para os Territórios desconsideravam a heterogeneidade da sociedade patagônica: “colonos estrangeiros, *criollos* e indígenas eram agrupados em torno de um mesmo objetivo de civilização e argentinização”²⁶¹, ainda que a maioria dos alunos pertencesse às comunidades originárias²⁶². Esses propósitos tornaram-se mais acentuados, sobretudo, a partir de 1908, quando, à frente do CNE, José María Ramos Mejía teve a região como um lugar especialmente propício para a aplicação de seu projeto de educação patriótica.

Difundir o ideal nacional entre o elemento estrangeiro e reforçá-lo no caso dos habitantes de nacionalidade argentina converteu-se numa tarefa de grande envergadura à qual se dedicaram, com tenacidade, os professores, diretores e demais pessoas relacionadas com o sistema educativo na região (...) diversas instituições – Ministério do Interior, Ministério de Instrução Pública e o CNE – providenciaram uma série de propostas com a finalidade de remediar os problemas derivados do cosmopolitismo.²⁶³

²⁵⁸ Ibidem, pp. 362-363.

²⁵⁹ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, pp. 115-116.

²⁶⁰ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 350.

²⁶¹ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 115.

²⁶² TEOBALDO apud ZAIDENWERG (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 72.

²⁶³ ZAIDENWERG (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 72.

De acordo com o que já foi debatido, o projeto de educação patriótica capitaneado pelo Conselho Nacional de Educação inseria-se nas discussões feitas pelas elites dirigentes e intelectuais de Buenos Aires, diante da iminência de tensões sociais que, acreditavam, ameaçavam colapsar a identidade argentina. Assim, no que se refere ao Território do Río Negro, tratava-se de promover a integração dos imigrantes, indígenas e *paisanos* à concepção de nacionalidade pretendida pelo Estado, eliminando as diferenças culturais e orientando-os para o patriotismo homogeneizante. Daí a ênfase que a escola deveria dar ao passado em comum, aos heróis e símbolos nacionais, ao idioma, ao civismo, às instituições republicanas e às características geográficas do país²⁶⁴, numa programação que abarcava as aulas, os materiais didáticos, os comportamentos etc.

Parte desse programa poderia ser adaptada à realidade do entorno das escolas, fazendo com que os alunos conhecessem a geografia e a economia da região, por exemplo, de modo a fortalecer seus laços com o solo. Obviamente, esse reconhecimento local era válido desde que associado ao objetivo principal de construção do imaginário nacional. Contudo, o espaço de atuação da equipe escolar em relação a essas adaptações era bastante limitado. Assim, mantinha-se o controle por parte do Conselho de Educação, uma vez que quaisquer mudanças propostas deveriam ser comunicadas e aprovadas²⁶⁵.

Autoridades como Raúl Díaz, Inspetor Nacional de Territórios do CNE – cargo criado em 1890 para otimizar a presença e controle do órgão sobre aquelas unidades administrativas, fazendo cumprir as disposições da Lei de Educação Comum²⁶⁶ – também chegaram a criticar a inadequação do currículo determinado pelo Conselho para aquelas regiões. Nesse sentido, ele argumentava que, além das funções homogeneizadoras preconizadas pelo Estado, era necessário dotar os alunos de conhecimentos práticos, os quais seriam fundamentais para o desenvolvimento local.

Díaz, cujos escritos evocavam constantemente a visão oitocentista do deserto, acreditava que os programas escolares necessitavam preparar os estudantes para o trabalho manual na agricultura, pecuária ou extrativismo, partindo de uma posição determinista que entendia essas atividades como a vocação “irremediável” dos Territórios Nacionais²⁶⁷. Além disso, o Inspetor defendia que os professores deveriam ser mantidos sob a vigilância constante do Estado, de modo que pudessem, enquanto seus

²⁶⁴ Ibidem, p. 79.

²⁶⁵ Idem (2013, 2), *Op. Cit.*, pp. 86-88.

²⁶⁶ Ibidem, p. 68.

²⁶⁷ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 352.

representantes diretos e transmissores da nacionalidade, desempenhar seu papel da forma mais adequada e conveniente²⁶⁸.

Ainda no que refere ao impulso patriótico do Conselho Nacional de Educação, a celebração de efemérides e festas pátrias também cumpriu com sua finalidade de promover a integração e a identificação da comunidade do Território do Río Negro aos valores da nacionalidade argentina e ao imaginário coletivo em torno dela. Esses esforços tornavam-se mais significativos quando se considera a precariedade do sistema regular de ensino da região, de forma que parte desse déficit era compensada por essa chamada “educação informal”, não somente através das comemorações, mas também da construção de monumentos e do hasteamento da bandeira²⁶⁹. Fortalecido durante o Centenário da Independência em 1910, esse ímpeto foi constantemente reforçado inclusive pelo radicalismo, especialmente em datas como o 25 de maio e o 9 de julho.

Assim, os diretores das escolas dos Territórios foram autorizados a organizar festas patrióticas, nas quais não só os alunos deveriam ser protagonistas, mas também suas famílias e comunidades, ocupando outros espaços além dos estabelecimentos escolares. Mesmo nesses momentos, o CNE ditava as instruções que precisavam ser obedecidas, como o horário de realização das procissões cívicas, por exemplo. Por outro lado, essas festas revelavam novamente a fragilidade da relação entre o Estado e os Territórios Nacionais. As celebrações eram muitas vezes organizadas e custeadas pela própria vizinhança, inclusive sendo compartilhadas entre mais de uma localidade, de forma a dividir os gastos²⁷⁰. Por sua vez, foram momentos propícios para o fortalecimento de sentidos comunitários frente a uma realidade em comum, que partiam das experiências regionais e de sua relação com o conceito abstrato de nação²⁷¹.

Em março de 1920, o presidente do Conselho Nacional de Educação, Ángel Gallardo (1867-1934), publicou *La enseñanza primaria en los territorios nacionales*, reproduzido pelo *El Monitor de la Educación Común*²⁷². No artigo, ele afirmava que, nos Territórios Nacionais, o órgão considerava-se “em casa”, em contraste com as províncias, nas quais, mesmo após a Lei Láinez, o Conselho continuava a ser visto com desconfiança e concorria com os sistemas educacionais locais. Pelo contrário, prosseguia o presidente,

²⁶⁸ ZAIDENWERG (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 242.

²⁶⁹ Idem (2014), *Op. Cit.*, pp. 3-7.

²⁷⁰ Ibidem, p. 16.

²⁷¹ Ibidem, pp. 14-15

²⁷² CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; GALLARDO, Ángel. *La enseñanza primaria en los territorios nacionales*. *El Monitor de la Educación Común*, ano 38, n.º 569. Buenos Aires, 31 de maio de 1920, pp. 105-120.

as escolas do interior sob sua jurisdição desenvolviam-se exemplarmente, do mesmo modo como na Capital Federal. Portanto, ele concluía que era preciso intensificar a presença do Conselho naquelas regiões, “recentemente incorporadas à civilização”, “escassas em recursos de toda a ordem, em que começa a chegar o progresso”. Para Gallardo, a escola, como “sentinela da nacionalidade”, tinha nos Territórios sua obra mais urgente: “formar o espírito da população em meio à onda cosmopolita”.

O presidente havia realizado uma sequência de viagens, priorizando as regiões que faziam fronteira com os países vizinhos, a fim de conhecer *in loco* a situação do ensino e das escolas. Ao longo desse percurso, também visitou o Río Negro. Em 1918, sua comitiva esteve em Lamarque, Allen, Cipolletti e Contralmirante Cordero, a qual Gallardo acreditou ficar em Neuquén. Essas quatro localidades, como veremos mais adiante, possuíam escolas que participaram e remeteram documentos à *Encuesta del Folklore*. Na viagem, ele registrou a precariedade das vias e dos meios de transporte e as intempéries do clima patagônico. “Ao percorrer essas vastas solidões em meio a dificuldades e perigos de toda a classe, pensava nos teorizadores da luta contra o analfabetismo”, a quem acusava de criticarem o Conselho, sem imaginarem as barreiras impostas pela prática.

Ángel Gallardo atacou o que chamou de periodistas caluniosos e os demais detratores do órgão, que ignoravam seus esforços e os limites que encontrava. Nesse sentido, reconheceu a impossibilidade de se instalarem escolas em algumas regiões ermas, de baixa densidade populacional. Ao mesmo tempo, salientou a existência de 440 estabelecimentos nos Territórios Nacionais, aos quais acudiam cerca de 40 mil alunos. Também levantou a necessidade de melhorias, entre elas mais eficiência para o pagamento dos docentes e o incentivo a mecanismos de autogestão. Para isso, o Conselho poderia dividir com os moradores os custos de construção de escolas, o que, na prática, já acontecia. Gallardo concluiu seu artigo elogiando a boa vontade dos alunos, dispostos a vencer distâncias para estudar, e o empenho dos professores, que sepultavam “sua juventude num deserto”: mesmo diante de tantas adversidades, “as escolas dos territórios realizam uma função transcendental de civilização”, como um “oásis de cultura nas vastas solidões desertas”²⁷³.

Expondo as contradições e problemas reais do mundo rural, em contraste com seu discurso que idealizava as tradições a serem preservadas contra a chamada “onda

²⁷³ Ibidem, p. 120.

cosmopolita”, o presidente do Conselho Nacional de Educação não deixou de assumir os sentidos de alteridade construídos pelo Estado. Mais uma vez, a escola encarnava a missão de levar o progresso e de incorporar os desertos do interior do país. Sua visão estava fortemente atrelada ao papel patriótico desejado para a educação, ante as supostas ameaças oferecidas pelos imigrantes. Assim, o interesse pelo campo resumia-se às tradições que ele ainda conservava, úteis para um projeto de nação, ao passo que o restante deveria ser transplantado pela ansiada civilização. Além de bastante próxima aos pensadores do Centenário, essa noção encontrava similitudes com o posicionamento de muitos estudiosos do folclore daquela época, entre eles ingleses e franceses, segundo os quais caberia aos folcloristas resgatar a tempo os resquícios do passado em meio a um ambiente inexoravelmente condenado à extinção pela chegada do progresso.

Desse modo, as discussões levantadas por Ángel Gallardo relacionavam-se diretamente com a realização da *Encuesta*, aprovada por ele no ano seguinte. Assim, a defesa da nacionalidade argentina, sobretudo a partir da escola, incorporaria o folclore e assumiria a função de um pêndulo. Pelo lado da civilização, buscou neutralizar as tensões políticas e sociais que também se verificavam nos Territórios Nacionais. Já pela retórica da tradição, dedicou-se a combater as contradições que ameaçavam a hegemonia daqueles que controlavam o Estado, entre as quais as intensas transformações ocasionadas pelo grande fluxo migratório e pela persistência dos elementos indesejáveis à civilização.

A documentação levantada pelo inquérito em muito corrobora o dinamismo, disputas e paradoxos que caracterizavam a realidade histórica e social não apenas do Río Negro, mas da própria Argentina. Por meio dos registros colhidos ou omitidos pelos professores e diretores, verdadeiros intermediários culturais²⁷⁴, percebem-se a posição de marginalidade conferida aos Territórios, as dificuldades encontradas por seus habitantes e os reflexos da ausência do Estado-nacional no que dizia respeito à educação.

Por outro lado, eles revelam a complexidade do cotidiano daquela zona de contato, das interações físicas e simbólicas entre indígenas, imigrantes e demais atores sociais da fronteira e do papel desempenhado pela escola frente a um contexto marcado por relações assimétricas de poder, que ainda assim não esvaziavam por completo os potenciais de adaptação, ação, resistência, negociação e transformação da própria cultura. Todavia,

²⁷⁴ Para uma perspectiva histórica sobre a circulação e apropriação de ideias e o papel dos mediadores culturais, ver: SOARES, Gabriela Pellegrino. “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”. In: JUNQUEIRA, Mary A. & Franco, Stella M. S. (org.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa: Cultura e Política nas Américas*, volume II. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo; Humanitas, 2011.

antes de adentrar na *Encuesta* propriamente dita, convém discutir no capítulo seguinte alguns entendimentos em torno dos conceitos de cultura popular e folclore e suas relações com o nacionalismo, considerando o que já foi delineado a partir do pensamento da Geração do Centenário.

II

Cultura popular, folclore e nação

A pesar de mi deseo de contribuir en lo que pudiera para realizar dicha obra, no me ha sido posible por mi carácter de porteña, criada y educada en Buenos Aires, ciudad en la que se desconocen, puede decirse, las costumbres nacionales que forman nuestra tradición, por el cosmopolitismo que reina en ella.

Encuesta Nacional del Folklore – Trecho da compilação da professora M. Vittune (Contralmirante Cordero, Território Nacional do Río Negro, 1921)

Figura 2. *Gaicho de la República Argentina*, fotomontagem feita em um estúdio de Lima, propriedade dos irmãos franceses Curret, em 1868 – Coleção Fernández Rivero de Fotografia Antiga

2.1 Considerações sobre a “cultura popular”

O conceito de cultura popular é controverso e polêmico, como as próprias definições de “cultura” e “popular”. De fato, disciplinas humanas como a Antropologia, a Sociologia e, mais recentemente, a História, entre outras, vêm buscando, desde pelo menos o século XIX, defini-los a partir de seus objetos e métodos de análise. Por outro lado, este estudo não tem a pretensão de delimitá-los nem de pormenorizar a trajetória epistemológica desses termos. Interessa, antes de tudo, trazer à discussão alguns autores que, por seus pontos de vista discordantes ou concordantes, contribuíram para estabelecer os sentidos de cultura popular mais identificados às finalidades desta pesquisa histórica, ainda que eles não se esgotem às perspectivas aqui perseguidas. Certamente, esses estudos propuseram recortes temporais e espaciais que diferem daqueles ora tratados. Contudo, os percursos utilizados mostraram-se fundamentais para se pensar a relação entre a cultura popular e o projeto político-educacional do CNE para o Território Nacional do Rio Negro, sobretudo em consonância com o nacionalismo da Geração do Centenário.

No final da década de 1970, o historiador inglês Peter Burke publicou *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*, obra que contribuiu para aproximar ainda mais a cultura popular dos estudos históricos e mostrou-se bastante profícua para a valorização epistemológica desse campo. Anteriormente, autores como Robert Mandrou, na França, Edward Thompson e Keith Thomas, na Inglaterra, e Carlo Ginzburg, na Itália (cujo trabalho receberá maior destaque mais adiante)²⁷⁵, já haviam colaborado para que o tema passasse “da periferia para o centro dos interesses do historiador”²⁷⁶. A definição de cultura proposta por Burke parece apropriada quando levados em conta os esclarecimentos feitos por ele em edição posterior ao lançamento original de seu trabalho, diante das críticas dirigidas a alguns dos conceitos empregados e caminhos percorridos.

Desse modo, entende-se a cultura como “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles

²⁷⁵ Ver, por exemplo: MANDROU, Robert. *De la culture populaire aux XVIIe et XVIIIe siècle: la Bibliothèque bleue de Troyes*. Paris: Stock, 1964; THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013; THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra dos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

²⁷⁶ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 14.

são expressos ou encarnados”²⁷⁷. Mais do que isso, a amplitude desse termo chega a incluir “quase tudo o que pode ser apreendido em uma dada sociedade”²⁷⁸, relacionando-se aos modos de vida e ao cotidiano, o que comporta a própria ideia de folclore. Finalmente, trata-se de “algo que varia de sociedade a sociedade e muda de um século a outro, que é ‘construído’ socialmente e, portanto, requer explicação social e histórica”²⁷⁹. Raymond Williams, pensador britânico fundamental para o desenvolvimento dos estudos culturais na segunda metade do século XX, também evidenciou a complexidade de se delimitar o termo “cultura”²⁸⁰, por ele considerado, etimologicamente, um dos mais complicados da língua inglesa. Segundo o autor:

Começando como nome de um *processo* – cultura (cultivo) de vegetais ou (criação e reprodução) de animais e, por extensão, cultura (cultivo ativo) da mente humana – ele se tornou, em fins do século XVIII, particularmente no alemão e no inglês, um nome para *configuração* ou *generalização* do “espírito” que informava o “modo de vida global” de determinado povo.²⁸¹

Nesse sentido, ainda vale a pena registrar a ambivalência intrínseca atribuída pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman ao conceito de cultura, cuja apropriação varia a partir de contextos semânticos distintos. Nesse sentido:

Para Bauman, há numerosos interesses cognitivos institucionalizados em torno de um vocábulo único, cada um localizado em um campo semântico diferente, que pode ser solapado nessa relação, pois cada um é acompanhado por uma série específica de noções paradigmáticas e sintaticamente ligadas entre si, que extraem e manifestam seu significado através de um conjunto distinto de contextos cognitivos. Uma das premissas do estudo é que a diferença de abordagens para o termo cultura é a parte mais rica do ponto de vista cognitivo. É frutífera e academicamente estimulante.²⁸²

Outra questão colocada por Peter Burke foi a controversa noção de popular. De início, partindo de Gramsci, o autor percebeu a cultura popular como a “não oficial, da não elite, das ‘classes subalternas’”²⁸³. Contudo, a oposição que esse entendimento evoca também tem motivado intensos debates nas Ciências Humanas, especialmente quando se consideram os estudos que corroboram a interação existente entre esses pretensos polos,

²⁷⁷ Ibidem, p. 11.

²⁷⁸ Ibidem, p. 22.

²⁷⁹ Ibidem, p. 23.

²⁸⁰ Ver: WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 10-13.

²⁸¹ Ibidem, p. 10.

²⁸² ESPINOSA, Lara. “O conceito de cultura em Bauman”. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, Vol. VII Nº 3 - setembro/dezembro de 2005, p. 241.

²⁸³ BURKE, Op. Cit., p. 11.

como a própria obra de Burke pretendeu demonstrar. Diante disso, ele recorreu à ideia do biculturalismo para definir os “membros da elite que aprenderam (...) canções e contos populares na infância (...), mas que também participaram de uma cultura ‘alta’ (...) às quais as pessoas comuns não tiveram acesso”²⁸⁴. No entanto, mesmo se preocupando com as dinâmicas de interação cultural, ao distinguir “a maioria, para quem a cultura popular era a única cultura, e a minoria, que tinha acesso à grande tradição [das universidades, por exemplo], mas que participava da pequena tradição [popular] enquanto uma segunda cultura”²⁸⁵, Burke ainda parece enfatizar a diferenciação entre polos opostos.

Nesse sentido, o historiador francês Roger Chartier chamou a atenção para dois pontos cruciais ao se discutir a cultura popular. Em primeiro lugar, o próprio conceito é uma categoria erudita, carregada de alteridade, para descrever “práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à ‘cultura popular’”²⁸⁶. Além disso, os estudos em torno do conceito limitam-se, grosso modo, segundo ele, a dois modelos: um que tende a vê-la como um sistema coerente, independente e autônomo, e outro que a analisa a partir da dependência frente a uma cultura dominante. Essas interpretações também apontam para a tendência de se contrapor “uma suposta idade de ouro da cultura popular, onde esta aparece como matricial e independente, a épocas onde vigoram censura e coação, quando ela é desqualificada e desmantelada”²⁸⁷.

Nesse ponto, Chartier dirigiu sua crítica a Peter Burke, justamente pela oposição feita pelo historiador inglês entre a época em que todos partilhavam da cultura popular e seu abandono posterior pelas classes dominantes. Ao pensar as práticas culturais frente à modernização, Canclini também criticou a suposição geral feita pela bibliografia sobre a cultura de que “existe um interesse intrínseco aos setores hegemônicos em promover a modernidade e um destino fatal dos populares que os arraiga às tradições”²⁸⁸.

Roger Chartier não desconsiderou as relações assimétricas de poder e as tentativas de dominação que, ao perpassar as práticas sociais, agem sobre a própria cultura popular. Contudo, conforme este estudo vai procurar mostrar, ele defende que isso não anula as possibilidades de recepção – “que pode ser resistente, matreira ou rebelde”, uma vez que “entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido

²⁸⁴ Ibidem, p. 18.

²⁸⁵ Ibidem, p. 56.

²⁸⁶ CHARTIER, Roger. “‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n.º 16, 1995, p. 179.

²⁸⁷ Ibidem, p. 180.

²⁸⁸ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 192.

produzido” existe uma margem de atuação, mesmo que limitada²⁸⁹. Além disso, Chartier não negou as transformações provocadas por esses processos de reformulação, que podem até mesmo subverter e utilizar os meios destinados à sua aniquilação.

Como se verá mais adiante, os registros colhidos pela *Encuesta del Folklore* no Río Negro, espaço assumido como zona de contato e fronteira física e simbólica, corroboram esse potencial de ressignificação, resistência e negociação existente entre as pretensões do CNE e de seus agentes diretos e indiretos – no que se refere a forjar uma nacionalidade a partir de tradições pretensamente argentinas, a realidade daquele contexto sócio-histórico e, principalmente, o dinamismo intrínseco à própria cultura popular. Suas manifestações muitas vezes escapavam da ideia de homogeneidade cultural perseguida pela visão nacionalista.

Outra constatação de extrema importância feita por Chartier recai sobre a noção de apropriação: mais do que uma divisão entre o que pode ou não ser considerado parte da cultura popular, a relevância deve assentar-se sobre as formas como suas práticas são apropriadas por determinados grupos sociais, por meio de estratégias particulares. Assim, ao se olhar para a documentação do inquérito argentino, deve se levar em conta tanto as intencionalidades e prerrogativas atribuídas ao universo da cultura popular pelas elites de pensadores e dirigentes quanto as formas como essas práticas eram assumidas, modificadas e reinventadas no cotidiano daqueles a quem a *Encuesta* deveria ser aplicada. Em última análise, “o popular não está contido em conjuntos de elementos (...) Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação” caracterizado pela pluralidade de possibilidades que nem por isso são equivalentes²⁹⁰. Nas palavras de Peter Burke:

O problema básico é que uma “cultura” é um sistema com limites muito indefinidos. O grande valor dos ensaios recentes de Roger Chartier sobre “hábitos culturais populares” é que ele tem essa indefinição sempre em mente. Ele argumenta que “não faz sentido tentar identificar cultura popular por alguma distribuição supostamente específica de objetos culturais”, (...), porque esses objetos eram na prática usados ou “apropriados” para suas próprias finalidades por diferentes grupos sociais, nobres e clérigos assim como artesãos e camponeses. (...) Chartier prossegue sugerindo que os historiadores estudem “não conjuntos culturais definidos como ‘populares’ mas sim os modos específicos pelos quais esses conjuntos culturais são apropriados”.²⁹¹

²⁸⁹ CHARTIER, *Op. Cit.*, p. 181.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 184.

²⁹¹ BURKE, *Op. Cit.*, pp. 21-22.

Ainda nesse sentido, Chartier argumentou que não se trata de negar que essas práticas estão sujeitas a mecanismos de dominação e poder; porém, por outro lado, não se pode aceitar que “à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela das produções e dos hábitos culturais”²⁹². Na mesma direção, a leitura feita por Carlo Ginzburg sobre a cultura europeia anterior à Revolução Industrial, a partir dos processos inquisitórios contra o moleiro Menocchio, não trouxe apenas importantes contribuições epistemológicas para a micro-história²⁹³. Em *O queijo e os vermes*, a hipótese construída pelo italiano resgatou o conceito de circularidade presente na obra do crítico literário russo Mikhail Bakhtin. Segundo essa concepção, entre a cultura das chamadas classes subalternas e aquela das classes dominantes, há “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”²⁹⁴.

Ginzburg apontou a concepção aristocrática de cultura que perpassa a obra de diversos historiadores, da mesma forma como Chartier criticou a alteridade contida na ideia de cultura popular enquanto categoria erudita. O italiano também assinalou como muitas das crenças próprias a esse universo tendem a ser vistas como fragmentos transmitidos pelas classes superiores e que teriam sido deteriorados e deturpados²⁹⁵. Contrastando com essa visão, recorreu a Bakhtin, que atribuiu um potencial de regeneração à cultura popular ao analisar a obra de François Rabelais²⁹⁶. Publicada originalmente na década de 1960, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* iluminou não apenas a crítica literária, mas trouxe novas perspectivas para os estudos sobre a cultura, partindo da relação entre a obra rabelaisiana e as fontes da cultura cômica popular, mais precisamente as festas carnavalescas.

Nesse sentido, a sátira, o riso, a transgressão, o grotesco e a inversão de papéis e de valores escapavam à rigidez medieval e configuravam-se como formas autênticas de sentir e viver o mundo. Enquanto nas festas oficiais se “tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras”, o carnaval trazia uma visão “oposta a toda ideia de acabamento e perfeição, a toda pretensão de imutabilidade e eternidade,

²⁹² CHARTIER, *Op. Cit.*, pp. 184-185.

²⁹³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 10.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 12.

²⁹⁶ BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

necessitava manifestar-se através de formas de expressão dinâmicas e mutáveis (proteicas), flutuantes e ativas”²⁹⁷.

Esses atributos interessam sobremaneira para este estudo, uma vez que rompem com o ponto de vista romântico que, conforme será discutido adiante, conferia ao folclore um *status* de permanência e inércia. Desse modo, as ideias de renovação e regeneração perpassam a concepção do popular e mesmo de povo em Bakhtin: se os românticos e seus sucessores nos estudos folclóricos também enxergavam o povo como inerte e desprovido de capacidade de ação e transformação, para ele “o povo não se exclui do mundo em evolução. Também ele se sente incompleto; também ele renasce e se renova”²⁹⁸. Além disso, como reivindicado por Ginzburg, o conceito de circularidade é fundamental para a crítica proposta pelo autor russo. Ainda que aquele universo cômico popular se constituísse através de uma relação dicotômica e mesmo utópica com o mundo, Mikhail Bakhtin via um “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularmente intenso na primeira metade do século XVI”²⁹⁹, como ele verificou na dramaturgia cômica medieval³⁰⁰.

Essa discussão conceitual forneceu as bases que vão delimitar o entendimento sobre cultura popular nesta pesquisa. Em primeiro lugar, sua definição é bastante fluida e imprecisa, uma vez que, a rigor, abarca muitos dos aspectos simbólicos e materiais de uma sociedade, incluindo artefatos, crenças, valores, comportamentos, modos de fazer e de viver. No que diz respeito ao folclore, comumente ele aparece relacionado à oralidade, à coletividade e a uma dispersão temporal que se esvai num passado longínquo, perpetuado de geração em geração. Nele incluem-se, por exemplo, saberes e práticas ancestrais, tradições, manifestações da religiosidade, crenças, mitos, canções, artesanato e mesmo a língua, os jogos e as brincadeiras infantis.

A Carta do Folclore Brasileiro, originalmente publicada em 1951 e atualizada em 1995, considera que se constituem como “fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade”³⁰¹. Nesse sentido, ainda que a transmissão oral e de geração em geração mantenham-se entre os fatores característicos das manifestações folclóricas, elas passaram a ser entendidas como

²⁹⁷ Ibidem, pp. 8-9.

²⁹⁸ Ibidem, p. 10.

²⁹⁹ GINZBURG, *Op. Cit.*, p. 15.

³⁰⁰ BAKHTIN, *Op. Cit.*, p. 13.

³⁰¹ COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. Carta do Folclore Brasileiro. Salvador, 16 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>.

parte viva do patrimônio cultural dos grupos sociais, tanto em escala local quanto global, e que, portanto, devem ser preservadas, valorizadas, estudadas, divulgadas e salvaguardadas no que se refere à promoção de seu desenvolvimento e reconhecimento.

Dessa forma, rompe-se com a visão de que o folclore é algo estático e imutável, como se as práticas culturais que o conceito abrange fossem dissociadas das dinâmicas transformadoras das relações sociais. Mais do que isso, reconhece-se que essas formas de cultura, ainda que de aceitação coletiva, dizem respeito a “criações culturais de uma comunidade” e a “tradições expressas individual ou coletivamente”, relativizando a ênfase dada ao anonimato e à sua consequente negação da criatividade do povo³⁰².

No recorte de sua pesquisa, Peter Burke também ponderou a respeito da naturalização da ideia de criação coletiva: “tomada ao pé da letra, porém, ela é falsa; os estudos dos cantores populares e contadores de histórias mostraram que a transmissão de uma tradição não inibe o desenvolvimento de um estilo individual”³⁰³. Além disso, implicitamente, ganha força o conceito da circularidade, uma vez que o folclore não está ausente dos mecanismos de interação entre a oralidade e a escrita, por exemplo. Como será visto em alguns documentos colhidos pela *Encuesta*, corroborando, entre outros, os estudos de Bakhtin e Ginzburg, ambas as esferas nutrem influências recíprocas.

Outro aspecto fundamental das discussões contemporâneas sobre o folclore e que será apropriado por esta pesquisa refere-se à noção de que não se pode falar de “cultura popular” como monolítica, mas sim pelo prisma da diversidade cultural, “entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos”³⁰⁴. Essa constatação esvazia perspectivas como as do nacionalismo do Centenário que, ao entender esse universo como algo homogêneo, reafirmavam suas estratégias de dominação. Também Peter Burke refletiu, a partir de autores como Ginzburg, que “o termo ‘cultura popular’ dá uma falsa impressão de homogeneidade e que seria melhor usá-lo no plural”³⁰⁵. Indo mais além, Canclini argumentou que “a crise teórica atual na investigação do popular deriva da atribuição indiscriminada dessa noção a sujeitos sociais formados em processos distintos”³⁰⁶.

Ainda assim, deve-se ter em conta a tradicionalidade das manifestações folclóricas, embora afastando a dimensão utópica e teleológica da era de ouro que serve

³⁰² Ibidem, p. 1.

³⁰³ BURKE, *Op. Cit.*, p. 48.

³⁰⁴ COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE, *Op. Cit.*, p. 1.

³⁰⁵ BURKE, *Op. Cit.*, p. 17.

³⁰⁶ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 193.

para anular sua historicidade, de forma que, para este estudo, considera-se apropriado relacioná-la à ideia de imaginário, igualmente entendido por seu dinamismo e pela multiplicidade de referências que o conformam, bem como à sua longa duração:

(...) reunião de lembranças, de lugares-comuns, de velharias intelectuais; o manancial heterogêneo de restos de culturas e de mentalidades de diversas origens e de diversos tempos, reunidas em coerências mentais, onde devem ser buscadas as continuidades, as perdas, as rupturas, enfim os modos de reprodução mental das sociedades. Imaginário singular e plural – uma vez que coexistem inúmeras mentalidades em uma mesma época e em um mesmo indivíduo – é a face da história que muda mais lentamente.³⁰⁷

A atualização da Carta Brasileira ao Folclore considerou outro documento de extrema importância para as transformações epistemológicas e metodológicas em torno desse conceito. Em 1989, durante a 25ª Reunião da Conferência Geral da Unesco, foi aprovada a “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular”. Na publicação, a palavra folclore foi empregada como sinônimo de cultura tradicional e popular e sintetizada nos seguintes termos:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem a expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.³⁰⁸

Este estudo assumirá a equivalência entre “folclore” e “cultura popular”, ainda que, em consonância com a perspectiva de Chartier, a relevância recairá menos sobre a qualificação desses conceitos e mais sobre as formas como as práticas a eles associadas foram apropriadas pelos nacionalistas, pelos representantes do Estado-nacional e pelos intermediários e atores culturais que participaram da *Encuesta del Folklore de 1921*. Mesmo assim, considerando-se as idiossincrasias e as maneiras pelas quais aquelas práticas eram encaradas por esses sujeitos históricos, deve-se registrar que, no objeto desta pesquisa, o termo “cultura popular” nunca apareceu nas fontes diretamente

³⁰⁷ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e história: as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 14-15.

³⁰⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Paris, 15 de novembro de 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>.

relacionadas ao inquérito, mas sim a palavra “folclore”, ainda que a expressão *Kultur des Volkes* (“cultura do povo”) tenha sido usada por Herder já no século XVIII³⁰⁹.

A leitura da documentação do inquérito levará em consideração o potencial de ressignificação e renovação das manifestações folclóricas, enquanto práticas que, mesmo constantemente sujeitas a relações assimétricas de poder, não se dissociam da capacidade de criação e resistência de seus próprios atores, ainda que nem sempre efetivada. Ao mesmo tempo, as perspectivas contemporâneas sobre o folclore, que reconhecem seu estudo como parte das Ciências Humanas e, portanto, de seu arcabouço teórico-metodológico, rompem com as tentativas hegemônicas implícitas na falsa ideia de homogeneidade das relações socioculturais, como pretendiam o discurso do nacionalismo argentino e suas conexões com a ação educacional do CNE.

Além disso, convém registrar a distinção proposta por Zaidenwerger para os papéis dos agentes e atores sociais, ambos verificáveis no contexto desta pesquisa, cujo interesse principal recai sobre a maior capacidade de ação dos segundos. A historiadora recorreu a cientistas sociais como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens para argumentar que:

Enquanto o conceito sociológico de *agente social* apresenta ao indivíduo, instituição ou grupo de certo modo como um reproduzidor de práticas, o conceito de *ator social* amplia as margens de sua decisão e de sua ação, ou seja, de sua autonomia, concebendo-o como alguém capaz de criar o inovar no âmbito da ação. Reconhece-se ao ator, sobretudo, pelas ações que decide realizar³¹⁰.

Em última análise, o entendimento da cultura popular como dinâmica e permeada por processos de recepção, mediação e circularidade, mesmo diante de tentativas de dominação e controle, são fundamentais para iluminar a leitura da documentação colhida pelos professores ao longo da *Encuesta*. Mais ainda, argumenta-se que, em âmbitos marcados por contatos violentos, interativos e assimétricos como o de fronteira, esses mecanismos de dinamicidade são ainda mais intensos e significativos. Finalmente, o folclore, tanto como área de estudos quanto como conceito, também deve ser historicizado, evitando-se sua própria “folclorização”, ou seja, a aceitação de sua imutabilidade epistemológica. Nesta pesquisa, esse percurso priorizará os aspectos concernentes à questão da nacionalidade e sua relação com o contexto de realização do inquérito argentino, como será visto a seguir.

³⁰⁹ ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p. 86.

³¹⁰ ZAIDENWERGER (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 44.

2.2 O folclore e as questões nacionais

O Estado-nacional moderno foi construído como “um fenômeno criado pela ação deliberada dos homens sob certas circunstâncias”, como a existência de um território delimitado³¹¹. Essa nação política, no contexto posterior à Revolução Francesa, baseava-se, também, na noção de cidadania, segundo a qual passou a ser entendida como “um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política”³¹². Diante disso, de acordo com a concepção revolucionária, era o Estado que estabeleceria a unidade dos chamados elementos protonacionais ou nacionalitários antes dispersos, como as tradições, a religião e a língua, que não poderiam se estruturar por si mesmos, mas somente através de sua atuação. Sob esse prisma, o Estado-nacional francês, pela ação política, precisaria promover a coesão de seus cidadãos, organizados no hexágono que formava seu território europeu.

Desse modo, a República lançou mão de estratégias que visavam a substituir a unidade do *Ancien Régime* absolutista, construída em torno da figura divina não mais existente de um rei. Para isso, adotou mecanismos que procuraram garantir, por exemplo, o compartilhamento de uma mesma língua e de uma cultura em comum. Entre esses instrumentos, estavam, por exemplo, o hino nacional – *La Marseillaise*, canto revolucionário, foi adotada em 1795; a abertura de museus, como o *Musée du Louvre*, de 1793; e a construção de monumentos nacionais, como o Arco do Triunfo, de 1836. Igualmente, teve função significativa a educação pública que, na década de 1870, foi apontada como a solução para minimizar o conflito entre o que se denominava como as “duas França”, a “rural e atrasada” e a “urbana e civilizada”.

A relevância do pensamento francês para os pensadores e dirigentes do liberalismo argentino foi notável e, inclusive, perseguida no século XIX, conforme apresentado anteriormente. Igualmente, a concepção francesa que discutiria a nacionalidade pela chave cultural, a ser detalhada a seguir, também encontrou espaço junto aos intelectuais do Centenário. Como mencionado na análise de *La restauración nacionalista*, as escolas da França foram visitadas por Ricardo Rojas e inspiraram seu programa de valorização da história nacional. Além disso, o projeto de educação patriótica do CNE aproximava-se das reformas educacionais francesas, por sua vez

³¹¹ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 197.

³¹² GUERRERO apud BEIRED, *Op. Cit.*, idem.

perpassadas pelo pensamento de Durkheim. Mesmo Leopoldo Lugones permaneceu próximo dos chamados “azuis” até a publicação do *Lunario sentimental*, em 1909³¹³, tendo sido profundamente marcado pelo decadentismo de poetas como Jules Laforgue³¹⁴. Aliás, na Literatura, o decadentismo opunha-se ao materialismo tecnicista e à ideia capitalista de progresso e “se encontrou com um mundo em grande depressão, seguindo a *belle époque* (1895), a queda do capitalismo e a Segunda Revolução Industrial” com um antipositivismo estético³¹⁵.

De acordo com José Luís Beired, a “reação conservadora do nacionalismo na França”³¹⁶ foi favorecida por um contexto de instabilidade política e social que incluiu, por exemplo, a derrota na Guerra Franco-Prussiana, a ascensão socialista sobre as massas e a crise econômica da década de 1880. Para parte desses nacionalistas, a Revolução de 1789 passou a ser a causa da decadência francesa, da derrota na Guerra e da perda da identidade, da consciência e da glória nacionais. Consequentemente, os princípios revolucionários, entre eles o da nação política, seriam os responsáveis pela crise do Estado-nacional. Com base nisso, o movimento recuperou o sentido cultural da nação, a fim de encontrar estratégias que impedissem a desfragmentação social e restaurassem as tradições, os valores e a ordem por ele defendidos. Assim, ao explicá-la pela cultura, os nacionalistas argumentavam sua existência anterior à organização estatal, conferindo-lhe, portanto, sentidos próprios, “pré-políticos”, que eram condicionados pela identidade linguística, histórica e cultural daquela comunidade. Portanto, as respostas para a crise do Estado estavam em aspectos anteriores à sua formação.

Cielo Zaidenwerger argumenta que, ainda que as ideias de nação e, consequentemente, de nacionalismo tenham motivado distintas perspectivas e fundamentações ideológicas, “existe certo consenso em entender a nação como uma construção político-cultural que variou em seus conteúdos de acordo com cada momento histórico”.³¹⁷ Elie Kedourie considera a noção de identidade nacional como algo fluido, criticando os nacionalistas que a definiam como sólida e durável. Já Eric Hobsbawm:

(...) entende a nação moderna como um artefato cultural que germina no século das luzes e que adota suas formas definitivas durante o transcurso do século

³¹³ DOBRY, *Op. Cit.*, p. 5.

³¹⁴ FERGUNSON, Raquel H. *Laforgue y Lugones: dos poetas de la luna*. Madri: Tamesis, 1981, p. 19.

³¹⁵ NAJAR, Carlos. *História da literatura brasileira: da carta de Caminha aos contemporâneos*. Palhoça: Unisul, 2014, p. 202.

³¹⁶ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 197.

³¹⁷ ZAIDENWERGER (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 22.

XIX, ao nutrir-se dos aportes de diversas correntes científicas e literárias como o positivismo científico, o historicismo alemão e o romantismo. Distanciado de tal posição se encontra Anderson, para quem a nação constitui uma ‘comunidade política imaginada’ associada a um Estado territorial e soberano que surge da crise do Antigo Regime (...). Algumas diferenças se encontram também entre Hobsbawm, que sustenta que a nação é uma entidade social construída juntamente ou em razão do Estado-nacional (...) e Ernest Geller, para quem as nações, bem como os estados, são uma contingência, não uma necessidade universal.³¹⁸

A defesa da nação pela cultura estava arraigada na tendência político-filosófica do nacionalismo romântico, que vinculou a ideia de nação à organicidade de seus indivíduos, em seus aspectos étnicos, culturais, linguísticos, religiosos e históricos. Esse movimento foi inicialmente moldado por pensadores alemães de finais do século XVIII, sobretudo Johann Gottfried von Herder³¹⁹. Sua teoria inseria-se numa discussão histórica e filosófica, de aplicabilidade política, que intentava contrapor a tradição germânica ao que Herder associava às tentativas de dominação simbólica estrangeira, sobretudo francesa³²⁰, ainda que, posteriormente, “tenha sido majoritariamente rechaçada (...) a ideia da nação como uma comunidade pré-existente e imutável”³²¹.

O pensamento de Herder firmava-se na oposição ao sentido teleológico e universal da história, guiado pela razão e pelo progresso, que aproximava o pensamento Iluminista da tradição clássica. Isso porque, essa perspectiva de continuidade visava a afirmar a superioridade da civilização europeia ocidental, isto é, da França e da Inglaterra, e do próprio racionalismo, pai da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Em contraposição, Herder priorizou a construção de uma Teoria da História com base em ciclos vivenciados organicamente por todas as civilizações, da origem ao apogeu e à decadência, negando a evolução histórica como uma sucessão de etapas ascendentes³²².

Assim, para Herder, frente a uma tradição local de fragmentação política e pouco identificada à Antiguidade exaltada pelo Iluminismo, o período medieval era visto como a época áurea do passado germânico. Nesse sentido, desempenhava papel simbólico importante a unidade atribuída ao Sacro Império Romano-Germânico, no qual teriam convivido múltiplas entidades independentes sob a inspiração do cristianismo. O filósofo defendia, portanto, a revalorização desse passado em comum como um antídoto à

³¹⁸ Ibidem, pp. 22-23.

³¹⁹ BEIRED, *Op. Cit.*, pp. 198-199.

³²⁰ ORTIZ, Renato. Cultura popular, românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d’Água, 1992, pp. 21-22.

³²¹ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 22.

³²² ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 21.

crescente influência estrangeira, vista como um fator de decadência³²³. Para isso, era preciso voltar-se às tradições locais, capazes de conferir unidade a uma sociedade ainda fragmentada, uma vez que a Alemanha só viria a se conformar como um Estado politicamente unificado a partir de 1871. Conforme aponta Peter Burke:

Herder chegou a sugerir que a verdadeira poesia faz parte de um modo de vida particular, que seria descrito posteriormente como ‘comunidade orgânica’, e escreveu com nostalgia sobre povos ‘que chamamos selvagens (*Wilde*), que muitas vezes são mais morais que nós’.³²⁴

Ainda segundo o pensamento de Herder, essa unidade derivava de uma resposta humana ao meio natural, que era responsável por motivar os homens a se integrarem em comunidades. Nelas, eles desenvolviam uma linguagem e cultura próprias. Essa proposição era compartilhada por Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), outro pensador fundamental para o nacionalismo romântico germânico e considerado um dos precursores do pangermanismo. Em sua doutrina das fronteiras interiores, Fichte argumentava que era a predisposição da natureza, independentemente da vontade humana, o que aglutinava os homens em comunidades, nas quais o desenvolvimento e partilha de uma mesma língua eram o fator principal de unidade³²⁵. Em seus *Discursos à nação alemã*, estimulou a construção de uma unidade nacional frente à dominação estrangeira, no contexto das invasões napoleônicas. Na mesma obra, como metáfora da luta do alemão contra o francês, opôs o *germano* – essência da nação alemã – ao *romano*, visto como decadente e corrompido pelos refinamentos da civilização, com base na *Germânia* de Tácito (séculos I e II d.C.)³²⁶.

De ambos os filósofos, depreendia-se, portanto, que o meio estimulava a organização humana, a partir da qual eram conformadas estratégias culturais de integração iniciadas pelo idioma. O Estado não era entendido como instância necessária para a realização desse processo. Igualmente, para além de sua importância filosófica, tanto Herder quanto Fichte direcionaram seus escritos para um sentido pragmático que procurava, no âmbito cultural, contrapor-se às hegemonias exteriores, garantindo a unidade simbólica germânica mesmo num contexto de fragmentação política e constituindo formas de autoafirmação em relação à retórica do dominador:

³²³ Ibidem, p. 22.

³²⁴ BURKE, *Op. Cit.*, p. 27.

³²⁵ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 199.

³²⁶ BARRERA, José Carlos Bermejo. *Introducción a la historia teórica*. Madri: Ediciones Akal, 2009, p. 351.

A descoberta da cultura popular foi, em larga medida, uma série de movimentos ‘nativistas’, no sentido de tentativas organizadas de sociedades sob domínio estrangeiro para reviver sua cultura tradicional. As canções folclóricas podiam evocar um sentimento de solidariedade numa população dispersa, privada de instituições nacionais tradicionais. Como colocou Arnim, elas ‘uniam um povo dividido’ (...). De maneira bastante irônica, a ideia de uma ‘nação’ veio dos intelectuais e foi imposta ao ‘povo’ com quem eles gostariam de se identificar. Em 1800, artesãos e camponeses tinham uma consciência mais regional do que nacional.³²⁷

O nacionalismo romântico alemão foi buscar na concepção idealizada de povo a essência permanente do nacional. Herder, pela primeira vez, foi quem teria utilizado o conceito de cultura popular (*Kultur des Volkes* – cultura do povo)³²⁸, para se opor à cultura oficial das cortes, impregnada de elementos estrangeiros. Além disso, conforme apontou Raymond Williams, ele foi o primeiro a “empregar o significativo plural, ‘culturas’, para diferenciá-lo de qualquer sentido singular ou, como diríamos hoje, unilinear de civilização”³²⁹. Por outro lado, se a autêntica identidade germânica era intrínseca ao povo, é importante estabelecer que ele não se confundia à totalidade da população de um país, mas se referia a uma desejada “entidade metafísica definida por elementos particulares de uma comunidade: língua específica, uma arte, uma cultura, uma religião, um conjunto de grandes homens e uma coleção de costumes”³³⁰.

Essas manifestações conformavam o *Volksgeist*, espírito do povo. Ao se contrapor à racionalidade Iluminista, para a qual os camponeses eram tidos como supersticiosos e ignorantes a ser civilizados, o nacionalismo romântico voltou-se ao mundo rural, onde a identidade da nação ainda não havia sido destruída pela civilização estrangeira. Justamente por isso, era urgente resgatá-la, preservá-la e direcioná-la para contrapor a consciência coletiva às tentativas exógenas de dominação. Por outro lado, Peter Burke refletiu como o povo continuava a ser visto a partir do prisma da alteridade, sendo “descrito em termos de tudo o que os seus descobridores não eram (ou pensavam que não eram): o povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional (...) sem nenhum sentido de individualidade”³³¹.

Além de Herder, que dedicou algumas obras ao registro e estudo linguístico de composições populares, os irmãos Jacob Ludwig Karl Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859) debruçaram-se sobre a coleta das chamadas “poesias da natureza”,

³²⁷ BURKE, *Op. Cit.*, p. 37.

³²⁸ ABREU & SOIHET, *Op. Cit.*, loc. cit.

³²⁹ WILLIAMS (1992), *Op. Cit.*, p. 10.

³³⁰ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 198.

³³¹ BURKE, *Op. Cit.*, p. 33.

que lhes tornariam célebres³³². Essas poesias eram aquelas identificadas à oralidade e aos contos associados à esfera do popular, pretensamente colhidos em estado bruto, das bocas dos camponeses. Além disso, sua origem era atribuída a um passado longínquo, impreciso, que atravessava os séculos, transmitindo-se pelas gerações. Por isso mesmo, pensava-se que nelas residisse a essência nacional preservada.

Essa visão do popular seria acolhida pelos primórdios dos estudos folclóricos, que delimitariam as tradições populares como manifestações permanentes, cristalizadas, imutáveis e, portanto, alheias às tensões e ressignificações culturais próprias das transformações históricas. Consequentemente, a essa imagem do povo eram inalcançáveis a ação social e a capacidade criativa. Nesse sentido, os relatos considerados mais verossímeis eram os anônimos, uma vez que ao popular, alheio à interação cultural, restava os predicados da confiabilidade e da inocência.

A associação da poesia ao povo foi ainda mais enfática na obra dos irmãos Grimm. Num ensaio sobre o *Nibelungenlied*, Jacob Grimm observou que o autor do poema era desconhecido, ‘como é usual em todos os poemas nacionais e assim deve ser, porque eles pertencem a todo o povo’. A autoria era coletiva: ‘o povo cria’ (...) Embora existissem os céticos, a visão da natureza da poesia popular segundo Herder e Grimm se tornou ortodoxa rapidamente.³³³

Muitas vezes, a predileção pelo anonimato deu margem a violentas e conscientes intervenções naquilo que era compilado, em óbvias relações de dominação e poder, às quais todas as trocas culturais estão sujeitas. Os próprios irmãos Grimm começaram por converter a linguagem oral, com seus sentidos e estruturas próprios, em linguagem escrita, também com suas dinâmicas particulares. Para isso, esforçaram-se em adaptar o material bruto coletado ao gosto da audiência letrada que o consumiria, compatibilizando versões, suavizando passagens e corrigindo gramaticalmente os “desvios” da fala³³⁴.

Aliás, dentre as preocupações dos nacionalistas alemães, os estudos linguísticos tinham espaço de relevo, uma vez que a língua era considerada um dos atributos fundamentais da unidade dos povos. As histórias originalmente compiladas pelos Grimm foram traduzidas de seus dialetos para o idioma alemão, uma vez que “a língua das classes médias era literalmente diferente da dos artesãos e camponeses (...) A tradução era imprescindível, mas necessariamente envolvia distorções”³³⁵. Mesmo expressões que

³³² ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, pp. 22-24.

³³³ BURKE, *Op. Cit.*, pp. 27-28.

³³⁴ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 24.

³³⁵ BURKE, *Op. Cit.*, p. 45.

tentavam preservar o tom oral dos contos foram introduzidas artificialmente, como as até hoje consagradas *Era uma vez e viveram felizes para sempre*³³⁶. Esses mecanismos não se operaram apenas na literatura. A música folclórica, por exemplo, precisou ser “harmonizada”, sua afinação “regularizada” e suas letras refinadas ou omitidas³³⁷.

O pensamento filosófico do nacionalismo germânico foi intrínseco às preocupações artísticas do Romantismo, sobre as quais o próprio Herder exerceu profunda influência, sobretudo na defesa do gênio literário e na busca por inspiração nas fontes germânicas. Assim, na Alemanha, o movimento conhecido como *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto) afirmou-se em contraposição ao racionalismo iluminista e à estética neoclassicista francesa, bastante influentes na literatura, na música e nas artes europeias como um todo. Entre os principais expoentes dessa nova vertente, estavam os jovens poetas Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Friedrich Schiller (1759-1805)³³⁸. “O apelo do exótico estava no fato de ser selvagem, natural, livre das regras do classicismo” e como uma reação ao Iluminismo, “contra o seu elitismo, contra seu abandono da tradição, contra sua ênfase na razão”³³⁹.

Num contexto de profundas transformações sociais, políticas e econômicas, o Romantismo colocou-se como antítese ao pensamento racionalista, primando pelo sentimentalismo. Os temas priorizaram a subjetividade e a aproximação com o curioso, o misterioso e o bizarro; portanto, com tudo aquilo que o racionalismo descartava ou negava-se a considerar. Essa predileção levou à procura de novos cenários e personagens, desvencilhados da visão de mundo racional. Ao mesmo tempo, afastou-se do idílio arcadista e das rígidas categorias formais e estéticas do academicismo neoclássico. Para os românticos, tratava-se de valorizar os costumes interioranos, as práticas distantes e o passado mítico, que recuperou, na Europa, o interesse pela Idade Média.

Nesse sentido, a busca por fragmentos do universo popular, tal como na perspectiva política do nacionalismo, prestava-se ao distanciamento e à diferenciação daquilo a que se procurava contrapor. Sem adentrarmos nas discussões em torno dos conceitos de “centro” e “periferia”, empregados por Peter Burke para identificar as regiões em que teriam primeiramente ganhado força as preocupações com a cultura popular em oposição ao Iluminismo, recorreremos à síntese feita pelo historiador inglês

³³⁶ Ibidem, ibidem.

³³⁷ Ibidem, p. 46.

³³⁸ HILL, David. “Sturm und Drang”. In: MURRAY, Christopher John (org.). *Encyclopedia of the Romantic Era, 1760-1850*, Volume 2. Londres: Taylor & Francis, 2004, pp. 1100-1101.

³³⁹ BURKE, *Op. Cit.*, p. 35.

para mostrar como o resgate das manifestações populares enquanto forma de “autodefinição e libertação nacional” caracterizou distintas partes da Europa:

O Iluminismo não era apreciado em certas regiões, como, por exemplo, na Alemanha e na Espanha, por ser estrangeiro e constituir mais uma mostra do domínio francês. Na Espanha, o gosto pela cultura popular em fins do século XVIII era um modo de expressar oposição à França. A descoberta da cultura popular estava intimamente ligada à ascensão do nacionalismo (...) [Ela] ocorreu principalmente nas regiões que podem ser chamadas de periferia cultural do conjunto da Europa e dos diversos países que a compõem (...) Não surpreende que, na Inglaterra, fossem principalmente os escoceses a redescobrir a cultura popular, ou que o movimento do cancionero popular tardasse na França, surgindo com um bretão (...) e quando o folclore italiano foi estudado mais seriamente pela primeira vez, no final do século XIX, as contribuições mais importantes se realizaram na Sicília. Quanto à Espanha, a descoberta do folclore nos anos 1820 não se iniciou no centro, em Castela, mas na Andaluzia. Também na Alemanha, a iniciativa veio da periferia: Herder e Arnim tinham nascido a leste do Elba.³⁴⁰

Apesar das polêmicas que vêm rondando os folcloristas e o próprio folclore desde o século XIX, foram deles as primeiras iniciativas para transformar as manifestações da cultura popular em objetos de estudo, para além das motivações dos românticos. O termo *folklore* foi pela primeira vez utilizado em 1846, pelo inglês William John Thoms (1803-1885) na revista literária *Athenaeum*, em seção dedicada à cultura popular. Seu emprego designou os modos, as práticas, os costumes, as superstições, os provérbios, as baladas etc. antigos, que estavam se perdendo e ainda poderiam ser em parte recuperados³⁴¹. Em relação à etimologia, a origem advém da aglutinação dos vocábulos *folk* (povo) e *lore* (saber), “saber do povo”. Ao se considerar que as acepções originais de cada termo implicavam em *povo* a ideia de nação e em *saber* o sentido de erudição, incorre-se que a palavra folclore nasceu com o significado de um estudo voltado à compreensão do conhecimento associado ao caráter nacional³⁴².

Nas primeiras décadas do século XIX, eram comuns, na França e na Inglaterra, espaços e associações denominados antiquários, que se dedicavam a colecionar objetos curiosos, a exemplo dos “gabinetes de curiosidades” ou “quartos das maravilhas” que expuseram artefatos-símbolo da dominação europeia³⁴³ nos séculos XVI e XVII. Entretanto, a prática do colecionismo, sobretudo no âmbito privado, não era novidade.

³⁴⁰ Ibidem, pp. 35-39.

³⁴¹ THOMS apud ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 14.

³⁴² ABREU, *Op. Cit.*, p. 83.

³⁴³ CIPINIUK, Alberto. *A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 49.

Para além das coleções aristocráticas, na Idade Média o culto às relíquias foi o primeiro a se aproximar de uma experiência coletiva de preservação de um patrimônio, no caso o religioso³⁴⁴. No Renascimento, a revitalização do período clássico motivou a coleta de artefatos que remetessem à Antiguidade greco-romana, movimento que se acentuou no século XVIII, auge do chamado *antiquariado*. “O que há de novo em Herder, nos Grimm e em seus seguidores é, em primeiro lugar, a ênfase no povo, e, em segundo, sua crença de que os ‘usos, costumes, cerimônias, superstições, baladas, provérbios, etc.’ faziam, cada um deles, parte de um todo, expressando o espírito de uma nação”³⁴⁵.

Com a influência do Romantismo e a procura pelas raízes profundas nacionais, os antiquários voltaram-se à coleta de vestígios do interior, aproximando-se do gosto romântico pelo exótico e pelo distante. O mesmo Thoms, criador da palavra *folklore*, integrava a Sociedade dos Antiquários de Londres, fundada em 1838³⁴⁶. A predileção desses colecionadores pelos artefatos do “universo popular” mantinha-se descolada dos indivíduos a quem viam como o povo, bem como de seus problemas e questões sociais. O distanciamento da realidade, em detrimento de vestígios assumidos numa dimensão atemporal, por muito tempo foi o cerne das críticas feitas aos estudos folclóricos. Outro ponto de conflito constante foi a tendência de se pesquisar o folclore a partir de categorias e de posicionamentos de alteridade. Desde as primeiras iniciativas de coleta das manifestações populares, empreendidas no século XVI, assumia-se um viés altamente moralizante, incentivado pelos movimentos da Reforma e da Contrarreforma. Os costumes do povo eram considerados superstições ou desvios a serem corrigidos³⁴⁷.

A prática dos antiquários manteve essa perspectiva dominadora, perpassada pela noção de uma pretensa cultura erudita a olhar o popular com curiosidade e distanciamento. Ao tratar dos pesquisadores franceses e de sua atração pelos camponeses, Peter Burke salientou que esse “interesse não implicava necessariamente uma simpatia, como mostra largamente o uso frequente de termos como ‘preconceito’ ou ‘superstição’”³⁴⁸. Nesse sentido, Canclini recorreu a Jesus Martín Barbero para argumentar sobre a complexidade de um dispositivo de “inclusão abstrata e exclusão

³⁴⁴ FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, pp. 11-12.

³⁴⁵ BURKE, *Op. Cit.*, p. 32.

³⁴⁶ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 13.

³⁴⁷ Ibidem, p. 11.

³⁴⁸ BURKE, *Op. Cit.*, p. 40.

concreta'. O povo interessa como legitimador da hegemonia burguesa, mas incomoda como lugar do inculto por tudo o que lhe falta"³⁴⁹.

Com base em uma concepção ahistórica, os objetos do folclore eram entendidos como elementos de pureza e de inocência cultural, pelo que demandavam esforços para o registro e a preservação. Assim, seus sujeitos sociais eram desprovidos de capacidade de criação e recriação e a cultura a eles atribuída era considerada imune às tensões, ressignificações e interações próprias das práticas culturais. Como nos relatos idealizados desde os irmãos Grimm, o anonimato continuava a ser valorizado como signo da veracidade das manifestações autenticamente populares. Essa fidelidade *sui generis* esvaziava o sentido crítico e interpretativo da dimensão folclórica, priorizando o registro e direcionando os pesquisadores para a elaboração de técnicas de ordenamento e classificação dos resultados coletados.

Os estudos da escola inglesa incentivaram a sistematização dos métodos, modelo apropriado não apenas pelas investigações folclóricas em outros países europeus, mas também na América Latina. Em 1878, sob a presidência do próprio William Thoms, foi criada a *Folklore Society* na Inglaterra, que se dedicou a fazer do folclore objeto de uma nova disciplina científica³⁵⁰. Para além de uma associação de estudiosos, a sociedade londrina empenhou-se em difundir os estudos da cultura popular, publicando periódicos e participando dos encontros e congressos organizados, nos anos seguintes, por cidades europeias e norte-americanas.

Inseridos na predileção pelo pensamento cientificista que se espalhou pela Europa ao longo da segunda metade do século XIX, os folcloristas buscaram incorporar algumas discussões epistemológicas das nascentes Ciências Sociais. O desejo de se vincular ao empirismo científico e à cada vez mais reivindicada objetividade positivista foi acompanhado pelas tentativas de afastamento das primeiras influências românticas, ainda presentes na abordagem folclórica. Nesse sentido, se a crítica do Romantismo à racionalidade havia incentivado sua aproximação com a cultura popular, os folcloristas almejavam agora avizinhar-se da razão para reivindicar sua posição de ciência. Para isso, a *Folklore Society* começou por melhor delimitar os objetos de seus estudos:

- As narrativas tradicionais, como os contos populares, os mitos, as lendas e histórias de adultos ou crianças, as baladas, "romances" e canções;

³⁴⁹ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 194.

³⁵⁰ BRANDÃO, *Op. Cit.*, p. 28.

- Os costumes tradicionais preservados e transmitidos oralmente de uma geração à outra, os códigos sociais de orientação da conduta, as celebrações cerimoniais populares;
- Os sistemas populares de crenças e superstições ligados à vida e ao trabalho, englobando, por exemplo, o saber da tecnologia rústica, da magia e feitiçaria, das chamadas ciências populares;
- Os sistemas e formas populares de linguagem, seus dialetos, ditos e frases feitas, seus refrãos e adivinhas.³⁵¹

Outra preocupação recorrente entre os folcloristas que buscavam a chancela científica foi a proposição de uma metodologia, essencialmente de coleta³⁵². Esse ponto motivou muitas polêmicas, sobretudo com os cientistas sociais. Já nos idos na década de 1940, por exemplo, notabilizou-se no Brasil a querela entre os estudiosos do folclore e a Sociologia, com destaque para os artigos de Florestan Fernandes³⁵³. Para além das limitações analítico-interpretativas, muito se discutiu a respeito das dificuldades epistemológicas do folclore para a definição de seus objetos e de sua metodologia de pesquisa³⁵⁴, controvérsias que, por muito tempo, contribuíram para esvaziar sua relevância acadêmica. Canclini chegou a defender que o conhecimento consistente e tecnicamente rigoroso do popular tomou forma somente na segunda metade do século XX, uma vez que, no que dizia respeito aos estudos desenvolvidos desde os Oitocentos:

(...) esses trabalhos fizeram visível a questão do popular e fundaram os usos habituais, ainda em nossos dias, dessa noção. Porém, suas táticas gnosiológicas não estiveram guiadas por uma delimitação precisa do objeto de estudo, nem por métodos especializados, senão por interesses ideológicos e políticos.³⁵⁵

De fato, desde o século XIX, diversos estudiosos dedicaram-se a sistematizar os procedimentos para o trabalho de campo voltado à compilação das manifestações folclóricas e, principalmente, para a organização e categorização do grande volume de dados levantados nesses exercícios. Por sua vez, ainda que procurassem se distanciar dos românticos, algumas das propostas dos folcloristas remetiam àquilo que já havia sido experimentado e defendido pelos irmãos Grimm no início do século, por exemplo. Entre elas, tinham especial relevância a observação *in loco* e, no caso das fontes orais, consideradas as mais importantes, a coleta da “boca do povo”.

³⁵¹ Ibidem, pp. 28-29.

³⁵² ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, pp. 41-48.

³⁵³ Ver: FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

³⁵⁴ Ver, por exemplo, a Carta de Folclore Brasileiro de 1951; *in*: BRANDÃO, *Op. Cit.*, pp. 31-32.

³⁵⁵ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 194.

Nesse sentido, porquanto o relato popular ainda era visto como um registro fiel de manifestações originais, transmitidas desde tempos longínquos e de preferência anonimamente, era necessário prezar pela espontaneidade da fala e evitar a interferência do pesquisador³⁵⁶. Isso porque, como o “hospedeiro” desse material era entendido como alheio a quaisquer potenciais de apropriação e transformação, a manutenção de sua pureza era o que permitiria a desejada conexão do presente com um passado distante. Paradoxalmente, essas pretensas veracidade e autenticidade da transmissão do folclore acabaram contribuindo para minar ainda mais o ofício científico que se objetivava construir, uma vez que a qualidade da produção recaía muito mais sobre a natureza da fonte coletada do que sobre o trabalho do pesquisador.

Ao perseguirem um método, alguns folcloristas também chegaram a categorizar o que entendiam como “povo”, dentro do universo ambíguo do termo “popular”. Com base nisso, uma parte dos estudiosos defendia que fossem priorizados os relatos colhidos nas “classes intermediárias”, ou seja, entre aqueles que não se originavam das camadas sociais de menor discernimento, mas que mantinham contato com elas, como professores, padres e advogados³⁵⁷. Isso reforçava a ideia de incapacidade cultural de boa parcela da população e a visão de alteridade por parte dos pesquisadores, ao mesmo tempo em que reafirmava a hipótese da segregação entre culturas, negando-se, de ambos os lados, suas dinâmicas de interação, circularidade e ressignificação.

Diante disso, tornou-se comum que as revistas especializadas incentivassem seus leitores a relatar por carta as manifestações folclóricas por eles mesmos coletadas. Na maioria das vezes, o grande volume de resultados resvalava para o amadorismo e resumia-se a um amontoado de curiosidades diversas. Em 1887, Charlotte Sophia Burne (1850-1923), que por mais de 40 anos foi membro da *Folklore Society* e tornou-se a primeira mulher a ser sua presidente entre 1909 e 1910³⁵⁸, defendeu entusiasticamente as “milhares de pessoas da classe média do interior que podem ser contatadas através da imprensa” e que “dariam oportunidade para cartas e artigos sobre o tema geral do folclore”³⁵⁹. Vinte anos depois, no jornal *O Estado de São Paulo*, Monteiro Lobato lançaria mão desse

³⁵⁶ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 42.

³⁵⁷ Ibidem, p. 43.

³⁵⁸ Sobre sua biografia, ver: ASHMAN, Gordon Ashman e BENNETT, Gillian Bennett. “Charlotte Sophia Burne: Shropshire Folklorist, First Woman President of the Folklore Society, and First Woman Editor of Folklore”. Londres, *Folklore Society Journal*, pp. 1-21, 2000.

³⁵⁹ BURNE apud ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, pp. 44-45.

mesmo estratagema, no que conformou o *Inquérito do Saci*, assunto recentemente estudado por Gabriela Pellegrino Soares³⁶⁰.

Muitos folcloristas da *Folklore Society* transitaram pelas Ciências Sociais, sendo atraídos, principalmente, pelo pensamento evolucionista, que ganhava força entre os antropólogos na virada do século. Dessa maneira, associavam o folclore à perspectiva da sobrevivência de elementos de culturas primitivas, preservados entre os que viviam no meio rural, mais afastado das transformações do progresso³⁶¹. O “tema da cultura em desaparecimento, que deve ser registrada antes que seja tarde demais”, era recorrente desde Herder³⁶². “O povo é ‘resgatado’, mas não conhecido”³⁶³. Roger Chartier, conforme analisado anteriormente, argumentou que a ideia da cultura popular em constante risco ainda se caracteriza como modelo para muitas pesquisas que procuram estudá-la³⁶⁴.

Além disso, a noção do atraso com que eram encarados os habitantes do interior motivou, como já visto, a reforma do sistema educacional francês, com vistas a levar os costumes do homem culto aos camponeses alheios à civilização. Desse modo, os estudiosos do folclore empenharam-se em reivindicar sua vocação salvadora, responsável por preservar incólume a tradição guardada no campo, diante do avanço inevitável da modernização. Alguns preconizavam, inclusive, que o conhecimento dos hábitos e do pensamento do mundo rural era importante porque facilitaria o desejável processo de civilização³⁶⁵, ainda que defendessem que suas tradições deveriam ser protegidas antes disso. Nesse contexto, Néstor Canclini recuperou o antropólogo e estudioso italiano do folclore Raffaele Corso (1885-1965) para afirmar que:

(...) o trabalho folclórico é um ‘movimento de homens da elite que, através da propaganda assídua, esforçam-se para despertar o povo e iluminá-lo em sua ignorância’. O conhecimento do mundo popular já não se requer somente para formar nações modernas integradas, mas também para libertar os oprimidos e resolver as lutas entre as classes.³⁶⁶

Consequentemente, para esses folcloristas, porquanto imutáveis e estanques, passadas pelas gerações desde tempos imemoriáveis, a preservação das manifestações da cultura popular era necessária não como oposição à marcha do progresso e a seu domínio

³⁶⁰ SOARES (2015), *Op. Cit.*, passim.

³⁶¹ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, pp. 35-36.

³⁶² BURKE, *Op. Cit.*, p. 41.

³⁶³ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 196.

³⁶⁴ CHARTIER, *Op. Cit.*, pp. 179-182.

³⁶⁵ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, pp. 36-37.

³⁶⁶ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 195.

sobre as formas de sociabilidade e convivência do camponês. Tão-somente interessava apreender aquilo que teria serventia para as práticas hegemônicas, ou seja, a essência atemporal que conferia coesão ao passado coletivo. Por isso, a ênfase no registro, com a multiplicação de catálogos, compilações, revistas e inquéritos.

Por sua vez, mesmo naquela época, a inegável predominância das pesquisas e métodos difundidos a partir da *Folklore Society* de Londres e de pensadores franceses não era unanimidade entre as diversas associações folclóricas que rapidamente surgiam em outras partes da Europa. Assim, se para os ingleses e os franceses o folclore assumia cada vez mais a vertente preservacionista, os estudos das tradições populares ganharam configurações distintas em países como a Itália, a Espanha, Portugal, as nações eslavas e outras regiões de integração política relativamente recente, marcadas por profundas diferenças culturais internas ou entendidas à margem da retórica anglo-francesa da modernidade ocidental. Nesses casos, a recuperação e a ressignificação das manifestações folclóricas atendiam a propósitos políticos relacionados à necessidade de se consolidar os sentidos simbólicos da nação, ou seja, à afirmação da nacionalidade³⁶⁷.

Igualmente na Argentina de finais do século XIX, cuja pacificação e unificação política não ultrapassavam quatro décadas e intimidada pelas pressões sociais da modernização, pensar a nação pela chave da cultura, sobretudo no que se refere à tradição, tornou-se uma constante entre os pensadores que, em consonância com as políticas públicas organizadas para o Centenário da Independência, participavam das instâncias decisórias do Estado-nacional. Por outro lado, no que se refere às aproximações entre o pensamento nacionalista argentino e a direita nacionalista francesa, reunida em torno da *Action Française* a partir de 1898, no caso francês a recuperação dos sentidos culturais da nação visava ao fortalecimento da tradição monárquica e católica, desconsiderando a cultura popular. Portanto, ambos trilharam caminhos diferentes, com base em distintas realidades históricas.

O pensamento nacionalista na Argentina recuperava os sentidos do folclore que, desde o Romantismo, procuravam resgatar as tradições como formas autênticas do espírito nacional, conferindo aos elementos da cultura popular os atributos da perenidade, da estabilidade e da unidade, revertidos em benefício da preservação hegemônica do *status quo*. Além disso, como ocorreu com o inquérito organizado em torno da *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*, foi dada ênfase nos métodos de compilação, classificação

³⁶⁷ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 65.

e organização dos dados, conforme difundiam os modelos britânicos de investigação, por exemplo. Por outro lado, o hispanismo, valorizado por parte do nacionalismo argentino, também assumiu sentidos específicos entre os estudos folclóricos empreendidos pelo Conselho de Educação, trazendo novas perspectivas para a articulação entre a essência simbólica da argentinidade e a apropriação política das manifestações folclóricas.

Para o nacionalismo, conforme já foi amplamente discutido, recuperar a tradição, reconfigurada pelas necessidades do presente, respondia ao propósito de legitimar a coesão do processo civilizatório, ameaçada por pressões e contradições sociais. Em oposição à retórica do imigrante como fator de fragmentação da nacionalidade, o folclore, tomado a partir das perspectivas que lhe eram conferidas naquela mesma época, ajudava a reforçar a imagem idealizada da imutabilidade do mundo rural, desejada para a estabilidade do país.

Em última análise, o passado mítico e a harmonia associados às manifestações folclóricas despontavam como o norte que reorientava o percurso do progresso, ameaçado por seus efeitos indesejados, ressignificando as bases simbólicas da identidade nacional, a exemplo do que previa o projeto de educação patriótica desenvolvido pelo CNE. Todavia, também como debatido anteriormente, esse discurso contrastava fortemente com a realidade histórica dos Territórios Nacionais, marginalizados política, social e economicamente e caracterizados pela presença de indígenas, imigrantes e dos demais atores e dinâmicas sociais que se contrapunham às ideias de homogeneização e normatização intrínsecas a essa visão da nacionalidade.

2.3 Os estudos folclóricos na Argentina – do século XIX à *Encuesta del Folklore*

Desde as duas últimas décadas do século XIX, os estudos folclóricos ocuparam espaços pioneiros, embora minoritários, entre as discussões acadêmicas e científicas argentinas. Nessa mesma época, as investigações da *Folklore Society* inglesa principiaram a considerar temáticas que ultrapassassem os limites culturais e geográficos do continente europeu. Desse modo, num contexto marcado por perspectivas e interesses neocolonialistas, oficializados em 1885 pela Conferência de Berlim e a partilha da África,

países como o México, o Peru e a Argentina, por exemplo, começaram a aparecer nas publicações internacionais dedicadas ao folclore³⁶⁸.

No país, os primeiros estudos voltados à cultura popular não se desenvolveram como tentativas autônomas de conferir cientificidade às pesquisas folclóricas, mas ocorreram no âmbito de outras disciplinas acadêmicas, como a Antropologia, a Etnografia, a Arqueologia e a História³⁶⁹. Por outro lado, diante do assombro ocasionado pela quantidade de imigrantes que desembarcava nos portos argentinos e frente à persistência da questão indígena, as investigações sobre as manifestações populares ainda eram vistas com desconfiança. Mesmo entre os pensadores nacionalistas, não houve quem reivindicasse a alcunha de folclorista ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Além disso, apesar de algumas pesquisas paralelas e com exceção de Ricardo Rojas, o folclore enquanto área do conhecimento tornou-se objeto de preocupação e ação efetivas do nacionalismo somente nos anos 1920, com a *Encuesta*.

Na década de 1890, antropólogos e etnógrafos da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires fizeram as primeiras incursões nesse campo de investigação. Contemporaneamente, o arqueólogo de origem uruguaia Samuel Lafone Quevedo (1835-1920) foi um dos pioneiros na defesa das pesquisas sobre as tradições que considerava ameaçadas de serem perdidas. Juan Bautista Ambrosetti (1865-1917), diretor do Museu Etnográfico a partir de sua criação, em 1904, também realizou trabalhos nessa área, orientando-se pelos fundamentos da Etnografia. Outro núcleo importante de estudos foi o Museu de Ciências Naturais de La Plata, criado em 1884 por Francisco Pascasio Moreno, mais conhecido como Perito Moreno (1852-1919). Na instituição, o antropólogo alemão Robert Lehmann-Nitsche (1872-1938) empreendeu diversas pesquisas sobre o folclore, estimuladas por seu contato permanente com acadêmicos estrangeiros.

No campo da disciplina histórica, um dos pioneiros nos estudos folclóricos argentinos foi Adán Quiroga (1863-1904), membro da Junta de História e Numismática, que se tornaria a Academia Nacional de História. Em 1919, os pesquisadores reunidos na Junta formaram a primeira comissão folclórica da Argentina. Finalmente, teve relevante destaque Paul Groussac (1848-1929), crítico literário de origem francesa e representante argentino no *International Folklore Congress*, realizado em Chicago, Estados Unidos, no

³⁶⁸ Ver, por exemplo, referências a estudos de Quevedo e Ambrosetti sobre indígenas em: "Argentine". *The Journal of American Folklore*, v. 9, nº 34, julho-setembro de 1896, p. 208.

³⁶⁹ Sobre o histórico traçado a seguir a respeito dos primeiros estudos folclóricos na Argentina, ver: CATTARUZZA, Alejandro. *Los usos del pasado*. La historia y la política argentinas en discusión 1910-1945. Buenos Aires: Sudamericana, 2012 (E-book).

ano de 1893. No encontro, Groussac defendeu a importância do folclore como símbolo da alma nacional, reforçando a necessidade de preservação de suas manifestações e associando-o à vida no mundo rural.

Entre os expoentes da Geração do Centenário, Ricardo Rojas foi o primeiro a estudar de maneira efetiva o folclore, relacionando-o às discussões políticas do Conselho Nacional de Educação. Em *La restauración nacionalista*, sua obra mais importante, apresentava o folclore como a “ciência que permite conhecer a alma do povo, por onde passam as mais profundas correntes da história”³⁷⁰, incluindo em sua definição do conceito o estudo das tradições orais e simbólicas que perduravam na memória, entre elas os provérbios, lendas, mitos, superstições e costumes rurais. Para Rojas, a principal relevância do folclore estava na sobrevivência da alma nacional, substância que persistia apesar do progresso e que necessitava ser preservada para o autoconhecimento da nação. Portanto, segundo ele, pelas manifestações folclóricas perpetuava-se a nacionalidade.

Em consonância com a proposta programática de sua obra, Ricardo Rojas sustentava que o folclore fosse reconstituído pelos historiadores e artistas e ensinado nas escolas, a exemplo do que havia testemunhado entre os ingleses e os franceses. Dessa maneira, em oposição aos riscos da imigração desordenada, o ensino da cultura popular assumia múltiplas intenções em seu projeto pedagógico patriótico, tanto para utilização nas aulas quanto como material para a elaboração dos livros didáticos:

As danças e cantos podem ser aproveitados nas aulas correspondentes, explicando seu sentido histórico; os provérbios nas de moral, suas instituições consuetudinárias nas de instrução cívica, seus vocabulários antigos nas de gramática, seus inventos nas de ciência, suas lendas e contos, quando houvessem passado à literatura, nas leituras auxiliares³⁷¹.

Assim, Rojas foi quem pela primeira vez propôs o uso pedagógico do material folclórico, combinando as particularidades de cada manifestação às necessidades das disciplinas escolares. Esse viés preocupava-se em se manter articulado com o programa cívico-patriótico do Conselho Nacional de Educação, sistematizado durante a gestão de José María Ramos Mejía. Também reconheceu o potencial pré-científico dos “inventos” folclóricos e a apropriação de suas manifestações orais sobre a literatura, como demonstra o trecho acima destacado. Além disso, seu posicionamento aproximava as tradições

³⁷⁰ ROJAS, *Op. Cit.*, p. 72

³⁷¹ Ibidem, ibidem.

populares à ideia de restauração do espírito nacional, que foi umas das principais inquietações do pensamento nacionalista.

Por sua vez, o sentido perseguido para a cultura popular não incorporava tudo aquilo que provinha do povo. Pelo contrário, a busca pelas profundas, perenes e longínquas manifestações folclóricas excluía da nacionalidade argentina não somente a população imigrante, majoritariamente instalada nas cidades, mas também no meio rural. Invisibilizava, igualmente, a população do interior das províncias e dos Territórios Nacionais, ocultando tensões sociais e negando seu protagonismo histórico no presente. Ao explicitar seu plano – uma “pedagogia de restauração nacionalista por meio da história e do neo-humanismo” – Ricardo Rojas elencou entre as medidas propostas a de “restaurar o folclore nacional”, partindo de conclusões que incluíam a ideia de que a situação argentina como “povo novo e cosmopolita” requereria do Estado “o culto da tradição e a formação de um ambiente histórico nacional”³⁷².

Rojas vinculava o folclore a um espírito humano em comum, atribuindo-lhe, em consonância com estudiosos do evolucionismo cultural, o “segredo das emoções primordiais (...) de onde vêm certos estudos helênicos de Renan³⁷³ e os dramas musicais de Wagner”³⁷⁴. Mais ainda, afirmava que a cosmogonia e a mitologia dos indígenas argentinos possuíam equivalências com o folclore europeu: “o homem-tigre dos *gauchos* do norte não é, senão, uma variação do *loup-garou* das licantropias satânicas, de que fala o próprio Virgílio”³⁷⁵. Assim, ele procurava vestígios universais nas tradições argentinas, associando-as aos sentidos positivistas do desenvolvimento cultural. Por conseguinte, seu pensamento afastava-se, por exemplo, da concepção hermeneuticamente orgânica e cíclica de Johann Gottfried von Herder.

Isso evidencia, mais uma vez, a importância de se considerar as particularidades e intencionalidades próprias ao nacionalismo argentino, mesmo diante das aproximações, também relevantes, com reflexões e paradigmas contemporâneos a respeito do folclore. Desse modo, as distintas articulações entre cultura popular e nacionalidade desenrolaram-se mediante contextos históricos, sociais e intelectuais específicos, que não foram equânimes em todas as partes do mundo ocidental onde se procurou vincular as manifestações folclóricas à questão da nacionalidade.

³⁷² Ibidem, pp. 309-310.

³⁷³ Ernest Renan (1823-1892), historiador francês para quem a ideia de nação filiava-se, primordialmente, ao pertencimento histórico, atributo constantemente valorizado por Ricardo Rojas.

³⁷⁴ ROJAS, *Op. Cit.*, p. 72.

³⁷⁵ Ibidem, ibidem [nota de rodapé].

Nesse sentido, a construção ideológica de uma tradição cultural homogênea serviu a distintos propósitos em diferentes momentos históricos. O nacionalismo romântico alemão opôs-se à ascendência francesa e às invasões napoleônicas, buscando no passado medieval a unidade simbólica diante da fragmentação política do presente. Por sua vez, o ultranacionalismo francês procurou combater a degeneração republicana, defendendo a restauração da monarquia e do poder da Igreja católica. Os espanhóis também negaram o Iluminismo e a cultura estrangeira, para mais adiante assumirem as tradições como um contraponto à ideia de decadência nacional, conforme será visto mais adiante. Finalmente, no caso argentino, almejava-se garantir a hegemonia das elites que controlavam o Estado-nacional, em contraponto às pressões sociais da modernização, majoritariamente identificadas aos imigrantes. Para isso, muitos consideraram imprescindível a construção de laços de continuidade com a tradição hispânica, sem a qual não se sustentaria a filiação a um passado que, em sua maioria, rechaçava o elemento indígena nativo³⁷⁶.

Permeado por ambivalências, o nacionalismo inseriu-se na conciliação necessária entre renovadores e tradicionalistas, de modo a legitimar a expansão dos projetos modernizadores³⁷⁷. Durante esse tipo de processo, segundo a ideia do sistema de compensações, Néstor Canclini argumenta que as práticas tradicionais são aparelhadas, esvaziadas de contradições pelos discursos normatizadores e convertidas na base do desejável consenso. Com isso, a alma nacional passa a ser entendida como natural e ahistórica, de modo que a construção do espírito metafísico do povo serve a propósitos que habilitam as hegemonias políticas. Assim, desconsideram-se as dinâmicas de interação e os pontos de contestação existentes nas tradições eleitas, invisibilizando suas tensões sociais e conformando novos sentidos simbólicos, preservados das mudanças e dos riscos que possam ser associados à modernidade. Dessa maneira, as contradições do progresso são neutralizadas, permitindo seu avanço prático.

Na Argentina, a vitória eleitoral da União Cívica Radical e o fim da chamada ordem conservadora em 1916 aprofundaram o discurso nacionalista, cada vez mais voltado à atuação política. Leopoldo Lugones, um dos principais opositores dos governos radicais, manteve sua ascendência sobre o Conselho Nacional de Educação junto de

³⁷⁶ Romper com essa perspectiva exigiria reconhecer a validade da matriz indígena ou esbarrar com a linha cronológica da Conquista, esvaziando o caráter ahistórico preconizado para o passado folclórico. Como já discutido no primeiro capítulo, a recuperação do elemento indígena foi bastante pontual, exceto por algumas concepções defendidas por Ricardo Rojas, que não chegaram a ser aceitas pelas elites intelectuais e dirigentes de seu tempo.

³⁷⁷ CANCLINI, *Op. Cit.*, pp. 149-151.

outros teóricos e técnicos que participavam do órgão desde a gestão de Ramos Mejía. Na qualidade de jurado, ele participou da *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*, inquérito que, pela primeira vez, combinou as manifestações folclóricas a uma iniciativa sistematizada e específica do Conselho de Educação.

Além disso, foi Lugones quem pronunciou, em 1924, o discurso da *Hora de la Espada*, estimulando a ingerência armada na política nacional³⁷⁸, concretizada pelo golpe militar do general José Félix Benito Uriburu (1868-1932), que interrompeu o segundo mandato de Hipólito Yrigoyen em 1930. A partir de então, a imigração sofreria uma profunda inflexão em detrimento do incentivo aos fluxos migratórios internos e a questão da nacionalidade voltar-se-ia ainda mais para a afirmação ideológica da argentinidade e da restauração moral de uma nação em crise política e econômica, conforme analisado em trabalhos como o da historiadora Diana Quattrocchi-Woisson.

Em síntese, o nacionalismo preocupou-se em buscar a estabilidade necessária para redirecionar os sentidos desejados da civilização e do progresso, bases do pensamento liberal oitocentista e da consolidação do próprio Estado-nacional argentino. Com isso, almejava-se manter a hegemonia e a ordem político-econômica, ameaçadas simbolicamente pela imagem estereotipada do imigrante e da modernidade e, concretamente, pelas transformações sociais que pressionavam os poderes oligárquicos. Ainda que, no que se refere à Geração do Centenário, Ricardo Rojas tenha sido quem se dedicou mais claramente à incorporação do folclore ao projeto do nacionalismo, outros autores, como Leopoldo Lugones, também contribuíram para transformar, por exemplo, o *gaucho* e suas tradições em emblemas idealizados da alma argentina. Entretanto, eles continuavam a ser vistos sob o signo do preconceito e como inferiores ao mundo civilizado, mas eram preferíveis à decadência das perigosas classes trabalhadoras urbanas e à horda cosmopolita de imigrantes³⁷⁹.

A reconfiguração do binômio civilização-tradição pode ser exemplificada em um artigo publicado em *El Monitor de la Educación Común* no ano de 1916, de autoria de José J. Berrutti (1871-1951). Berrutti foi um “grande incentivador de inovações pedagógicas na educação de adultos, (...) docente e ocupou cargos hierárquicos de importância no Conselho Nacional e na Província de Buenos Aires”³⁸⁰. Em *Escuela y Democracia*, o professor descreveu sua ideia de pátria nos seguintes termos,

³⁷⁸ SOARES (2002), *Op. Cit.*, p. 73.

³⁷⁹ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 38.

³⁸⁰ RODRÍGUEZ, Lidia. “La educación de adultos en la Argentina”. In: PUIGGRÓS (1991), *Op. Cit.*, p. 186.

perfeitamente alinhados às concepções cívicas-patrióticas e ao conteúdo programático para as escolas do CNE:

Nossa pátria são os pampas imensos, os Andes das neves eternas, os córregos e os rios que saciam nossos gados e fertilizam nossos campos; nossa pátria são os tesouros escondidos nos seios de nossas montanhas, nossos bosques e nossas selvas, as avezinhas no céu que formam seus ninhos em nossos galhos; pátria são nossas oficinas, nossos barcos, nossas escolas, nossos palácios e até as humildes taperas outrora lares tranquilos de nossos *gauchos*, cujo violão argentino falava de amores, de nostalgias, de sonhos, ao compasso de *zambas*, de *gatos*, de *cielitos* e *pericones*³⁸¹. Nossa pátria são as locomotivas e o telégrafo que levam a vida civilizada até os confins do deserto; a imprensa que difunde a verdade e ilumina a consciência coletiva (...). E acima de tudo isso, para nossa maior glória, a pátria argentina é um pedaço de céu azul feito símbolo na imortal bandeira de Belgrano, que acaba de tremular sobre os Andes, a 8.000 metros de altura, como para escrever de novo no espaço, na presença de uma civilização que ameaçava ruir, que ‘a vitória não dá direitos’^{382 383}.

Como em outros contextos de constituição de nacionalidades, o folclore mostrou-se especialmente fértil para a realização do projeto nacionalista na Argentina das primeiras décadas do século XX. Enquanto campo do conhecimento relativamente novo, equilibrando-se entre o cientificismo e as dificuldades metodológicas iniciais, ele permitiu combinar os sentidos perenes da tradição com elementos conciliadores da ordem social. Dessa forma, desprovida de capacidade de mudança, essa interpretação servia às intencionalidades hegemônicas do Estado-nacional.

Canclini fez uma crítica às dificuldades dos estudos folclóricos latino-americanos que, segundo ele, persistem desde o século XIX, muitas das quais devido à insistência nos modelos baseados na Europa. Em primeiro lugar, apontou a tendência de entender o conceito de povo como “uma propriedade de grupos indígenas ou camponeses isolados e autossuficientes, cujas técnicas simples e pouca diferenciação social os preservariam das ameaças modernas”³⁸⁴. Condenou, igualmente, a ênfase dada aos bens culturais, em detrimento dos atores que os produzem e consomem. Canclini também defendeu que,

³⁸¹ São quatro ritmos de música e dança associados à tradição *gauchesca* e valorizados por intelectuais nacionalistas como Lugones, conforme será visto mais adiante. Pelo menos dois deles, o *gato* e a *zamba*, aparecem em diversos registros colhidos pela *Encuesta* no Território do Río Negro.

³⁸² Frase originalmente proferida por Mariano Adrián Varela (1834-1902), Ministro das Relações Exteriores do governo Sarmiento, no contexto da Guerra do Paraguai e das negociações feitas unilateralmente pelo Brasil para impor limites territoriais ao Paraguai, ao final da Guerra da Tríplice Aliança: “*la victoria no da derechos a las naciones aliadas para declarar por sí, límites suyos los que el tratado señaló.*”

³⁸³ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; BERRUTTI, José J. *Escuela y democracia. Patria y escuela*. El Monitor de la Educación Común, n.º 528. Buenos Aires, 31 de dezembro de 1916, pp. 169-170.

³⁸⁴ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 196.

uma vez condicionado pelo nacionalismo político e pelo humanismo romântico, a formação de um conhecimento científico mostrou-se desde o início deficitária.

Mais do que isso, argumentou que, como no caso brasileiro, os estudos folclóricos frequentemente desenvolviam-se fora das universidades e das “técnicas modernas do trabalho intelectual”³⁸⁵. Na Argentina, ainda que o folclore não tenha estado de todo ausente da Academia, de fato tornou-se objeto de verdadeiro interesse a partir da realização da *Encuesta*, pensada por técnicos do Conselho Nacional de Educação e por pensadores mais próximos do governo do que das cátedras universitárias. Por outro lado, conforme apontou Quattrocchi-Woisson, essa tendência filiava-se a um descompasso entre os intelectuais de carreira e a realidade social, vazio preenchido por projetos comprometidos antes com interesses políticos do que com preocupações científicas.

Nesse sentido, ainda que reconhecendo as problemáticas levantadas por Canclini e procurando, principalmente, valorizar a atuação dos intermediários culturais, reforçamos a necessidade de se pensar o folclore a partir de contextos históricos específicos e de intencionalidades próprias, relativizando explicações calcadas unicamente na dependência de modelos externos, que não eram uníssonos nem homogêneos, e nas dificuldades metodológicas. Assim, as referências utilizadas pela *Encuesta* e os diálogos implícitos em seus discursos revelaram, por exemplo, como o nacionalismo utilizou-se de certas preocupações epistemológicas que se combinavam às suas concepções políticas para a nacionalidade argentina, propondo abordagens próprias. Ao mesmo tempo, ao recorrer aos folcloristas espanhóis que trilhavam caminhos distintos das interpretações predominantes na Europa, o inquérito minimizou, mesmo que de forma pouco consciente, a visão “paleontológica” do folclore, como será visto a seguir.

³⁸⁵ Ibidem, p. 197.

III

A Encuesta Nacional del Folklore de 1921

Muchos paisanos han heredado esta superstición y siguen practicando la ridícula y tradicional costumbre.

Encuesta Nacional del Folklore – Trecho da compilação do professor Augusto Valle (Lamarque, Território Nacional do Río Negro, 1921)

Figura 3. “Casal rural, Argentina, cerca de 1880. Uma chaleira está sobre o fogão de ferro. O homem está tomando erva mate. Fotografia de Arthur W. Boote & Co., de Buenos Aires”³⁸⁶

³⁸⁶ HOFFENBERG, H. L. *Nineteenth-century South America in Photographs*. New York: Dover, 1982, p. 133.

3.1 O inquérito

Na esfera de poder do Conselho Nacional de Educação, levou tempo para que o folclore fosse assumido como instância privilegiada para o resgate das camadas profundas da identidade nacional e como meio de articulação da escola pública com as tradições úteis para a argentinização das massas. Particularmente, Ricardo Rojas mostrava-se insatisfeito com a pouca repercussão e aceitação de sua obra, concebida por ele para ter aplicação prática pedagógica. Além de *La restauración nacionalista*, a preocupação do autor com a nacionalização simbólica da heterogênea população do país e sua insistência sobre a importância do ensino da história, da geografia e do folclore nacionais persistiram em publicações subsequentes, com destaque para *Blasón de Plata* (1912), *La Argentinidad* (1916) e *Eurindia* (1924).

Nessa última, conforme brevemente elucidado, Rojas aproximou-se de concepções indigenistas e do conceito de mestiçagem cultural para defender a integração entre o elemento espanhol e o indígena como a origem do povo argentino. Em 1925, já no cargo de diretor do Instituto de Literatura Argentina da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, ele passaria a ser o responsável pela organização e edição do primeiro catálogo com os registros da *Encuesta*. Ainda que não tenha sido envolvido diretamente na concepção e aplicação do inquérito, o autor fez questão de reivindicar a originalidade e o pioneirismo de seus aportes sobre os estudos folclóricos:

Essa iniciativa do Conselho me foi pessoalmente muito agradável, pois realizou o que há mais de quinze anos vinha defendendo na imprensa e nos livros. Veja-se a respeito em meu livro *Cosmópolis* (Paris, 1905), nos artigos intitulados *Nuestro folklore* e *Romances tradicionales en América* e em *La restauración nacionalista* (1909), páginas 433, 480 e 504, onde se projetam a compilação integral do folclore argentino e a edição de uma antologia de tradições populares, como parte de um plano educacional proposto por mim ao Ministério de Justiça e Instrucción Pública³⁸⁷.

A despeito das sugestões anteriores de Ricardo Rojas, foi somente em março de 1921 que Juan Pedro Ramos, na condição de vogal e colaborador de longa data do Conselho Nacional de Educação, propôs o projeto³⁸⁸ que, pela primeira vez, transformou

³⁸⁷ ROJAS, Ricardo (org.). *Catálogo de la Colección de Folklore donada por el Consejo Nacional de Educación*. Sección de Folklore. Tercera serie. Tomo 1. Nº 1. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1925.

³⁸⁸ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; RAMOS, Juan Pedro. *Proyecto del vocal del Consejo Nacional de Educación Dr. Juan P. Ramos*. In: *Folklore Argentino*. Buenos Aires: Conselho Nacional de Educação, 1921.

o folclore em objeto das políticas educacionais do Ministério da Justiça e Instrução Pública. Nascido em 1878 e participante do movimento nacionalista da Geração do Centenário, ele viria a se tornar decano da prestigiosa Faculdade de Direito de Buenos Aires e um dos dirigentes do nacionalismo radicalizado dos anos 1930³⁸⁹. A produção bibliográfica de Ramos abrangeu diversos artigos no *Monitor de la Educación Común* desde, pelo menos, 1908 até a década de 1920, alguns voltados a assuntos educacionais, outros a biografias de personagens históricos como Manuel Dorrego e Bartolomé Mitre, por exemplo³⁹⁰. Além disso, publicou variados ensaios e obras jurídicas, principalmente sobre direito público e penal³⁹¹. Seus trabalhos também incluíram temáticas como o hispanismo³⁹², considerações a respeito da participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial³⁹³, arte³⁹⁴, novelas³⁹⁵ e poemas³⁹⁶ autorais, entre muitos outros. No que se refere à educação, além dos dois tomos encomendados pelo CNE na gestão Mejía, Ramos publicou *Los límites de la educación* em 1941, obra inserida nas discussões sobre pedagogia e cultura³⁹⁷. O pensador ainda lançou um ensaio autobiográfico em 1946³⁹⁸ e alguns poucos títulos nos anos seguintes, vindo a falecer em 1959.

Em 1921, quando o projeto da *Encuesta Nacional del Folklore* foi por ele proposto, o Conselho Nacional de Educação era presidido pelo cientista Ángel Gallardo, antigo diretor do Museu Nacional de História Natural e futuro Ministro das Relações Exteriores do governo de Marcelo de Alvear, presidente novamente eleito pela União Cívica Radical. Seu posicionamento com relação ao papel da escola como sentinela da civilização ante o deserto, especialmente no que se referia aos Territórios Nacionais, foi esmiuçado no primeiro capítulo deste estudo. Além disso, em suas memórias, Gallardo evidenciou sua admiração por Benito Mussolini (1883-1945), a quem teria contado, com orgulho, os esforços feitos para combater os “professores comunistas” quando estivera à

³⁸⁹ CATTARUZZA, *Op. Cit.*, (E-book).

³⁹⁰ Ver os artigos do autor no repositório de *El Monitor de la Educación*, disponível em: <http://repositorio.educacion.gov.ar/dspace/handle/123456789/97346>.

³⁹¹ Ver, por exemplo: RAMOS, Juan P. *Curso de derecho penal*. Buenos Aires: Ariel, 1928; *El derecho público de las provincias argentinas*: con el texto de las constituciones sancionadas entre los años 1819 y 1913. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1914.

³⁹² Idem. *Ensayos hispánicos*. Buenos Aires: Institución Cultural Española, 1942.

³⁹³ Idem. *La significación de Alemania en la guerra europea*. Buenos Aires: Biblioteca Renovación, 1918.

³⁹⁴ Idem. *El amor del arte*. Buenos Aires: Huarpes, 1949.

³⁹⁵ Idem. *La vuelta de las horas*. Buenos Aires: Viau y Zona, 1933.

³⁹⁶ Idem. *Poemas*. Buenos Aires: Carmina, 1954.

³⁹⁷ ANAYA, Mario M. *Filosofía política de la educación en América Latina*. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México, 1993, p. 13.

³⁹⁸ RAMOS, Juan P. *Fragmentos de vida*. Buenos Aires: Emecé, 1946.

frente do Conselho³⁹⁹. Ramos também proferiu conferências sobre direito penal argentino na Universidade de Roma, em janeiro de 1929⁴⁰⁰, quando a Itália já se encontrava sob o governo do *Duce*. Ángel Gallardo presidiu o Conselho Nacional de Educação até setembro de 1921, tempo suficiente para acolher e aprovar o projeto de Juan P. Ramos, que foi rapidamente colocado em prática.

No texto inicial submetido para a aprovação do CNE, o vogal Ramos preocupou-se em ratificar a acolhida que os estudos sobre folclore e poesia popular, ambos filiados ao universo da tradição coletiva, vinham recebendo pelas disciplinas científicas no exterior, com a edição de publicações, a formação de associações de pesquisa e a criação de museus. O autor também afirmou que, no contexto argentino, pouco estava sendo feito diante do potencial de manifestações hereditárias ainda mantidas e que poderiam ser coletadas. Nesse sentido, reivindicou a autoridade dos aportes científicos das produções acadêmicas europeias, deixando claro que, com essa perspectiva, não buscava se afastar do cientificismo, mas sim adaptá-lo ao contexto nacional argentino. Isso revela a diferenciação entre os elementos externos que deveriam ser aproveitados pelo projeto nacionalista e aqueles relegados à crítica ao cosmopolitismo e à imigração.

Valorizando seu posicionamento hispanista, Ramos reconhecia uma variedade de poesias populares da tradição literária espanhola ainda transmitidas pela oralidade no país. Assim, de modo a reafirmar a filiação e os sentidos de continuidade entre a herança hispânica e a cultura argentina, assumia esses registros como indícios da existência de um passado em comum, preservado nos contos, na música popular, nos cancioneros e nas tradições. Assim, se na Espanha, desde o século XIX, os estudos folclóricos vinham resultando em compilações de volume considerável, o potencial oferecido ao pesquisador na Argentina tenderia a ser igualmente relevante. Vale salientar que, segundo o Censo realizado em 1920 no Território Nacional do Río Negro, dos mais de 13 mil imigrantes que correspondiam a 31% da população *rionegrina*, cerca de 5,4 mil, ou seja, 41% dos estrangeiros, eram espanhóis⁴⁰¹, números semelhantes ao restante do país.

Para Ramos, era imprescindível que o CNE empreendesse esforços institucionais para coletar as manifestações de folclore, poesia e música – assim por ele distinguidos – diante do risco iminente de desaparecimento frente à presença danosa do cosmopolitismo.

³⁹⁹ GALLARDO, Ángel. *Memorias para mis hijos y mis nietos*. Buenos Aires: Academia Nacional de História, 1982.

⁴⁰⁰ RAMOS, Juan P. *Conferencias sobre el derecho penal argentino*: pronunciadas en la Universidad de Roma entre el 10 y el 23 de enero de 1929. Buenos Aires: Facultad de Derecho, 1929.

⁴⁰¹ MOLDES & ENTRAIGAS, *Op. Cit.*, p. 17.

Desse modo, obviamente, seu pensamento vinculava-se à motivação primordial do nacionalismo a partir da Geração do Centenário, ou seja, enfrentar a ameaça desagregadora da imigração. Portanto, além de preservar elementos pretensamente ameaçados de extinção, interessava empregá-los para que os homens do presente pudessem rememorar as tradições do passado argentino, dando-lhes sentidos pedagógicos e patrióticos, como estratégia de coesão e homogeneidade sociocultural. Para isso, Juan P. Ramos propunha a realização de uma *encuesta* em todo o território nacional.

Em espanhol contemporâneo, o termo pode significar simplesmente uma indagação ou pesquisa ou, mais especificamente, “um conjunto de perguntas tipificadas dirigidas a uma amostra representativa de grupos sociais, para averiguar opiniões ou conhecer outras questões que os afetam”⁴⁰². Do ponto de vista etimológico, originou-se do vocábulo francês *enquête*⁴⁰³ que, por sua vez, filia-se ao verbo latim *inquærare* (inquerir, interrogar), o qual guardava relação com a terminologia jurídica medieval *inquesta*⁴⁰⁴. Como método sociológico, no Brasil, o termo pode ser traduzido como “entrevista” ou “questionário”⁴⁰⁵, ainda que a palavra “inquérito” seja utilizada no presente pelo português de Portugal sob essa mesma acepção científica⁴⁰⁶. Assim, por considerar a terminologia portuguesa mais próxima etimologicamente à sua variação espanhola, este estudo priorizará a utilização de “inquérito” nas traduções de *encuesta*.

Não obstante, mesmo tendo caído em desuso no Brasil, talvez por sua maior vinculação à linguagem jurídico-policia, o termo serviu como subtítulo à obra *O Sacy-Perêre – Resultado de um inquérito* (1918), de Monteiro Lobato, que trazia depoimentos, informações e ilustrações coletados pelo intelectual em questionários dirigidos a leitores do jornal O Estado de São Paulo a respeito do saci⁴⁰⁷. A Revista do Brasil, da qual Lobato foi proprietário entre 1918 e 1925, também chegou a fazer uso desse expediente, vinculado às tentativas de torná-la mais próxima do grande público. Em julho de 1919, organizou um inquérito-concurso sobre a Independência, com premiação em dinheiro

⁴⁰² Conforme acepção do Dicionario de la Real Academia Española.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Conforme descrição etimológica do Centre National de Ressources Textuelle et Lexicales, da França. Disponível em: <http://www.cnrtl.fr/etymologie/enqu%C3%AAt>. Acessado em 15 de julho de 2016.

⁴⁰⁵ BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia J. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n.º 1 (3), janeiro-julho/2005, pp. 68-80.

⁴⁰⁶ LIMA, Marinús Pires de. *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia. Preparação de Inquéritos, Recolha de Dados, Tratamento da Informação, Métodos e Técnicas, Sondagens e Entrevistas*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

⁴⁰⁷ SOARES (2015), *Op. Cit.*, pp. 441-442.

para o melhor trabalho⁴⁰⁸. No mesmo periódico, sob perspectivas distintas, Victor Vianna defendeu a realização de inquéritos a respeito da geografia das regiões brasileiras: “sobre a parte física e sobre a parte dinâmica; inquéritos com alto critério técnico e com preocupações sociológicas (...) [A Geografia] é, dessa forma, um instrumento de ação e de riqueza”⁴⁰⁹. Finalmente, em 1923, a Revista do Brasil publicou os resultados do Inquérito Literário Sul-Americano, “que tinha por finalidade avaliar o grau de conhecimento da produção intelectual brasileira entre os letrados do continente”⁴¹⁰.

Ainda que os inquéritos, como procedimentos metodológicos, tenham assumido distintos objetivos e tenham sido amplamente aprimorados, desenvolvidos e discutidos pelas Ciências Sociais ao longo dos séculos XIX e XX⁴¹¹, há registros anteriores sobre o uso de questionários para coletar dados relacionados à cultura popular especificamente. Entre os primeiros exemplos citados por Peter Burke, estiveram as questões elaboradas pelo abade Henri Grégoire (1750-1831) em 1790, a respeito de costumes e dialetos franceses, e aquelas feitas pela Sociedade das Terras Altas escocesa, em 1797, sobre poesia gaélica⁴¹².

Paradigmaticamente, do mesmo modo que esses exercícios pioneiros estavam voltados para as manifestações populares, os primeiros inquéritos sociológicos cujas características básicas assemelhavam-se às atuais foram aplicados por cientistas como Charles Booth (1840-1916) e Karl Marx (1818-1883), a fim de “buscar informações sobre a situação socioeconômica das classes desfavorecidas”⁴¹³. Outros exemplos menos estruturados remontavam ao Antigo Regime, quando os reis franceses demandavam informações fiscais sobre a população e a economia dos departamentos e províncias, e o inquérito de um padre de Aragão sobre os milagres e os nomes das virgens de sua paróquia, no século XVI⁴¹⁴. A sistematização oficial desses procedimentos no século XIX pode estar relacionada à necessidade de controle do Estado-nacional sobre as normas e organizações burocráticas, correspondendo a seu processo de institucionalização⁴¹⁵. Daí a ênfase no mapeamento e tabulação de diversos aspectos da sociedade.

⁴⁰⁸ DE LUCA, *Op. Cit.*, p. 67.

⁴⁰⁹ VIANNA apud DE LUCA, *Op. Cit.*, p. 117.

⁴¹⁰ DE LUCA, *Op. Cit.*, p. 76.

⁴¹¹ BONI & QUARESMA, *Op. Cit.*, p. 69.

⁴¹² BURKE, *Op. Cit.*, p. 40.

⁴¹³ MARTIN, Francisco Alvira. *La encuesta: una perspectiva general metodológica*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011, p. 5.

⁴¹⁴ Ibidem, ibidem.

⁴¹⁵ OSZLAK (1982), *Op. Cit.*, p. 11.

Na Argentina, não por acaso, o *Primer Censo de la Población* foi realizado em 1869, no governo de Domingo Faustino Sarmiento. A introdução do documento deixava claro o sentido pragmático da realização desse tipo de levantamento e sua imbricação com o positivismo científico:

Constituem os censos o primeiro inventário dos elementos vivos que integram as nações. Enumerando, classificando, decompondo o homem, sua matéria-prima, chegam as sociedades a ter plena consciência de sua debilidade ou de sua força, substituindo-se para sua fundamentação administrativa, em vez do incerto e hipotético, a realidade incontestável dos fatos. São desse modo, para as nações, como a verificação útil e fecunda do *conhece-te a ti mesmo*, que a sabedoria grega havia inscrito na entrada do templo de Delfos. As cifras estatísticas revelam, a quem sabe interpretá-las, condições orgânicas, físicas e morais, sociais e políticas, permeada de revelações para o governo dos povos (...) Analisar os números, promovendo sua aproximação justa à verdade, saber contrastá-los, descobrir sua ligação, explicar sua origem, determinar sua sucessão, é como penetrar com uma luz dentro do labirinto eminentemente complexo da organização de um estado.⁴¹⁶

Em consonância com a ênfase que era dada pelos estudos folclóricos à coleta e organização de dados no momento de realização da *Encuesta*, menos interpretativa do que os censos, o inquérito argentino idealizado pelo Conselho Nacional de Educação em 1921 buscou discriminar uma série de categorias relacionadas à sua concepção de folclore, enriquecidas com exemplos práticos e referências de outras pesquisas, conforme será visto mais adiante. O material folclórico deveria ser recolhido pela extensa rede de escolas subordinadas ao Conselho Nacional de Educação, particularmente aquelas criadas nas províncias a partir da promulgação da Lei Láinez em 1905. Contudo, as escolas nacionais resultantes da Lei de Educação Comum, em especial a dos Territórios Nacionais, também participaram do inquérito. Com isso, além de garantir o controle institucional e a centralização desse projeto nas mãos do próprio Conselho, o dispositivo permitia que a compilação priorizasse os estabelecimentos de ensino localizados em regiões mais afastadas dos centros urbanos, prerrogativa para a abertura das escolas Láinez e característica igualmente comum aos Territórios.

Nesse sentido, conforme a convergência entre os nacionalistas e os próprios folcloristas, o meio rural era o âmbito natural privilegiado para a conservação da pureza das manifestações populares, menos sujeitas às contaminações por fatores estrangeiros, majoritariamente atribuídos ao ambiente urbano. Por isso mesmo, a proposta de Juan P.

⁴¹⁶ ARGENTINA. *Primer Censo de la Republica Argentina* – verificado en los días 15, 16 e 17 de Septiembre de 1869. Buenos Aires: Imprensa del Porvenir, 1872, p. 9.

Ramos era incisiva ao demarcar a obrigatoriedade de que todos os registros coletados fossem de origem nacional, sem aportes decorrentes da imigração, com exceção das tradições culturais espanholas, entendidas sob o prisma da continuidade.

Entre as demais exigências de seleção pautadas por ele, estava a antiguidade de tudo o que fosse compilado, característica inerente à ideia de que a essência nacional repousava na solidez de um passado praticamente inapreensível temporalmente. O vogal postulava que os registros orais recolhidos fossem em língua castelhana, uma vez que a preocupação linguística era outra questão recorrente nas discussões sobre a nacionalidade e no próprio projeto de educação patriótica do CNE. Por outro lado, Juan P. Ramos admitia a validade das manifestações em idiomas nativos, aproximando-se parcialmente da perspectiva indigenista de intelectuais como Ricardo Rojas.

Sua proposta também reconhecia como nacionais quaisquer elementos que, em consonância com as perspectivas anteriores, tivessem sido incorporados pela memória popular desde o período colonial, mesmo que modificados ou com diferenças de versões, sobretudo os associados ao romanceiro espanhol. Nesse sentido, ainda que novamente reivindicasse a filiação hispânica, Ramos admitia a possibilidade de transformação da cultura popular, tanto pela passagem do tempo quanto por seu contato com a realidade argentina, rompendo implicitamente com a ideia da imutabilidade do folclore.

Em geral, a metodologia do inquérito permanecia vinculada aos métodos tradicionais dos estudos folclóricos. Preferencialmente os professores, na qualidade de pesquisadores de campo e representantes do Estado-nacional, deveriam se aproximar das manifestações folclóricas através da observação *in loco* e da coleta nas fontes consideradas mais fidedignas, ou seja, diretamente das bocas dos próprios entrevistados. Também se recomendou a transcrição fiel de tudo o que fosse possível compilar nos arredores da escola, por meio de categorias de classificação previamente determinadas, que serviriam, igualmente, para a ordenação posterior dos dados.

No que se refere à importância-chave dos professores na condução da *Encuesta del Folklore*, a própria natureza das escolas nacionais e Láinez conferia-lhes prestígio junto às comunidades rurais, o que facilitava o acesso à população que deveria ser entrevistada, atuando como intermediários entre a cultura popular e o projeto do Estado-nacional. Assim, assentava-se sobre eles a visão de portadores de uma missão civilizatória a ser levada aos confins do país, conforme os modelos pedagógicos perseguidos, por exemplo, por Domingo F. Sarmiento e por José María Ramos Mejía, além da Sociologia

de Durkheim⁴¹⁷. Teoricamente, isso deveria facilitar sua ascendência sobre o entorno das escolas, contribuindo para a exatidão e a qualidade dos dados coletados, cujos resultados deveriam ser revertidos em benefício da civilização e da nacionalidade argentinas.

Por outro lado, as possibilidades de recepção, apropriação e mediação dos professores, enquanto intermediários e atores da cultura popular, acabaram por convertê-los em participantes ativos da *Encuesta*, que muitas vezes ignoraram ou subverteram as intenções hegemônicas do Conselho. Paradoxalmente, sua atuação no projeto recaía em necessidades pragmáticas, uma vez que eles eram a mão-de-obra disponível e encontravam-se diretamente subordinados ao controle institucional e normatizador do CNE. Diante de uma realidade educacional marcada pela dificuldade em formar, atrair e distribuir uniformemente o quadro docente, sobretudo nos Territórios Nacionais, o projeto autorizava a participar do trabalho de coleta outras pessoas que desejassem cooperar com a iniciativa, desde que seguissem as orientações determinadas pelo Conselho. Ainda que essa participação tenha sido minoritária – a documentação do Río Negro, pelo menos, não parece ter sido compilada por pessoas que não integrassem as equipes das escolas – essa possibilidade aproximava o inquérito do amadorismo dos questionários realizados no século XIX: a ênfase deslocava-se do pesquisador para o método de pesquisa, uma vez que, contanto que os procedimentos acompanhassem as normas do CNE, presumia-se que o trabalho de campo estaria bem executado.

Além do objetivo final de preservar as tradições nacionais, o projeto de Juan P. Ramos engendrava outros interesses pertinentes ao posicionamento do Conselho Nacional de Educação, conforme discutido mais profundamente no capítulo anterior. Em primeiro lugar, ao valorizar as particularidades culturais locais, com suas sensibilidades e memórias, aproximava-se dos intentos patrióticos dos programas escolares, que deveriam conter matérias pertinentes à realidade regional, fortalecendo os laços entre os alunos e o território: “‘a nação’ converte-se no abstrato, no que se conhece porque se imagina, enquanto ‘o local’ converte-se no entorno cotidiano, numa realidade contrastável”⁴¹⁸. Além disso, a perspectiva regionalista da coleta incitava a competição entre os professores, criando um estímulo que pretendia, pela qualidade das partes, reafirmar a grandiosidade do todo.

⁴¹⁷ ORTIZ (1989), *Op. Cit.*, passim.

⁴¹⁸ ZAIDENWERG (2014), *Op. Cit.*, p. 14.

Nesse sentido, conforme argumentou Canclini, a monumentalização⁴¹⁹ das tradições nacionais respondia às necessidades de apropriação simbólica do patrimônio cultural, movimento inerente aos processos hegemônicos. Ao reunir milhares de escolas em torno de seu projeto, o CNE conformava um processo de centralização institucional iniciado com a Lei de Educação Comum de 1884 e fortalecido pela aprovação da Lei Láinez em 1905, sobretudo no que se refere à valorização da escola pública e do sistema educacional argentino. Ao mesmo tempo, monumentalizava-se o projeto político do Estado-nacional e sua concepção de nacionalidade, materializada pelos registros da *Encuesta* e por sua capacidade de congregar 3.250 compiladores em Buenos Aires, nos oito Territórios Nacionais e nas 14 províncias, que reuniram o impressionante volume de 88.009 fólios⁴²⁰. “A receptividade teria sido tanta que os professores solicitaram ao CNE a prorrogação de prazo, concedida afinal para 15 de novembro de 1921”⁴²¹.

Como era comum nas demais pesquisas relacionadas ao folclore, os inquéritos costumavam vir acompanhados de manuais que detalhavam os critérios de seleção e orientavam os procedimentos práticos. O projeto de Juan P. Ramos continha um esquema básico para definir os materiais que poderiam estar incluídos nos registros das escolas. Em primeiro lugar, estavam as tradições populares, ou seja, aquelas transmitidas há muitas gerações. Também eram importantes as poesias antigas de natureza diversa, que abarcavam os romances espanhóis e que poderiam servir para estudos filológicos e literários. Além disso, faziam parte das poesias populares as cantigas que as mães cantavam para seus filhos, assumidas como o melhor retrato da pureza e ingenuidade e que mais se aproximavam da alma de cada povoado. As poesias poderiam vir acompanhadas de música, narrar os grandes feitos militares e também se dedicar ao registro de lendas, fábulas, contos e outras narrativas em prosa, antigas e autenticamente populares. Em seu projeto, o vogal conferia sentidos históricos às tradições orais, considerando as poesias épicas como formas de narrar o passado nacional, a exemplo do que também haviam defendido pensadores nacionalistas como Ricardo Rojas.

O projeto foi submetido para a apreciação do CNE e aprovado ainda no mês de março de 1921. Poucas semanas depois, o presidente Ángel Gallardo autorizou a publicação de um livreto com as instruções complementares, a fim de facilitar os

⁴¹⁹ CANCLINI, *Op. Cit.*, pp. 168-171.

⁴²⁰ FERREIRA, Leticia. “Proyecto de Microfilmación de la Colección de Folklore de 1921”. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, p. 111.

⁴²¹ SOARES (2015), *Op. Cit.*, p. 436.

trabalhos e atender à preocupação recorrente com a padronização desse tipo de compilação. As *Instrucciones a los maestros* foram redigidas pelo próprio Juan P. Ramos, com o auxílio de Pablo A. Córdoba, pró-secretário e outro colaborador de longa data do Conselho. Elas também foram divulgadas pelo *El Monitor de Educación Común*⁴²², agilizando sua difusão. Dirigiam-se, especialmente, aos professores e visavam a apresentar a natureza do inquérito e a normatizar as categorias que direcionariam os esforços da coleta.

Seu primeiro ponto contextualiza brevemente os estudos folclóricos, começando por explicar a etimologia da palavra *folklore* (“o que sabe o povo”) e mostrar como esses conhecimentos, vinculados à tradição popular, vinham incentivando o desenvolvimento de importantes associações de pesquisa em países estrangeiros. Na sequência, argumentava-se que o panorama intelectual argentino estava apenas parcialmente dedicado a esses estudos, carência que o Conselho Nacional de Educação buscava dirimir ao encampar a primeira grande iniciativa de elaboração de uma obra folclórica nacional.

Nesse sentido, o órgão reivindicava sua autoridade não somente sobre as políticas educacionais, mas também sobre os esforços de preservação das tradições populares, com base em referenciais conectados aos estudos folclóricos da época e assumindo funções próprias da Academia. Vale lembrar que, conforme argumentou Diana Quattrocchi-Woisson, sobretudo a partir da década de 1930, os movimentos da “*contrahistoria*” revisionista, responsáveis por recuperar a figura de Juan Manuel de Rosas em benefício de um projeto de regeneração da nacionalidade argentina, trabalhariam, justamente, nos vazios deixados pelos estudos históricos institucionalizados, porém pouco conectados aos anseios políticos do presente⁴²³.

Definir e detalhar o conceito de folclore, mais do que um recurso retórico ou didático, ia ao encontro de um propósito claro. Para os autores, essas *Instrucciones* eram fundamentais para dar “algumas explicações indispensáveis, particularmente àqueles professores que se encontram nas zonas mais distantes das cidades, onde dificilmente chega outro eco da civilização que o da própria escola”. Com isso, o Conselho Nacional de Educação explicitava sua missão civilizatória, instrumentalizada não apenas pela escola, mas por projetos como o da *Encuesta*. Mais ainda, ao atribuir o desconhecimento

⁴²² RAMOS, Juan Pedro e CÓRDOBA, Pablo A. *Instrucciones a los maestros para el mejor cumplimiento de la resolución adoptada pelo H. Consejo sobre Folklore Argentino*. El Monitor de la Educación Común, Consejo Nacional de Educación, año 39, n.º 580, Buenos Aires, 30 de abril de 1921, pp. 3-25.

⁴²³ QUATTROCCHI-WOISSON, *Op. Cit.*, p. 328.

dos conceitos de folclore à distância do meio urbano civilizado, os autores deixavam evidente o descolamento entre o objeto folclórico e seu campo de estudos. Assim, se as tradições populares eram vistas como a materialização da alma nacional mais profunda, arcaica e estável, o folclore, enquanto área do conhecimento, filiava-se à civilização e à sua perspectiva científica.

Desse modo, a ciência e a cultura letrada, atributos das elites dirigentes da nação, apresentavam-se como habilitadas para selecionar os conteúdos que convinham ser revertidos em benefício da nacionalidade. Ainda que o meio rural fosse, nas palavras de Juan P. Ramos, onde ainda se conservava “intacta a nobre tradição do passado”, em cidades como Buenos Aires a *Encuesta* também foi aplicada. As escolas nacionais, por exemplo, escapavam à circunscrição do interior do país, incluindo os estabelecimentos da Capital Federal⁴²⁴. Além disso, o pequeno manual ampliava os alcances do que era considerado popular. Ao tratar das superstições, por exemplo, o documento recomendava que o professor anotasse todas aquelas que ele conhecesse, independentemente dos grupos sociais de origem, não se limitando aos indígenas e *gauchos*. Como será evidenciado na análise da documentação do Río Negro, a circularidade de repertórios da cultura popular e seus deslocamentos físicos e simbólicos reforçaram a compilação de registros que escapavam ao âmbito geográfico do Território Nacional.

Em suas instruções, Juan P. Ramos e Pablo Córdoba também propuseram um grande esquema de classificação que serviria para direcionar o trabalho de coleta dos professores e facilitar o ordenamento do grande volume de informações colhidas. Nesse sentido, a *Encuesta del Folklore* não fez uso de perguntas estruturadas, mas apenas indicou categorias para orientar a seleção dos registros. Os critérios utilizados pelos autores para justificar esse quadro respaldavam-se na adaptação de modelos utilizados em pesquisas de outros países, aproximando-os das bases científicas pretendidas para os métodos de compilação folclórica. Finalmente, mais do que apenas orientações para o trabalho de campo, os pensadores pretendiam criar o primeiro sistema geral de classificação do folclore argentino, conforme a tabela a seguir.

⁴²⁴ PINEAU, *Op. Cit.*, p. 11.

1°. Crenças e costumes	A. Crenças e práticas supersticiosas	Superstições relativas a: a. Fenômenos naturais ou natureza inanimada. b. Plantas e árvores. c. Animais. d. Trabalhos rurais. e. Jogo. f. Morte, Juízo Final etc. g. Fantasma, espíritos, duendes. h. Bruxaria. i. Curandeirismo. j. Mitos. k. Cosmogonia.
	B. Costumes tradicionais	a. Cerimônias de solenidade de alguns acontecimentos, como nascimentos, matrimônios, mortes. b. Jogos.
2°. Narrativas e refrãos		a. Tradições populares. b. Lendas. c. Fábulas, anedotas. d. Contos. e. Refrãos, adivinhações.
3°. Arte	A. Poesias e canções	a. Romances, poesias dos aborígenes, poesias populares de gênero militar ou épico que cantem cenas, episódios, lutas, costumes etc., das invasões inglesas, guerra da independência e guerras civis posteriores. b. Canções populares. c. Canções infantis.
	B. Danças	Danças populares com ou sem acompanhamento de canto.
4°. Conhecimentos populares	Conhecimentos populares nos diversos ramos da ciência, (medicina, botânica, zoologia, astronomia, geografia, etc.).	a. Procedimentos e receitas populares para a cura de enfermidades. b. Nome com o qual vulgarmente se designa os quadrúpedes, pássaros, peixes, répteis, insetos, árvores, plantas, pastos etc. da região e o que se sabe deles. c. Nome com o qual vulgarmente se designa os planetas, estrelas, constelações, tanto entre a gente do povoado quanto entre os indígenas; e o que se diz deles. d. Nomes de localidades, povoados, lugares, montanhas, serras, montes, planícies, desertos, caminhos etc., da região e o que se sabe deles. e. Nomes de minas, salinas, caleiras etc. da região e o que se sabe delas. f. Nomes de rios, riachos, arroios, torrentes, mananciais, fontes, poços, lagos, lagoas etc. da região e o que se sabe deles. g. Nomes dos caminhos antigos, veredas, atalhos, pontes, sendas, passagens, charcos etc. e o que se sabe deles. h. Tribos indígenas da região, usos, costumes etc. i. Línguas indígenas, apontamentos de gramática, vocabulários, frases soltas. j. Formas de falar, ordenações das frases, trava-línguas, ditados, sinônimos, piadas, charadas, apelidos, modismos, regionalismos, vocábulos infantis, etc. k. Outros conhecimentos.

Tabela 1. Folclore Argentino – Classificação proposta por Juan Pedro Ramos e Pablo Córdoba⁴²⁵

⁴²⁵ Quadro elaborado a partir de tradução e adaptação do esquema original dos autores, cf. RAMOS, Juan P. & CÓRDOBA, Pablo A., *Op. Cit.*, p. 4.

A classificação trazia alguns pontos de imprecisão que refletiam as dificuldades teóricas de se delimitar um método para as pesquisas folclóricas, bem como os limites do conhecimento dos autores em relação a essa incipiente área de estudos. As noções de tradicionalidade, antiguidade e anonimato eram atributos inerentes à *Encuesta* como um todo. Contudo, o termo tradicional, por exemplo, apareceu empregado como adjetivo de diferenciação, como em “costumes tradicionais”. O mesmo ocorreu com o vocábulo “populares”. Talvez, esses usos estivessem relacionados com a preocupação dos autores em garantir que os registros se circunscrevessem a seus entendimentos sobre o folclore, ou seja, como termos que reforçavam a natureza daquelas manifestações.

Além disso, as tentativas de categorizar o universo da cultura popular respondiam não apenas a anseios epistemológicos. Ao mesmo tempo, carregavam um desejo velado de posse, conforme discutiu Mary Louise Pratt ao tratar do fenômeno da anticonquista em relatos de viagem⁴²⁶. Assim, a presumida objetividade da classificação científica disfarçava propósitos de dominação sobre os conhecimentos da natureza e do outro, entendidos como passíveis de ser conquistados. Não por acaso, o esquema de classificação da *Encuesta* estava permeado por relações simbólicas de subordinação e alteridade, em sintonia com o posicionamento do CNE em relação à cultura popular.

Dessa maneira, manifestavam-se juízos de valor e conferia-se ao folclore sentidos alheios às suas manifestações. Em primeiro lugar, do mesmo modo como nas compilações de contos populares pelos irmãos Grimm, expressões e estruturas mentais configuradas essencialmente de acordo as especificidades da oralidade, da memória e dos atributos corporais foram convertidas em linguagem escrita. Por mais que se defendesse a fidelidade dos registros, esse processo estava condicionado por distintas formas de apropriação e modificação, que alteravam irremediavelmente as manifestações do folclore. Os idiomas indígenas, linguisticamente complexos e ausentes de formas escritas, também foram condicionados a essas adaptações, nem que fosse necessário reduzi-los a vocábulos ou frases soltas. Mais uma vez, o CNE atuava para homogeneizar “o caráter plural da sociedade argentina e da diversidade étnico-cultural”⁴²⁷.

Além disso, essa abordagem dominadora recaía na profusão e alternância de categorias antropológicas e artísticas que escapavam aos sentidos das práticas culturais, mas eram construídas a partir do repertório do outro. Esses exercícios semânticos embaraçaram o trabalho dos próprios autores, que recorreram a exemplos práticos para

⁴²⁶ PRATT, *Op. Cit.*, pp. 32-33.

⁴²⁷ ZAIDENWERG (2013, 3), *Op. Cit.*, p. 245.

facilitar o entendimento das instruções por parte dos professores. Segundo Juan P. Ramos e Pablo Córdoba, essa estratégia era preferível às dificuldades de explicação de seus critérios epistemológicos.

São muitos os casos que demonstraram o descompasso e as limitações para se classificar a cultura popular, sobretudo quando esse trabalho estava essencialmente arraigado em modelos que escapavam à realidade local, como no caso da *Encuesta*. Essa imprecisão, conforme será discutido na análise documental, perpassou os registros de diversos professores, que acabaram criando estratégias e mesmo categorias próprias de classificação do material compilado. Além disso, muitas escolas enviaram consultas complementares ao CNE, a fim de esclarecer pontos não previstos pela estrutura original do inquérito, como a classificação das músicas⁴²⁸.

O uso do termo “superstições”, por exemplo, foi abundante e recorrente, servindo para diversas categorias, da mesma forma como apontado por Peter Burke ao exemplificar o posicionamento de alteridade e preconceito com o qual os estudiosos do folclore europeu costumavam se dirigir ao popular⁴²⁹. Aos “aborígenes”, atribuiu-se a produção de poesias, referência utilizada desde o romantismo alemão para indicar as tradições transmitidas oralmente, provenientes da sabedoria não formal e entendidas como “poesias da natureza”⁴³⁰. Por outro lado, além da desarmonia do termo, a oralidade deveria ser, a rigor, um atributo de todos os registros pretendidos pelo inquérito, e não apenas daqueles associados aos indígenas.

Também os rituais mágicos foram diferenciados por categorias, que distinguiram a bruxaria, vinculada ao diabo, do curandeirismo, associado à natureza. Nesse sentido, a ideia de diabo, própria da matriz judaico-cristã, foi incorporada às práticas espirituais dos indígenas, como exemplificado por meio da citação de um antigo relato jesuítico que tratava da bruxaria entre os índios guaranis como manifestação diabólica. O mesmo aconteceu com o matrimônio, o batismo e o Juízo Final, próprios de um universo cultural-religioso circunscrito, mas que foram assumidos como comuns a todas as manifestações da cultura popular. Até os duendes, seres míticos ancestrais do imaginário europeu, e os espíritos e fantasmas, cuja crença vinha sendo reforçada pelos intentos espiritualistas-cientificistas de pensadores como Allan Kardec desde o século anterior, também surgiram deslocados para os cenários do interior da Argentina.

⁴²⁸ SOARES (2015), *Op. Cit.*, p. 436.

⁴²⁹ BURKE, *Op. Cit.*, p. 40.

⁴³⁰ ORTIZ (1992), *Op. Cit.*, p. 23.

Após a finalização da *Encuesta*, Manuel de Ugarriza Aráoz, secretário do júri constituído pelo Conselho Nacional de Educação para analisar seus resultados, contestou:

(...) alguns aspectos da metodologia utilizada e assinalou que as quatro espécies folclóricas classificadas na tabela não eram suficientes nem guardavam entre si a independência indispensável para evitar confusões. Os exemplos que oferece são inquestionáveis: em Conhecimentos Populares os saberes empíricos da ciência se misturam com mitografia, linguística, etnografia etc.; por outro lado, temas muito próximos como refrãos e frases feitas classificam-se separadamente. Ainda, menciona que essa tabela classificatória que em princípio havia sido pensada para orientar e normatizar a tarefa dos docentes, havia terminado por funcionar de maneira restritiva.⁴³¹

Finalmente, a exemplo dos relatos de viagens, comuns desde a colonização, as crenças consideradas supersticiosas foram segredadas dos conhecimentos que guardavam utilidade prática. Mais ainda, ao longo do século XIX, os dados topográficos, climáticos e geográficos continuaram a despontar nos registros de viajantes estrangeiros e em periódicos como a *Revue des Deux Mondes*, constituindo-se em “informações estratégicas sobre os potenciais naturais”, especialmente significativas sob a lógica imperialista⁴³². Vale registrar que esses registros eram especialmente valorizados diante do distanciamento e da situação de marginalidade em que se encontravam os Territórios Nacionais, como discutido anteriormente ao se tratar da Lei de Fomento de 1908, idealizada por Ezequiel Ramos Mexía. Da mesma forma, esses conhecimentos atendiam aos sentidos pragmáticos perseguidos pelo projeto de educação patriótica do CNE, no que se referia à vinculação da escola com o entorno da região.

Ao final do documento, algumas instruções gerais reforçavam a obrigatoriedade de que cada manifestação folclórica fosse remetida em folha separada, com cabeçalho contendo localidade, escola, nome do diretor ou do professor remetente, nome e idade do narrador, outros indivíduos que também o conhecessem e quaisquer dados extras considerados pertinentes. Dessa forma, o inquérito afastava-se da preferência pelo anonimato das fontes, relativizando os métodos folclóricos tradicionais e aproximando-se dos sentidos burocráticos do Estado-nacional. Assim, diante do viés normatizador e oficial do projeto, sua autenticidade deveria ser verificável, ainda que muitos compiladores tenham ignorado essas orientações, ao menos no Río Negro.

⁴³¹ ESPOSITO, Fabio; DI CROCE, Ely. “Un archivo del folklore nacional: la Encuesta de Magisterio de 1921”. VI Jornadas Internacionales de Filología y Lingüística y Primeras de Crítica Genética “Las lenguas del archivo”. La Plata, 7 a 9 de agosto de 2013.

⁴³² SOARES (2009), *Op. Cit.*, p. 4.

Embora apresentasse limitações e imprecisões e guardasse sentidos hegemônicos, esse esquema de classificação pretendeu aproximar a *Encuesta* da prática científica e facilitar o êxito desse projeto. Além disso, a importância de que fosse conceitualmente simples e pedagogicamente exemplificado era ainda maior diante de uma rede educacional que, em 1922, somaria 4.300 escolas diretamente subordinadas ao Conselho Nacional de Educação, às quais acudiriam mais de meio milhão de alunos, números que correspondiam aproximadamente à metade do sistema argentino⁴³³.

Após o término das compilações, os materiais deveriam ser recolhidos e organizados pelo diretor do estabelecimento escolar, cargo que representava “o guardião das normas” e dos mecanismos de controle do CNE⁴³⁴. Após essa primeira etapa, eram enviados ao Inspetor Seccional da região, que submeteria os registros, com um breve inventário, ao Inspetor Geral. Outra cópia desse inventário deveria ser remetida ao vogal Ramos. Os registros eram conferidos por um departamento público e, caso aprovados, eram encaminhados para a avaliação. Conforme determinava o projeto do inquérito, as cinco melhores compilações seriam premiadas com medalha de ouro.

A escolha dos vencedores seria responsabilidade de um júri composto por⁴³⁵: Juan P. Ramos e Pablo A. Córdoba; o poeta e periodista Enrique Banchs (1888-1968), encarregado do informativo *El Monitor de la Educación Común* e cuja obra poética foi perpassada por motivos do *romancero* do Siglo de Oro espanhol, além da afeição por temáticas medievais⁴³⁶; o escritor Luis María Jordán, diretor do Museu Escolar Sarmiento, criado pelo CNE na gestão de José María Ramos Mejía; e Leopoldo Lugones, diretor da Biblioteca de Professores e um dos principais defensores do nacionalismo.

Os estudiosos citados entre as referências de Juan P. Ramos e Pablo Córdoba permitem algumas perspectivas desses representantes do Conselho Nacional de Educação, sobretudo no que se refere à apropriação do folclore a partir das concepções do nacionalismo. As pesquisas que aparecem nas notas de rodapé incluem obras veiculadas à tradição historiográfica e literária espanhola e argentina e estudos específicos de folcloristas pioneiros dos dois países. Além do cronista e poeta espanhol quinhentista

⁴³³ CATTARUZZA, *Op. Cit.*, (E-book).

⁴³⁴ ZAIDENWERG (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 84.

⁴³⁵ SOARES (2015), *Op. Cit.*, p. 434.

⁴³⁶ ZONANA, Víctor Gustavo. “La urna (1911) de Enrique Banchs: un cancionero argentino del siglo XX”. *Letras*, 65-66 (2012). Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/urna-enrique-banchs-cancionero-argentino.pdf>.

Garcilaso de la Vega (1498-1536), foram citados os padres jesuítas e cronistas Barnabé Cobo (1582-1657), Pedro Lozano (1697-1752) e José Guevara (1719-1806).

As referências também compreendem o etnógrafo Juan Ambrosetti, o arqueólogo Samuel Quevedo, o antropólogo Robert Lehmann-Nitsche e o historiador Adán Quiroga, todos eles estudiosos do folclore nacional, e o historiador e político argentino oitocentista Mariano Pelliza (1837-1902). Entre os folcloristas espanhóis, estão Antonio Machado y Álvarez, falecido no século XIX, e Ramón Menéndez Pidal, contemporâneo à aplicação do inquérito, além do escritor madrileno Ciro Bayo (1859-1939). Finalmente, também foram citados os viajantes britânicos Thomas Falkner (1702-1784), missionário jesuíta, e George Chaworth Musters (1841-1879), que legou relatos importantes sobre os indígenas da Patagônia argentina, em especial dos *tehuelches* da região do Río Negro.

Em primeiro lugar, essas referências procuravam tecer laços de continuidade entre a nacionalidade argentina e o pensamento hispanista, vinculando-a aos cronistas da época da Conquista e da colonização. Eles foram especialmente citados para exemplificar os vestígios mais antigos da cultura popular, sobretudo da tradição hispânica e do romanceiro espanhol, que poderiam subsistir no presente. Em relação aos pioneiros folcloristas argentinos, cujos objetos de estudo coincidirão, em alguns casos, com as manifestações compiladas pelos docentes *rionegrinos*, eles contribuíram na adaptação científica dos estudos folclóricos à realidade argentina, ainda que sua importância tenha sido minimizada pelo CNE. Finalmente, chamam a atenção as referências aos dois importantes representantes das pesquisas do folclore da Espanha. Mais do que a filiação do inquérito ao hispanismo, a produção desses autores pode ter oferecido contribuições interessantes para a idealização e formatação da *Encuesta*.

Acompanhando o desenvolvimento dos estudos folclóricos em outros países europeus, Antonio Machado y Álvarez era membro da *Folklore Society* britânica e foi quem sistematizou a pesquisa folclórica na Espanha, por meio da criação da *Sociedad del Folk-lore Andaluz* em 1881⁴³⁷. Conforme discutido no primeiro capítulo, os primeiros esforços de aproximação entre os pensadores espanhóis e a cultura popular ocorreram na Andaluzia, ao longo das primeiras décadas do século XIX, e inicialmente se inseriram na oposição ao Iluminismo e à consequente influência política e cultural francesa⁴³⁸. Na mesma época, florescia a doutrina do krausismo que, filiada à filosofia idealista alemã,

⁴³⁷ Sobre Antonio Machado y Álvarez, ver: SOTERAS, Jordi D. *Hoy es siempre todavía*: Curso internacional sobre Antonio Machado. Sevilla: Renacimiento, 2006.

⁴³⁸ BURKE, *Op. Cit.*, p. 35.

buscava a harmonização orgânica das contradições sociais espanholas. O krausismo motivou a proposição de projetos pelas elites que almejavam reformar a doutrina liberal na Espanha, entendendo a pedagogia e a cultura como formas de diminuir o atraso das camadas populares e fomentar o progresso de toda a sociedade⁴³⁹.

Em relação ao folclore, os krausistas, assim como os românticos, fizeram algumas incursões na literatura popular. Contudo, foram os estudos de Antonio Machado y Álvarez que ampliaram o alcance das pesquisas folclóricas espanholas e promoveram o constante intercâmbio de ideias com investigadores de outros países europeus. Por um lado, o folclorista andaluz também defendeu o rigor metodológico da coleta e insistiu na importância da fidelidade dos registros compilados. Muitas vezes, esses dados deram origem a estudos comparativos, tanto em relação às diferentes regiões da Espanha quanto a outros lugares da Europa. Isso porque, para Machado y Álvarez, os homens compartilhavam da mesma capacidade inventiva e emocional, diferenciando-se apenas pelos estágios de evolução da cultura nas quais se encontravam. Nesse sentido, seu pensamento aproxima-se de Ricardo Rojas e de sua ideia de espírito comum.

Além disso, em consonância com esse princípio evolucionista, ele admitia no folclore a existência de um potencial pré-científico, a partir do qual teriam derivado todas as ciências. Dessa maneira, refutava as concepções tradicionais sobre as manifestações folclóricas, principalmente aquelas que negavam sua capacidade de mudança e as viam como permanências de um passado conservado por culturas primitivas. Para Antonio Machado y Álvarez, pelo contrário, o folclore não se resumia a uma coleção de vestígios fossilizados. Ainda que conservasse um elemento estático, uma vez que o povo era entendido como um conjunto de indivíduos que partilhava uma unidade anônima por não ter exercido seu potencial de diferenciação, as manifestações folclóricas também possuíam sentidos dinâmicos.

A exemplo da *Encuesta del Folklore de 1921*, as pesquisas de Machado y Álvarez também distinguiam as crenças tradicionais dos conhecimentos populares. Neles residiria o potencial pré-científico das manifestações folclóricas, utilizadas pelo povo como formas de compreensão do mundo. A ideia do dinamismo intrínseco a essas práticas também conservava intenções pragmáticas, política e socialmente. Para o folclorista espanhol, o folclore “será não apenas uma ciência, mas a atividade e organização que permitirá à Espanha sair de sua secular prostração, através do reconhecimento de suas

⁴³⁹ Ver: DE MIGUEL, Gonzalo Capellán. *La España armónica: el proyecto del krausismo español para una sociedad en conflicto*. Madri: Biblioteca Nueva, 2006.

raízes e de sua implicação em uma obra comum”⁴⁴⁰. Essa posição guarda relações com o nacionalismo argentino. Se, para a Geração do Centenário, as tradições nacionais eram necessárias para se contrapor ao risco de desintegração cosmopolita, a partir da década de 1930 elas se tornariam um imperativo ante a visão nacionalista de uma sociedade em crise, conforme discutido por Diana Quattrocchi-Woisson.

Por sua vez, a obra de Ramón Menéndez Pidal⁴⁴¹, o folclorista espanhol contemporâneo à realização do inquérito, notabilizou-se pelo profundo estudo das línguas peninsulares hispânicas, que resultou em importantes trabalhos de filologia e gramática histórica. Além disso, muitas de suas pesquisas dedicaram-se a estudar a sobrevivência do *Romancero Viejo* espanhol, associada à vitalidade das canções de gesta medievais e à transmissão oral, de geração em geração, principalmente no que se referia aos poemas heroicos de El Cid. Antes da realização da *Encuesta*, Menéndez Pidal já procurava demonstrar os sentidos de continuidade da tradição épica na Espanha, filiando-a ao passado visigótico e distanciando-a, como algo iminentemente nacional e coletivo, da indesejada ascendência cultural francesa. Além disso, idealizava a Idade Média, como um período de estabilidade e equilíbrio. Muitos de seus trabalhos suscitaram polêmicas, principalmente por serem acusados de servir à simbologia franquista, que incorporou a figura do herói medieval espanhol como o modelo militar a ser seguido⁴⁴².

A questão linguística e a busca por mecanismos de continuidade no romanceiro espanhol, preocupações essenciais dos trabalhos de Menéndez Pidal, também foram fundamentais para a realização da *Encuesta del Folklore de 1921*. Seus estudos refletiam a confluência entre os ideais do nacionalismo, principalmente a valorização do idioma castelhano e das tradições transmitidas pela oralidade, vinculadas à noção da era de ouro e reivindicadas em oposição à dominação cultural estrangeira.

Mesmo que não seja possível afirmar com precisão até que ponto os pensamentos de Antonio Machado y Álvarez e de Ramón Menéndez Pidal foram realmente apropriados pelo inquérito argentino, essa hipótese fornece novos caminhos para reflexões futuras em torno das múltiplas assimilações do hispanismo pelo nacionalismo, mais especificamente em relação ao folclore. Mostrou-se relevante, por exemplo, as aproximações com sua

⁴⁴⁰ BALTANÁS, Enrique. “Los orígenes de la escuela popular de sabiduría superior: la idea de pueblo en Antonio Machado y Álvarez”. In: SOTERAS, *Op. Cit.*, pp. 43-44.

⁴⁴¹ Sobre Ramón Menéndez Pidal, ver: GRAU, Carlos Garatea. *El problema del cambio lingüístico en Ramón Menéndez Pidal: el individuo, las tradiciones y la historia*. Tübinga: Gunter Narr Verlag, 2005.

⁴⁴² LACARRA, María Eugénia. “La utilización del Cid de Menéndez Pidal en la ideología militar franquista”. Disponível em: http://www.ideologiesandliterature.org/docs/journals/journals_v1_n12_05.pdf.

função sócio-política regeneradora, presente principalmente em Machado y Álvarez, bem como o reconhecimento de seu dinamismo pré-científico, que na *Encuesta* recaiu na valorização da coleta de conhecimentos pragmáticos, atributo já reivindicado por Ricardo Rojas ao defender o aproveitamento dos inventos do folclore nas aulas de Ciências. Essa perspectiva confere outros sentidos à relação entre o folclore e o nacionalismo, relativizando a redução da cultura popular à inércia e à imutabilidade. A ideia de continuidade da tradição literária espanhola, que em Menéndez Pidal repousava na transmissão oral da épica medieval, também mantém paralelos com a insistência de Juan P. Ramos em documentar as sobrevivências do romanceiro no folclore argentino.

Em última análise, essas contribuições evidenciam a necessidade de se pensar o inquérito a partir de seu contexto histórico específico, evitando reduzi-lo aos modelos tradicionalmente utilizados para se analisar a cultura popular. Nesse sentido, coexistiam distintas perspectivas que concorriam, se contrapunham e muitas vezes se complementavam, diante dos interesses simbólicos e pragmáticos que conformaram a realização da *Encuesta*. Além disso, sua aplicação evidenciou os mecanismos de circularidade e descolamento próprios dos repertórios dinâmicos das manifestações folclóricas, ao mesmo tempo em que seus resultados foram diretamente perpassados pelas práticas e estratégias de recepção, apropriação e resistência exercidas pelos docentes enquanto intermediários culturais. Antes de adentrar na análise da documentação do Río Negro, convém acrescentar, primeiramente, algumas questões metodológicas adotadas para a leitura e a interpretação dessas fontes primárias.

3.2 Considerações metodológicas para a análise documental

A documentação reunida pela *Encuesta Nacional del Folklore de 1921* no Território Nacional do Río Negro está organizada em um conjunto de 20 pastas. O ordenamento desses documentos primários foi dado *a posteriori*, ainda que considerando a esquematização geral do inquérito. A organização do material, mantida desde 1951 na Biblioteca Juan Alfonso Carrizo do Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (INAPL) de Buenos Aires, foi inicialmente elaborada na década de 1920, segundo proposta de Ricardo Rojas, ou seja, por meio do sequenciamento alfabético dos sobrenomes dos autores das pastas, separadas conforme a província ou o

Território Nacional. Os tomos do catálogo dessa coleção foram publicados entre 1925 e 1938, sendo que o referente ao Río Negro foi lançado em 1930, com índice remissivo⁴⁴³.

Neste estudo, os materiais aparecerão inicialmente divididos por escola para, apenas depois, ser separados por professor ou diretor. Com isso, objetiva-se preservar, minimamente, os princípios da proveniência, organicidade e indivisibilidade das fontes documentais arquivísticas⁴⁴⁴, aproximando sua leitura ao modo como foram remetidas ao CNE, isto é, por estabelecimento escolar, conforme as instruções dadas pelo Conselho em 1921. No entanto, já que não é possível recuperar plenamente a sequência original de remissão, a ordem e o encadeamento das escolas e o sequenciamento analítico das fontes dos docentes foram definidos de modo a facilitar a coerência das hipóteses e argumentos desta pesquisa, rompendo com a lógica alfabética e desagregadora de Ricardo Rojas.

Conjunto (pasta)	Autor (professor)	Localidade
<i>Carpeta 1</i>	ARRIETA, Eusebio	Isla Choele Choel – Escola 25
<i>Carpeta 2</i>	CARDOSO DE COS, Ramona	Cipolletti – Escola 33
<i>Carpeta 3</i>	COMETTA, Juan e Ana	Allen – Escola 36
<i>Carpeta 4</i>	ESPINOSA, Juan	Cipolletti – Escola 33
<i>Carpeta 5</i>	ESPINOSA, Zaida	Cipolletti – Escola 33
<i>Carpeta 6</i>	GUARDIA, Ercilia	Contralmirante Cordero – Escola 37
<i>Carpeta 7</i>	LAPIERRE, Barbarita	Cipolletti – Escola 33
<i>Carpeta 8</i>	LUCERO, Jerónimo	Isla Choele Choel – Escola 25
<i>Carpeta 9</i>	MEDELA, Agueda de	General Conesa – Escola 9
<i>Carpeta 10</i>	MORA, I. M. de	Contralmirante Cordero – Escola 37
<i>Carpeta 11</i>	NUÑEZ, Maria Adela	Contralmirante Cordero – Escola 37
<i>Carpeta 12</i>	OJEDA, Nicandra	General Conesa – Escola 9
<i>Carpeta 13</i>	SEMORELE, Angela	Cipolletti – Escola 33
<i>Carpeta 14</i>	SOSA, Vicente	Cipolletti – 6ª Seção
<i>Carpeta 15</i>	VALLE, Augusto	Isla Choele Choel – Escola 25
<i>Carpeta 16</i>	VARAS, Manuel	Isla Choele Choel – Escola 25
<i>Carpeta 17</i>	VARELA, Emma	General Conesa – Escola 9
<i>Carpeta 18</i>	VARELA, Ernestina	General Conesa – Escola 9
<i>Carpeta 19</i>	VILLANUEVA, Ebers	General Conesa – Escola 9
<i>Carpeta 20</i>	VITTUNE, M.	Contralmirante Cordero – Escola 37

Tabela 2. Organização proposta por Ricardo Rojas para a catalogação dos materiais da Coleção do Folclore de 1921 (no caso, para o Río Negro). A ordenação alfabética por sobrenome de autor provocou a desagregação dos conjuntos originais, reunidos por escola. Cada pasta contém acréscimo de folha de rosto com a identificação do Instituto de Literatura Argentina da

⁴⁴³ ROJAS, Ricardo (org.). *Catálogo de la Colección de Folklore donada por el Consejo Nacional de Educación*. Sección de Folklore. Tercera serie. Tomo 3. Nº 7. Río Negro. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1930.

⁴⁴⁴ Ver: RODRIGUES, Ana Márcia L. “A teoria dos arquivos e a gestão de documentos”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.11, n.1, pp. 102-117, jan./abr. 2006.

Como discutido nos capítulos anteriores, as dificuldades de conceituação e esquematização das manifestações do folclore reproduzem-se não apenas nas reflexões epistemológicas sobre o tema, mas também em contradições internas verificadas nas instruções da *Encuesta* e nos trabalhos de muitos professores. A rigor, segundo a classificação proposta para o inquérito, os usos e costumes indígenas deveriam, por exemplo, estar classificados entre os “conhecimentos populares”. Porém, muitos dos docentes entenderam ser mais pertinentes, para esses casos, as categorias de superstições e costumes tradicionais, da mesma forma que alguns dos exemplos elegidos pelas instruções da *Encuesta* pareciam sugerir. A confusão repete-se na diferenciação entre as charadas e os ditados, incluídos por Juan P. Ramos e Pablo Córdoba como conhecimentos populares, e os refrãos e as adivinhações, categorizados por eles como narrativas.

Há diversas outras ocorrências nesse sentido, cuja imprecisão não reside apenas em questões semânticas, mas também esconde sentidos de dominação. Em virtude dessa indefinição, optou-se por manter a análise da documentação desvincilhada das variadas divisões internas adotadas por uma parcela dos professores, algumas das quais acompanhavam as instruções do Conselho, outras organizadas pelos próprios autores dos documentos, quando não ausentes. Além disso, de forma a contribuir com a fluidez da leitura, as citações diretas desses registros estarão indicadas pelo uso das aspas, mas sem a remissão repetitiva de notas de rodapé, uma vez que a fonte correspondente será a pasta ora em discussão.

De acordo com o que foi debatido anteriormente, mostra-se fundamental reforçar que tomaremos os termos “cultura popular” e “folclore” como sinônimos, ainda que, para esta pesquisa, a relevância desses conceitos esteja antes nas formas de apropriação de suas práticas do que na delimitação de seus conteúdos, acompanhando o posicionamento sugerido por Roger Chartier. Igualmente, sem esvaziar a historicidade da ideia de folclore e, em especial, suas múltiplas relações e assimilações pelo nacionalismo argentino, a interpretação das fontes levará em consideração os entendimentos contemporâneos sobre a cultura popular.

⁴⁴⁵ ROJAS (1930), *Op. Cit.*, pp. 219-233.

Assim, entendemos que dela fazem parte manifestações vivas, fluidas e diversas, sujeitas a relações de poder como todas as práticas sociais, atributos potencializados pela realidade das fronteiras. Além disso, reconhecendo a importância da tradicionalidade e da aceitação coletiva reivindicadas pela Carta do Folclore Brasileiro de 1995, consideramos igualmente fundamentais suas dinâmicas de criatividade e transformação, sua funcionalidade, suas potencialidades de atuação individual e suas possibilidades de resistência e ressignificação. Finalmente, devemos levar em conta sua longa duração, suas múltiplas referências, os deslocamentos físicos e simbólicos aos quais a cultura popular está sujeita e, por conseguinte, a necessidade de interpretá-la à luz da ideia imaginário e do conceito de circularidade, proposto por Mikhail Bakhtin para se pensar as interações recíprocas entre distintos repertórios, rompendo o binômio da “cultura oficial” *versus* a “cultura subalterna”⁴⁴⁶.

Nesse sentido, particularmente em relação à leitura e ao estudo das manifestações do folclore colhidas no Río Negro, foi proposto um profundo exercício de pesquisa e comparação, que recorreu à problematização de suas categorias e a dezenas de coletâneas, cancioneros, gêneros da poesia popular e outros trabalhos dedicados ao registro do que se entende por folclórico. Essas fontes abarcam não apenas Territórios e províncias da Argentina, mas também distintas regiões da América Latina, da Espanha, de Portugal e até mesmo dos Estados Unidos.

Em relação à época, no que se é possível datar, elas retrocedem ao diálogo com autores quinhentistas, como o sevilhano Fernando de Herrera (1534-1597), por exemplo. Além da ideia de circularidade, os resultados iluminam outras dinâmicas igualmente importantes para se pensar a cultura popular, como sua capacidade de circulação no tempo e no espaço. Em sua história sobre os folhetins no Brasil, Marlyse Meyer registra, por exemplo, como os romances populares, alguns deles estrangeiros, circulavam pelo país graças aos jornais e à oralidade, em leituras e oitivas coletivas⁴⁴⁷.

Também se mostra essencial a interpretação das manifestações folclóricas a partir da chave da interdisciplinaridade, de que este estudo procurou se valer. Desse modo, a análise foi enriquecida por conceitos como os de “fronteira”, “zona de contato” e “intermediários culturais”, apresentados ao longo das páginas anteriores. Por outro lado, conforme reconhece Peter Burke, considera-se que a cultura é “algo que varia de

⁴⁴⁶ Ver: capítulo II; BAKHTIN, *Op. Cit.*; GINZBURG, *Op. Cit.*, p. 15.

⁴⁴⁷ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 382.

sociedade a sociedade e muda de um século a outro, que é ‘construído’ socialmente e portanto requer explicação social e histórica”⁴⁴⁸, de modo que essa interpretação é o eixo condutor desta pesquisa.

Mais do que considerar apenas a discussão sobre o contexto sócio-político do Território do Río Negro, diante do processo de consolidação do Estado-nacional argentino e em especial no que diz respeito à educação, à nacionalidade e ao pensamento nacionalista (conforme os dois primeiros capítulos desta Dissertação), procuraremos valorizar a análise das fontes primárias com aspectos históricos e prosopográficos das distintas localidades e dos diferentes personagens que participaram do inquérito nas escolas *rionegrinas*. Esse exercício é uma via de mão dupla. Nesse sentido, Ariel de la Fuente reivindicou a importância documental da *Encuesta Nacional del Folklore* ao estudar a relação entre os setores populares e o caudilhismo em La Rioja nos anos decisivos para a centralização do Estado argentino. Em sua obra, o historiador assume os depoentes do inquérito como testemunhas dos fenômenos históricos⁴⁴⁹.

Os materiais que compõem essa documentação foram compilados por professores e diretores de escolas em Lamarque, Contralmirante Cordero, Allen, Cipolletti e General Conesa. Essas cidades estão localizadas nas margens do rio Negro, acompanhando o traçado das águas e o percurso do *Ferrocarril del Sud*. Entre as décadas de 1890 e 1910, essa ferrovia costurou aqueles caminhos, impondo-se como o bastião da civilização ante o recém-conquistado “deserto”.

Os municípios e lugarejos que participaram da *Encuesta* fazem parte das regiões denominadas como Alto Vale do Río Negro (Contralmirante Cordeiro, Cipolletti e Allen), à margem esquerda (Norte) do rio, Vale Inferior (General Conesa), na margem Sul, e também o Vale Médio (Lamarque, na Ilha Choele Choel). Conforme detalhado no capítulo II, essas regiões limítrofes ao rio, na parte Norte do Território, foram caracterizadas pela ocupação pioneira, organização administrativa mais antiga, em especial no Vale Inferior, e desenvolvimento econômico anterior às áreas *rionegrinas* mais afastadas, principalmente após as iniciativas vinculadas à Lei de Fomento de 1908 e à Lei de Irrigação de 1909. Não por acaso, apenas essas escolas nacionais mais bem instaladas, apesar da debilidade do sistema educacional e da situação de marginalidade política do Território como um todo, remeteram contribuições ao inquérito.

⁴⁴⁸ BURKE, *Op. Cit.*, p. 23.

⁴⁴⁹ FUENTE, Ariel de la. *Children of Facundo: Caudillo and Gaucho Insurgency during the Argentine State-Formation Process* (La Rioja, 1853-1870). Durham; Londres: Duke University Press, 2001.

Uma das obras fundamentais para o aprimoramento metodológico desta pesquisa foi *A herança imaterial*, do historiador italiano Giovanni Levi⁴⁵², por sua grandeza analítica e pela multiplicidade de documentos primários utilizados na célebre reconstituição da pequena aldeia de Santena no século XVII, tomando como ponto de partida a vida do padre exorcista Giovan Chiesa. Sua inspiração recai, sobretudo, nas tentativas de reconstrução prosopográfica que intentamos aplicar aos personagens da *Encuesta* no Río Negro, tanto os professores quanto as testemunhas por eles consultadas. Sem adentrar nas discussões epistemológicas que a micro-história ainda desperta, interessa-nos, sobretudo, suas abordagens possíveis para o enriquecimento da análise social, em especial aquelas relacionadas ao mundo rural.

Segundo Levi, as comunidades camponesas e massas populares urbanas “não podem ser descritas através da imagem idílica de uma sociedade solidária e sem conflitos”⁴⁵³. Por certo considerando as profundas distinções entre o objeto de análise do italiano e aquele desta pesquisa, em certa medida sua crítica aos lugares-comuns atribuídos ao universo camponês do Antigo Regime também se aplica ao olhar nacionalista em direção ao mundo rural argentino, principalmente no que diz respeito às intenções subjacentes ao projeto de nação que margeavam as noções acerca do folclore e

⁴⁵⁰ Disponível em: http://www.zonu.com/imapa/americas/Rio_Negro_Province_Map_Argentina_2.JPG.

451 Marcaçãoss. nossas.

⁴⁵² LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁵³ Ibidem, p. 43.

de suas tradições populares, assumidas pelo Conselho Nacional de Educação. Nas palavras de Giovanni Levi:

(...) a opinião corrente é que este mundo era imóvel, defensivo, conservador, fragmentado pela ação de forças totalmente externas, e incapaz de, por si só, engendrar iniciativas autônomas e, portanto, dedicado tão-somente ao esforço para se adaptar e repropor continuamente uma racionalidade própria, que se tornava progressivamente anacrônica e falha⁴⁵⁴.

A negação desse ponto de vista motivou o historiador italiano a esmiuçar o que ele denominou de vicissitudes biográficas dos habitantes da piemontesa Santena, de modo a entender como esses sujeitos históricos participavam, interagiam e interferiam no dia a dia de uma comunidade permeada por relações assimétricas de poder. Nesse percurso, o autor interessou-se por um atributo que se mostra igualmente essencial para a abordagem que será proposta ao se analisar a *Encuesta del Folklore* no Río Negro: as estratégias cotidianas de resistência possíveis frente a contextos de dominação.

No caso da Argentina, mesmo diante da atuação oficial do Estado e do sentido normatizador representado pelo próprio inquérito, com suas instruções, categorias e, por conseguinte, escolhas e exclusões, tornaram-se latentes os meandros pelos quais muitos dos intermediários puderem transitar, ora dialogando, ora afastando-se dos sentidos originalmente propostos. Essa interpretação ganha ainda mais vitalidade quando se considera a realidade histórica daquele Território Nacional, como um espaço de tensões permanentes, uma zona de contato e fronteira, sobre a qual recaíam não apenas julgamentos simbólicos, mas desafios que expunham as dificuldades concretas de interiorização e institucionalização do Estado. Ainda de acordo com Giovanni Levi:

(...) nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.⁴⁵⁵

As distorções provocadas pela apreensão da oralidade pela escrita nos métodos de coleta das manifestações folclóricas também têm se colocado como ponto chave para os historiadores da cultura popular. Os compêndios reunidos pelos irmãos Grimm, por exemplo, demonstraram como as práticas do folclore foram submetidas a lógicas

⁴⁵⁴ Ibidem, ibidem.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 45.

completamente alheias a seus sentidos, entre elas a tradução de dialetos regionais, a adaptação da linguagem e a suavização moral de seus conteúdos. Ainda que os estudos folclóricos contemporâneos tenham avançado consideravelmente, inclusive com o auxílio da tecnologia (como o uso de câmeras filmadoras e gravadores de voz), essa questão é bastante pertinente para contextos como o do inquérito argentino.

Peter Burke reconheceu em *Cultura popular na Idade Moderna* que muito do que foi preservado da oralidade popular foi pelas mãos de poetas, “criativos demais para serem editores confiáveis” e que essa “herança” deve ser encarada criticamente, pois “inclui, além de bons textos e ideias fecundas, corruptelas e interpretações errôneas”⁴⁵⁶. Carlo Ginzburg vai mais além nessa discussão. No prefácio à edição inglesa de *O queijo e os vermes*, distinguiu que são válidos os limites que as fontes orais oferecem ao historiador da cultura popular. Isso porque, em casos como os processos inquisitoriais por ele estudados ou mesmo na *Encuesta del Folklore*, a documentação preservada é resultado da apreensão da oralidade pelos processos da escrita, cuja autoria é mediada “por indivíduos, uns mais outros menos, ligados à cultura dominante”⁴⁵⁷. Mais do que isso, provêm “quase todos de ‘arquivos da repressão’”⁴⁵⁸. Contudo, nem por isso essas fontes devem ser consideradas ou suas questões ignoradas pelo historiador.

No caso específico da *Encuesta*, mais uma vez, torna-se necessária a aceitação dos processos de ressignificação que fazem parte das dinâmicas da cultura popular. Essa característica, nos limites permitidos pelas relações de poder e pelas práticas de recepção e mediação, serviu como combustível para as estratégias de ação social e resistência, conscientes ou não, empreendidas pelos sujeitos sobre os quais se debruça esta Dissertação. Mais ainda, a própria cultura popular guarda um potencial de transformação, embora muitas vezes possa servir para naturalizar fragmentos do discurso dominante.

Historiadores da educação *rionegrina* trouxeram outros exemplos mais evidentes sobre as maneiras como muitos professores tentaram reagir às dificuldades vivenciadas pelo sistema educacional e pelo próprio Território. Além das denúncias pela imprensa, muitos docentes da região participaram de atividades político-partidárias, o que era proibido pela Lei Eleitoral⁴⁵⁹. Dessa maneira, deve-se admitir que, se por um lado, a participação dos professores no inquérito acabou por perpassar seus registros com

⁴⁵⁶ BURKE, *Op. Cit.*, pp. 42-43.

⁴⁵⁷ GINZBURG, *Op. Cit.*, p. 13.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁵⁹ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, pp. 360-361.

sentidos próprios de sua função pública, aproximando-os de intencionalidades hegemônicas associadas à educação, por outro lado não se pode desconsiderar que, no espaço de recepção em que puderam transitar, os docentes não foram apenas intermediários, mas atores da cultura, ou seja, dela se apropriavam e com ela interagiam.

Outra perspectiva fundamental perseguida por Giovanni Levi é a “modulação local da grande história”, ou seja, a ideia de que a apreensão dos pequenos assuntos do cotidiano “permitem reconstruir um grande jogo social e político”⁴⁶⁰. Ao se concentrar da visão de mundo do moleiro Menocchio, Ginzburg também defendia ser possível “reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou”⁴⁶¹. Da mesma forma, intentou-se conduzir a análise da documentação do Ríó Negro não apenas pela leitura minuciosa de todos os fólhos coletados no Território ao longo de 1921. Mais do que isso, o esforço proposto nas páginas seguintes possui validade, justamente, quando colocado em diálogo com as intencionalidades que transcendem o cotidiano das comunidades em que se localizavam as cinco pequenas escolas *rionegrinas* que remeteram documentos à *Encuesta*.

Dessa maneira, a busca do cotidiano daquele contexto histórico e dos fragmentos biográficos de seus personagens ganha fôlego quando entendida à luz de um projeto de nação que possibilitou a realização do próprio inquérito, tendo como pano de fundo a reconstituição quase etnográfica de um mundo rural em transformação e que, portanto, se distancia da visão neutralizante de um ambiente que supostamente vivesse numa “espécie de isolamento feliz e miserável”⁴⁶². Afinal, como afirmou o historiador francês Jacques Revel, investigador da historiografia contemporânea, além de diretor e antigo presidente da École des Hautes Études en Sciences Sociales:

“O significado histórico e social do Estado não se situa unicamente no nível macro, tampouco somente no nível micro. Situa-se em todos os níveis em que pode ser identificada a implementação do processo estatizante. Cada propõe, para o Estado, uma imagem diferente, e esta não se superpõe às imagens que podem ser constituídas em outros níveis. Nesse sentido, fazer uso de escalas de observação significa levar em consideração formas de descontinuidade presentes no mundo social efetivo. Toda realidade histórica maior, como é o caso do Estado, assume com certeza sua forma e seu sentido numa pluralidade de mundos sociais”⁴⁶³.

⁴⁶⁰ REVEL, Jacques. “Prefácio”. In: LEVI, *Op. Cit.*, pp. 25-26.

⁴⁶¹ GINZBURG, *Op. Cit.*, p. 9.

⁴⁶² REVEL, *Op. Cit.*, p. 25.

⁴⁶³ Idem. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n.º 45, set./dez. 2010, p. 443.

3.3 *Encuesta del Folklore*: análise da documentação do Río Negro

I. Lamarque e Escola Nacional n.º 25

Na pequena Lamarque, localidade situada na ilha Choele Choel, no coração do rio Negro, ficava a Escola Nacional n.º 25. Aquele local havia sido estratégico para a ocupação da Patagônia, cujas tentativas remontavam à colonização espanhola. Graças a seu posicionamento geográfico privilegiado, intentou-se converter a ilha em ponto de comunicação, em posto de controle do comércio de gado e em entrave de contato interoceânico com o Chile, mas esses planos foram descontinuados em diversas ocasiões. Numa delas, em 1804, planejou-se o que seria a primeira ofensiva armada contra os indígenas do Sul autônomo, mas que acabou abortada por falta de recursos⁴⁶⁴.

Durante as campanhas militares capitaneadas pelo general Julio Argentino Roca, a ilha foi ocupada em 1879 e tornou um posto-chave para o avanço da Conquista do Deserto. Isso porque, além de estar no ponto médio do rio Negro, ela situa-se na intersecção mais próxima com o rio Colorado, outro importante afluente patagônico. Em 1899, a ferrovia chegou a Choele Choel, com a inauguração de uma estação de trem, hoje desativada. No ano seguinte, foi a vez de a cidade de Lamarque ser fundada, inicialmente como colônia agrícola. Seu nome foi escolhido em homenagem ao juiz Facundo Lamarque, figura importante da região. Além da pecuária bovina, a realização de projetos de irrigação nas primeiras décadas do século XX possibilitou o desenvolvimento da agricultura e o crescimento local, diante do clima predominantemente seco e inóspito.

Apesar das poucas informações disponíveis, alguns vestígios sobre a história da Escola n.º 25 corroboram a realidade de distanciamento que caracterizava a relação entre os Territórios Nacionais e as políticas públicas do Estado, especialmente na educação, muitas vezes dependente de atitudes e interesses particulares. Esses indícios apontam que a iniciativa de construção do estabelecimento de ensino partiu de Juan Pedranti⁴⁶⁵, um morador da antiga colônia agrícola que se transformou em Lamarque. Ele foi motivado pela necessidade de evitar que as crianças percorressem a pé muitos quilômetros até a escola mais próxima, percurso que incluía a perigosa travessia do rio Negro.

⁴⁶⁴ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, pp. 63-65. As informações geográficas e econômicas de Choele Choel foram retiradas da mesma referência.

⁴⁶⁵ "LA 25", una escuela centenaria. *Diário Río Negro*. Río Negro, Sociedad, p. 37, 5 de julho de 2009. Disponível em: <http://www1.rionegro.com.ar/diario/2009/07/05/1246759229224.php#>.

Alguns dados sobre sua biografia assinalam que Pedranti era uma figura de destaque na sociedade local, integrante da Comissão Municipal de Fomento nos anos 1920 e futuro juiz de paz na década de 1930⁴⁶⁶. À época do empreendimento, ele dirigiu-se pessoalmente a um senador em Buenos Aires, em busca de auxílio para a abertura da escola. Em resposta, o Conselho Nacional de Educação condicionou sua construção à participação da população local na subvenção da empreitada, sob o pretexto de que o investimento não se justificava em virtude da baixa densidade demográfica da ilha. Em virtude disso, Juan Pedranti doou o terreno e arcou com os custos da obra. Ainda que a primeira escola de Lamarque tenha sido criada provavelmente em 1906⁴⁶⁷, esse prédio foi inaugurado em 5 de julho de 1909, com 44 alunos, três classes e um diretor⁴⁶⁸. Esse quadro funcional corresponde à quantidade de docentes que participaram da *Encuesta*.

a) Professor Augusto Valle – Lamarque, Escola Nacional n.º 25

Augusto Valle era professor do terceiro nível da Escola de Lamarque. Seus registros tiveram como fonte os relatos de duas testemunhas. A primeira delas, Francisco Giuliani, tinha 33 anos à época do inquérito. Apesar dos dados anotados pelo docente limitarem-se ao nome e à idade desse depoente, encontraremos um Francisco Giuliani entre os integrantes da Comissão de Fomento de Lamarque na década de 1930⁴⁶⁹, o que denota sua futura importância local. Sobre o segundo entrevistado, Feliciano Cardoso, o professor forneceu informações mais detalhadas: tratava-se de um agente policial de 66 anos que serviu, por mais de duas décadas, no 2º regimento da cavalaria, participando das Campanhas do Deserto. Assim, sua permanência em Lamarque pode ter ocorrido em virtude da oferta de terras públicas, feita pelo governo como pagamento aos militares⁴⁷⁰.

Além desses testemunhos, Augusto recorreu frequentemente a suas memórias, que remetem a um intervalo entre 1902 e 1921 e permitem reconstituir parte de sua trajetória de vida. Algumas delas aparecem relacionadas a uma suposta autobiografia, indicada nos documentos pelo título *Mis recuerdos*, ainda que não tenha sido localizada publicação nesse sentido. O sequenciamento e numerações dados às folhas parecem não acompanhar,

⁴⁶⁶ Ver: KOPP, Juan José. “Colonia de la Isla de Choele Choele. Choele-Choele, Fray Luis Beltrán, Lamarque y Pomona. Gobernación del Territorio del Río Negro. Años de 1900 a 1939.” Disponível em: http://archive.org/stream/ColoniaDeLaIslaDelChoeleChoele/ColoniaDeLaIslaDelChoeleChoele_djvu.txt.

⁴⁶⁷ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 195.

⁴⁶⁸ DIÁRIO RÍO NEGRO, *Op. Cit.*

⁴⁶⁹ KOPP, *Op. Cit.*, passim.

⁴⁷⁰ GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 348.

estritamente, a ordem de coleta dos depoimentos e de inclusão das anotações. Em determinada passagem, por exemplo, o professor citou que determinado fato já havia sido “indicado anteriormente”, mas a informação aparece registrada apenas oito fôlios depois. Há, ainda, ligeira diferença na caligrafia. Em linhas gerais, Augusto procurou adotar algumas divisões da classificação proposta pelo Conselho.

Com o auxílio de suas recordações pessoais, o professor mencionou o tempo em que fizera parte de um grupo de estudantes, formado por jovens de Viedma e Carmen de Patagones, cidades separadas pelo rio Negro. A primeira localiza-se no então Território Nacional e a segunda, na vizinha província de Buenos Aires. O grupo habitualmente viajava de carruagem à Capital Federal ou a Bahía Blanca para estudos e exames acadêmicos. Ao relatar uma dessas viagens, feita no ano de 1906, Augusto definiu a região como uma “terra maldita”, um “áspero deserto” com pequenos povoados e estâncias, que eram verdadeiros “oásis” na paisagem triste.

Essa paisagem, descrita por ele de forma telúrica, a partir de características geográficas vistas como negativas, teria sido transformada pela ferrovia, que anunciou “a cultura e o progresso”. O entusiasmo pelo trem, símbolo da civilização desde Sarmiento⁴⁷¹, contrastava com as viagens guiadas por cavalos, que levantavam poeira nas estradas de terra. Em seu relato, as necessidades educacionais representadas pelos deslocamentos a cidades maiores evidenciavam a precariedade das políticas de Estado em relação aos Territórios Nacionais. No entanto, a redenção do deserto atrasado pelo progresso tecnológico acercava o pensamento de Augusto ao dicotômico discurso civilizatório perseguido desde os governos liberais, legitimadores do mesmo projeto de nação que avançava em direção ao Río Negro, conforme a retórica do próprio CNE.

Paradoxalmente, boa parte dos materiais compilados por Augusto Valle, inclusive os originados de suas memórias, mantém relação com os indígenas, sobretudo os *tehuelches*, justamente sobre os quais recaíram as primeiras tentativas de dominação dos governos centrais na região. Historicamente, esse grupo participou de intensos processos interétnicos na fronteira, que incluíram o comércio e a guerra. Como resultado dessas interações, por exemplo, está o próprio termo *tehuelche*, “gente feroz”⁴⁷², que teve origem no idioma dos índios *mapuches*. Os *tehuelches* autodenominavam-se *chon* (“homens”)⁴⁷³.

⁴⁷¹ Ver: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes por Europa, África y América 1845-1*. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/70551.pdf>.

⁴⁷² Em araucano, cf. SARASOLA, *Op. Cit.*, p. 64.

⁴⁷³ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 22.

Segundo Rodolfo Casamiquela⁴⁷⁴, paleontólogo que agrupou os indígenas da região por dialetos, a área próxima ao rio Negro era habitada pelos *tehuelches* setentrionais, que haviam se mesclado a distintos grupos *tehuelches* e de outras denominações. Esse contexto geográfico-cultural conformava o chamado complexo *tehuelche*, caracterizado por formas de vida e língua comuns, apesar das variantes dialetais⁴⁷⁵.

Desde o século XVI, textos espanhóis relatavam a altura elevada e os hábitos de caça dos patagões, como eram então denominados, além das primeiras iniciativas de sua evangelização. A atividade caçadora combinava-se à pesca e à coleta de sementes e grãos. Deslocavam-se com frequência, acompanhando a movimentação do avestruz e, sobretudo, do *guanaco*, camelídeo semelhante à lhama e principal fonte de alimento e da pele usada no vestuário e na cobertura dos *toldos*⁴⁷⁶. Disso advinha seu conhecimento profundo sobre o árido habitat da Patagônia, de clima temperado e ventos fortes. Por meio do contato com espanhóis e *criollos*, os *tehuelches* incorporaram cavalos, boleadeiras e outros artefatos materiais e hábitos culturais. Também realizaram trocas comerciais⁴⁷⁷, em especial envolvendo o gado, com o que negociavam aquilo que não produziam.

As frequentes interações com o mundo *hispanocriollo* e outros grupos indígenas produziram transformações culturais importantes nas áreas limítrofes ao rio Negro⁴⁷⁸. Em primeiro lugar, o chamado processo de *tehuelchización* significou a expansão dos *tehuelches* ao longo dos séculos XVII e XVIII, dando origem a denominações que desempenharam papéis importantes na conformação do Estado-nacional argentino, entre eles os *ranqueles* e os *manzaneros*. Paralelamente, antecipando-se e acompanhando esse processo, a *mapuchización* (ou araucanização da Pampa⁴⁷⁹) caracterizou-se pela interação cultural entre os *mapuches* da Araucania chilena e os indígenas argentinos, combinada a movimentos migratórios:

(...) entre meados do século XVII e finais do XVIII, [a língua *mapuche*] se transformou na língua comum de uma área que abarcava do Pacífico ao Atlântico e de Buenos Aires e Santiago do Chile até o rio Negro e a ilha Chiloé [no sul chileno]. Posteriormente, e através da língua comum, foram se expandindo num e noutro sentido elementos culturais mais profundos, como relatos tradicionais, crenças religiosas e nomes próprios. Logo no princípio do século XIX, podemos constatar a radicação de grupos originais da Araucania

⁴⁷⁴ Ver: CASAMIQUELA, Rodolfo. *Un nuevo panorama etnológico del área pampeana y patagónica adyacente*. Santiago: Ediciones del Museo Nacional de Historia Natural, 1969.

⁴⁷⁵ SARASOLA, *Op. Cit.*, pp. 64-65.

⁴⁷⁶ Habitação constituída por estacas fixadas ao solo e cobertas por peles de animais.

⁴⁷⁷ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 24.

⁴⁷⁸ Ibidem, pp. 48-50.

⁴⁷⁹ SARASOLA, *Op. Cit.*, pp. 131-132.

no norte da Patagônia e na Pampa central. Isso não significou a transferência de todos os traços materiais da cultura *mapuches* a esses âmbitos, mas, pelo contrário, a adaptação dos recém-chegados à vida na planície: o *toldo* como moradia, em muitos casos o *quillango* [tipo de poncho ou manta] como roupa, as boleadeiras como arma etc.⁴⁸⁰

A análise dos documentos do Río Negro corrobora a validade desses processos, demonstrando como elementos culturais atribuídos originalmente a um desses grupos – *tehuelches* e *mapuches* – acabaram por se confundir nos registros dos professores. Igualmente, manifestações tradicionalmente associadas ao *criollo* e ao *gaucho* emergiram, na *Encuesta*, combinadas às indígenas e ressignificadas pelas práticas populares. Isso evidencia a complexidade e as distintas possibilidades oferecidas pelas dinâmicas que caracterizavam aquela zona de contato, bem como a vitalidade daquilo que se assume como folclore, permitindo entrever as formas de interação, dominação e ressignificação cultural que acompanham e interferem nas transformações históricas.

Dessa maneira, o discurso nacionalista majoritário que encarava as tradições populares como hermeticamente homogêneas, atemporais, estáveis e predominantemente hispânicas tornava-se insustentável frente à realidade social. Embora pressionados desde a Conquista espanhola, transformados pelas relações de fronteira e atacados simbólica e fisicamente pelo Estado-nacional, a persistência dos indígenas nas páginas colhidas pelo inquérito coaduna o potencial de resistência e de rearticulação inerentes à cultura. O mesmo fenômeno, conforme será visto mais adiante, verificou-se com as práticas associadas ao *gaucho*.

Nesse sentido, a figura do Gualicho, incluída por Augusto Valle entre as superstições relativas às árvores, foi a principal entidade sobrenatural documentada pela *Encuesta* no Río Negro. Ainda que definido pelo professor como um “costume ridículo e tradicional”, aparece descrito como um ser supremo, incluído entre os criadores do mundo e do bem e do mal que eram adorados pelos indígenas. O docente explicou que os *tehuelches*, sendo nômades, cultuavam objetos naturais ao invés de templos, atribuindo-lhes poderes divinos. Entre eles, estavam as chamadas árvores do Gualicho, uma das quais Augusto conheceu durante suas viagens.

Numa parada para o descanso das montarias, os viajantes repousaram próximos a um solitário algarrobo, nome de uma espécie de árvore. Em seus galhos, estavam pendurados trapos de roupa e bens de pouco valor. Curiosos, foram informados pelo

⁴⁸⁰ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 49 (observações nossas entre colchetes).

cocheiro mais experiente que ele era venerado pelos índios. Eles prendiam os objetos quando passavam, a fim de espantar o Gualicho, o espírito do mal. O costume também era seguido por muitos campesinos, informou o condutor. Os jovens resolveram pôr a crença à prova: penduraram alguns lenços nos galhos, a fim de ver se permaneceriam intocados quando voltassem. No regresso, comprovando que os panos estavam preservados, o que contrariou a suspeita prévia de que seriam roubados pelos indígenas, finalmente acreditaram que a árvore era respeitada por todos.

Para Augusto, aquilo tratava-se de uma “ridícula superstição, cuja origem estava em tempos remotos, baseada na crença religiosa das tribos *tehuelches*, confundidas com os araucanos em sua fuga da civilização”. Essa passagem, em primeiro lugar, revela a posição de alteridade na qual se colocava o professor, ao estigmatizar os índios e os *criollos* que partilhavam de suas crenças. Por outro lado, igualmente demonstra, além da interação entre *tehuelches* e *mapuches*, o dinamismo das práticas e contatos cotidianos da fronteira, dos quais os próprios estudantes não escaparam.

Outros diversos relatos de viagem mencionaram o Gualicho. Segundo Lucio Victorio Mansilla (1831-1913), por exemplo, o espírito era tido como a causa de todo o mal entre os *ranqueles*, incluindo guerras e enfermidades, e poderia possuir seres animados e inanimados⁴⁸¹. Charles Darwin (1809-1882), no célebre diário redigido a bordo do navio Beagle, registrou a veneração à Árvore do Gualicho, motivo de oferendas para os índios, as quais eram roubadas pelos *gauchos*⁴⁸², informação que inverte o julgamento feito no relato do docente. O cientista relatou que a entidade era vista como a razão de todos os malefícios que acometiam os *tehuelches*, os quais lhe ofertavam sacrifícios e prendas, de modo a aplacar os danos que lhes poderiam ser causados⁴⁸³. Na documentação do professor Augusto Valle, ainda há menções ao Gualicho nas superstições sobre jogos e caça: os meninos *tehuelches*, brincando de gude, sopravam e gritavam seu nome para expulsá-lo das bolinhas e evitar a derrota; nas caçadas, em caso de insucesso, o estilingue, arco ou instrumento utilizado era jogado no chão, para conjurar e afugentar o Gualicho. A entidade foi igualmente citada pelos entrevistados do professor. Francisco Giuliani narrou os choros e gritos das mulheres indígenas durante o velório de um chefe. Ao mesmo tempo, os homens davam golpes de faca e boleadeiras no ar, nas

⁴⁸¹ MANSILLA, Lucio V. *Una excursión a los indios ranqueles*. Buenos Aires: Emecé, 1989, p. 286.

⁴⁸² DARWIN, Charles. *The Voyage of the Beagle*. New York: Sheba Blake Publishing, 2015 (E-book).

⁴⁸³ ROJAS, Oscar Aleuy. *Memorial de la Patagonia*. Santiago: RIL Editores, 2012, p. 27.

paredes e na cama do falecido, a fim de expulsar o Gualicho, possuidor da casa e causador daquela morte. A moradia era abandonada após o enterro.

Também Feliciano Cardoso falou sobre a existência de um poço profundo, venerado pelos índios e conhecido como o Poço do Gualicho. Ele ficava nas imediações de Junín de los Andes, em Neuquén, revelando a abrangência das práticas *tehuelches* e o deslocamento dos relatos, que escapava à divisão esquemática entre províncias e Territórios, eixo da proposta do Conselho de Educação para a organização da *Encuesta*. O Sr. Cardoso ainda contribuiu a respeito do significado do Gualicho em cerimônias de casamentos e nascimentos. Os *tehuelches* davam voltas na casa do recém-nascido ou dos recém-casados, batendo instrumentos e gritando, a fim de expulsar o espírito mau. Enquanto isso, cantavam para atrair o espírito bom e sorte para o bebê ou os noivos. Em seguida, eram realizados bailes e festejos que, segundo ele, contavam com bebida e muitas vezes terminavam em briga.

A menção ao álcool, sobretudo associada aos indígenas, foi recorrente em materiais do inquérito. Desde a colonização, a embriaguez fazia parte dos estereótipos de negação do nativo⁴⁸⁴. Componente essencial de rituais e cerimônias religiosas, o álcool converteu-se em elemento de controle pelos espanhóis e, posteriormente, pelos governos nacionais, como durante o período Rosas⁴⁸⁵. Seu comércio era manipulado para a criação de laços de dependência. Pela América Latina, os emblemas de bêbado e preguiçoso, entre outros, ainda servem para deturpar os indígenas: “o olhar de comiseração que vê o índio como um ‘bêbado, fraco e ladrão’ só conduz à dominação e ao extermínio.”⁴⁸⁶ Outra referência ao álcool, combinada ao sacrifício de animais, apareceu na descrição de Augusto Valle do *camaruco*, durante cerimônia dedicada a pedir chuva. Os *camarucos*, originalmente *mapuches*, eram os maiores rituais coletivos de expressão religiosa e social, dedicado a rogativas⁴⁸⁷.

Ainda sobre o casamento, Feliciano Cardoso apontou a ocorrência da poligamia. A quantidade de mulheres desposadas, segundo a testemunha, variava de acordo com a posição social do homem no grupo. Para os caciques, os mais importantes, chegava a até cinco esposas; para os *capitanejos*, chefes menores, a três. O agente de polícia descreveu,

⁴⁸⁴ FLORIA, *Op. Cit.*, p. 46.

⁴⁸⁵ MASES, Enrique Hugo. *Estado y cuestión indígena* – El destino final de los indios sometidos en el sur del territorio (1878-1910). Buenos Aires: Prometeo libros, 2002, p. 32.

⁴⁸⁶ BENGUA, José. *Historia del pueblo mapuche: siglo XIX y XX*. Santiago: LOM, 2000, p. 8.

⁴⁸⁷ DUPEY, Ana María e PODUJE, María Inés. *Narrar identidades y memorias sociales: estructura, procesos y contextos de la narrativa folklórica*. La Pampa: Departamento de Investigaciones Culturales de la Subsecretaría de Cultura, p. 97.

também, vestimentas e adereços utilizados pelos indígenas, como camisas curtas e largas, chapéus, botas de couro, faixas ou cocares na cabeça, penachos, pinturas corporais e o chiripá, tipo de poncho tradicional. A descrição parece uma combinação da indumentária dos índios à dos *gauchos*. O chiripá, inclusive, foi o mesmo associado à barbárie por Sarmiento, como símbolo de atraso e barreira à civilização⁴⁸⁸.

Outras práticas *tehuelches* relatadas por Feliciano Cardoso foram classificadas pelo professor como curandeirismo. Segundo o entrevistado, eram receitas muito úteis nas batalhas, diante da escassez de recursos que caracterizava as fronteiras. Com os índios, o antigo soldado aprendeu tratamentos naturais para a cura de ferimentos e doenças. Paradoxalmente, muitos desses conhecimentos foram possivelmente utilizados por ele durante as Campanhas do Deserto contra os indígenas. Augusto Valle observou que, no momento do inquérito, alguns dos ingredientes estavam “à venda em farmácias” ou eram usados pelos “civilizados”, atestando o potencial pré-científico do conhecimento popular defendido pelo folclorista espanhol Antonio Machado y Álvarez. Além disso, o professor registrou que outras receitas medicinais relatadas pela testemunha continuavam comuns entre os “camponeses curandeiros”. Nesse sentido, contraditoriamente, Augusto Valle diferenciava as farmácias, entendidas como *loci* de civilização, das práticas populares, com suas superstições e curandeirismos, mesmo após reconhecer a assimilação de elementos de uma por parte da outra.

Outro costume exógeno ao Río Negro foi relatado pelo mesmo depoente. Na Cordilheira dos Andes, Feliciano havia presenciado os índios utilizarem uma estreita fenda, localizada no cume de uma montanha, a fim de obter presságios. Ao atravessarem-na a cavalo, se o animal não tocasse em suas extremidades, seria sinal de sorte para *malonear*; caso contrário, seria um mau agouro e desistiriam de empreender o ataque. A importância cotidiana dos equinos também apareceu em outros registros colhidos de Feliciano Cardoso. Segundo ele, nos enterros, o cadáver do homem *tehuelche* era sepultado com todos os seus bens, incluindo o animal preferido.

Distintos depoimentos coletados em outras escolas da região corroboram essa predileção. Não por acaso, o cavalo representou uma transformação cultural significativa entre os *tehuelches* setentrionais⁴⁸⁹. A partir do século XVI, quando expedições fracassadas resultaram no abandono de criações, os equinos passaram a se reproduzir na vida selvagem. Foram, então, domesticados pelos índios e incorporados às suas práticas

⁴⁸⁸ SARMIENTO (24 de setembro de 1861). In: PALERMO, *Op. Cit.*, *Loc. Cit.*

⁴⁸⁹ SARASOLA, *Op. Cit.*, pp. 125-127.

materiais e simbólicas. A mobilidade foi facilitada, com a ampliação da possibilidade de deslocamento territorial e suas consequências para a organização social. Igualmente, atividades estratégicas, como a caça e a guerra, foram aperfeiçoadas. Os hábitos alimentares também incluíram o consumo da carne de cavalo e éguas e os animais passaram a ocupar destacada importância ritualística, como nas cerimônias de sepultamento de seus donos e no oferecimento de sacrifícios.

Na sequência de sua contribuição, Feliciano relatou a lembrança de um fato ocorrido em 1878 ou 1879 e classificado pelo professor como “narração histórica”, categoria inexistente no esquema da *Encuesta*. Dizia respeito à prisão de um cacique de nome Topayo, “cruel e traidor, como os *tehuelches* na guerra”. Após ser capturado, o líder indígena simulara submissão aos *criollos*, para pouco depois rebelar-se, fugindo com milhares de índios e centenas de cavalos. Perseguido a mando do capitão Baigorria, figura célebre durante as Campanhas do Deserto, Topayo foi novamente preso e condenado à morte. No momento em que seria cumprida sua ordem de fuzilamento, o indígena foi degolado de surpresa por um soldado, gesto considerado “humanitário” pela testemunha. Essa narração ilustra a inversão presente nos discursos de alteridade das fronteiras: enquanto o índio era visto como cruel e traidor (o que legitimava seu extermínio), a memória social sobre o conquistador revestia-o de virtude e dignidade, a despeito da desleal execução do cacique.

A documentação do professor Augusto Valle prosseguiu com a memória pessoal de um episódio ocorrido no porto de Carmen de Patagones, em 1902, do qual se recordava ter assistido à apresentação de uma banda escolar privada de Viedma, que executava marchas militares em homenagem ao inspetor das escolas salesianas. Segundo ele, metade dos músicos era indígena, característica justificada pela constatação de que “os *tehuelches* possuíam inclinação natural para a música”. O próprio professor informou ter lecionado essa disciplina para meninos, contando com alunos indígenas em sua turma que eram hábeis cantores e músicos.

Essa passagem corrobora a relevância dos salesianos para a educação do Río Negro. Em virtude da debilidade das políticas levadas a cabo pelo Conselho Nacional de Educação, a congregação mantinha grande ascendência sobre a Patagônia desde o final do século XIX, aspecto que perdurou por décadas⁴⁹⁰. Entre os propósitos de Dom Bosco (1815-1888), fundador dessa ordem italiana em 1859, estava a “conversão e civilização

⁴⁹⁰ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, 117-122.

dos indígenas patagônicos”⁴⁹¹. Dessa forma, a escola era assumida como instrumento de incorporação cultural e doutrinação, valorizada não apenas pelo Estado, mas também por instituições centralizadoras como a Igreja.

Além disso, Augusto Valle, muito provavelmente, fora ele mesmo um aluno salesiano, o que pode revelar uma origem humilde de colono. Isso porque, relatou ter sido colega de classe de Ceferino Namuncurá (1886-1905), a quem atribuiu “fino ouvido musical e uma voz agradável”. Historiadores da educação na Patagônia argumentam que, ao concorrer e mesmo se opor ao sistema de educação pública nacional, a Congregação Salesiana adiantava-se ao Estado e atraía, sobretudo, os filhos dos indígenas e dos colonos, prestando-se a uma obra assistencial⁴⁹². Ceferino é considerado o símbolo do índio convertido ao cristianismo e, por conseguinte, das tentativas de dominação dos nativos. Era filho de Manuel Namuncurá (c.1811-1908), importante cacique *mapuche*. Como aluno salesiano e aspirante ao sacerdócio, Ceferino faleceu de tuberculose aos 18 anos, em Roma, pouco após ser recebido pelo Papa Pio X. Após décadas de forte devoção popular na Argentina, foi beatificado em 2007. Atualmente, seu processo de canonização prossegue no Vaticano.

Figura 5. “Beato Ceferino Namuncurá, el poncho de Cristo”⁴⁹³

⁴⁹¹ Ibidem, p. 118.

⁴⁹² GARCÍA & TEOBALDO, *Op. Cit.*, p. 355.

⁴⁹³ Uma das diversas ilustrações populares do Beato Ceferino Namuncurá difundidas atualmente, disponível em: <https://martiresysantos.wordpress.com/2014/08/26/ceferino-namuncura-beato>.

Reconhecido como o “santinho *criollo*” ou o “*mapuche* santo”, a elevação de Ceferino Namuncurá à santidade conformou a violência simbólica da Conquista do Deserto⁴⁹⁴. Desde a década de 1910, circulavam relatos nesse sentido. Ainda assim, o professor Augusto não fez alusão a esse relevante pormenor, sendo impossível afirmar se essa famigerada característica, caso conhecida por ele, tenha motivado sua menção a Ceferino. Curiosamente, Manuel Gálvez, um dos principais expoentes da Geração do Centenário e do pensamento nacionalista, foi autor de uma das idealizadas biografias do “*santito de la toltería*”, publicada na década de 1940⁴⁹⁵.

O docente prosseguiu com a inclusão de conhecimentos populares, dessa vez sem relação direta com os *tehuelches*; trata-se de informações geográficas, novamente retiradas de suas memórias. Augusto relatou a ocasião em que, como estudante, viajava a bordo de um navio a vapor, o qual teve dificuldades para adentrar no leito do rio Negro. Isso por conta de um fenômeno recorrente, o da *barra picada*, ou seja, de um banco de areia saliente que impossibilitava os barcos de atracarem. Desde a colonização, a navegabilidade daquele rio era considerada estratégica para a ocupação da região, atributo que se mantinha importante mesmo com a chegada da linha férrea.

Encerrando sua compilação, o professor enumerou uma série de adivinhações, coletadas entre 1914 e 1921. Anotou que elas eram populares em Lamarque e General Roca, o que denota seus deslocamentos e a possível vivência nessa outra cidade *rionegrina*, distante 200 quilômetros. Os temas das charadas relacionam-se ao cotidiano do campo e suas soluções incluem nomes de maquinários agrícolas, espécies vegetais e animais, fenômenos da natureza e objetos comuns do dia a dia⁴⁹⁶. Com variações, algumas delas aparecem nos documentos coletados por outros professores da região.

Os registros levantados por Augusto Valle são importantes para demonstrar as diversas possibilidades de recepção, elaboração e atuação do professor, enquanto mediador e participante da *Encuesta*. Valendo-se do olhar de testemunhas que, pela posição social, pareciam gozar de influência local, seus documentos também incorporaram aspectos pessoais e biográficos que superaram as limitações esquemáticas

⁴⁹⁴ NICOLETTI, María Andrea. “El camino a los altares: Ceferino Namuncurá y la construcción de la santidad”. Revista TEFROS, v. 7, n.º 1-2, dezembro de 2009.

⁴⁹⁵ GÁLVEZ, Manuel. *El santito de la toltería: la vida perfecta de Ceferino Namuncurá*. Buenos Aires: Poblet, 1947.

⁴⁹⁶ Exemplos: “*En un monte muy cercano hay un padre franciscano, tiene dientes y no come, tiene barba y no es hombre (el choco)*”; “*Una señorita muy aseñorada pasa por el agua y no se moja nada (la sombra)*”.

do inquérito. Esse protagonismo incluiu a citação de suas memórias, as quais tentou acomodar, algumas com facilidade, outras indiretamente, às instruções do Conselho.

À primeira vista, e sobretudo ao tratar dos *tehuelches*, o docente pareceu aproximar-se dos discursos hegemônicos da oposição entre a civilização e a barbárie, por meio da valorização de alguns símbolos, como a ferrovia, e da depreciação de outros, como o deserto. Essas imagens antagônicas muitas vezes foram utilizadas para os Territórios Nacionais, a fim de anular tensões sociais e contribuir para sua marginalização. Além disso, Augusto tentou assumir a posição de alteridade de um “quase viajante”, o que possibilitou registrar de modo mais contundente dinâmicas assimétricas, sentidos de dominação e formas complexas de interação cultural. Por outro lado, seus apontamentos não apenas o posicionaram como sujeito integrante daquela realidade histórica, como igualmente esvaziaram, pela riqueza e multiplicidade de seus aportes, a imagem simbólica do deserto que ele pretendeu inicialmente abraçar.

Na documentação levantada por Cielo Zaidenweg, há menção a uma reprimenda sofrida por um professor de nome Augusto Valle em 1917, feita pelo então diretor da Escola n.º 33 de Cipolletti⁴⁹⁷. Devido à equivalência do nome, à proximidade das escolas e à breve antecedência da data, e diante da debilidade do quadro funcional dos estabelecimentos do Río Negro que possivelmente motivava deslocamentos e transferências constantes, é provável que se trate da mesma pessoa. Ele foi acusado de ser um “estrangeirizador” ao invés de um “argentinizador”, contrariando as instruções do CNE e priorizando temas desvinculados de seu programa patriótico, sendo então orientado a focar em suas aulas os assuntos e tradições nacionais⁴⁹⁸. Esse episódio vai ao encontro do posicionamento crítico e independente que transparece em distintas passagens da compilação de Augusto Valle. Corrobora, principalmente, os argumentos sobre as maneiras encontradas pelos docentes para atuar nos interstícios das normas e do controle do Conselho Nacional de Educação, ostensivo mas nem por isso ilimitado.

b) Professor Manuel Varas – Lamarque, Escola Nacional n.º 25

O conjunto documental reunido pelo professor Manuel Varas totaliza seis fólios, com data de 12 de novembro de 1921. Ainda que também cancelados pelo diretor da

⁴⁹⁷ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, pp. 243-244.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 244.

escola, seus resultados contrastam com os de Augusto Valle. Além da ausência de menções aos *tehuelches* ou a quaisquer outras denominações indígenas, não há dados sobre testemunhas. Assim, não é possível afirmar se o material foi colhido a partir do depoimento de terceiros ou se as informações foram fornecidas pelo próprio docente, que desse modo se tornaria o único protagonista de seu inquérito.

Manuel seguiu de forma aleatória a estrutura de divisões originalmente proposta pela *Encuesta*, limitando-se ao emprego de títulos genéricos. Por conseguinte, em geral, sua documentação distancia-se das instruções do Conselho Nacional de Educação, tanto na classificação dos dados quanto pela não identificação das fontes. A leitura comparada dos documentos compilados em Lamarque ilumina os caminhos de seleção e ação possíveis aos mediadores. Isso porque, professores da mesma escola foram capazes de eleger, segundo seus critérios, intenções e entendimentos sobre o folclore e sobre suas próprias realidades, manifestações predominantemente diferentes entre si, que pouco se repetem de uma pasta para outra.

Os registros têm início com a transcrição de onze estrofes intituladas “*para cantar el gato*”. Dança rápida e alegre, que pode ser acompanhada por canto, o *gato* é bailado em par. Com algumas variações, é tradicionalmente considerado a dança do *gaucho*⁴⁹⁹, inclusive citado no emblemático *Martín Fierro*⁵⁰⁰ de José Hernández. Tema recorrente dos estudos folclóricos desde a primeira metade do século XX, esse baile originou-se da interação entre diversos elementos culturais, característica que esvazia a pretensa pureza atribuída ao que é assumido como folclore. Muito popular em todo o interior da Argentina, guarda semelhança, por exemplo, com as danças espanholas que utilizam o sapateado. Além disso, o *gato* não se limitou ao ambiente simbólico do *gaucho*, conforme idealizado pelo nacionalismo. Também teve lugar nos salões da alta sociedade⁵⁰¹, onde esteve sujeito a distintas práticas e apropriações.

Na sequência, o professor listou um conjunto de adivinhações relacionadas a temas do cotidiano rural, cujas respostas abarcam nomes de animais, utensílios diversos, gêneros agrícolas, alimentos, partes do corpo e fenômenos da natureza⁵⁰². Apesar dos

⁴⁹⁹ VER: BECCO, Horacio Jorge; CÁLCENA, Carlos Dellepiane. *El Gaucho*: documentación, iconografía. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978; e LUGONES, Leopoldo. *El payador*. Barcelona: Linkgua digital, 2013, p. 100.

⁵⁰⁰ “*Con gato y con fandanguillo, / había empezado el changango / y para ver el fandango / me colé haciéndome bola, / mas metió el diablo la cola / y todo se volvió pango*” In: HERNÁNDEZ, José. *El Gaucho Martín Fierro*. Albany: State University of New York Press, 1967, p. 150.

⁵⁰¹ ZINNY, Eduardo F. S. *Integración del folklore argentino*. Buenos Aires: Editorial Stilcograf, 1968, p. 144.

⁵⁰² Exemplos: “*Cabecitas para abajo y patitas para arriba (la cebolla)*”; “*Unas van y otras vienen y en el camino se entretienen*”.

assuntos semelhantes, apenas uma delas coincide com os registros levantados por Augusto Valle, o que demonstra a diversidade e a vitalidade desse estilo. As adivinhações, como partes de um conhecimento iminentemente popular, comuns em várias culturas e associadas ao folclore desde o século XIX, vêm sendo recentemente estudadas também pela Linguística, graças a seu potencial pedagógico e como gênero de comunicação.

Enigmas a serem desvendados a partir de uma pergunta curta, que já fornece as pistas para sua resposta, elas dependem da interação entre “aspectos linguísticos, saberes e crenças, pois o comportamento verbal do indivíduo e a estrutura do código linguístico subjacente ao comportamento estão abertos a influências sociais e culturais”⁵⁰³. Assim, é natural que as adivinhas originem-se de vestígios do cotidiano: condicionadas à memória social e ao conhecimento coletivo, elas permitem às pessoas que encontrem à sua volta a chave para a resolução do problema. Dessa maneira, não por acaso, a grande maioria das adivinhações documentadas no Ríó Negro dizia respeito a temáticas rurais, a utensílios do dia a dia e a fenômenos da natureza.

A compilação do professor Manuel encerra-se com 24 sentenças por ele denominadas “refrãos ou ditados”. Nas instruções de Juan P. Ramos e Pablo Córdoba para a realização do inquérito, o refrão está incluído entre as “narrativas e refrãos” e definido como uma síntese do pensamento popular, transmitida pelas gerações, em frases breves e sentenciosas. Já os ditados aparecem relacionados aos conhecimentos populares, sem maiores explicações. Talvez essa imprecisão tenha conduzido o professor a registrá-los na mesma categoria, apropriando-se e reordenando o esquema original da *Encuesta* de acordo com seu entendimento.

Assim como as respostas das adivinhações, os ditados também carregam sentidos atribuídos a partir de valores culturais partilhados por uma coletividade. Além disso, muito mais do que os enigmas, eles preservam, frequentemente, um fundo moral inerente. Por conseguinte, a tendência de assumi-los como verdades perenes, da mesma forma como ocorre com outras manifestações folclóricas, pode servir para ocultar relações de poder⁵⁰⁴, que se deslocam das práticas sociais para o imaginário coletivo. Desse modo, há o risco de naturalização e enraizamento de preconceitos, juízos e, portanto, de tentativas simbólicas de dominação.

⁵⁰³ DIONISIO, Angela Paiva. “A organização textual-interativa das adivinhas”. In: MOURA, Denilda (org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999, p. 608.

⁵⁰⁴ MACIEL, Fabrício. “Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica”. In: SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora UFMG, 2006, p. 285.

Um dos exemplos documentados pelo professor Manuel Varas serve para ilustrar essa tendência: “*Echen vino y echen borra, que aquí está el gaucho de la zorra y el peón de la mazamorra*” (“Sirvam vinho e sirvam os restos, pois aqui estão o *gaucho* da bebedeira e o peão da *mazamorra*”). A *mazamorra* é uma espécie de mingau de milho, bastante simples e por vezes associado à situação de pobreza dos trabalhadores do interior⁵⁰⁵. Na sentença, ela aparece ao lado da também recorrente imagem do bêbado, comumente atribuída ao indígena, mas aqui igualmente ao *gaucho*, como signo de marginalização. Dessa forma, por meio de um ditado à primeira vista cômico ou mesmo irreverente, ambas fortalecem a estereotipia detratadora de sujeitos excluídos de um modelo socialmente desejável.

c) Diretor Eusébio Arrieta – Lamarque, Escola Nacional n.º 25

O autor da próxima pasta da Escola n.º 25 foi Eusébio S. Arrieta, diretor de ensino. Sua documentação fornece informações importantes sobre a dinâmica de coleta adotada pela escola, iluminando pontos das leituras anteriores. O material inicia-se com uma carta de apresentação, endereçada ao Sr. Juan. E. Deluigi, inspetor seccional do Conselho Nacional de Educação, lotado na cidade de Allen, também no Río Negro. Conforme as instruções gerais do Conselho, era ele quem deveria receber previamente todos os registros compilados no Território. Os documentos do diretor foram reunidos aos dos demais docentes para envio conjunto à inspetoria.

Em tom respeitoso, Eusébio Arrieta informou ter seguido as orientações recebidas e dividido o material em quatro partes, conforme a proposta de classificação original. Além disso, o diretor teria solicitado a cada professor que visitasse a população local e tomasse nota do que considerasse importante. Desse modo, constata-se que, *a priori*, ele interveio no método das pesquisas feitas pela escola, o que acrescenta outra instância de poder possível entre o Conselho e os docentes, ou seja, a diretoria de cada estabelecimento. Por sua vez, como a própria documentação deixa claro, essa participação não significou a anulação do espaço de ação dos professores, ainda que fosse permitida e desejada pelo próprio CNE como meio de garantir o cumprimento de suas normas.

No último trecho da carta, o diretor observou que naquela “comarca a população é 80% estrangeira”. Com essa ponderação, desculpava-se por eventuais lacunas nos

⁵⁰⁵ Ver, por exemplo, *En las Tierras De Inti* (1899), relato de viagem do jornalista Roberto Payró.

resultados da escola e valorizava o trabalho do corpo docente, diante das dificuldades de reconhecer tradições nacionais num contexto demográfico caracterizado pela presença substancial de habitantes estrangeiros. Nesse sentido, mostrava-se novamente alinhado às prerrogativas do Conselho, compartilhando a orientação de que os registros não deveriam considerar as contribuições exógenas e valorando seu entendimento sobre o que deveria ser assumido como autenticamente argentino. Em última análise, essa elevada porcentagem de imigrantes serve para evidenciar as tensões e dinâmicas daquelas municipalidades rurais, pouco condizentes à contraposição em relação às cidades e ao discurso de estabilidade perseguido pela valorização das tradições.

Apesar da alegada observação às instruções da *Encuesta*, a documentação de Eusébio não contém a identificação de nenhuma fonte. De início, o diretor registrou 52 estrofes, de quatro versos rimados, por ele intituladas “relações”. Categoria ausente do esquema de classificação do inquérito, a relação corresponde a uma estrofe dita pelos pares do casal durante as danças tradicionais⁵⁰⁶. Boa parte dos versos compilados tinha como temática o amor, alguns com menções explícitas à localidade: “*Mi casa está en Río Negro / Donde hay un jardín florido / Vaya joven cuando guste / Que será bien recibido*” (“Minha casa está no Río Negro, onde há um jardim florido. Vá, meu jovem, quando queira, que será bem recebido”).

A inclusão dessas relações nos documentos de Eusébio Arrieta novamente revela as possibilidades de intervenção e participação do mediador, de acordo com suas referências acerca do conhecimento folclórico, não necessariamente consideradas pelos idealizadores da *Encuesta*. Na sequência, o diretor recorreu ao mesmo artifício com os *acertijos*⁵⁰⁷, enigmas muito bem elaborados, geralmente em forma de rima e também ausentes das categorias pensadas para o inquérito. A eles somou-se a compilação de adivinhações comuns, que acompanham o padrão temático das pastas anteriores e contemplam imagens do mundo rural.

As contribuições do diretor Eusébio encerram-se com outras 14 estrofes para “*cantar el gato*”. Ainda que tratem de amor, elas mantêm tom humorístico e conteúdo caro ao cotidiano do campo. Por outro lado, a exemplo dos ditados, seu pretenso deboche também serve para ocultar e naturalizar preconceitos, como em “*Para bailar el gato /*

⁵⁰⁶ Conforme acepção do Dicionário da Real Academia Espanhola, que define o vocábulo como um regionalismo característico da Argentina e do Uruguai.

⁵⁰⁷ Exemplo: “*Pensando, pensando estoy / pensando me vuelvo loca / La suegra de mi cuñada / ¿qué parentesco me toca? (la madre)*”.

Han de ser cuatro / Dos índias pechugudas / Dos negros ñatos” (“Para dançar o gato, hão de ser quatro, duas índias ‘peitudas’, dois negros de narizes chatos”). Aliás, as poucas referências sobre os negros registradas pela *Encuesta* no Território e que serão pontuadas ao longo deste estudo dedicam-se à sua depreciação. O nacionalista Leopoldo Lugones atribuía-lhes caráter servil, inferior ao do indígena e do espanhol⁵⁰⁸.

A historiografia tradicional argentina foi uma das principais responsáveis pela invisibilização simbólica do negro no passado e no presente do país, processo ainda mais profundo do que o ocorrido com os índios e apenas recentemente reavaliado por estudiosos contemporâneos das Ciências Humanas. Todavia, a persistência de ambos na documentação colhida pelo inquérito, fora da intervenção direta dos círculos acadêmicos e oficiais, corrobora o potencial de resistência que subjaz nas manifestações da cultura popular, mesmo quando perpassadas por relações de poder e domínio.

O intenso afluxo de escravos africanos para o Vice-Reino do Rio da Prata fez com que o contingente de negros e mulatos alcançasse cerca de 40% da população da cidade de Buenos Aires no século XVIII, ultrapassando a metade dos habitantes de algumas províncias no mesmo período⁵⁰⁹. Paulatinamente, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, esse percentual foi decaindo de modo considerável, em virtude das guerras de independência, dos conflitos armados internos, de doenças relacionadas às condições de vida, da emigração para outros países e da mestiçagem incentivada pelas políticas de fomento à imigração europeia⁵¹⁰. Apesar das transformações demográficas ocasionadas pela chegada dos europeus, esses fenômenos serviram para cristalizar a visão de que os negros desapareceram da Argentina, discurso enraizado no imaginário e que dificulta seu reconhecimento e sua valorização social⁵¹¹. Um sintoma dessa marginalização aparece nas dificuldades de se contabilizar a população atual de afro-argentinos: enquanto fontes da própria comunidade estimam que o número ultrapasse um milhão⁵¹², menos de 150 mil pessoas declararam-se afrodescendentes ou com antepassados de origem afrodescendente no *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas* de 2010⁵¹³.

⁵⁰⁸ LUGONES, *Op. Cit.*, p. 43.

⁵⁰⁹ PICOTTI, Dina. “La presencia africana: resistencia y creatividad”. In: BIAGINI, Hugo E.; ROIG, Arturo A. *El pensamiento alternativo en la Argentina del siglo XX – Tomo I: Identidad, utopía, integración* (1900-1930). Buenos Aires: Biblos, 2004, pp. 96-97.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 93.

⁵¹¹ ANDREWS *apud* PICOTTI, *Op. Cit.*, p. 97.

⁵¹² PICOTTI, *Op. Cit.*, p. 97.

⁵¹³ INDEC. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. Disponível em: http://www.indec.gov.ar/nivel2_default.asp?seccion=P&id_tema=2.

d) Professor Jerónimo Lucero – Lamarque, Escola Nacional n.º 25

A última pasta da Escola de Lamarque é de autoria de Jerónimo Lucero, homônimo de Luis Gerónimo Lucero, professor da província de San Luis que recebeu o primeiro lugar da *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*⁵¹⁴. Em relação à documentação do docente *rionegrino*, cujos aportes estão inteiramente classificados como “conhecimentos populares”, ela dedica-se à descrição detalhada das características físicas e geográficas da ilha de Choele Choel. A natureza dos registros e a ausência de informações sobre as fontes consultadas conduzem à hipótese de que o material tenha sido elaborado por ele próprio. Isso porque, o caráter descritivo dos documentos aproxima-os das anotações de um explorador, revestidas dos sentidos pragmáticos pretendidos, inclusive, por algumas categorias previstas pelo inquérito, como aquelas voltadas a coleta de dados topográficos, hidrográficos, geológicos e toponímicos.

Os apontamentos tiveram início com a origem *tehuelche* do nome Choele Choel (“ruídos estranhos”), o que mais uma vez denota a importância da presença indígena na região. O topônimo veio acompanhado da descrição de sua localização geográfica, como ponto-médio do rio Negro e circundado por ele. Em seguida, o professor registrou a extensão da superfície da ilha e sua população, em torno de 3.500 habitantes, dos quais apenas 15% argentinos. Os demais tinham origem em outras nacionalidades, entre as quais se destacavam os espanhóis, italianos, alemães, ingleses e turcos. Os dados confirmam a observação do diretor Eusébio a respeito da predominância de estrangeiros na localidade e evidenciam a diversidade étnica e cultural daquele pequeno povoado.

Jerónimo também detalhou aspectos do relevo da ilha, uma planície entrecortada por poucas elevações, com a presença de algumas lagoas e de formações hídricas temporárias, dependentes das cheias do rio. Já a vegetação era bastante pobre e o clima variava, com mudanças bruscas de temperatura, ventos fortes e escassez de chuva, ocasionando secas prolongadas. Esse clima seco e a pobreza de nutrientes no solo confirmam a necessidade histórica de projetos de irrigação para os empreendimentos agrícolas do Alto Vale do Río Negro. De acordo com o docente, os canais eram, naquele momento, fundamentais para o cultivo de 5 mil hectares.

⁵¹⁴ Ver: MIGLIOZZI, María T. C. “Luis Gerónimo Lucero: su aporte a la investigación folclórica de San Luis”. (2005). Disponível em: <http://biblioteca.sanluis.gov.ar/Publicaciones/LUIS%20GERONIMO%20LUCERO-%20SEGUNDA%20PARTE.pdf>.

A economia de Choele Choel distinguia-se, ainda segundo as informações do professor, pela criação de animais, sobretudo equinos, ovinos e bovinos, prática de que se ocupava a maioria dos habitantes. Igualmente, era produzida alfafa, principal riqueza da região, além de cereais, milho e frutas, que abasteciam a população local e também eram comercializados. O ciclo da alfafa, conforme estudado por Navarro Floria, floresceu graças aos primeiros projetos de irrigação e à aprovação das chamadas Leis de Fomento dos Territórios Nacionais, em 1908. Muitas dessas obras de incremento à produção eram feitas por particulares, em especial pelos primeiros colonos gauleses⁵¹⁵. Já a fruticultura contava com o financiamento do capital das companhias ferroviárias estrangeiras⁵¹⁶, que participavam das concessões feitas pelo Estado.

Conforme os aportes do professor, a ilha era dividida em lotes e cortada por precários caminhos vicinais que, com o apoio das balsas, interligavam os povoados de sua superfície. Havia, ainda, linhas particulares de veículos motorizados, embora as mercadorias fossem transportadas por carruagens a cavalo. Curiosamente, apesar da estação ferroviária local já existir em 1921, Jerónimo não mencionou o trem entre os meios de transporte disponíveis na região. Já a ponte que unia Lamarque à localidade vizinha de Choele-Choel homenageava o deputado Víctor Manuel Molina (1861-1933), citado pelo professor como o responsável por melhorias na ilha. Contudo, entre os anos de 1920 e 1924⁵¹⁷, ou seja, coincidindo com a realização do inquérito, Molina governou o Território do Río Negro, informação também omitida pelo docente.

Segundo Jerónimo, Lamarque era o povoado mais importante de Choele Choel. Suas casas ficavam afastadas uma das outras, devido à baixa densidade demográfica. De acordo com os dados biográficos levantados sobre as testemunhas das pastas anteriores e que indicaram suas participações nas Comissões de Fomento locais, presume-se que a localidade não ultrapassasse os 1.000 moradores, cifra necessária para a instalação de Conselhos Municipais em substituição àquelas Comissões, conforme a Lei dos Territórios Nacionais. Retomando a documentação do docente, além da escola, havia em Lamarque o juizado de paz, a delegacia e a única oficina de correios e telégrafos da ilha, cujos prédios seriam transformados em construções mais elegantes, com dotação orçamentária já aprovada para as obras, de acordo com o professor. Em Luís Beltrán, outro povoado de

⁵¹⁵ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, pp. 126-128.

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 128.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 139.

Choele Choel, haveria, segundo ele, outra escola. Todavia, não há registros de sua participação na *Encuesta*, o que pode indicar que fosse um colégio salesiano.

Nos apontamentos sobre demografia, Jerónimo Lucero registrou que os *tehuelches* foram os primeiros povoadores da região, “desaparecendo paulatinamente, tanto pela imigração como pela mescla com as raças estrangeiras estabelecidas na ilha”. Essa observação supunha o êxito das políticas públicas que, desde o século XIX, idealizavam a mestiçagem a partir do imigrante europeu como uma das soluções para a civilização do país. Entre os fatores determinantes para o desaparecimento dos *tehuelches*, entretanto, o professor desconsiderou as campanhas militares, mencionadas pelo colega Augusto Valle, e ignorou sua persistência demográfica no presente. Por sua vez, Jerónimo argumentou que a existência prévia dos nativos devia-se à presença de vestígios materiais encontrados na ilha, incluindo pedaços de flecha, lanças e cerâmicas, “uma das artes que cultivavam”.

Sem dúvidas, o ponto mais original de sua pasta foi a menção explícita à “mescla de raças”, única ocorrência entre todos os documentos compilados no Río Negro. Além de teóricos racialistas como Carlos Octávio Bunge (1875-1918), de quem Manuel Gálvez era cunhado, a mestiçagem também teve lugar no pensamento nacionalista argentino, sobretudo em Leopoldo Lugones e Ricardo Rojas, que a associavam ao “núcleo de definição da identidade nacional”⁵¹⁸. Para Lugones⁵¹⁹, o *gaucho* era uma “sub-raça” de transição, um mestiço que tinha a fronteira como habitat natural. A despeito das características negativas do indígena, preponderava a força da tradição e do sangue espanhóis. Seu caráter não era servil, como o dos negros.

Assim, para ele, a única mestiçagem positiva era a do *gaucho*, superior, por exemplo, ao mulato⁵²⁰. No entanto, Lugones definia-o como primitivo, ocioso e pessimista. Tinha vigor físico, mas era desprovido de vontade para o trabalho. Por isso, havia resistido à civilização e desapareceu por ter chegado ao fim o atraso social que permitia sua sobrevivência social. Explorado por políticos e latifundiários, pereceu diante da modernidade, cujas chances de progresso lhe foram negadas. De acordo com essa narrativa, o *gaucho* teria sido substituído pelo imigrante, interessado em sua fortuna pessoal e desprovido amor à pátria⁵²¹.

⁵¹⁸ BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Madri: Ediciones AKAL, 2010, p. 101.

⁵¹⁹ LUGONES, *Op. Cit.*, pp. 42-46.

⁵²⁰ Ibidem, ibidem.

⁵²¹ Ibidem, pp. 67-69.

3.4 Contralmirante Cordero – Escola Nacional n.º 37

A mais de 200 quilômetros a Noroeste da ilha de Choele Choel, na divisa entre os então Territórios Nacionais do Río Negro e do Neuquén, está Contralmirante Cordero. Ela fica à margem esquerda do rio Neuquén, curso d'água que, ao confluir com o Limay, origina o caudaloso rio Negro. Como parte da Companhia Colônia Cordero, transformada em cidade na década de 1930, a área havia sido comprada pelo contra-almirante Bartolomé Cordero (1830-1892) em 1884, com a administração a cargo de sua família⁵²².

Sob a atual jurisdição municipal, está o povoado vizinho de Barda del Medio, originado do Forte Vidal, erigido no século XIX. A região desenvolveu-se com a construção do dique Ballester, entre 1910 e 1931. Patrocinada pelo *Ferrocarril del Sud*⁵²³, a obra respondia a necessidades de irrigação do solo. Um pequeno ramal ferroviário, depois abandonado, foi inaugurado em 1910, para o transporte de materiais e passageiros⁵²⁴. Hoje, a Escola Nacional n.º 37 encontra-se instalada em Barda del Medio. Seu edifício foi declarado monumento histórico em 2011⁵²⁵, o que torna possível a hipótese de que funcionasse na mesma localidade à época da realização da *Encuesta*.

A quantidade de documentos produzidos pelos dessa escola foi modesta, ainda que os poucos fólios despertem discussões bastante profícuas. A falta de referências às fontes consultadas, a alegada predominância de estrangeiros na região, a perceptível inexistência de laços dos docentes com a localidade e os registros provenientes basicamente de memórias pessoais indicam as dificuldades enfrentadas para a coleta em Contralmirante Cordero. Esses fatores relativizam a simbiose entre tradição folclórica e mundo rural, naturalizada pelo nacionalismo, e fortalecem o impacto dos deslocamentos dos professores não apenas para a *Encuesta*, mas sobretudo para a efetivação do projeto educacional do Estado em regiões tão afastadas. Além disso, a documentação reforça a violência física e simbólica da Conquista do Deserto sobre os indígenas, diante da ausência de quaisquer menções a *tehuelches* e *mapuches*, que circularam pela região por muitas décadas.

⁵²² FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 101.

⁵²³ Ver: Acervo do Museu da Irrigação de Contralmirante Cordero (Museo del Riego).

⁵²⁴ MORANDO, Héctor Pérez. "A 100 años del ferrocarril Cipolletti-Barda del Medio". *Diário Río Negro*. Río Negro, 25 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.rionegro.com.ar/diario/a-100-anos-del-ferrocarril-cipolletti-barda-del-medio-399654-9708-nota.aspx>.

⁵²⁵ MUNICIPALIDAD DE CONTRALMIRANTE CORDERO. Carta Orgânica (2011). Disponível em: [http://www.fiscaldemesa.com.ar/archivos/cartasorganicas/rionegro/Carta_Organica_Contralmirante_Cordero_\(Rio_Negro\)_2011.pdf](http://www.fiscaldemesa.com.ar/archivos/cartasorganicas/rionegro/Carta_Organica_Contralmirante_Cordero_(Rio_Negro)_2011.pdf).

a) Professora M. Vittune – Contralmirante Cordero, Escola Nacional n.º 37

Na compilação da professora M. Vittune, não foi possível identificar seu primeiro nome, ausente por extenso dos registros. Os documentos, datados de setembro de 1921, têm início com um interessante esclarecimento à Martha Verón de Mora, diretora da escola. Algumas pistas sobre a trajetória dessa dirigente revelam sua importância para a educação local, como pioneira em diversos estabelecimentos ligados ao Conselho Nacional de Educação. Após ocupar a direção da escola de Cordero, Martha mudou-se para San Carlos de Bariloche, ao Sul do Território do Río Negro, onde fundou a Biblioteca Popular Sarmiento⁵²⁶ e o primeiro estabelecimento escolar para adultos, de 1928. No ano seguinte, tornou-se diretora da escola primária recém-inaugurada na cidade⁵²⁷. Pouco tempo depois, em 1934, Martha assumiu a direção da primeira escola de Centenario⁵²⁸, em Neuquén, próxima a Contralmirante Cordero. A biografia marcada pela dedicação à questão educacional e os desafios vivenciados pela educação na Patagônia contribuem para majorar a importância desempenhada por pioneiras como Martha Verón de Mora.

Em sua carta, a professora Vittune dirigiu-se à diretora de modo respeitoso, semelhante a um pedido de desculpas. A docente explicava que, diante da orientação de registrar temas do folclore argentino, seu desejo de contribuir havia esbarrado em seu “caráter de portenha, criada e educada em Buenos Aires, cidade em que se desconhecem, diga-se de passagem, os costumes nacionais que formam nossa tradição, pelo cosmopolitismo que nela reina”. Ao justificar suas dificuldades em atender aos propósitos da *Encuesta*, Vittune aproximava-se do posicionamento nacionalista, que tinha no imigrante a causa do desaparecimento das tradições e nas cidades a ausência dos elementos nacionais. Além disso, os constantes deslocamentos e a procedência de outras regiões do país, como verificado nas trajetórias da diretora e da professora, caracterizaram

⁵²⁶ Conforme Gabriela Pellegrino Soares, a formação de uma rede de bibliotecas populares, com amparo do Estado, inseriu-se nas tentativas de aproximar a leitura do cotidiano de bairros urbanos e vilarejos de todo o país. As bibliotecas eram vistas como complementares à educação escolar e como meios de elevar “o nível intelectual de uma nação”. Ganham força, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XX. Existiam no Río Negro, em 1954, 17 bibliotecas populares, com 34 mil leitores anuais. Assim, a Biblioteca Popular Sarmiento, de 1928, deve ter sido uma das primeiras do Território. A título de comparação, em 1954 existiam, em Buenos Aires, 133 estabelecimentos. Por sua vez, o Río Negro superava as províncias vizinhas, como Neuquén (com 10 bibliotecas e cerca de 20 mil leitores), e Chubut (com 14 estabelecimentos e cerca de 24 mil frequentadores). Ver: SOARES, *Op. Cit.*, pp. 31-41 (2002).

⁵²⁷ MUNICIPALIDAD DE SAN CARLOS DE BARILOCHE. Dados Históricos da Cidade (2002). Disponível em: http://www.bariloche.gov.ar/upload/SECRETARIA%20DE%20TURISMO/3695_Datos%20Historicos.pdf.

⁵²⁸ MUNICIPALIDAD DE CENTENARIO. História de Centenário. Disponível em: <http://centenario.gov.ar/historia-de-centenario>.

muitos dos participantes do inquérito, corroborando as dificuldades de formação e atração de docentes para o sistema de ensino no Río Negro.

O cosmopolitismo também foi encarado como uma ameaça ao folclore argentino por Juan P. Ramos, ao longo do texto de apresentação do projeto do inquérito. Nesse sentido, o argumento da professora mostrava-se amparado no entendimento defendido pelo técnico do Conselho Nacional de Educação. Contudo, em muitos documentos reunidos pela *Encuesta*, inclusive na própria escola de Contralmirante Cordero, existem registros manifestadamente originados da realidade portenha. Isso demonstra que a natureza transformadora das trocas culturais e sua capacidade de resistência, interação e circulação confrontam os discursos que atribuíam ao cosmopolitismo – associado, sobretudo, a Buenos Aires – o esvaziamento das tradições e o consequente desaparecimento das manifestações folclóricas.

A professora prosseguiu com a afirmação de que, na localidade em que viviam, “pouco ou nada se praticam desses costumes, pois predomina nela o elemento estrangeiro”, confirmando, mais uma vez, a presença do imigrante no mundo rural e sua participação na transformação sociocultural e demográfica daquela realidade. Vittune concluiu seus esclarecimentos com a ressalva de que, mesmo no contexto relatado, havia tentado coletar dados do folclore local. Sem ter obtido sucesso, seu “desejo de contribuir com algo” inspirou-lhe a ideia de compilar registros próprios, “caso pudessem servir”.

Nesse sentido, apesar do alinhamento do discurso às posições do Conselho de Educação, a professora Vittune não compilou nem organizou seu material de acordo com as instruções da *Encuesta*. Provavelmente porque, conforme as justificativas prévias e os registros realizados, ela não tenha entendido seus apontamentos como manifestações propriamente folclóricas, ainda que seus apontamentos demonstrem as dinâmicas de circularidade que interagem e dão forma à cultura popular, combinando oralidade e fontes escritas⁵²⁹. Outro aspecto pelo que a docente parece ter se aproximado das instruções do CNE foi a preferência do inquérito por tradições nacionais vinculadas à cultura espanhola. Seu material inicia-se com três estrofes intercaladas, originadas de quatro poemas distintos. A professora intitulou o primeiro como *De nuestro parnaso por E. Legouvi*. Embora o nome faça provável referência ao poeta francês Ernest Legouvé (1807-1903), trata-se, na verdade, de versos do espanhol Fernando de Herrera (1534-1597):

⁵²⁹ Ver: BAKHTIN, *Op. Cit.*, passim.

*Subo con paso quebrantado
Por esta alta, empinada, aguda sierra,
Del golpe y de la carga maltratado
Me alzo apenas*
[Registro da professora M. Vittune]

*Subo con tan gran paso quebrantado
Por esta alta, empinada, aguda sierra,
Que aún no llegó a la cumbre, cuando yerra
El pie, y trabuco al fondo despeñado.
Del golpe y de la carga maltratado,
Me alzo a pena, y a mi antigua guerra
Vuelvo; ¿mas que me vale? Que la tierra
Misma me falta al curso acostumbrado.*
[Do original de Fernando de Herrera]⁵³⁰

A confusão entre título e autor, além da estrofe incompleta, leva a crer que a professora possa ter transcrito o poema de memória. Em caso positivo, a passagem corrobora a intenção de Juan P. Ramos, em buscar vestígios do romanceiro espanhol diluídos na tradição argentina. Essa hipótese também se aproxima do ideal de transmissão oral da peça folclórica, como estudado por Menéndez Pidal – uma das referências citadas nas orientações da *Encuesta* – a respeito das canções de gesta na Espanha. A obra de Fernando de Herrera, autor do século de ouro da literatura espanhola (século XVI), está perpassada pelo diálogo com Garcilaso de la Vega⁵³¹, coincidentemente outro dos autores utilizados por Ramos nas instruções do inquérito. Todavia, a presumibilidade do contato da professora com a literatura escrita, além dos métodos mnemônicos característicos da pedagogia daquela época, eclipsa a certeza da transmissão *sui generis* pela oralidade. O segundo poema compilado, com o título de *Dedicado a Pizarro*, também é do século XVI:

*Pues señor gobernador
mírelo bien por entero
que allá va el recogedor
y aquí queda el carnicero.*
[Registro da professora M. Vittune]

*Ah, señor gobernador,
miradlo bien por entero,
allá va el recogedor,
acá queda el carnicero.*
[Uma das versões conhecidas]⁵³²

⁵³⁰ DE HERRERA, Fernando apud ESTALA, Pedro. *Colección de poetas españoles*, Volume 5. Madri: Imprenta Real, 1786, p. 161.

⁵³¹ SCHNABEL, Doris R. *El pastor poeta: Fernando de Herrera y la tradición lírica pastoril en el primer siglo áureo*. Kassel: Edition Reichenberger, 1996, p. 9.

⁵³² DE LEÓN, Pedro Cieza. *Crónica del Perú, el señorío de los incas*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005, p. 292.

Apesar do título empregado pela professora, que aparentemente subverte o sentido original do texto poético, essa *copla* não homenageia, mas denuncia o espanhol Francisco Pizarro (1476-1541), “conquistador do Peru”. Sua autoria é desconhecida e sua veracidade não é comprovada. Apareceu, pela primeira vez, com o cronista *extremeño* Pedro Cieza de León (1520-1554), em 1553. Atribuem-se os versos a um soldado da fatigada tropa de Pizarro, um dos muitos que se negaram a prosseguir participando dos planos do comandante espanhol.

Os poucos que resistiram e acompanharam-no ficaram conhecidos como os “treze da fama”, em uma das narrativas cristalizadas sobre a conquista dos Incas, segundo o olhar do dominador⁵³³. Como partes de um mito fundacional, perpassado por relações de poder e conformado pela violência e por interações culturais profundamente assimétricas, esses versos perpetuaram-se na historiografia e no imaginário, a ponto de serem conhecidos e reproduzidos pela professora de Contralmirante Cordero, mais uma vez demonstrando a interação entre oralidade e escrita.

Em relação às estrofes seguintes, abrem-se duas possibilidades. A primeira de que, diante da transcrição exata e da popularidade da obra original, elas estivessem ao alcance das mãos da professora, tendo sido por ela copiada para sua contribuição ao inquérito. Por outro lado, devido à ampla difusão do poema pelas escolas argentinas, sua compilação de memória não seria de todo o modo impossível. Isso porque, os versos do terceiro texto transcrito por M. Vittune integram a épica gauchesca do *Martín Fierro*, clássico literário de José Hernández, exaltado por nacionalistas como Leopoldo Lugones:

*Me refalé las espuelas
Para no peliar con grillos,
Me arremangué el calzoncillo
Y me ajusté bien la faja,
Y en una mata de paja
Probé el filo del chuchillo.*

*Para tenerlo en la mano
El flete en el pasto até,
La cincha le acomodé,
Y en un trance como aquel,
Haciendo espaldas en el,
Quietitos los aguardé.*

[Registro da professora M. Vittune]

⁵³³ Ibidem, pp. 291-292.

*Me refalé las espuelas,
Para no peliar con grillos,
Me arremangué el calzoncillo
Y me ajusté bien la faja,
Y en una mata de paja
Probé el filo del chuchillo.*

*Para tenerlo a la mano
El flete en el pasto até,
La cincha le acomodé,
Y en un trance como aquel,
Haciendo espaldas en él,
Quietito los aguardé.*

[Do original *El Gaucho Martín Fierro*, de José Hernández]⁵³⁴

Publicado em duas partes na década de 1870, *Martín Fierro* ganhou repercussão imediata. Recebeu elogios e boa acolhida entre políticos e críticos, tanto na Argentina quanto na Espanha⁵³⁵. A obra de Hernández esteve sujeita a múltiplas apropriações ao longo do século XX. Os nacionalistas consideraram-no o principal poema épico argentino, entre eles Ricardo Rojas e, sobretudo, Lugones. A partir de então, o *gaucho* tornou-se o símbolo moral e estético que inspiraria a busca pela autêntica nacionalidade.

Ainda que livre e valente, o *gaucho* lugoniano era incapaz de reagir às transformações da modernidade e não oferecia maiores perigos à civilização. Pelo contrário, por desejar, a seu modo, participar do progresso, era mais útil do que o imigrante, ambicioso e individualista. Em suma, era um modelo ideal, que repousava na estabilidade atribuída às tradições do passado, em contraste com as indesejáveis tensões do presente. Coincidentemente, as estrofes compiladas pela professora M. Vittune são as mesmas transcritas por Leopoldo Lugones em *El Payador*, numa passagem em que ele discorre sobre o heroísmo do *gaucho*⁵³⁶. Contudo, essa virtude heroica era atenuada pelo pensamento lugoniano, esvaziando o que poderia conservar de rebeldia: sufocado pelo ócio e pelo pessimismo, atributos negativos herdados de indígenas e espanhóis, o *gaucho* resignava-se⁵³⁷. Esse ocultamento simbólico de sua capacidade de ação e resistência guardava viés fortemente político.

Na década de 1920, a União Cívica Radical parecia acomodar-se “às estruturas políticas e econômicas legadas pelas oligarquias”⁵³⁸, as mesmas contra as quais se propôs

⁵³⁴ HERNÁNDEZ, *Op. Cit.*, p. 114.

⁵³⁵ ROMANO, Eduardo. “Una aproximación a la(s) lectura(s) del Martín Fierro”. In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Villa María: Eduvim, 2010, pp. 13-20.

⁵³⁶ LUGONES, *Op. Cit.*, pp. 202-203.

⁵³⁷ Ibidem, p. 44.

⁵³⁸ SOARES (2002), *Op. Cit.*, p. 25.

a lutar originalmente. No entanto, o crescente enfraquecimento do governo, “diante de conspirações levadas a cabo por grupos de direita, alarmados com os sinais de crise econômica, de inorganicidade política e de intransigência governamental frente a interesses petrolíferos internacionais”⁵³⁹, motivou o golpe militar de Uriburu em 1930, que teve como um dos principais entusiastas o próprio Lugones. Assim, ao longo daquela Década Infame, como ficaria conhecido o período, “o fora da lei Fierro transformava-se em um herói nacional daqueles que pregavam a ‘ordem’”⁵⁴⁰, sendo paulatinamente desprovido de seus elementos controversos.

Também para Carlos Octavio Bunge, que se notabilizou por seu pensamento sociológico racialista, o *gaucho* Martin Fierro, mesmo com seus vícios degenerativos, representava um modelo do passado que era desejável para os tempos de barbárie, como aqueles que se anunciavam graças à ameaça cosmopolita sobre as tradições nacionais:

(...) um homem comum e não idealizado que se mostrava valente, generoso e trovador, ao mesmo tempo em que era viciado em bebidas alcólicas. Considerava, ainda, o poema de Hernández como um documento histórico por meio do qual a figura do gaúcho seria perpetuada no imaginário da sociedade argentina e a sua personagem principal, Martin Fierro, transformar-se-ia num “herói dos tempos bárbaros”.⁵⁴¹

Além do *Martín Fierro*, outro exemplar primordial da tradição literária *gauchesca* foi recuperado pela professora M. Vittune. Trata-se dos versos, igualmente transcritos de forma exata, do poema *Santos Vega*, do recém-falecido Rafael Obligado (1851-1920):

*Cuando en las siestas de estiú,
Las brillazones remedan
Vastas oleajes que ruedan
Sobre fantástico río,
Mudo, abismado y sombrío
Baja un jinete la falda
Tinta de bella esmeralda.*

[Registro de M. Vittune]

*Cuando en las siestas de estiú,
Las brillazones remedan
Vastas oleajes que ruedan
Sobre fantástico río,
Mudo, abismado y sombrío*

⁵³⁹ Ibidem, ibidem.

⁵⁴⁰ PALACIOS, Ariel. *Os argentinos*. São Paulo: Contexto, 2013 (E-book).

⁵⁴¹ GREJO, Camila Bueno. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920) [on-line]*. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009, p. 107.

*Baja un jinete la falda
Tinta de bella esmeralda (...)*

[Do original *Santos Vega*, de Rafael Obligado⁵⁴²]

Publicado em 1885, *Santos Vega* é um dos principais poemas argentinos do século XIX. Para além da obra de Rafael Obligado, o personagem povoava há décadas o imaginário nacional, alimentando as fontes literárias. O ex-presidente Bartolomé Mitre foi um dos primeiros a escrever um poema utilizando essa história. Para Mitre, a lenda se “funda na tradição popular, que fez de Santos Vega uma espécie de mito: que vive na memória de todos, envolto nas nuvens prestigiosas do mistério”⁵⁴³. Robert Lehmann-Nitsche⁵⁴⁴, um dos pioneiros das investigações folclóricas na Argentina, também estudou esse personagem bastante popular. Valorizado por Lugones como uma fonte para a poesia nacional⁵⁴⁵, Santos Vega, cuja existência real é tema de um longo debate há décadas, teria sido um *gaucho*, exímio *payador*, que enfrentou o diabo, sendo derrotado numa *payada*.

Segundo as análises feitas da obra de Obligado, ao perder a *payada* para o demônio, Santos Vega perdia, “simbolicamente, o país para o imigrante, devido à sua falta de cultura e ‘civilidade’”⁵⁴⁶. Já de acordo com Carlos Bunge, ele era a máxima personificação do *gaucho* e sua história deveria ser perpetuada como modelo para a nação⁵⁴⁷, porém circunscrito a um passado idealizado. Na visão do sociólogo, Vega assume a posição de defensor das tradições nacionais frente às tentativas de dominação impostas contra seu espaço e suas práticas de vida, ainda que tenha perdido para o invasor.

Isso porque, para Bunge, o elemento europeu era desejável para a constituição da sociedade argentina, processo que deveria excluir “o *gaucho* inculto dos Pampas” e “o quase indígena da região andina e do norte da Mesopotâmia”⁵⁴⁸. Contudo, ele argumentava que era preciso integrar o imigrante à alma nacional, sobretudo por meio da educação. Daí sua admiração pelo papel simbólico, quase redentor, de Santos Vega, *gaucho* derrotado e dispensável enquanto sujeito social, mas cuja cultura – como parte da nacionalidade argentina – deveria ser valorizada:

⁵⁴² OBLIGADO, Rafael. *Poesías completas*. Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina, 1963, p. 106.

⁵⁴³ MITRE, Bartolomé. *Armonías de la Pampa*. Barcelona: Linkgua digital, 2012, p. 13.

⁵⁴⁴ VER: LEHMANN-NITSCHKE, Robert. *Santos Vega*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias, 1917.

⁵⁴⁵ LUGONES, *Op. Cit.*, p. 52, 76 e 170.

⁵⁴⁶ GREJO, *Op. Cit.*, p. 107.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 109.

⁵⁴⁸ BUNGE apud GREJO, *Op. Cit.*, pp. 87-88.

Santos Vega na Pampa foi o Adão no Paraíso Terrestre, antes de incorrer no pecado original (...) O demônio tenta sua vaidade de dono e senhor da planície. Ele, estimulado pela presença da morena, aceita o desafio e é vencido. O demônio desaloja-o de seus domínios. O umbu faz, mesmo que não perfeitamente, o papel da árvore da ciência do bem e do mal. O certo é que a ciência vencedora, a arte do demônio, identifica-se ao mal, contrapondo-a o bem, a arte espontânea, a inspiração do *payador* que vem de Deus.⁵⁴⁹

b) Professora Maria Núñez – Contralmirante Cordero, Escola Nacional n.º 37

A professora Maria Adela Núñez também encontrou estratégias para driblar as aparentes dificuldades de contribuir com a *Encuesta*. Seus registros foram datados em 7 de setembro de 1921 e filiam-se à transcrição de populares canções da tradição *gauchesca*. Diante da ausência de dados e informações complementares, não foi possível recuperar vestígios de sua biografia. Isso porque, não há apresentações prévias, referências às fontes consultadas nem tentativas de classificação dos documentos.

A documentação inicia-se com uma décima. As estrofes desse poema, na língua espanhola, são compostas por dez versos octossílabos: o primeiro faz rima com o quarto e o quinto; o segundo, com o terceiro; o sexto, com o sétimo e o último; e o oitavo, com o nono⁵⁵⁰. No registro de Maria, a exceção está na primeira estrofe, de apenas oito versos. Sua métrica é imperfeita, suas rimas são pobres⁵⁵¹ e sua temática reflete o sofrimento de um amor não correspondido.

A décima, denominada *espinela*, em referência ao poeta malaguenho Vicente Espinel (1550-1624), é uma estrutura poética originária do romanceiro espanhol que se popularizou na América Latina. Nas culturas latino-americanas, foi reconfigurada pelas contribuições locais, entrando em contato com as diferentes influências indígenas, africanas e *criollas*⁵⁵². Tornou-se símbolo da poesia popular e da tradição *gauchesca*, sendo a base da *payada*⁵⁵³, ritmo musical do *gaucho*.

Seus temas incluem, por exemplo, a vida no campo, a natureza e os relacionamentos amorosos⁵⁵⁴. No século XX, a *espinela* continuou a ser revisitada por

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 108.

⁵⁵⁰ Conforme definição do Dicionário da Real Academia Espanhola.

⁵⁵¹ Do ponto de vista literário, as rimas são chamadas de pobres quando as palavras rimadas pertencem à mesma categoria gramatical.

⁵⁵² HERRERA-SOBEK, María (org.). *Celebrating Latino Folklore: An Encyclopedia of Cultural Traditions*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2012, p. 398.

⁵⁵³ SMITH, Verity. *Encyclopedia of Latin American Literature*. Londres: Routledge, 1997, p. 1228.

⁵⁵⁴ KANELLOS, Nicolás (org.). *Handbook of Hispanic Culture-Literature in the United States*. Houston: Arte Publico Press, 1994, p. 242.

poetas e compositores, como a chilena Violeta Parra (1917-1967)⁵⁵⁵. Diante da natureza popular e anônima das *payadas*, os versos da docente podem ter sido compilados localmente, transcritos de memória ou mesmo escritos por ela. Como ocorreu nas demais canções coletadas no Río Negro, a ausência de partituras não permite reconstituir as características musicais dessa *espinela*.

Outra canção encerra o pequeno conjunto da professora Maria. São três estrofes de zambas, compostas em tom humorístico e com a utilização de metáforas, a fim de reforçar a linguagem cômica. Os primeiros versos (“*El gallo en su gallinero*”) aparecem registrados, com variações, em cancioneros de outras regiões argentinas, como La Rioja⁵⁵⁶, e são conhecidos, atualmente, como música tradicional nas escolas⁵⁵⁷. Assim como o *gato*, a zamba é um ritmo de canto e dança, ainda popular no interior da Argentina e de países vizinhos. Chegou a ser associada por Leopoldo Lugones a referências da cultura grega, por ele idealizada, “não só pela separação do casal e a mímica executada com lenços, como também pela liberdade prática das atitudes e das figuras”⁵⁵⁸.

No entanto, acredita-se que a zamba originou-se no Peru, no início do século XIX, a partir do fandango espanhol. Expandiu-se para o Chile, entre os ricos e os pobres, segundo observou Sarmiento⁵⁵⁹, depois para a Bolívia e, finalmente, para a Argentina⁵⁶⁰. Seu repertório e características musicais foram transformados diante das contribuições regionais e da circularidade entre os salões da elite e os bailes populares. No Chile, está vinculada às origens da *cueca*, considerada a dança nacional. Desde 2007, um projeto de lei argentino também objetiva reconhecer sua excelência como “tradição folclórica” e “expressão da identidade” da nação⁵⁶¹.

c) Professora Ercilia Guardia – Contralmirante Cordero, Escola Nacional n.º 37

Ercilia Guardia datou seus trabalhos previamente às outras docentes, em 31 de agosto de 1921. Sua documentação também se concentra em canções, sem referências às

⁵⁵⁵ SMITH, *Op. Cit.* pp. 1228-1229.

⁵⁵⁶ CARRIZO, Juan Alfonso. *Cancionero popular de La Rioja*, Volume 2. Tucumán: Universidade Nacional, 1942, p. 97.

⁵⁵⁷ BARRERA, Rosita. *El folklore en la educación*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1997, p. 302.

⁵⁵⁸ LUGONES, *Op. Cit.*, p. 101.

⁵⁵⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. Artigo “La zamacueca en el teatro”. *El Mercurio*, Valparaíso, 19 de fevereiro de 1842.

⁵⁶⁰ SALDÍVAR, Saúl D. *La Zamba: Historia, Autores y Letras*. Buenos Aires: Imaginador, 1998, pp. 9-11.

⁵⁶¹ CÂMARA DE DEPUTADOS DA NAÇÃO ARGENTINA. Projeto de Lei 2.419-D-2007. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/proyxml/expediente.asp?fundamentos=si&numexp=2419-D-2007>.

fontes. Os registros iniciam-se com estrofes de duas zambas. A primeira trata de um amor não correspondido, por meio de metáforas sobre o mar. Com isso, contrasta com a geografia de Cordero, possivelmente procedendo de outro contexto cultural. A segunda critica a falsidade dos homens, em oposição à palavra das mulheres. Na sequência, a professora compilou três estrofes de distintos *gatos*. O último deles (“*Las estrellas del cielo son ciento doce*”) aparece, com variações, em vários cancioneros populares de outras regiões do país⁵⁶² e de diferentes partes da Espanha⁵⁶³.

A documentação de Ercilia termina com três estrofes intituladas tango, de autoria desconhecida. Sua temática está novamente voltada à dor de amor, com contornos sentimentais acentuados. Em oposição aos ritmos tradicionais assumidos pelo nacionalismo, Leopoldo Lugones rechaçava o tango como “réptil de prostíbulo, tão injustamente chamado de argentino nos momentos de sua moda sem-vergonha”⁵⁶⁴. Por sua vez, para ele, as tradições musicais *gauchescas* eram potentes, graciosas e viris, sem apelarem para a união corporal dos casais, contrapondo-se à desonra daquela “música” (com as aspas irônicas de Lugones⁵⁶⁵). Assim, associado às cidades e aos imigrantes, o tango simbolizava a decadência moral para o pensador nacionalista.

Diversos estudos demonstram a vitalidade do tango e sua permanente interação cultural. Considerado patrimônio imaterial da humanidade pela Unesco, originou-se do contato entre imigrantes, descendentes de escravos africanos e *criollos*⁵⁶⁶. Ao longo das décadas, sobre ele recaíram diversas tentativas de dominação. Resistiu às perseguições, ainda que tenha, em parte, se transformado segundo o gosto das elites. Aparece compilado em outros documentos colhidos pelo inquérito. Curiosamente, nas pastas da professora Ercilia, o tango foi registrado ao lado da zamba e do *gato*, ou seja, assumido por ela como manifestação folclórica, em oposição simbólica ao que pensava o nacionalismo. Além disso, sua procedência predominantemente urbana dá pistas da biografia da docente, revelando possíveis deslocamentos, e reforça a capacidade de circulação da cultura.

⁵⁶² Ver, por exemplo: CARRIZO, Juan Alfonso. *Cancionero popular de Santiago del Estero*. Tucumán: Universidade Nacional, 1940, p. 330 e FURT, Jorge M. *Cancionero popular rio-platense – Lírica Gauchesca*, Volume 1. Buenos Aires: Coni, 1923, p. 247.

⁵⁶³ Ver, por exemplo: DE ARAGÓN, Juan José Jiménez (pseudônimo de Dámaso Sangorrín). *Cancionero aragonés: canciones de jota antiguas y populares en Aragón*. Zaragoza: La Académica, 1925, p. 23 e MARÍN, Francisco Rodríguez. *Cantos populares españoles, recogidos, ordenados e ilustrados*, Volume 2. Madri: Ediciones Atlas, 1951, p. 25.

⁵⁶⁴ LUGONES, *Op. Cit.*, p. 108.

⁵⁶⁵ Ibidem, ibidem.

⁵⁶⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). “Tango, patrimônio imaterial da humanidade”. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?RL=00258>.

d) Professora I. M. de Mora – Contralmirante Cordero, Escola Nacional n.º 37

A última pasta da Escola n.º 37 é de autoria de I. M. de Mora. Ainda que os primeiros nomes não apareçam por extenso, seu sobrenome coincide com o da diretora Martha Verón de Mora. Dessa relação, depreende-se a hipótese de que a autora tivesse algum grau de parentesco com a dirigente ou que a autora fosse a própria dirigente, caso em que as letras I. M. seriam mais do que abreviações nominais.

Embora de difícil comprovação, essa suposição ganha força por duas características dos documentos: a assinatura de Martha de Mora ao final do registro, caso único em Contralmirante Cordero, e uma carta ao inspetor do Conselho. Isso porque, em nenhuma outra pasta do Río Negro, ninguém que não fosse dirigente reportou-se à inspetoria seccional em nome de uma escola. Na mensagem ao Sr. Juan E. Deluigi, escrita em 13 de setembro de 1921 (ou seja, em data posterior às demais documentações de Cordero), a professora Mora informava o envio da coleção folclórica, conforme disposto em circular enviada pelo Conselho.

De todo o modo, tratando-se de parente ou da própria diretora, os registros revelam a origem bonaerense da autora, sua experiência prévia de ensino e seus deslocamentos constantes, semelhantemente à biografia de Martha. Duas canções compiladas por ela estão acompanhadas da anotação de que se tratam de cantos de sua infância, aprendidos nas escolas do campo da província de Buenos Aires, indicando uma recordação pessoal e a consequente transcrição de memória. A primeira delas, a tradicional “*Tengo una petaquita*”, pode ser encontrada, com variações, em cancioneros argentinos⁵⁶⁷ e chilenos, tendo sido também gravada pela cantora Violeta Parra⁵⁶⁸. O segundo canto, que parece mesclado a trechos aleatórios de outras cantigas infantis, assemelha-se a canções populares registradas na Espanha⁵⁶⁹.

O apontamento seguinte é uma canção de ninar, descrita como “comum na província de Corrientes”. Também compilada de memória, conforme indica a observação “não me lembro de mais”, “*Levántate Juana*” ou “*Los Angelitos*” está igualmente

⁵⁶⁷ Ver, por exemplo: CARRIZO, Juan Alfonso. *Antiguos Cantos Populares Argentinos*. Buenos Aires: Librería y Editorial La Facultad, 1925, p. 191 e FURT, Jorge M. *Cancionero popular rio-platense – Lírica Gauchesca*, Volume 2. Buenos Aires: Coni, 1925, pp. 103-104.

⁵⁶⁸ BLACKBURN, Inés Dözl & AGOSÍN, Marjorie. *Violeta Parra, o La expresión inefable*. Santiago: Planeta, 1992, pp. 65 e 163.

⁵⁶⁹ RUIZ, Pedro G. e VALERO, Amando L. *Poesía popular murciana*. Murcia: EDITUM, 1996, p. 117.

presente, com suas formas variantes, em distintas partes da Argentina⁵⁷⁰, do Chile⁵⁷¹ e da Espanha⁵⁷². Na sequência, mais dois cantos escolares, com os quais provavelmente tomou contato devido à carreira docente ou em sua própria infância. O primeiro, acompanhado pelo comentário de que era “ouvido nas escolas em geral”, tem versos parciais de “*Mambrú se fue a la guerra*”, popular canção patriótica francesa. Composta no século XVIII, notabilizou-se e ganhou versão na Espanha⁵⁷³. Pela tradição oral, chegou aos países hispano-americanos, tornando-se comum nas escolas argentinas.

O fenômeno ocorre, mais intensamente, com o último canto registrado por Mora e “ouvido nos colégios religiosos da capital federal e das províncias”. “*En Galicia hay una niña que Catalina se llama*” tem tradição espanhola antiquíssima e temática medieval. Seus versos parecem ser baseados na hagiografia da mártir católica Santa Catarina de Alexandria⁵⁷⁴. Encontram-se muitas variações em cancioneros argentinos, chilenos, colombianos, dominicanos, venezuelanos, uruguaios, porto-riquenhos e cubanos, além da Espanha e de registros em língua portuguesa⁵⁷⁵.

3.5 Allen – Escola Nacional n.º 36

Allen fica a aproximadamente 40 quilômetros de Contralmirante Cordero e a 15 quilômetros de Cipolletti, as duas localidades mais próximas que participaram do inquérito. Sua fundação, em 1910, remete a experiências particulares de colonização e, conseqüentemente, a projetos de irrigação agrícola incentivados pelo Estado no início do século XX para estimular a viticultura⁵⁷⁶. No mesmo ano, foi inaugurada a estação ferroviária. Sua primeira escola nacional surgiu por resolução do CNE em 25 de maio de 1910, como estabelecimento misto. No começo, funcionou numa pequena casa cedida por Patricio Sorondo, fundador do povoado, sob a direção de Restituta Torres Ardiles. Um

⁵⁷⁰ CARRIZO, Juan Alfonso. *Cantares tradicionales del Tucumán (antología) de los cancioneros de Catamarca, Salta, Jujuy, Tucumán y La Rioja*. Buenos Aires: A. Baiocco & Cía., 1939, p. 54 e MOYA, Ismael. *Romancero*, Volume 1. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1941, p. 65.

⁵⁷¹ PLATH, Oreste. *Folclor Chileno*. Santiago: Editorial Grijalbo, 1994, p. 401.

⁵⁷² DÍAZ-MAROTO, Francisco. Mendoza. *Antología de romances orales recogidos en la provincia de Albacete*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 1990, p. 244.

⁵⁷³ CORTÈS, Francesc & ESTEVE, Josep-Joaquim. *Músicas en tiempos de guerra: Cancionero (1503-1939)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2013 (E-book).

⁵⁷⁴ Ver: BECKHÄUSER, Alberto (Frei). *Os Santos na liturgia*, testemunhas de Cristo. São Paulo: Vozes, 2013.

⁵⁷⁵ Ver: UNIVERSIDADE DE WASHINGTON. *Pan-Hispanic Ballad Project*, Seattle (EUA). Disponível em: <https://depts.washington.edu/hisprom/optional/balladaction.php?igrh=0126>.

⁵⁷⁶ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 110.

ano depois de sua inauguração, o espaço tornou-se insuficiente e ela foi transferida para outro prédio⁵⁷⁷. Segundo as pesquisas de Zaidenwerger, sua numeração não coincide com aquela que participou do inquérito, a qual provavelmente foi aberta nos anos seguintes.

A elevação de Allen à categoria de município ocorreu em 1916. A cidade leva o nome de Henry Charles Allen (1856-1935), funcionário do *Ferrocarril del Sud* e um dos responsáveis pela construção do ramal de Bahía Blanca a Zapala, que passava por ali. Allen também foi a sede do primeiro hospital da região do Alto Vale do Río Negro, aberto em 1925⁵⁷⁸. Apesar de distante da capital Viedma, nela estava lotado Juan E. Deluigi, inspetor do Conselho Nacional de Educação, o que confirma sua importância regional. A despeito disso e da proximidade com a inspetoria seccional, a escola remeteu apenas uma pasta como contribuição à *Encuesta*, escrita a quatro mãos.

a) Diretor Juan Cometta e professora Ana Cometta – Allen, Escola Nacional n.º 36

Juan E. Cometta e Ana M. de Cometta eram, provavelmente, esposos ou irmãos, como indica a igualdade de seus sobrenomes. Conforme informação do material, ele era diretor e ela professora da escola. Seus registros são precedidos por breve apresentação ao inspetor Deluigi, uma pequena carta em que acusaram ciência das instruções para a coleta das “tradições populares do folclore argentino”. A documentação revela, ainda, deslocamentos e contato com outras regiões, uma vez que boa parte dos registros traz notas sobre suas distintas procedências e baseia-se em memórias pessoais e de terceiros que não habitavam o entorno da escola.

O primeiro material compilado foi uma canção de ninar, “ensinada por nossas avós e aprendida de gerações passadas”, características que a aproximam do tempo longínquo e da transmissão oral associados às tradições folclóricas. A nana tem temática religiosa e faz alusão à véspera do Natal (“*San José y la Virgen y Santa Isabel pasan por las calles de Jerusalén*”). Ela também aparece documentada em cancioneros de Jujuy (província da Argentina)⁵⁷⁹, da Guatemala⁵⁸⁰ e do Uruguai⁵⁸¹, entre outros.

⁵⁷⁷ ZAIDENWERGER (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 210.

⁵⁷⁸ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, pp. 99-100.

⁵⁷⁹ CARRIZO, Juan Alfonso. *Cancionero popular de Jujuy*. Tucumán: M. Violetto, 1935, p. 139.

⁵⁸⁰ UNIVERSIDAD DE SAN CARLOS DE GUATEMALA. *Tradiciones de Guatemala*. Guatemala: Centro de Estudios Folklóricos, 2001, p. 245.

⁵⁸¹ VALDÉS, Ildefonso Pereda. *Cancionero popular uruguayo*. Montevideo: Editorial Florensa & Lafon, 1947, p. 103.

Conforme discutido anteriormente, outros dois predicados comumente atribuídos às manifestações do folclore são a imprecisão da origem e a noção de coletividade que elas carregam. Segundo os docentes, a canção documentada na sequência teria sido aprendida, justamente, “de um velho *criollo*, Don Martín Gomez, que não sabia dizer-nos desde quando a conhecia nem quem a ensinou”. Trata-se da “*Vidalita*”, compilada em diversos cancioneros da época, alguns deles anteriores à data da *Encuesta*. Como canto *gauchesco*, ela traz entre seus versos menções ao violão e ao mate, dois elementos tradicionalmente identificados com o *gaucho*. O próprio termo *vidalita* corresponde a um gênero da canção *criolla* que foi popularizado graças aos circos⁵⁸². Suas estrofes também foram publicadas, em 1909, pela *Revista Derecho, Historia y Letras*, idealizada por Estanislao Zeballos e dedicada à temática da identidade nacional⁵⁸³.

O registro que se segue é uma *copla*, outro tipo popular entre os gêneros *gauchescos*. Intitulada “*Juntando que el caballo es el todo del gaucho*”, ela compara, em tom satírico, a importância do cavalo e da mulher para o *gaucho*: se ambos morressem ao mesmo tempo, o sofrimento seria maior pelo animal. Mesmo com a conotação humorística, a *copla* reforça o fato de que, assim como para os indígenas, o cavalo desempenhava papel central na vida do *gaucho*. Dessa vez, Ana e Juan atribuíram sua autoria ao “famoso Calandria, de Entre Ríos, popularizada entre os velhos habitantes da floresta de Montiel”. Contudo, essa canção aparece difundida em outras regiões, estando igualmente vinculada ao folclore venezuelano e uruguaio⁵⁸⁴.

A seguir, os professores documentaram uma milonga, cuja fonte teria sido a Sra. Caledonia Ferreyra, moradora de Concepción del Uruguay, também em Entre Ríos. A menção constante a essa província indica que a procedência do casal pudesse ser daquela região. Segundo a testemunha, a canção lhe fora ensinada pelo pai, soldado na Guerra do Paraguai. A ela seguem-se os versos de um “convite para o baile”, utilizado pelos homens para tirarem uma pretendente para dançar. A professora indicou que esse registro era uma fórmula muito antiga, recordação da juventude de Paz Amarante, mulher falecida em 1899, aos 95 anos.

⁵⁸² BUGALLO, Rubén P. *Cancionero popular de Corrientes*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1999, p. 374.

⁵⁸³ Ver: *Revista Derecho, Historia y Letras*, volume 32, 1909, e SHAW, Enrique E.; BORGARELLO, Esther Susana; JUÁREZ, Centeno Carlos. “La Revista Derecho, Historia y Letras de Estanislao S. Zeballos y la construcción de la identidad nacional: una mirada desde la gran guerra”. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

⁵⁸⁴ VALDÉZ, *Op. Cit.*, p. 37.

O próximo canto compilado estrutura-se na forma de um diálogo entre três pessoas. Por meio de réplicas e tréplicas, os noivos e uma sogra discutem um pedido de casamento. Enquanto a mãe da noiva resiste em conceder a autorização, por temer ficar sozinha, a filha argumenta insistentemente, até convencê-la a aceitar o matrimônio. De acordo com os professores, os versos tinham origem no “bairro dos negros”, em Gualeguaychu, província de Entre Ríos, e teriam sido compostos em homenagem ao “negro Camargo, que iria se casar, conservando-se como joia tradicional entre eles”.

Além de ser o único registro diretamente relacionado a uma produção cultural afro-argentina que foi colhido pelo inquérito no Río Negro, a canção também fornece indícios sobre a condição social dos negros no país. Em primeiro lugar, a menção à existência de um “bairro dos negros” revela a situação de segregação, inclusive espacial, a que eles estavam submetidos, ao mesmo tempo em que esvazia o mito de seu desaparecimento. Igualmente, o comentário de que o poema era “uma joia tradicional entre os negros” carrega o peso da alteridade e da diferenciação cultural. Contraditoriamente, os versos também foram conservados pela memória de Ana e Juan.

Além disso, a questão central do poema é o medo da sogra em ceder a mão da filha ao Camargo. Mais do que a solidão e o receio de ficar desamparada, os argumentos da mulher estão entremeados por preconceitos e juízos de valor em relação ao pretendente da jovem: “*Muchacha, que vás hacer / Mira que te mato a palos / Ese hombre puede ser malo / y tendrás que padecer*” (“O que vai fazer, menina? Olha, que eu lhe mato a pauladas! Esse homem pode ser mau e você haverá de sofrer”).

Na sequência, o diretor Juan registrou uma canção ouvida de uma “velha ama”, quando tinha por volta de 7 ou 8 anos de idade. Ele não se lembrava do ritmo, mas relatou que existia acompanhamento musical. As estrofes, novamente na forma de diálogo, descrevem a busca de um cavaleiro por sua esposa falecida. Com muitas variações e de temática medieval, a canção faz parte da tradição de diferentes regiões e países. Conhecida como “*Aparición de la enamorada muerta*”, ela surge registrada desde pelo menos o século XIX, tendo sido analisada em trabalhos do folclorista espanhol Menéndez Pidal e remontando a um tema presente até no Cancioneiro de Londres⁵⁸⁵. Além da Espanha, há registros documentados na Argentina, no Uruguai, no México, em comunidades hispânicas dos Estados Unidos e mesmo em versões de Portugal⁵⁸⁶.

⁵⁸⁵ LÓPEZ, Antonio J.; PALOMARES, Antonio M. “Gerald Brenan y la lírica popular. Dos canciones romance inéditas”. *Gazeta de Antropología*, 1992, 9, artículo 17, p. 8.

⁵⁸⁶ Ver: UNIVERSIDADE DE WASHINGTON, *Op. Cit.*

Os professores compilaram diversos costumes classificados como superstições relativas a animais e plantas, entre as quais a figueira, o pássaro, o cachorro, a galinha, o pombo e o pavão⁵⁸⁷. Elas relacionam-se ao azar, à sorte, à pobreza, à morte, a mudanças climáticas, ao casamento, à guerra e a enfermidades, por exemplo⁵⁸⁸. O caso da figueira é emblemático para ilustrar tanto os processos de circularidade, no que tange à multiplicidade de referências e repertórios, quanto a capacidade de deslocamento físico, temporal e simbólico que são característicos da cultura popular.

A vinculação dessa árvore com o mal, que também surge em outros relatos da *Encuesta* que serão vistos mais adiante, possui tradição antiquíssima. Primeira espécie de flora citada na Bíblia, suas folhas são associadas ao Pecado Original no Gênesis, usadas por Adão e Eva para se cobrirem após comerem o fruto da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal⁵⁸⁹. Ainda que essa imagem seja relativizada em diversas passagens do Velho Testamento, seu caráter negativo foi novamente reafirmado pela maldição lançada por Jesus Cristo contra uma dessas árvores⁵⁹⁰. Não por acaso, até a Idade Média, o figo era muitas vezes identificado com o fruto proibido do Jardim do Éden. Somente a partir do século XIII a maçã passou a ocupar primordialmente esse lugar⁵⁹¹.

Ana e Juan registraram, ainda, muitas adivinhações, além de outros versos classificados como “*dichos*”. Todavia, seu conteúdo assemelha-se mais a anedotas de cunho amoroso, afastando-se da conotação dos ditados. Sobre os enigmas, eles tratam de assuntos variados e a origem de alguns foi novamente atribuída à província de Entre Rios. Seguindo o padrão temático das demais adivinhações coletadas do Río Negro, suas respostas incluem nomes de personagens bíblicos, instrumentos do cotidiano e elementos da natureza⁵⁹². Contudo, o enigma mais curioso foi narrado em forma de acontecimento histórico pela filha de Paz Amarante, ainda que os dados sobre a fonte apresentem algumas divergências, reflexo da própria imprecisão dos registros orais.

⁵⁸⁷ Exemplos: “*la planta de nacar trae cancer*”; “*el canto del pájaro carpintero es del mal agüero*”; “*tener palomas que no reproducen anuncia muerte*”.

⁵⁸⁸ Exemplos: “*la aparición de un cometa presagia guerra*”; “*colocar los zapatos más arriba que la cabeza al acostarse es malo*”; “*cuando al salir, se ha olvidado algo y se vuelve en su busca, antes de salir nuevamente es preciso sentarse para que no suceda desgracia*”.

⁵⁸⁹ Ver: BÍBLIA SAGRADA. Gênesis, 3:7.

⁵⁹⁰ Ver: Idem. São Mateus, 21:20; São Marcos, 11:14 e 11:20.

⁵⁹¹ ZIERER, Adriana. “Significados medievais da maçã: fruto proibido, fonte do conhecimento, ilha Paradisiaca”. Revista Mirabilia 01, dezembro de 2001, p. 112. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/viewFile/283726/371655>.

⁵⁹² Exemplos: “*en el campo verdea y en la casa pastorea*” (vassoura); “*meto lo duro en lo blando y los dos quedan colgando*” (brincos nas orelhas).

Os professores contaram que, no tempo do “tirano [Juan Manuel de] Rosas”, um homem foi preso e condenado a morrer de fome. A filha implorou ao governador para libertar seu pai. Rosas teria concordado, sob a condição de que o prisioneiro apenas seria liberto se ela lhe preparasse um enigma insolúvel, o que aconteceu. Mais do que o conteúdo da adivinhação, essa passagem serve para demonstrar a permanência do caráter mítico da figura de Rosas na memória coletiva, mesmo após décadas de oposição dos governos liberais. Por outro lado, ela corrobora o êxito desses adversários em solidificar sua imagem de tirano. Contudo, a figura do governador seria recuperada pelo nacionalismo autoritário, conforme estudado por historiadores como José Luís Beired e Diana Quattrocchi-Woisson, cujas perspectivas foram melhor analisadas nos capítulos anteriores. A partir, sobretudo, da década de 1930:

(...) Rosas passou a ser identificado como a principal figura responsável pela construção da consciência nacional (...) erigida em “Idade de Ouro” da história argentina, sintetizava todos os valores *criollos* – aristocráticos, guerreiros e católicos – de um país que se queria continuador do hispanismo em terras americanas. O rosismo mostrava os benefícios dos governos autoritários e intolerantes; revelava que o caudilhismo era a expressão política natural do país; representava o vigor da hierarquia, do espírito militar, das minorias qualificadas, das linhagens familiares e da ordem política e social. Em suma, era o modelo perfeito da restauração da nacionalidade⁵⁹³.

3.6 Cipolletti – Escola Nacional n.º 33 e Direção da 6.ª Seção

Localizada entre as cidades de Allen e Contralmirante Cordero, Cipolletti fica próxima à confluência do rio Neuquén com o Limay, a qual dá origem ao rio Negro. Sua fundação esteve igualmente vinculada às iniciativas privadas de colonização e cultivo das terras daquela região, especialmente para a cultura de vinhedos. Originalmente conhecida como Colônia Lucinda, sua história também está relacionada à expansão do *Ferrocarril del Sud*, com o povoamento estimulado pela inauguração da estação de Limay, em 1903. A primeira escola da colônia foi aberta em 1º de abril de 1907, numa casa improvisada⁵⁹⁴. Sua numeração foi sendo alterada ao longo dos anos, recebendo a denominação de Escola Elemental n.º 33 em 1921⁵⁹⁵, ano do inquérito. O nome Cipolletti também remonta à

⁵⁹³ BEIRED, *Op. Cit.*, p. 225.

⁵⁹⁴ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 211.

⁵⁹⁵ Idem (2013, 2), *Op. Cit.*, p. 72.

década de 1920 e presta homenagem ao engenheiro hidráulico César Cipolletti (1843-1908), responsável pelos primeiros projetos de irrigação do Alto Vale do Río Negro⁵⁹⁶.

O panorama estatístico da Escola n.º 33 nas duas primeiras décadas do século XX era caracterizado pela predominância de alunos argentinos, ainda que também existissem estrangeiros entre eles. Desse universo, 60% eram espanhóis, seguidos por chilenos, italianos e russos. Vale lembrar que, entre os argentinos e chilenos, costumava-se incluir os indígenas. Os meninos eram maioria. Por sua vez, grande parte dos pais dos estudantes era de origem estrangeira, com ocupação na agricultura, principalmente⁵⁹⁷. Esses dados evidenciam uma realidade social bastante heterogênea, marcada pela imigração e especialmente desafiadora para o projeto de educação patriótica e de argentinização da nacionalidade empreendido pelo Conselho Nacional de Educação.

a) Zaida de Espinosa e Morelia de Kirchner – Cipolletti, Escola Nacional n.º 33

Antecedendo aos apontamentos colhidos pela professora Espinosa, sua documentação contém uma mensagem dirigida ao inspetor Deluigi e assinada por Morelia L. de Kirchner, diretora suplente do estabelecimento de ensino. Em sua carta, a dirigente manifestou o agrado em remeter à inspetoria seccional o material de folclore elaborado pela direção e pelos docentes daquela escola. Ainda que não exista nenhuma pasta de autoria de Morelia, encontram-se contribuições da diretora intercaladas no material compilado por outra docente.

Em relação à professora Zaida B. de Espinosa, seu único registro trata de um acontecimento ocorrido em Carmen de Patagones, o que indica contato com aquela região. A docente narrou a “história da Virgem de Carmen de Patagones”, cidade localizada na província de Buenos Aires, também à margem do rio Negro. A fonte dessa informação foi Eusebio Ocampos, morador com idade entre 75 e 80 anos. O fato remontava ao tempo em que o transporte ainda era realizado por carros de boi.

Durante uma viagem, alguns animais empacaram, justamente ao passar pelas proximidades de Patagones. Mesmo após esvaziarem suas cargas, eles continuavam a resistir. Somente quando foi descarregada uma pequena caixa, antes ignorada por ser muito leve, os animais prosseguiram. Dentro dela, estava a imagem da Virgem del Carmen, que foi deixada no local. Segundo Eusebio, ali foi erguida uma igreja e o

⁵⁹⁶ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 99.

⁵⁹⁷ ZAIDENWERG (2013, 2), *Op. Cit.*, pp. 74-78; Idem (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 211.

povoado recebeu o nome de Carmen de Patagones. Essa passagem confere tons mítico-religiosos à narrativa histórica sobre a fundação da cidade, cuja origem remonta, oficialmente, a um forte construído à época do Vice-Reino, em 1779⁵⁹⁸.

b) Professor Juan Espinosa – Cipolletti, Escola Nacional n.º 33

Os poucos documentos que compõem a pasta assinada pelo professor Juan A. Espinosa não dão pistas sobre sua biografia nem trazem referências a respeito das fontes consultadas. Por sua vez, chama a atenção seu sobrenome, pelo indício de parentesco com a professora Zaida de Espinosa. Os registros do docente resumem-se a duas canções. O título da primeira, *Tango Milonga*, faz alusão a dois gêneros de música e dança populares, justamente o tango e a milonga. Como resultado de suas múltiplas apropriações, incluindo as práticas *gauchescas*, a milonga possui um modo peculiar de melodia e de articulação do canto, que foi bastante popular entre os *payadores* do século XIX⁵⁹⁹. Parte da canção compilada, “*Yo tenía una chinita*”, aparece registrada em cancioneiros do Cuyo, divisão regional que abarca as províncias de San Luís, Mendoza e San Juan⁶⁰⁰. O professor Juan coletou, na sequência, as estrofes de uma *cueca*, cujos versos parecem, na verdade, ser a mistura de outras canções. Fragmentos deles podem ser encontrados em distintos cancioneiros e gêneros nacionais, incluindo num *triunfo* de La Pampa⁶⁰¹ e numa *copla* de Córdoba⁶⁰².

c) Professora Barbarita Lapierre e diretora Morelia de Kirchner – Cipolletti, Escola Nacional n.º 33

A documentação compilada pela professora Barbarita B. Lapierre também não permite recuperar seus indícios biográficos nem faz referência às origens dos registros coletados. Além disso, a exemplo do que aconteceu com a professora Zaida de Espinosa, sua pasta contém documentos de autoria da diretora Morelia de Kirchner, como atestam

⁵⁹⁸ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁹⁹ GUIDO, Carla Rey de & GUIDO, Walter. *Cancionero rio-platense* (1880-1925). Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1989, pp. 54-55.

⁶⁰⁰ LUCERO, Juan Draghi. *Cancionero popular cuyano*. Mendoza: Best Hermanos, 1938, p. 46.

⁶⁰¹ CHÁ, Ercilia Moreno. “Documental folklórico de la Provincia de La Pampa”. Buenos Aires: Fonema, 1975, p. 10.

⁶⁰² LARDONE, Lilia. *Nunca escupas para arriba: coplas cordobesas*. Buenos Aires: Colihue, 2005, p. 78.

sua caligrafia e assinatura. O primeiro registro desse conjunto, colhido pela dirigente, trata-se de um *palito*, estilo de dança *gauchesca* comparado por ela com o *gato*. O nome desse tipo de baile, segundo alguns estudiosos do tema, teria derivado de uma canção, justamente aquela que conformam as estrofes compiladas por Morelia⁶⁰³. Presume-se que, em sua origem, o gênero tenha mantido relação com as danças espanholas.

Curiosamente, o *palito* chegou a ser proibido pelo governo de Juan Manuel de Rosas, na primeira metade do século XIX, por considera-lo um baile obsceno⁶⁰⁴. Não podemos afirmar se a diretora compartilhava dessa opinião nem se conhecia esse pormenor histórico. De todo o modo, os versos por ela documentados conservam metáforas eróticas de conotação quase explícita: “*El palito está muy grave / y hay que darle de comer / y el médico le receta / rabadilla de mujer*” (“O palito está muito doente e há que lhe dar de comer; o médico lhe receita nádegas de mulher”⁶⁰⁵).

A presença dessa canção nos documentos da *Encuesta*, além de revelar a persistência de uma manifestação cultural que se chegou a proibir oficialmente, novamente evidencia as possibilidades de atuação e mediação da diretora, que não se deixou intimidar pela natureza dos versos. Curiosamente, após o término do inquérito, o secretário do júri do CNE, Manuel de Ugarriza Aráoz, reportou a recorrência de consultas por parte de alguns compiladores, perguntando se era permitido o envio de “coisas de interpretação maliciosa, ao que lhes respondeu que sim, pois se tratava de material destinado à investigação e não a ‘bibliotecas infantis’”⁶⁰⁶.

A segunda canção registrada por Morelia intitula-se “*El cuándo*” e também foi por ela associada “ao compasso do *gato*”. Seus versos ainda são bastante populares entre os cancioneiros sul-americanos e foram gravados, por exemplo, por Victor Jara (1932-1973). Contudo, nota-se uma curiosa diferença entre as estrofes consagradas pelo chileno e aquelas compiladas pela diretora. No caso da gravação do cantor, a música adotou a palavra *chocolate* em seus versos românticos: “*Cuándo llegará el día y aquella feliz mañana, que nos lleven a los dos el chocolate a la cama*” (“Quando chegará o dia e aquela feliz manhã, que nos levem aos dois, chocolate na cama?”). Na documentação de Morelia Kirchner, além de uma ligeira alteração na métrica, a estrofe conserva o valor *gauchesco* com o uso do vocábulo *mate*, ainda mais original: “*Cuándo llegará el día y aquella feliz*

⁶⁰³ BARRERA, *Op. Cit.*, p. 334.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, *ibidem*.

⁶⁰⁵ Literalmente, “*rabadilla*” refere-se à região anatômica localizada imediatamente após a coluna vertebral, incluindo a região do cóccix, cf. o Dicionário da Real Academia Espanhola.

⁶⁰⁶ ESPOSITO & CROCE, *Op. Cit.*

mañana, que estando los dos juntitos nos lleven mate a la cama” (“Quando chegará o dia e aquela feliz manhã, que estando nós dois juntinhos nos levem mate na cama?”).

Após esse registro, quem deu sequência à compilação foi a professora Barbarita Lapierre, com rimas do *gato*. Os versos foram enumerados em quartetos, alternados entre em si e cuja temática fala sobre o próprio gênero musical. Algumas estrofes são iguais às documentadas por Eusebio Arrieta, diretor da Escola de Lamarque. Barbarita também coletou trechos de duas *cuecas*. A primeira aparece documentada em cancionários do Chile⁶⁰⁷, onde o ritmo é considerado a dança nacional. Já a segunda pode ser encontrada em compêndios da região argentina do Cuyo⁶⁰⁸. O último material compilado nesta pasta são os versos de uma antiga e popular canção, recorrente em outras localidades nacionais⁶⁰⁹ e chilenas⁶¹⁰. Seu conteúdo ilustra simbolicamente os deslocamentos que caracterizaram a vida de muitos professores do Río Negro, cantando a saudade das coisas de suas terras distantes, por meio de imagens próprias imaginário rural.

d) Professora Ramona de Cos – Cipolletti, Escola Nacional n.º 33

Grande parte do material compilado pela professora Ramona H. Cardoso de Cos também se dedica ao registro das estrofes de *cuecas* e *gatos*, gêneros por ela classificados como literatura popular. A maioria das *cuecas* tem temática amorosa, com linguagem ligeiramente satírica. Diversas canções fazem parte, igualmente, de distintos cancionários argentinos, como o de Santiago del Estero⁶¹¹. Em outra delas, mais uma vez manifesta-se a carga preconceituosa com que os negros eram caracterizados em gêneros da canção popular, aspecto que predomina nas composições rurais colhidas pelo inquérito: “*Todo lo negro es feo / pero tus ojos / lo que tienen de negro / mi vida / tienen de hermosos*” (“Todo o negro é feio, mas seus olhos, o que têm de negro, minha vida, têm de lindos”). Esse caso ilustra, além disso, a reprodução das relações de poder e domínio através das

⁶⁰⁷ LOYOLA, Margot & CÁDIZ, Osvaldo. *La cueca: danza de la vida y de la muerte*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2010, p. 206.

⁶⁰⁸ PELÁEZ, Julio Fernández. *Historia de Maipú*, Mendoza. [s.l.]: [s.n.], 1961, p. 303.

⁶⁰⁹ CARRIZO, Juan Alfonso. *Cancionero popular de La Rioja*, Volume 1. Buenos Aires: A. Baiocco & Cía., 1942, p. 260.

⁶¹⁰ LA ESTRELLA DE CHILE, Edições 444-466. [s.l.]: El Independiente, 1876, p. 663.

⁶¹¹ DI LULLIO, Orestes. *Cancionero popular de Santiago del Estero*. Buenos Aires: A. Baiocco & Cía., 1940, p. 319.

dinâmicas de circulação inerentes às manifestações folclóricas, uma vez que a mesma estrofe se encontra documentada, por exemplo, em cancioneros da Espanha⁶¹².

Ramona foi a única docente de Cipolletti a documentar uma manifestação folclórica com origem atribuída especificamente à localidade da escola, conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Educação. São dois quartetos, denominados de “*cueca de la región*”. Neles, inclusive, a professora procurou registrar regionalismos da fala, como no verso “*en valde estoi aguitando*”, correspondente a “*en balde estoy aguitando*” na gramática normativa espanhola (“em vão estou esperando”).

Na sequência, compilou estrofes do *gato*, algumas delas coincidentes com a documentação do colega Juan Espinosa, quem as considerou como *cuecas*. Essa diferença na atribuição de um gênero confirma as múltiplas possibilidades de apropriação do popular e a fluidez das categorias que o delimitam. Parte dos demais versos está registrada em muitos cancioneros, incluindo nas províncias de Buenos Aires, Santiago de Estero e Entre Ríos, além dos vizinhos Chile e Uruguai⁶¹³. Uma dessas canções chegou a ser citada por Leopoldo Lugones em *El payador*, como exemplo da poesia *gauchesca*⁶¹⁴.

Os registros da professora Ramona encerram-se com a listagem dos versos de variadas relações e de outras canções breves, de temática humorística e amorosa, igualmente populares em países latino-americanos, como o Equador⁶¹⁵. Além disso, a docente documentou dois contos, ambos de caráter anedótico. O primeiro deles, “*El horno del compadre*”, descreve as peripécias de um *paisano* que tentava construir um forno, retratando o cotidiano do trabalho rural. A testemunha que serviu como fonte para essa história foi o senhor Francisco López, soldado *cordobés* de mais de 90 anos. Já o texto seguinte, “*Cuando llovió buñuelos*”, assume contornos fantásticos ao narrar a popular anedota de um casal de velhinhos e seus estratagemas para ficar com uma bolsa de dinheiro encontrada na floresta. Com algumas variações e adaptações, esse conto está documentado em compêndios folclóricos de distintas regiões argentinas, como na província de La Pampa⁶¹⁶, e também da Espanha⁶¹⁷.

⁶¹² MARÍN, Francisco R. *Cantos populares españoles*: volume 2. Madri: Ediciones Atlas, [s.d.], p. 20.

⁶¹³ Ver, por exemplo: BUGALLO, Rubén Pérez et. al. *Literatura popular bonaerense*: Cancionero Tradicional. Buenos Aires: Catálogos, 2004, p. 123.

⁶¹⁴ LUGONES, Op. Cit., p. 81.

⁶¹⁵ GUEVARA, Dário. *Presencia del Ecuador en sus cantares*. Quito: Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1954, p. 160.

⁶¹⁶ GIAVANNONI, Nélida & PODUJE, María Inés. “Cuentos y leyendas de La Pampa”. La Pampa: Fondo Editorial Pampeano, 2002, p. 182.

⁶¹⁷ ESPINOSA, Aurelio M. *Cuentos populares de Castilla y León*, tomo II. Madri: CSIC, 1997, p. 290.

e) Professora Angela Semorile – Cipolletti, Escola Nacional n.º 33

A professora Angela Semorile foi a única docente da Escola n.º 33 a registrar em sua compilação manifestações relacionadas à cultura indígena. Diante do caráter narrativo e emocional que seu relato assumiu e devido à ausência de informações sobre as fontes utilizadas como referência, é possível que a documentação tenha sido escrita com base em recordações pessoais. Outro traço que distingue a pasta da docente, não apenas em relação a Cipolletti, mas a todo o conjunto documental do Río Negro, é a exclusividade na transcrição de frases completas em idioma nativo, traduzidas para o espanhol – segundo ela, tratava-se do araucano. Essa característica demonstra estreita proximidade entre a fonte do relato e os grupos indígenas. Finalmente, o conteúdo da compilação tem como cenário o Território do Neuquén, fazendo de Angela a única professora da Escola n.º 33 a circunscrever, discriminadamente, seus registros à Patagônia. Essas particularidades e observações auxiliam a iluminar algumas lacunas de sua vida, diante da ausência de dados biográficos.

A documentação da professora Angela delimita-se a apontamentos sobre o que ela denominou de “culto indígena”. Ao contrário de outros docentes do Território do Río Negro, sua pasta não contém juízos negativos sobre as crenças dos povos originários. Por sua vez, a narração daquela cerimônia está fortemente perpassada por imagens próprias à religiosidade católica, combinadas com aspectos do imaginário indígena. O registro descreve a profunda identificação entre os araucanos e a “conhecida” Pedra Santa, localizada numa pequena planície da Cordilheira dos Andes, próxima ao povoado de Zainuco. Segundo a professora, seu culto era muito difundido, não havendo viajante indígena que, ao passar pelo lugar, não parasse para contemplá-la.

Angela comparou as belezas e encantos da Pedra à visão de uma “cândida Virgem ou anjo sorridente”, informando que os araucanos a contemplavam ajoelhados e interrogavam-na sobre sua sorte futura. “Alguns chegavam a ouvir a dulcíssima voz de um pássaro enigmático, anúncio de felicidade. Felizes os que sentem a desejada revelação da Pedra Santa!”. Para agradecê-la e venerá-la, os índios ofereciam lenços e tabaco, davam voltas em seu entorno de joelhos e rezavam ao deus Caupolicán, com uma oração transcrita em idioma nativo e traduzida pela professora para o espanhol: “Favoreça-me em minha viagem, meu Deus / Vou caminhar / Roguem por mim todas as virgens / Rogai por nós, Deus”. Após as preces, eles prosseguiram a viagem, “voltando o olhar carinhoso ao lugar” e parando mais tarde para dançar uma *cueca*.

Em primeiro lugar, a descrição feita por Angela, com forte carga emocional, parece ter se originado de observação direta e pessoal. Mais do que isso, o detalhamento da cerimônia construiu-se a partir de uma posição de alteridade que buscou interpretar o outro com base em referências que faziam sentido ao espectador, mecanismo comum nos processos de interação cultural. Desse modo, a professora atribuiu ao culto da Pedra Santa imagens que pareciam mais familiares, não apenas a ela, mas em especial àqueles que tomariam contato com sua documentação, entre as quais a da cândida Virgem e a do anjo sorridente, as súplicas de joelhos e mesmo a linguagem utilizada na oração traduzida, por exemplo. Em última análise, seus apontamentos evidenciam as complexas possibilidades de ressignificação a que estiveram sujeitas as práticas culturais da fronteira, reunindo, na descrição de uma cerimônia pretensamente originária, símbolos do catolicismo popular, oferendas e divindades características dos cultos indígenas e até mesmo a apropriação da *cueca* iminentemente *criolla*.

f) Vicente Sosa – Cipolletti, Direção da 6.^a Seção

Em seus documentos, Vicente Sosa apresentou-se como diretor-adscrito à 6.^a Seção de Cipolletti. Em 1917, a Escola n.º 33 (localizada na mesma cidade) era dirigida por um docente chamado Vicente Casado, mas não podemos afirmar que se tratassem da mesma pessoa⁶¹⁸. Talvez pela tecnologia estar mais acessível a seu cargo, em sua pasta ele pôde combinar trechos manuscritos a passagens datilografadas. Segundo suas anotações, a documentação foi datada em 31 de agosto de 1921, quando Vicente tinha 40 anos. As fontes utilizadas para sua compilação foram relatos de familiares, mais precisamente sua mãe e seu tio, e memórias pessoais. Uma vez que suas recordações fazem constante referência ao departamento de Ayacucho, na província de San Luís, possivelmente o diretor tenha nascido ou vivido nessa região.

A documentação das manifestações folclóricas por ele coletadas está precedida de uma mensagem ao inspetor Deluigi. Nela, Vicente expressou sua honra e entusiasmo por poder contribuir para a preservação do folclore argentino, o qual associa à “tradição *criolla*”. Além disso, reconheceu a importância de “tão patriótico empenho” do inspetor do Conselho Nacional de Educação. A maioria dos registros do diretor resume-se a poemas. Suas estrofes não aparecem descritas como pertencentes a quaisquer gêneros de

⁶¹⁸ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 239.

música ou baile, como acontecia em grande parte das demais pastas. Desse modo, não é possível afirmar se teriam, originalmente, acompanhamento musical.

Os primeiros versos documentados tiveram como fonte a mãe de Vicente, uma senhora de 80 anos que sempre costumava repeti-los. O diretor intitulou-os “*Temblor en Mendoza*”. O poema, por ele transcrito parcialmente, aparece documentado em outros cancioneros nacionais. Atribui-se sua autoria a José Domingos Díaz, notável poeta popular que faleceu em Tucumán em 1866. Na compilação de Vicente, além da ausência do autor, há uma pequena confusão no primeiro verso, compilado como “*Ay año setenta y uno*”. Isso porque, na verdade, a versão original dessa poesia, escrita em forma de décima, traz como temática o trágico ano de 1861. Nessa data, conforme registrado pelo poema, ocorreu um grande terremoto em Mendoza, em que teriam morrido mais de 10 mil pessoas, além de uma seca prolongada, calor e fortes ventos que provocaram incêndios de grandes proporções em Tucumán e, finalmente, intensos conflitos políticos que culminaram com embates violentos na província de San Juan⁶¹⁹:

*Ay año setenta y uno [1861]
Principio de todo mal
Que los hombres no conocen
Sus propias inequidades*

*Tiembla la tierra en Mendoza
Reviente el suelo en San Juan,
Y entre llamas horrosas
Arde el suelo en Tucumán
(...)*

[Compilação do diretor-adscrito Vicente Sosa]

As cinco estrofes seguintes variam na quantidade de versos e não contêm informações sobre as fontes. Algumas partes foram rasuradas, o que indica a incerteza do compilador quanto à sua transcrição, possivelmente de memória. O tema do pequeno poema são as peripécias anedóticas de quatro “velhos embusteiros”, que se vangloriavam de feitos pessoais, incluindo o assassinato de indígenas.

⁶¹⁹ Ver: BUGALLO, Rubén Pérez. “La décima espinela en la Argentina. Áreas de dispersión y grado de vigencia”. Revista Internacional Música del Sur, n.º 2, Granada, 1996, p. 217. “El año 1861 fue para la República Argentina nefasto en varios aspectos (...) se produjo en Mendoza un terremoto donde perdieron la vida más de diez mil personas. Mientras tanto la sequía, los fuertes vientos y el calor intenso provocaban en Tucumán el incendio de miles de lenguas de campo. La provincia de San Juan, por su parte, sufría (...) los horrores de las luchas por el poder político”.

Outros versos constantes na documentação, denominados “*Despedida*”, estão incompletos (“*faltan varios*”). Vicente ouvia-os de seu tio, falecido há mais de 20 anos, que os repetia frequentemente. Segundo ele, originalmente se referiam a “*tierras extrañas*”, apesar da temática transparecer sofrimento amoroso. Os últimos registros compilados pelo diretor foram cinco adivinhações, feitas em San Luís. As respostas desses enigmas, alguns dos quais populares até os dias de hoje, incluem elementos da natureza e letras do alfabeto. Com suas variações, algumas adivinhas podem ser encontradas em outras regiões da Argentina, na Espanha, no México⁶²⁰ e no Brasil⁶²¹.

3.6 General Conesa – Escola Nacional n.º 9

Quando comparada às demais localidades *rionegrinas* que participaram do inquérito, General Conesa caracteriza-se por sua ocupação pioneira. A cidade fica a cerca de 150 quilômetros de Viedma, sendo a mais próxima dessa capital. Contralmirante Cordero, que é a mais distante, localiza-se a 500 quilômetros. A fundação de Conesa ocorreu a partir da construção de um forte, erguido em 1869, durante as iniciativas do Estado-nacional para incorporar os territórios indígenas autônomos. Como consequência, em 1883, foi criada a Colônia General Conesa, que se dedicava à pecuária bovina. A região beneficiou-se dos primeiros projetos de irrigação e de sua localização privilegiada, num entroncamento de caminhos que a transformava em ponto chave para a comunicação do Vale do Río Negro⁶²².

Seu primeiro estabelecimento escolar salesiano foi aberto em 1891⁶²³. Por sua vez, a Escola Nacional n.º 9 existia, ao menos, desde 1916, como demonstram um artigo do Inspetor Raúl Díaz no *El Monitor de la Educación Común*⁶²⁴ e uma autorização de reparos para seu edifício, publicada pelo CNE no ano seguinte⁶²⁵. Não apenas essa liberação de recursos indica que o estabelecimento fosse bem-organizado administrativamente e

⁶²⁰ Estão registradas, por exemplo, no México, em: CALDERON, Mario. *El gran libro de las adivinanzas*. Cidade do México: Quarzo, 2006.

⁶²¹ Sobre o Brasil, recorro às minhas memórias de infância. A adivinhação compilada por Sosa sobre a noz (“*Arca cerrada de buen parecer, que no hay carpintero que la sepa hacer, solo Dios con su gran poder*”) era feita a mim por minha avó paterna, falecida em 2009, nascida no meio rural, na divisa entre os Estados de São Paulo e Paraná, em 1922, um ano após o registro feito pelo diretor. Em português, a resposta era o amendoim, solução do enigma: “Casinha bonita de bom parecer, não há carpinteiro que possa fazer”.

⁶²² FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, pp. 69; 84; 96; 109; 127; 132.

⁶²³ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 198.

⁶²⁴ Ibidem, p. 196

⁶²⁵ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *El Monitor de la Educación Común*. Edições 532-524, Buenos Aires, 1917, p. 30.

integrado à vida comunitária. Mais do que isso, essa escola foi a única em que todos os professores esforçaram-se para seguir, quase à risca, as instruções de coleta e classificação de dados feitas pelos autores da *Encuesta del Folklore*. Nem ao menos pareceram recorrer a recordações pessoais, o que demonstra sua subordinação às instruções do Conselho Nacional de Educação.

O rigor e a atenção ao trabalho de campo também se refletiram em outra particularidade de sua documentação: a Escola Nacional n.º 9 foi a única que trouxe documentadas, em todas as pastas, manifestações relacionadas aos indígenas, primeiros habitantes daquela região. Por outro lado, ao esvaziar os documentos de opiniões e memórias, os professores acabaram por dificultar a recuperação de seus dados biográficos, ao passo que iam ao encontro da visão tradicional de que os estudos folclóricos priorizassem a pureza e a “voz das fontes” em detrimento do pesquisador.

a) Diretora Agueda de Medela – General Conesa, Escola Nacional n.º 9

Além de professora, Agueda A. de Medela apresentou-se como a diretora da Escola de General Conesa. Ainda que seus apontamentos não forneçam pistas sobre sua trajetória pessoal, encontramos nos registros escolares futuros da Escola n.º 33 de Cipolletti, cuja documentação foi anteriormente analisada, o nome da menina Lidia Medela, de 10 anos. Matriculada no estabelecimento como aluna pagante do aluno letivo de 1927, sua mãe aparece indicada como Agueda de Medela, educadora de nacionalidade estrangeira não identificada⁶²⁶. Pela coincidência de nome e profissão, provavelmente se trata da diretora de General Conesa, de modo que essas pequenas informações iluminam parcialmente sua biografia.

Os documentos são precedidos por uma mensagem ao inspetor Deluigi, na qual informava o envio do material folclórico coletado pela equipe escolar e que seguia separado por docente. Os apontamentos de Agueda estão entre os mais bem-organizados de todo o conjunto do Río Negro. Cada registro possui um cabeçalho correspondente, contendo as informações de identificação recomendadas pelo Conselho, entre as quais o nome e a idade das testemunhas. No caso da pasta da diretora, os depoentes pareceram ser moradores da região. Ainda que a documentação esteja dedicada, na maior parte, à compilação de manifestações associadas aos *tehuelches*, Agueda procurou adotar, sempre que possível, as categorias de classificação sugeridas pelos idealizadores da *Encuesta*.

⁶²⁶ ZAIDENWERG (2013, 1), *Op. Cit.*, p. 507.

A primeira testemunha consultada pela professora foi Primo Rossi, de 65 anos. Encontramos menção a um “Don Primo de Rossi”, também de General Conesa, em um dos livros escritos pelo padre salesiano *rionegrino* Raúl Entraigas (1901-1977), autor de diversas biografias sobre personagens locais. Caso se trate do mesmo depoente de Agueda, Rossi chegou a ocupar o cargo de delegado interino na localidade⁶²⁷. Em seu relato, ele confirmou que as “tribos que povoaram essa região eram descendentes dos *tehuelches*”, enumerando seus caciques, entre os quais os irmãos Catriel, Namuncurá, Saihueque e Huincaleo, importantes líderes indígenas e personagens fundamentais durante o processo de conformação do Estado-nacional. Ainda que nem todos os citados fossem efetivamente *tehuelches*, a passagem revela a persistência dos caciques na memória social, mesmo diante das tentativas de esquecimento formal e simbólico empreendidas pelos governos centrais desde a Conquista do Deserto. Além disso, por sua idade, seria possível que Primo Rossi tivesse chegado a General Conesa no período próximo à incorporação das terras indígenas.

A testemunha entrevistada pela professora Agueda na sequência foi Dona Segundina de Rossi, de 60 anos de idade, cujo sobrenome indica parentesco com o depoente anterior. Da mesma forma que Primo, Segundina também demonstrou familiaridade e contato com os indígenas. Em sua primeira contribuição, descreveu o ritual para o banho dos *tehuelches* recém-nascidos, com o uso de amido e a entoação de cantos pela avó paterna. Na sequência, a professora Agueda fez apontamentos sobre a relação dos indígenas com a morte. Ela era entendida como natural quando em combate; caso contrário, consideravam-na resultado de um feitiço. A feitiçaria ocupava papel fundamental entre as crenças *tehuelches*. Para eles, existiam humanos capazes de se comunicar com o sobrenatural e interferir em fenômenos da vida, como as doenças⁶²⁸.

Outra cerimônia importante documentada pela professora foi o enterro. Assim como relatou o professor Augusto Valle da ilha de Choele Choel, Agueda anotou que, no momento do sepultamento, todos os pertences do falecido, com destaque para seu animal preferido, eram colocados na sepultura, acompanhados de água e mantimentos. A docente acrescentou, ainda, algumas informações sobre o velório. O corpo era velado sobre o solo, colocado em peças de couro, e iluminado por quatro velas de sebo ou lamparinas. Os parentes mantinham-se reservados, enquanto os demais membros da comunidade cantavam ou choravam junto ao cadáver.

⁶²⁷ ENTRAIGAS, Raúl A. *El ángel del Colorado*. Buenos Aires: Editorial Don Bosco, 1958, p. 24.

⁶²⁸ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 20.

Agueda prosseguiu com o relato de outra cerimônia *tehuelche* informada por Dona Segundina de Rossi, o matrimônio. Eram os pais do noivo que deveriam solicitar a mão da pretendente à sua família. Caso consentissem, ambos os parentes reuniam-se para um parlamento, a fim de aconselhar os noivos, o que chegava a durar duas horas. Para os indígenas, os parlamentos constituíam verdadeiras cerimônias diplomáticas, que costumavam se prolongar por muito tempo. No século XIX, foram comuns durante as negociações com representantes do governo, conforme narraram personagens como Lucio Victorio Mansilla⁶²⁹. Nesses encontros, os noivos vestiam-se com suas melhores roupas e adereços, enquanto exibiam os presentes dados pela tribo. Em seguida, o jovem pagava a família da noiva com uma quantia pré-estipulada, uma espécie de dote na forma de animais. Finalmente, chegava o dia da festa, quando se comia carne e se bebia álcool. Após a cerimônia, as famílias eram consideradas unidas.

A professora prosseguiu relatando a figura da *machi*, nome dado à feiticeira ou curandeira indígena. Agueda optou por classificar esse registro como um mito, em detrimento das categorias de bruxaria ou curandeirismo também existentes na esquematização da *Encuesta*. Pedro Navarro Floria contou que, entre os *mapuches*, a *machi* era considerada a principal autoridade religiosa da comunidade, vista como a intermediária entre os humanos e os espíritos. A escolhida era preparada para a função durante anos, mas essa posição também podia ser dada a um “homem afeminado”⁶³⁰. A feiticeira geralmente trabalhava a favor de causas benéficas, mas seu poder também lhe permitiria provocar o mal. Os indígenas atribuíam-lhe capacidades de cura, adivinhação, evocação ou anulação de malefícios, entre outras. As missões evangelizadoras, incluindo as jesuíticas, encontraram nessa figura um contraponto a suas tentativas de dominação espiritual, uma vez que ela gozava de grande importância para os índios⁶³¹.

Agueda detalhou com exemplos extraídos do depoimento de Dona Segundina as práticas de Viviana, antiga *machi* da região, para a cura de enfermidades. No ritual, a feiticeira vestia-se de modo apropriado e cercava-se de diversos utensílios, incluindo um facão e objetos de prata, além de preparar chás. A cerimônia poderia durar vários dias e era acompanhada por um familiar do doente. Ao término, Viviana soprava e prendia o Gualicho, causa do malefício, dentro de um vaso. No recipiente, a entidade – também descrita na Escola de Lamarque como o espírito do mal – materializava-se na forma de

⁶²⁹ MANSILLA, *Op. Cit.*, p. 26.

⁶³⁰ FLORIA & NICOLETTI, *Op. Cit.*, p. 29.

⁶³¹ *Ibidem*, p. 46.

um inseto. Em seguida, quatro homens da tribo preparavam-se para expulsá-lo dali, dando voltas pela casa munidos de lanças e aos gritos.

O relato de Dona Segundina foi complementado por uma experiência pessoal. Certa vez, sua afilhada, muito doente, consultou-se com a feiticeira, que a teria desenganado. Segundina, que nesse ponto rivalizava com Viviana, foi quem conseguiu curá-la, também se utilizando de remédios caseiros. Essa passagem, além de mostrar que não apenas os indígenas recorriam aos poderes da *machi*, revela como as práticas populares eram compartilhadas pelos sujeitos que conviviam nesse cotidiano. Agueda encerrou esse registro com a observação de que a menina havia se recuperado e de que seus filhos eram alunos daquela escola.

Em seu próximo apontamento, foi detalhado um ritual envolvendo as meninas que chegavam à puberdade, motivo de grande festa entre os índios. Após a moça ser coberta de mantas, as peles que revestiam as articulações de seus dedos eram perpassadas por ferros similares a agulhas. Na sequência, os homens matavam um cavalo, cujo coração era dado ao irmão da menina e então cravado numa lança para secar. Agueda ainda registrou outra superstição relativa à morte, mais uma vez semelhante à documentação de Lamarque. Quando a mulher morria no parto, os membros da família mudavam-se de casa, pois acreditavam que ela estivesse enfeitiçada.

A professora prosseguiu com a enumeração de uma série de procedimentos e receitas para a cura de enfermidades. Ao contrário dos demais docentes, que consideraram essas práticas como curandeirismo, Agueda classificou-a entre os conhecimentos populares, do mesmo modo que sugerido pelas instruções da *Encuesta*. Todas essas receitas utilizavam recursos da natureza para tratar de alguma doença ou trauma corriqueiros, como pelo de cachorro para mordidas, teias de aranha para hemorragia, uso de ervas, sal e gordura, entre outros⁶³².

Na sequência, a professora forneceu uma descrição bastante detalhada do mais importante ritual coletivo *mapuche*, o *camaruco*, dedicado a fazer pedidos. Essa cerimônia, por ela categorizada como uma dança, apareceu brevemente relatada na pasta do professor Augusto Valle. O registro, feito a partir do depoimento de Dona Segundina, incluiu a adoção de alguns termos em idioma indígena, como aqueles que davam nome a

⁶³² Ejemplos: “Las mordeduras de perros se curaban con pelo tostado del mismo animal, aplicado sobre las heridas”; “Para el reumatismo, mataban una potranca y después de sacarle el cuero, estando aún caliente, envolvían el enfermo en él.”; “La sangre de una herida era estancada aplicando sobre ella telas de araña”.

adereços, vestimentas e instrumentos. Além disso, foram documentados em detalhe os papéis de distintos sujeitos sociais ao longo do ritual, o que demonstra a proximidade da testemunha com a cerimônia descrita.

A pasta de Agueda encerra-se com o depoimento de uma terceira testemunha, o senhor Pascual Giorgi, antigo diretor da Escola n.º 9, de 45 anos de idade. Ainda que seu relato compreendesse informações comprováveis (por meio de um esqueleto, de documentos preservados pela escola e do próprio testemunho), a professora optou por classificá-lo como uma lenda. Esse esqueleto foi encontrado numa chácara vizinha, com seis documentos enterrados ao lado, que ofereceram alguns indícios sobre sua biografia.

Tratava-se de Guzmán Sánchez, soldado condecorado pelo Brasil, em 1869, por seu êxito na Guerra do Paraguai. Anos depois, ele foi nomeado sargento de 2ª classe e recebeu uma nova medalha, dessa vez na Argentina. Em 1874, foi expedida sua cédula de baixa. No ano seguinte, o governo argentino conferiu-lhe mais duas honrarias, outra vez graças ao serviço no Paraguai. As informações biográficas de Guzmán encerraram-se aí. Diante disso, a própria professora Agueda – mostrando conhecimento da história da região – supôs que o sargento havia chegado até General Conesa atraído pelas possibilidades oferecidas aos combatentes militares durante a Conquista do Deserto, quando possivelmente perdera a vida.

b) Professora Emma Varela – General Conesa, Escola Nacional n.º 9

A documentação reunida pela professora Emma Varela encontra-se, igualmente, muito bem-organizada. Os registros compilados tiveram como fonte um morador da região, o senhor Hermenegildo Echenique, de 67 anos. Obedecendo às instruções do Conselho, Emma elaborou, no início de cada seção, um cabeçalho com os dados dessa testemunha, incluindo os nomes de pessoas da comunidade que a conheciam (Isidoro Hueso e Marcelino Modenes). Ela também procurou seguir a classificação proposta por Juan P. Ramos e Pablo Córdoba.

De início, a professora dedicou-se a documentar algumas superstições, que incluíam animais, fenômenos da natureza e aspectos do cotidiano rural. Algumas coincidem com os registros feitos em Allen pelo casal Ana e Juan Cometta. Uma delas, por exemplo, relaciona-se à aparição de cometas, vista pelos “habitantes antigos” como sinal de guerra ou mesmo do fim do mundo. Igualmente, Emma relatou os perigos

associados à figueira, considerada amaldiçoada. O depoimento do senhor Hermenegildo reforça a hipótese de que essa crença se relacione com o texto bíblico, apropriado e ressignificado pela tradição popular. Segundo ele, houve um tempo em que as cobras possuíam asas e moravam no alto dessas árvores. Certa vez, quando passava por uma figueira, a Virgem Maria foi atacada por uma dessas serpentes, caindo do cavalo que a transportava. Por isso, ela amaldiçoou todas as cobras, que passaram a rastejar, e também a figueira, condenada a frutificar duas vezes ao ano.

Na sequência, Emma registrou cerimônias e rituais relacionados, muito possivelmente, aos indígenas. Por sua vez, em nenhum desses apontamentos, a professora fez menção a quaisquer grupos originários. Em relação aos enterros, por exemplo, acrescentou pormenores aos aspectos já documentados por outros professores, como a diferenciação dada ao sepultamento de homens e mulheres. Emma também detalhou algumas práticas de curandeirismo e novamente fez referências à crença no Gualicho. Além disso, descreveu uma cerimônia de batismo – utilizando-se desse mesmo termo cristão adotado nas instruções da *Encuesta* – e incluindo ao ritual cenas de dança e a utilização de chocalhos. Talvez, ao omitir a citação aos grupos indígenas no momento de descrever suas práticas, a professora tenha considerado natural essa vinculação.

Emma prosseguiu detalhando a regra de dois jogos populares, a taba (relacionada à sorte e ao azar) e o fósforo (de agilidade). Seu trabalho continua com a anotação de uma fábula de contornos anedóticos e fantásticos, a respeito de um ninho de pássaros construído no nariz de um *paisano*. A seguir, a professora enumerou breves adivinhações e as estrofes de dois refrãos. Um deles, mais uma vez, reproduz a imagem preconceituosa do negro que caracterizou muitas canções populares: “*El ser negro no es afrenta ni color que quite fama, el sapato negro luce en el pié de cualesquiera dama*” (“Ser negro não é vergonha nem cor que impeça a fama, o sapato negro reluz no pé de quaisquer damas”). Esses versos circularam por outros cancioneiros latino-americanos, como chilenos e equatorianos, reafirmando seus sentidos de dominação⁶³³. Por fim, a segunda estrofe compilada também pode ser encontrada em compêndios folclóricos de diferentes regiões nacionais, sendo classificada, por exemplo, como uma *copla* entre os *cordobeses*⁶³⁴.

⁶³³ CARVALHO NETO, Paulo de & SOLER, Martí. *El folklore de las luchas sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973, p. 120.

⁶³⁴ ESAÍN, Julio Viggiano. *Cancionero popular de Córdoba*; poesía tradicional (coplas). Córdoba: Dirección General de Publicaciones, 1970, p. 59.

c) Professora Ernestina Varela – General Conesa, Escola Nacional n.º 9

Ernestina Varela também se preocupou em atender à metodologia proposta pelo Conselho Nacional de Educação, incluindo a elaboração de cabeçalhos com dados das testemunhas e a obediência à categorização dos registros. Em virtude disso, são bastante escassos os indícios sobre sua biografia. Contudo, chama a atenção seu sobrenome, que pode indicar parentesco próximo com a professora Emma Varela. A documentação de Ernestina baseou-se nos depoimentos de duas testemunhas: Eleodoro Torres, senhor de 75 anos que, assim como Hermenegildo Echenique, também era conhecido por Isidoro Hueso; e Júlio Fernández, sem idade mencionada.

A compilação da professora teve início com os registros de diversas superstições, que incluem temas relativos a fenômenos naturais, plantas, animais e crenças relativas à morte e ao fim do mundo. Parte delas assume viés negativo, como sinais de falecimento e desgraça⁶³⁵. Ernestina, num dos casos, utilizou a expressão “na antiguidade” para denotar o tempo longínquo de uma crença sobre o sol, característica da atemporalidade que tradicionalmente recaía sobre as manifestações do folclore. Em outro exemplo, o conteúdo de uma superstição mais uma vez aproximou-se da tradição bíblica: a professora relatou que o Juízo Final viria acompanhado da destruição do mundo pelo fogo⁶³⁶. Ernestina prosseguiu documentando “superstições relativas a fantasmas, espíritos e duendes”, entre elas a crença, especialmente híbrida, de que as crianças que morriam sem batismo transformavam-se em duendes e voltavam para assombrar as pessoas. Ela também tratou sobre as bruxas, mulheres que podiam tomar a forma de ruidosos pássaros, causar danos e, inclusive, enfeitiçar o mate, as flores, os alimentos e os presentes dados a outras pessoas.

Em relação aos indígenas, a professora compilou informações sobre a cerimônia de casamento na “raça *tehuelche* que habitava a região”. Nessa passagem, corroborou os apontamentos feitos pela diretora Agueda sobre a compra da noiva em troca de animais. Ela acrescentou, ainda, mais detalhes sobre as bodas e relatou a ocorrência de poligamia entre os nativos. Para encerrar sua contribuição, Ernestina documentou três versos

⁶³⁵ Exemplo: “*Las palomas de Castilla no se debían crear en las casas, porque anunciaban desgracia en el hogar*”; “*La planta de ruda en la casa anunciaba desgracia en el hogar*”.

⁶³⁶ Por exemplo, em: BÍBLIA SAGRADA. II São Pedro, 3:11-13.

rimados e duas breves adivinhações. Ambos os enigmas aparecem registrados em outros compêndios latino-americanos, como na Colômbia e Venezuela⁶³⁷.

d) Professora Nicandra Ojeda – General Conesa, Escola Nacional n.º 9

Os documentos da professora Nicandra Ojeda tiveram como fonte os depoimentos de duas testemunhas, transcritos de modo alternado: Anacleta González, de 45 anos, e Fabián Torres, senhor de 67 anos que era conhecido por José López e Isidoro Hueso. A recorrência da inclusão de Isidoro entre as pessoas que conheciam os depoentes faz supor que esse homem gozasse de prestígio naquela comunidade. Ainda que não sequencialmente, Nicandra buscou seguir a classificação sugerida pelo Conselho de Educação. Há ligeira diferença entre seus cabeçalhos, ora com mais dados, ora com menos informações sobre a mesma testemunha.

Todos os refrãos e narrativas documentados pela professora foram informados por Fabián, começando por uma anedota fantástica, de tema *gauchesco*, sobre um homem que se transformava em jaguar. Na sequência, Nicandra listou uma série de versos e adivinhações, algumas compiladas pelos docentes das outras escolas do Río Negro. Já Anacleta contribuiu, inicialmente, com canções de ninar populares, que se encontram espalhadas em diversos cancioneiros hispano-americanos, desde o Cuyo argentino até o Chile, o Equador e a Guatemala, por exemplo⁶³⁸.

O senhor Fabián prosseguiu com o relato de diferentes crenças, muitas delas também coincidentes com as pastas de outros professores. Entre elas estão, por exemplo, registros sobre festas de batizado, a compra da noiva em troca de animais (sem menção, contudo, aos indígenas), outras superstições sobre a figueira, jogos e fenômenos da natureza e algumas receitas para o tratamento de animais doentes ou difíceis de domar. Seus apontamentos incluíram, ainda, crenças ligadas ao catolicismo popular, igualmente presentes em diversos países de tradição ibérica, como rogar pela proteção de Santa Bárbara durante uma grande tempestade.

Outras informações fornecidas por Anacleta González reforçaram a descrição ritualística dos enterros indígenas, ainda que sem citá-los mais uma vez. Anacleta também

⁶³⁷ Sobre a adivinhação cuja resposta é a panela, ver, por exemplo: PIQUET, Daniel. *La cultura afrovenezolana en sus escritores contemporáneos*. Caracas: Monte Avila Editores, 1982, p. 185.

⁶³⁸ Ver, entre outros exemplos, *'El pícaro sueño'*, em: VIVAR ROSALES, Ana Consuelo. *Folklore infantil de Guatemala*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala, 1973, p. 74.

testemunhou a respeito de superstições relacionadas a fantasmas, espíritos e duendes e práticas classificadas como curandeirismo e bruxaria. Entre elas, por exemplo, confirmou os registros da professora Ernestina sobre as crianças sem batismo que se tornariam duendes e das bruxas que se transformariam em pássaros. Acrescentou, ainda, a crença de que os mortos poderiam assombrar os vivos quando necessitassem de missas.

Por fim, Nicandra transcreveu algumas receitas para a cura de enfermidades em humanos e animais, utilizando ingredientes da natureza. Seus últimos registros, que intercalaram os depoimentos de ambos os depoentes, incluem exemplos de brincadeiras infantis e de jogos coletivos, como o baralho. A professora também registrou apontamentos bastante originais, descrevendo as diferenças das cerimônias fúnebres de crianças e adultos. No caso dos *angelitos*, como eram denominadas as crianças, aconteciam bailes e festas. Já a morte dos idosos era marcada pela tristeza e pelo choro.

e) Professor Ebers Villanueva – General Conesa, Escola Nacional n.º 9

Além de observar os critérios de classificação do Conselho Nacional de Educação, o professor Ebers R. Villanueva também utilizou como referência os depoimentos intercalados de Anacleto González e Fabián Torres. Muitas das superstições e cerimônias compiladas por ele apareceram registradas nos relatos feitos por essas testemunhas à professora Nicandra. Há outros casos que se assemelham, igualmente, à documentação reunida por docentes das demais escolas.

Seus apontamentos abarcaram crenças, procedimentos e superstições relacionados à cura de doenças, a fenômenos da natureza e a animais. Anacleto incluiu no depoimento a Ebers outras modalidades de jogos, como o “rato e gato”, ainda popular entre as crianças de distintas localidades. Já por meio de seu testemunho, Fabián acrescentou detalhes à crença nas aparições que voltavam para casa à procura do auxílio dos vivos. De acordo com o entrevistado, a família assombrada deveria deixar montes de feijão ou milho junto à porta, para que o espírito atormentado separasse a quantidade de grãos correspondente às missas que ele necessitasse para sua salvação.

Em relação aos costumes indígenas, o professor Ebers acompanhou as instruções do inquérito e classificou-os como conhecimentos populares, seguindo o testemunho do senhor Fabián Torres. Inicialmente, documentou a ocupação anterior da região pelos *tehuelches*, enumerando, novamente, vários caciques, alguns dos quais confundidos com

líderes *mapuches*. Na sequência, debruçou-se sobre suas cerimônias e rituais. Entre eles, descreveu os festejos de nascimento, utilizando o termo “criatura” empregado por Fabián para falar dos recém-nascidos indígenas, sem contudo adotar a terminologia cristã de batismo. Essas festas eram acompanhadas por parlamentos e muita música e dança. Ebers também tratou dos casamentos, com as trocas de animais e prendas, acrescentando a possibilidade de ajuda da tribo aos noivos sem bens e do sequestro da noiva nos matrimônios sem consentimento da família. Sua compilação terminou com o registro inédito de procedimentos adotados pelos indígenas nos casos de roubo na comunidade.

Com a leitura da pasta do professor Ebers Villanueva, encerra-se a análise da documentação remetida para a *Encuesta del Folklore de 1921* pelas escolas nacionais do Território do Río Negro. Conforme será sintetizado nas Considerações Finais, a riqueza desse conjunto reside em sua dupla função para o ofício do historiador, perseguida nesta Dissertação: sua validade tanto como objeto quanto como fonte documental. Por meio do diálogo com o pensamento nacionalista argentino da Geração do Centenário e, sobretudo, considerando-se o contexto sócio-histórico, regional e nacional, onde esses documentos foram produzidos, sua análise guiou-se pelas múltiplas dinâmicas que interagem e conformam a cultura popular. Mais ainda, além de arrematar as conexões tecidas ao longo desta pesquisa, as páginas seguintes avançarão para as omissões ou usos políticos aos quais estiveram sujeitos os resultados desse inquérito nos anos posteriores à sua realização. Com isso, almeja-se responder a algumas hipóteses acerca das intenções que nortearam esse empreendimento e, finalmente, reforçar a importância de se reabilitar o estudo do folclore pela disciplina histórica.

Considerações finais

Ya sea que la escuela ocupe un edificio fiscal moderno o un pobre rancho, llena su noble misión al amparo de nuestra bandera, que la señala desde lejos a un viajero como un oasis de cultura en las vastas soledades desiertas y le dice que en aquella casa, por modesta que sea, maestros abnegados enseñan a niños a amar a la patria y a servirla mejor, dotándolos para ello de los instrumentos de cultura del hombre civilizado.

*La enseñanza primaria en los territorios nacionales*⁶³⁹ – Artigo de Ángel Gallardo, presidente do Conselho Nacional de Educação, de março de 1920

Figura 6. Laguna Blanca: grupo de alunos cantando o hino nacional⁶⁴⁰

⁶³⁹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; GALLARDO, *Op. Cit.*, pp. 119-120.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p. 105.

Ao publicar o primeiro catálogo da *Encuesta del Folklore* em 1925, Ricardo Rojas, diretor do Instituto de Literatura Argentina da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, fez um comentário a respeito dos docentes que participaram do inquérito. Em forma de advertência, escreveu que o projeto “tomou de surpresa os professores, que não se achavam tecnicamente preparados para esse trabalho; isso torna mais digna de consideração a boa vontade e a intuição com que realizaram sua tarefa”⁶⁴¹. Apesar de não dominarem os estudos folclóricos – campo do conhecimento que, por sua vez, nem estava consolidado – os documentos dos docentes superaram a participação complacente e a simples boa vontade. Pelo contrário, suas atuações evidenciaram a complexidade e o dinamismo com que deve ser entendido o folclore.

O interesse pelo tema remonta às práticas colecionistas do Renascimento e aos “gabinetes de curiosidade” da Europa seiscentista, que traziam implícitos sentidos fortemente dominadores, sobretudo após a chegada dos europeus à América e as exposições organizadas para apresentar os espólios do Novo Mundo. O gosto pelo exótico e o apego ao passado, que se fortaleceram no Romantismo, também estiveram no cerne dos primeiros movimentos protonacionalistas, especialmente o germânico. Com isso, mais do que a atração por objetos curiosos, ganharam importância, principalmente, os aspectos intangíveis e pretensamente coesos do que se entendia como o “espírito do povo”, uma entidade metafísica que antecedia à formação político-administrativa dos Estados e que, por isso, supostamente carregava os fundamentos da nacionalidade.

Muitos estudiosos pioneiros argumentavam que as verdadeiras tradições populares repousavam entre os habitantes mais “atrasados”, “isolados” e, portanto, menos impactados pela “civilização”. Desse modo, esses sujeitos e suas práticas de cultura eram entendidos como isentos de mecanismos de ação e transformação, receptáculos de tradições antiquíssimas que preservavam intocadas, transmitindo-as para as gerações seguintes. Ao longo dos primeiros exercícios de coleta de vestígios dessa cultura tradicional, os estudiosos priorizaram os moradores do campo, menos corrompidos que os pobres das cidades pelos efeitos negativos do progresso⁶⁴², diante do grande impacto simbólico causado pelas transformações sociais da Europa, mesmo antes da Revolução Industrial, como o crescimento das cidades e da alfabetização⁶⁴³.

⁶⁴¹ ROJAS, Ricardo (org.), *Op. Cit.*

⁶⁴² CATTARUZZA, *Op. Cit.*, (E-book).

⁶⁴³ BURKE (2010, 1), *Op. Cit.*, p. 42.

Os idealizadores das primeiras metodologias para os estudos folclóricos defendiam a interferência mínima do pesquisador e desconsideravam a importância da análise crítica. Nesse sentido, interessava, tão-somente, manter o que acreditavam ser a pureza do material compilado da “boca do povo”, preferencialmente dos mais idosos e dos analfabetos. Ao mesmo tempo, compiladores célebres como os irmãos Grimm não se limitaram à coleta e interferiram diretamente sobre a natureza de seus objetos, convertendo seus sentidos da oralidade para a escrita e adaptando seu conteúdo ao gosto dos leitores da época.

Ao longo do século XIX, inicialmente na Europa, a busca pelas raízes nacionais foi perpassada pelo cientificismo positivista, que intentou aproximar o folclore dos métodos incipientes das Ciências Sociais. Por conseguinte, os primeiros estudos folclóricos enfatizaram a delimitação de procedimentos de coleta e de organização de dados. Embora o amadorismo ainda prevalecesse na maioria desses pesquisadores pioneiros, aos poucos delimitou-se uma definição para o folclore, não mais circunscrito apenas a artefatos materiais, mas principalmente preocupado com o registro de práticas entendidas como tradicionais, coletivas e transmitidas pela oralidade.

Esse âmbito simbólico incluiu, por exemplo, os costumes, as crenças, as superstições, os aspectos linguísticos, as cerimônias, as narrativas e canções populares e diversos outros elementos daquilo que passou a ser associado à ideia de *Volks*. Para além das questões literárias, históricas e estéticas, esse movimento também foi motivado por questões políticas, recebendo a atenção de estudiosos que buscaram contrapor-se a hegemonias estrangeiras sobre suas sociedades, como na Espanha e na Alemanha. Assim, a visão cristalizada do folclore como um conjunto de práticas imutáveis e conservadoras da ordem e da harmonia social que repousavam numa época de ouro foi acolhida por distintos movimentos nacionalistas. Ela aproximava-se das tentativas de construção de nacionalidades coesas e homogêneas.

Entre os espanhóis, por exemplo, os problemas econômicos, a difícil concretização da estabilidade interna diante das diferenças culturais e dos distintos interesses regionais e o sentimento de decadência política intensificado pela perda das últimas possessões coloniais na América eram atenuados pela valorização de um passado glorioso. Folcloristas como Menéndez Pidal foram responsáveis por resgatar narrativas, símbolos e heróis, a exemplo de El Cid, que remetia à luta contra os invasores mouros e aos primórdios da unificação monárquica. António Machado y Álvarez, outro importante estudioso do folclore, também foi além das preocupações epistemológicas. Ele entendia

a valorização das tradições populares como uma saída para a prostração espanhola, “através do reconhecimento de suas raízes e de sua implicação em uma obra comum”⁶⁴⁴, e reconhecia um dinamismo que estava associado ao potencial dos conhecimentos pré-científicos contidos nos saberes folclóricos.

No final do século XIX, os estudos do folclore tiveram início na Argentina com trabalhos nas áreas de Antropologia, História e Ciências Sociais, embalados pelo espírito cientificista que encontrava espaço junto aos pensadores argentinos da época. Contudo, foi principalmente a partir da segunda década do século XX que a recuperação das chamadas tradições nacionais tornou-se objeto de iniciativas e interesses políticos. Ao longo do século XIX, a imigração europeia foi defendida por governantes e pensadores liberais como um mecanismo para civilizar as massas populares, cultivar os campos e povoar as novas terras incorporadas pelo Estado-nacional após as campanhas contra os indígenas. Contudo, a grande quantidade de imigrantes que chegaram ao país provocou não somente problemas habitacionais, sanitários, de segurança pública e outras questões relacionadas à rápida expansão urbana. Ao mesmo tempo, essa profunda alteração demográfica trouxe novos atores sociais, que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho, maior participação política e acesso efetivo à cidadania.

Além disso, as modificações aceleradas na paisagem e no cotidiano produziram transformações subjetivas na sensibilidade, impulsionadas pela eclosão da Primeira Guerra Mundial e o eclipse do modelo europeu de civilização e progresso. Esse clima de tensão e mudanças contínuas provocou respostas quase imediatas. No âmbito político, o Partido Autonomista Nacional, que há anos equilibrava-se entre os ideais liberalizantes e a aliança com os interesses oligárquicos, combinando mecanismos de concessão e repressão, promoveu distensões como a reforma do sistema eleitoral, gérmen de sua própria derrota nas urnas em 1916. No que se refere à política educacional do Estado-nacional, que desde a Lei de Educação Comum de 1884 tornou-se o instrumento institucional mais poderoso para a consolidação simbólica da nação e a “homogeneização e argentinização das massas”, esse ímpeto fortaleceu-se mediante a sistematização de um projeto de educação cívica e patriótica conduzido durante a gestão de José María Ramos Mejía à frente do Conselho Nacional de Educação.

Assim, os currículos, os materiais didáticos, as celebrações e festas pátrias, os símbolos nacionais e tudo o mais que pudesse servir para normatizar a diversidade étnico-

⁶⁴⁴ BALTANÁS, *Op. Cit.*, pp. 43-44.

cultural da heterogênea sociedade argentina foram utilizados pelo CNE. O impulso maior ocorreu após as comemorações do centenário da Revolução de Maio em 1910, momento em que o ideal patriótico de Ramos Mejía pôde se internalizar de forma efetiva no cotidiano das escolas e de sua vida comunitária. Esse movimento foi acompanhado e alimentado por um grupo de pensadores que passaram a interpretar as questões nacionais a partir da busca dos valores da argentinidade, resgatando a “consciência do ser nacional”, imbuindo-se de uma missão pragmática e propondo soluções para o salvamento da nação. Em perspectiva comparada, a congregação de intelectuais de distintas vertentes em torno da Revista do Brasil, também dedicados a refletir sobre a nacionalidade, mostra-se igualmente profícua para estudos históricos futuros, com especial relevância à figura de Monteiro Lobato e seu intercâmbio cultural com pensadores da Argentina.

A exemplo de outros movimentos nacionalistas, o nacionalismo argentino da Geração do Centenário defendia que os atributos autênticos da nação repousavam nas tradições do passado e nas profundezas dos rincões do país. Seus integrantes partilhavam da crítica ao cosmopolitismo, visto como a causa da iminente desintegração social e da perda da identidade nacional, e reivindicavam o resgate das tradições e da alma argentinas. Assim, entendiam os imigrantes, com seus idiomas, valores, costumes e práticas diversificados, como um risco à estabilidade sócio-política. Pela educação escolar e a afirmação dos valores pátrios, por exemplo, objetivavam integrá-los a um projeto de nação coeso e pouco aberto à contestação.

Participando das instâncias decisórias do CNE, esses pensadores tiveram importância direta para os rumos das políticas públicas educacionais, elaborando relatórios, pareceres e outras publicações para o Conselho. Entre seus representantes principais, destacaram-se Manuel Gálvez, Ricardo Rojas e Leopoldo Lugones. Mesmo racialistas como Carlos Octávio Bunge, entusiasta da mestiçagem a partir da preponderância do elemento europeu, concordavam que a valorização das tradições nacionais ancoradas no passado, desde que devidamente selecionadas, era o imperativo que avalizaria a manutenção da estabilidade e, por conseguinte, das hegemonias ora em contestação. Portanto, se as cidades eram consideradas o ambiente do imigrante, o mundo rural tornava-se o corolário da nacionalidade ameaçada.

Na prática, o interior continuava a ser visto sob o signo do atraso e do deserto que ansiavam pela civilização. Contudo, e justamente por isso, era o lugar em que as tradições estariam melhor preservadas da contaminação cosmopolita. Tratava-se, enfim, de prosseguir com o avanço de um processo civilizatório: diante da inevitabilidade do

progresso, restava salvar os vestígios daquele “mundo em extinção”, revertendo-os em benefícios políticos concretos. Desse modo, a definição do folclore como a síntese homogênea dos aspectos mais puros e duradouros que conferem unidade à nação fez com que muitos pensadores do nacionalismo vissem nele os resíduos praticamente intocados da idealizada alma nacional. Da mesma maneira que para os estudos folclóricos predominantes na Europa, essa noção era conveniente por desconsiderar a possibilidade de qualquer interferência sobre as tradições. Dessa forma, entender suas manifestações como estanques, imunes ao tempo e ao espaço e despojadas de mecanismos de transformação significava conceber os sujeitos que com elas interagiam como igualmente desprovidos de quaisquer capacidades de ação e resistência, como interessava diante do quadro de tensões que conformava a realidade argentina. Buscava-se, com isso, a construção de um modelo social desfeito ao conflito.

Nesse contexto, a realização da *Encuesta Nacional del Folklore* em 1921 representou, até então, a mais importante iniciativa de aproximação do ensino público com o folclore, azeitada pelo pensamento nacionalista que, durante a presidência de Hipólito Yrigoyen, continuou a encontrar respaldo no CNE. Mais do que isso, quando esteve à frente da Presidência da República pela União Cívica Radical, a política de reparação institucional de Yrigoyen permeou sua concepção e seus projetos para a educação, com destaque para o fortalecimento dos sentidos cívicos e patrióticos da escola. O Poder Executivo empenhou-se em propor iniciativas e promulgar legislações específicas para o sistema educacional, com vistas à valorização da nacionalidade.

A proposta de inquérito apresentada ao Conselho pelo vogal Juan Pedro Ramos reafirmava o valor das tradições nacionais e a crítica ao cosmopolitismo. Além da dimensão política, a *Encuesta* também refletiu as preocupações metodológicas dos estudos folclóricos de sua época, representadas, por exemplo, por um pequeno manual de instruções que continha um esquema de classificação geral para as manifestações do folclore argentino. Todas as tradições compiladas precisavam respeitar alguns requisitos, entre os quais ser antigas, nacionais ou locais, transmitidas de uma geração para outra e com origem genuinamente popular. Além disso, a execução da *Encuesta* deveria ocorrer a partir das chamadas escolas Láinez, não apenas por estarem diretamente subordinadas ao CNE, mas também por sua localização estratégica segundo o pensamento nacionalista, ou seja, predominantemente nas localidades rurais. Portanto, nas regiões mais distantes e isoladas. Contudo, ainda que as escolas dos Territórios Nacionais não correspondessem

às escolas Láinez, que foram abertas segundo as demandas das províncias, elas também participaram do inquérito.

Ainda que essas concepções se filiassem ao entendimento mais difundido sobre o conceito de folclore, ele também deve ser percebido a partir de sua historicidade. Partindo-se desse viés, a leitura dos projetos, instruções e das referências utilizadas pela *Encuesta* permitiu iluminar a discussão com as intenções e abordagens próprias que serviram aos interesses de seus idealizadores e do CNE. Isso porque, mesmo naquela época, os estudos folclóricos não eram tão homogêneos como muitas pesquisas históricas que tratam do tema tendem a considerar. Autores como Álvarez y Machado, por exemplo, relativizaram a ideia de inércia e imutabilidade do folclore e do povo. O hispanismo, nesse sentido, acabou conferindo contornos específicos às intencionalidades do nacionalismo argentino, uma vez que, apesar de buscar a continuidade, conferia nuances ao tênue ideal de tradições autenticamente argentinas e atemporais.

Além disso, algumas posições adotadas pelo inquérito não foram unânimes e provocaram controvérsias mesmo entre outros pensadores contemporâneos também ligados ao CNE. Em 1925, Manuel de Ugarriza Aráoz, secretário do júri responsável pela realização do projeto, criticou a ausência de fontes da cultura letrada, das tradições rurais contemporâneas e inclusive do cosmopolitismo da sociedade argentina do presente, posicionamento que revelava a heterogeneidade de pontos de vista dos pensadores vinculados ao Conselho. Por outro lado, ainda que a delimitação conceitual da *Encuesta* realmente excluísse da coleta as manifestações urbanas, na documentação do Río Negro apareceram registros identificados a essas práticas, como o tango, por exemplo, reflexo dos mecanismos de circularidade que fazem parte do folclore. Ele também apontou problemas na metodologia e na classificação do inquérito, o que rendeu a prorrogação do prazo de coleta e demandou o envio de instruções complementares aos professores⁶⁴⁵. Finalmente, registrou que houve mesmo quem contestasse o emprego do termo *folklore*, por sua origem estrangeira⁶⁴⁶. Nas palavras de Aráoz:

As bases do concurso, ao estabelecer que o material a coletar deveria ser vernáculo, antigo, oral, anônimo e inédito, eliminaram três fontes folclóricas, a saber: as tradições conservadas nos arquivos (...), a produção rural contemporânea e toda a produção cosmopolita. O critério unilateral seguido, que fez ser negada por ser híbrida a produção das cidades – reflexo dos trabalhos de homens de origens diversas e fruto de tantos fatores que operam numa época conturbada pela transformação quase brusca dos conceitos e valores sociais –, há de privar os folcloristas do futuro de investigar

⁶⁴⁵ ESPOSITO & CROCE, *Op. Cit.*

⁶⁴⁶ *Ibidem*, *ibidem*.

esses materiais de um elemento precioso para o estudo da formação do caráter argentino.⁶⁴⁷

Entender a realidade do Território Nacional do Río Negro também corroborou as perspectivas adotadas nesta pesquisa para sua escolha como objeto de análise e, conseqüentemente, para a discussão dos registros colhidos por suas escolas. Para tanto, foi fundamental pensar a noção de escala entre o local e o processo de consolidação do Estado-nacional, apropriada de autores como Jacques Revel. Além disso, a leitura da documentação *rionegrina* considerou a relação entre as dinâmicas históricas e sociais da região e o imaginário cultural que subjazia ao cotidiano em que os relatos foram compilados. Como uma das regiões patagônicas de ocupação mais antiga, não apenas pelos indígenas, mas também pelos espanhóis, o Río Negro manteve-se como área politicamente autônoma até a década de 1880. Não obstante, sua história foi conformada por intensas interações entre os grupos e sujeitos que conviviam, combatiam ou se relacionavam naquela fronteira e zona de contato.

Após a Conquista do Deserto, muitos indígenas foram dizimados ou forçosamente incorporados, ao menos ideologicamente, à lógica homogeneizadora do Estado-nacional. Contudo, mesmo anexado ao domínio do “civilizado”, o Território continuou a ser tratado como uma região marginalizada, de difícil ocupação prática e simbólica pelo Estado, a despeito das tentativas de institucionalização e consolidação administrativa empreendidas pelos governos centrais. Sobre ele, ainda recaía o discurso de modernização do projeto liberal, que tinha o “deserto” como um entrave ao desenvolvimento nacional, e as intenções do nacionalismo emergente, em busca da tradição ameaçada pelas tensões e pressões sociais da modernização.

No que se refere à educação, embora suas escolas fossem subordinadas ao CNE, o sistema educacional caracterizava-se por altos índices de abstenção, infraestrutura precária, dificuldade em formar e atrair professores e a concorrência da Congregação Salesiana, entre muitos outros desafios. A partir de 1908, os Territórios Nacionais atraíram atenção especial do projeto patriótico de Ramos Mejía, especialmente preocupado com a argentinização daquelas populações que, além dos indígenas, eram distinguidas pela grande presença de imigrantes espanhóis, italianos, chilenos, russos e de diversas outras origens.

⁶⁴⁷ ARÁOZ apud SOARES (2015), *Op. Cit.*, p. 435.

Para a análise dos documentos compilados pela *Encuesta*, foram considerados, igualmente, as dinâmicas e mecanismos que interagem em torno das manifestações do folclore, assumido neste estudo como sinônimo de cultura popular. Entre eles estão as ideias de circularidade, criatividade e ressignificação. Conforme argumentou Chartier, enfatizou-se não a diferenciação das manifestações da cultura popular como oposição à erudita ou oficial, por exemplo, mas sim suas formas de recepção e apropriação, reconhecendo-se, ao mesmo tempo, os discursos hegemônicos que atuam sobre elas.

Ao mesmo tempo, as concepções de Carlo Ginzburg e, principalmente, a de circularidade de Mikhail Bakhtin foram fundamentais para romper, por exemplo, com o binômio oralidade *versus* escrita e valorizar as trocas e múltiplas interações às quais o folclore está sujeito, ainda que a linguagem oral seja predominante nessas práticas de cultura. O conceito de imaginário foi igualmente considerado, sobretudo por sua longa duração e por se caracterizar como um conjunto de atitudes e repertórios heterogêneos, mas que nem por isso tornam-se incoerentes; uma estrutura intrincada, que se transforma lentamente, porém de maneira constante.

Finalmente, mostrou-se fundamental admitir a existência de margens de negociação simbólicas possíveis por parte daqueles que atuaram na realização do inquérito, em especial os professores. Assim, por um lado, não se deve ignorar que as práticas da oralidade, muitas das quais próprias do universo da cultura popular, são marcadas por distorções que incluem desde sua apreensão pelos processos da escrita até a persistência de estruturas de dominação em suas manifestações, como sustentou Carlo Ginzburg. No entanto, da mesma forma como ponderou o historiador italiano, se elas não podem ser assumidas de modo ingênuo ou desprovido de criticidade, nem por isso devem ser menosprezadas como fontes históricas. Nesse sentido, reconhece-se que, no espaço de recepção em que os docentes puderam transitar ao longo da realização do inquérito, eles atuaram como intermediários e atores da cultura popular, ou seja, dela se apropriaram e com ela interagiram, ainda que representassem o CNE ou incorporassem outras formas culturais em seus discursos e atitudes. Esse protagonismo ganhava relevante força naquele contexto de fronteira, onde os mecanismos de institucionalização do Estado-nacional eram restritos. Recuperando Giovanni Levi:

Na verdade, a incoerência entre as normas, a ambiguidade das linguagens, a incompreensão entre grupos sociais ou simples indivíduos, a ampla inércia ditada pela preferência por um estado habitual ou pelos custos que derivam de escolhas feitas em condições de extrema incerteza não são obstáculos que nos

impeçam de considerar esta sociedade como sendo ativa e consciente em cada uma de suas partes, nem de vermos seu sistema social como o resultado da interação entre comportamentos e decisões assumidos no âmbito de uma racionalidade plena embora limitada.⁶⁴⁸

Em outras palavras, é certo que as práticas da cultura popular são permeadas pelas tensões e contradições dos contextos sociais nos quais se desenvolvem. Há tentativas constantes de manipulá-las, estigmatizá-las, naturalizá-las e idealizá-las, de acordo com os sentidos pretendidos pelas estruturas e poderes hegemônicos que sobre elas exercem constante pressão. Ambientes como o da fronteira interior incorporada politicamente pelo Estado-nacional argentino estiveram permanentemente sujeitos a eles. Essas relações de poder não eram somente verticais, entre CNE e escolas, diretores e professores e professores e comunidades, por exemplo. Eram também horizontais, como no caso da competição existente entre os estabelecimentos escolares e os próprios docentes, que concorriam pelo primeiro lugar. Contudo, mesmo diante dessas limitações, foi possível conservar, em maior ou menor grau, a capacidade de criação de modos de resistência. Por conseguinte, as dinâmicas de mediação desenvolviam-se nos interstícios das instâncias reais e simbólicas de domínio, uma vez que as hegemonias nunca se concretizam plenamente na prática. A imagem idílica do mundo rural imerso na estabilidade do passado escondia a complexidade de suas práticas socioculturais e servia para reforçar os sentidos de dominação do presente.

Em síntese, a leitura da documentação reunida tanto por entrevistas quanto por repertórios e fontes pessoais deve partir do reconhecimento das possibilidades oferecidas pelas fronteiras simbólicas de negociação existentes entre a proposta formal e a realidade da *Encuesta*. Em seus meandros, os professores puderam eleger estratégias de participação. Também subverteram sentidos pré-determinados, fazendo escolhas e selecionando os materiais que lhes parecessem mais pertinentes, acrescentando opiniões e juízos, omitindo informações ou recuperando suas histórias de vidas. Ao mesmo tempo, puderam distanciar-se ou aproximar-se das amarras esquemáticas do inquérito, propondo novas abordagens, reafirmando discursos, trilhando caminhos alternativos, recorrendo a memórias pessoais e coletivas. Enfim, legaram ao presente perspectivas valiosas sobre as dinâmicas culturais do Río Negro, que em muito têm a contribuir com o desenvolvimento epistemológico dos estudos folclóricos.

⁶⁴⁸ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*, p. 46.

Dessa forma, os documentos do inquérito *rionegrino* serviram para reforçar as complexas práticas que dão forma à cultura. Nesse contexto, “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam.”⁶⁴⁹ Depoimentos como os do diretor Eusébio e do professor Jerónimo, por exemplo, ambos da Escola de Lamarque, registraram a maciça presença de imigrantes na conformação demográfica da pequena comarca de 3.500 habitantes, uma proporção ao redor de 80% e que incluía uma diversidade de origens, dos espanhóis aos turcos. O Censo realizado no Território por aqueles anos corroborou essa estatística, além de mostrar o rápido crescimento da população urbana no Río Negro.

Ainda que suas tradições tenham sido consideradas, a anulação do papel social do *gaucho* e, sobretudo, do indígena, perpetrada desde a segunda metade do século XIX, estava intimamente vinculada à certeza, e desejo, de que o inexorável progresso seria naturalmente a causa de seu desaparecimento. Assim, nas instruções da *Encuesta*, se por um lado Juan P. Ramos admitia que as práticas nativas deveriam estar compreendidas entre as tradições nacionais, igualmente afirmava ser necessário salvar o que ainda restava de grupos como os araucanos, fadados ao fim pelo “afluxo da civilização e do cosmopolitismo”. Da mesma forma o Martín Fierro de José Hernández era apropriado por autores como Leopoldo Lugones, interessado tão-somente em valorizar sua existência idealizada num passado já extinto ou em processo de extinção, neutralizando quaisquer resquícios de rebeldia ou contestação.

Apesar do extermínio físico empreendido a partir da Conquista do Deserto, o presente mostra que muitas comunidades originárias ainda resistem e lutam por sua autodeterminação e sobrevivência étnico-social na Argentina, mesmo diante de um contexto marcado pela opressão do Estado e do sistema econômico⁶⁵⁰. De todo o modo, a profusão de referências aos *mapuches*, *tehuelches* e mesmo a caciques *ranqueles* na documentação colhida pela *Encuesta* no Río Negro serviu para reafirmar a vitalidade, persistência e capacidade de ressignificação de suas culturas, inclusive frente à realidade de trocas assimétricas e violentas que caracterizaram aquela região fronteiriça. Igualmente, a despeito da invisibilização perpetrada, por exemplo, pelos censos oficiais,

⁶⁴⁹ PRATT, *Op. Cit.*, pp. 30-31.

⁶⁵⁰ Ver, por exemplo: “Comunidades mapuches y tehuelches recuerdan: ‘tenemos derechos y los vamos a ejercer’”. Diario Crónica, Comodoro Rivadavia, Chubut, 24 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.diariocronica.com.ar/150537-comunidades-mapuches-y-tehuelches-recuerdan-tenemos-derechos-y-los-vamos-a-ejercer.html>.

autoras como Cielo Zaidenweg, Beatriz García e Mirta Teobaldo, ao se debruçarem sobre a questão educacional *rionegrina*, mostraram a permanência de sua representatividade demográfica.

Três das cinco escolas que participaram do inquérito no Território – em Lamarque, Cipolletti e General Conesa – reportaram registros sobre as práticas indígenas. A documentação do professor Augusto Valle, por exemplo, embora perpassada por juízos negativos de valor, evidenciou não apenas a riqueza e a complexidade daqueles sistemas, mas também sua transformação e interação ante o repertório *criollo* e *gauchesco*. Também reveladoras são as citações sobre os negros. Ainda que em número reduzido, somente em Contralmirante Cordero não houve menções a eles, ou seja, no que se refere à quantidade de escolas, eles foram mais citados do que os próprios indígenas. Não obstante, embora essa presença se contraponha à ideia de seu desaparecimento da sociedade argentina, esses registros trouxeram à luz a carga altamente excludente e preconceituosa com que eram, e ainda são vistos⁶⁵¹, os afrodescendentes no país.

Desse modo, os diferentes materiais compilados pela *Encuesta del Folklore* no Río Negro demonstraram a força dos mecanismos de inter-relação entre sujeitos que, por séculos, conviveram, confrontaram-se e conformaram aquele tecido sociocultural, não apenas os professores, mas também as testemunhas referenciadas por aqueles que consultaram os moradores da região ou recorreram às recordações de terceiros. *A priori*, muitos relatos pareceram harmonizar-se às perspectivas nacionalistas inerentes ao CNE e ao projeto de Juan P. Ramos, em especial pela vitalidade do substrato *gauchesco* e a persistência do elemento hispânico, inclusive do romanceiro espanhol. Esse fenômeno verificou-se, por exemplo, pela coleta de canções populares com temática medieval.

No entanto, a verificação da recorrência dessas manifestações em cancioneros de diferentes regiões ibéricas e latino-americanas, algumas com variações, outras idênticas, demonstrou quão fluida e tênue pode ser a ideia de originalidade das tradições nacionais, contradizendo os discursos ideológicos que pretendiam preservar a inexistente pureza da cultura popular e ocultar a presença dos imigrantes, muitos dos quais espanhóis pobres. Na *Encuesta*, aqueles registros surgiram ressignificados por variadas referências e contextos, da religiosidade católica aos costumes indígenas, das práticas rurais às urbanas, da crença nos espíritos à feitiçaria e à medicina natural. Subverteram, inclusive, visões

⁶⁵¹ Ver, por exemplo: TUCHIN, Florencia. “Los afro-argentinos y el racismo que perdura”. Perfil, Buenos Aires, 28 de março de 2015. Disponível em: <http://www.perfil.com/elobservador/Los-afro--argentinos-y-el-racismo-que-perdura-20150328-0036.html>.

idealizadas pelo nacionalismo sobre o *gaucho*, muitas delas reafirmando sua condição marginal, como nos apontamentos negativos feitos por Augusto Valle.

Para o Conselho de Educação, resgatar o folclore, essência da consciência do ser nacional, retroalimentava e homogeneizava a nacionalidade, reafirmando hegemonias. Contudo, conforme foi amplamente discutido ao longo desta Dissertação, no momento em que o inquérito foi realizado, a relação entre o CNE e as escolas do Río Negro era de debilidade e distanciamento, conformados por quase três décadas de ausências e conflitos. Esse aspecto também não pode ser desconsiderado ao se pensar as formas e estratégias assumidas pelos docentes e diretores daqueles estabelecimentos, em sua grande maioria profissionais procedentes de outras regiões do país.

Nesse sentido, a biografia de personagens como Martha Verón de Mora, diretora de Contralmirante Cordero, ilustrou como as práticas educacionais no Território ainda se ancoravam mais na dedicação de figuras pioneiras do que na efetiva preocupação e atuação sistemática do Estado. A educação na região convivia com interesses de corporações religiosas e das lideranças locais, que supriam a ausência de políticas públicas e muitas vezes faziam valer seus interesses particulares. A infraestrutura deficitária e a dificuldade de atração de docentes também eram problemas importantes que, na realização da *Encuesta*, evidenciaram-se pela ausência de empatia e de pertencimento de muitos professores com relação à realidade à sua volta.

Muitos não seguiram as instruções do Conselho Nacional de Educação, talvez por mal reconhecerem sua autoridade, e optaram por registrar recordações e repertórios pessoais, a despeito dos esforços de normatização que parecem ter sido ao menos recomendados pela maioria dos diretores. Por conseguinte, aqueles docentes chegaram a assumir o testemunho dos relatos, mesmo os que afirmaram que pouco tinham com que contribuir diante da substancial imigração na região. Augusto Valle, por exemplo, que foi acusado de “estrangeirizador” poucos anos antes, mostrou-se um crítico de práticas e características regionais que considerava atrasadas e selvagens, afastando-se da idealização das tradições nacionais valorizadas pelo nacionalismo.

Outros, mais familiarizados com as estruturas burocráticas do Estado, como os professores da Escola de General Conesa, procuraram respeitar as regras do CNE, tanto metodológica quanto conceitualmente. Ao se aproximarem dos habitantes da região, foram responsáveis por legar valiosas manifestações colhidas da realidade *rionegrina*, evitando resumir seus trabalhos a memórias e tradições de outros lugares ou perpassá-los de juízos de valor. Todavia, nem por isso perderam o protagonismo da mediação, uma

vez que escolheram suas testemunhas, selecionaram as categorias e registros mais convenientes e converteram os depoimentos para a escrita.

Além disso, muitos documentos revelaram indícios prosopográficos, deslocamentos físicos e subjetivos, relações de parentesco entre os docentes, variados graus de instrução e distintos locais de origem, dados que aclararam o entendimento sobre as dinâmicas de circulação e circularidade inerentes à cultura popular e à posição do intermediário cultural. Assim, os registros escaparam à circunscrição geográfica do Território do Río Negro e abarcaram apontamentos sobre Corrientes, Entre Ríos, Buenos Aires e Neuquén, por exemplo. Houve mesmo mediadores estrangeiros, como sugeriram os vestígios documentais sobre a biografia de Agueda de Medela, diretora de Conesa.

No que diz respeito à ideia de circularidade, os materiais da professora M. Vittune, de Contralmirante Cordero, mostraram que a cultura popular não se resume apenas à linguagem oral, mas que também textos escritos podem fazer parte de seus repertórios, como no caso do Martín Fierro que ela escolheu compilar. Ao mesmo tempo, o poema oitocentista de Rafael Obligado, que utilizou como enredo a lenda do *payador* Santos Vega, personagem que foi tema para muitos outros autores, evidenciou como a literatura igualmente assimila temáticas oriundas das tradições folclóricas. A Bíblia, outra referência constante em muitos registros da *Encuesta*, talvez seja o exemplo mais emblemático dessa circularidade: teologicamente, foi revelada aos homens, que sob a inspiração do Espírito Santo falaram em nome de Deus⁶⁵² e, a partir disso, tornou-se escritura. No inquérito, em outra inversão de linguagem, suas passagens foram reapropriadas e transformadas novamente em narrativas orais, como nas superstições sobre a figueira, o Juízo Final e a Virgem Maria, por exemplo.

Do ponto de vista jurisdicional, a *Encuesta* abarcou mais de 4 mil escolas e 500 mil alunos subordinados ao Conselho Nacional de Educação⁶⁵³. Após sua conclusão, os milhares de documentos compilados foram remetidos para o Instituto de Literatura Argentina e deram origem a 11 tomos, classificados por províncias, Territórios e em ordem alfabética de autores, sob a supervisão de Ricardo Rojas, como mencionado anteriormente. Nos anos seguintes, seria célebre a disputa entre Rojas e Juan Alfonso Carrizo (1895-1957), eminente folclorista argentino, que discutiram se a contribuição maior da documentação do inquérito teria sido por sua importância literária ou folclórica. De todo o modo, mesmo que Ricardo Rojas tenha justificado seus critérios controversos

⁶⁵² Ver: BÍBLIA SAGRADA. II Timóteo, 3:16; II São Pedro, 1:21.

⁶⁵³ CATTARUZZA, *Op. Cit.*, (E-book).

de catalogação do material como um facilitador para a utilização da documentação por pesquisadores, somente em 1941, ou seja, duas décadas após a *Encuesta*, Ismael Moya (1900-1991) – professor de Letras e seu discípulo na UBA – publicou seu *Romancero*:

(...) a primeira e mais ambiciosa das publicações feitas no marco do projeto cultural desenhado por Ricardo Rojas na Universidade de Buenos Aires, a medida em que, pela primeira vez, apresenta-se de maneira sistemática uma seleção dos materiais recolhidos na *Encuesta* folclórica de 1921.⁶⁵⁴

Nesse ínterim, ainda na década de 1920, o mercado fonográfico popularizou a chamada “música rural tradicional argentina”⁶⁵⁵, entre a qual estavam incluídos partituras e registros do *gato* e da *vidalita*, gêneros que apareceram nos documentos reunidos pelo inquérito no Río Negro. Assim, a cultura popular aproximava-se do mercado, fenômeno que se tornaria intenso ao longo do século XX. Já no ambiente acadêmico, despontaram nas universidades algumas cátedras e museus dedicados aos estudos folclóricos e foram lançados diversos cancioneros regionais, muitos deles sob a responsabilidade de estudiosos como Carrizo, Orestes di Lullio (1898-1983) e Draghi Lucero (1895-1994), cujas obras foram utilizadas nos esforços comparativos empreendidos nesta Dissertação.

Em relação às políticas públicas, em 1938 foi criada a Comissão Nacional de Museus e de Monumentos e Lugares Históricos, que determinou a adoção de denominações folclóricas ou tradicionais nas estações de trem que fossem inauguradas ou trocassem de nome⁶⁵⁶, decisão emblemática quando se considera o papel simbólico que a ferrovia exercia desde a conformação do Estado-nacional argentino. Quanto ao Conselho Nacional de Educação, o folclore tornou-se lugar-comum nas comemorações cívicas, especialmente nos cantos escolares e durante as aulas de música⁶⁵⁷. Finalmente, trabalhos como o de Diana Quattrocchi-Woisson e José Luis Beired demonstraram como os revisionistas iriam propor novas formas de se pensar a nacionalidade, principalmente após a década de 1930. Partindo de aspectos presentes em pensadores do nacionalismo da Geração do Centenário, esse movimento avançaria e recuperaria a imagem de Juan Manuel de Rosas, exaltando ainda mais o retorno à era de ouro em que supostamente imperavam a ordem, a estabilidade e a soberania política e econômica.

⁶⁵⁴ BENTIVEGNA, Diego. “Acervo y polémica: tensiones y disputas en torno a la legitimación de la literatura tradicional en cancioneros populares argentinos (1920-1950)”. *RÉTOR*, 3 (2), pp. 149-167, 2013, p. 157.

⁶⁵⁵ CATTARUZZA, *Op. Cit.* (E-book).

⁶⁵⁶ *Ibidem*, (E-book).

⁶⁵⁷ *Ibidem*, (E-book).

No entanto, por muitos anos, os registros coletados em 1921 não parecem ter resultado em iniciativas concretas e sistematizadas no âmbito escolar que condissessem com o ambicioso projeto do CNE. Assim, o inquérito pode ter servido mais para alimentar e difundir a retórica do nacionalismo, que rapidamente se radicalizaria e se fortaleceria politicamente, do que para promover mudanças ou acréscimos concretos no currículo ou nos programas das escolas, por exemplo. Aliás, os obstáculos para a consecução do ímpeto de argentinização das massas, ao menos no Território do Río Negro, parecem ter sido antes as dificuldades de consolidação institucional do Estado-nacional do que a carência de novos símbolos que atendessem a esse fim.

Apenas em junho de 1939, ou seja, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, um novo impulso de fortalecimento dos sentimentos patrióticos levou a Comissão de Didática a defender a proteção e a difusão do folclore nacional⁶⁵⁸. Para isso, autorizou a elaboração de uma Antologia Folclórica Argentina, com base na seleção das peças de maior valor e das mais adequadas para o ensino primário entre os registros da *Encuesta* de 1921. A obra deveria ser encaminhada às escolas – “os veículos mais diretos para transmitir ao povo os elementos característicos que perfilam a personalidade do país”⁶⁵⁹ – como material útil e seletivo para os professores. Em 1940, o Editorial Kraft de Buenos Aires publicou seus dois volumes, em versões distintas para crianças e adultos.

Nesse mesmo ano, o CNE aprovou a realização de uma nova compilação do material folclórico nacional, a ser mais uma vez executada pelos docentes das escolas mantidas pelo órgão, tanto nas províncias quanto nos Territórios. O projeto inicial também contou com instruções complementares para a coleta dos registros. Para efeito de divulgação, encomendou-se a impressão de 20 mil exemplares, enviados para os estabelecimentos de ensino. Na década de 1940, ainda seriam realizadas duas *encuestas* sobre regionalismos da fala⁶⁶⁰. Além disso, em 1949, o Conselho Nacional de Educação recomendou a adoção da obra *Cancionero Tradicional Argentino*, “selecionada para uso das crianças por Juan Alfonso Carrizo, da Comissão de Folclore e Nativismo”⁶⁶¹.

Se, na década de 1920, a imigração e o cosmopolitismo estiveram no centro das justificativas para a efetivação do esforço tão amplo e complexo que foi o inquérito, a

⁶⁵⁸ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; FIORANI, Maria Cristina et al. *Curso de Folklore Argentino* – Síntesis de la labor realizada por el Consejo Nacional de Educación a partir de 1921 hasta 1960. In: El Monitor de la Educación Común. Buenos Aires, setembro de 1960, p. 54.

⁶⁵⁹ Ibidem, p. 55.

⁶⁶⁰ Ibidem, pp. 64 e 70.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 73.

eclosão da Segunda Guerra Mundial e as novas configurações políticas e sociais internas novamente impulsionaram a reapropriação do folclore pelos discursos nacionalistas, ressignificados pelas necessidades do presente. A discussão sobre o mérito, as intencionalidades e o contexto histórico que ampararam a realização desses outros inquéritos, também capitaneados pelo Conselho a partir de temáticas folclóricas, escapa aos limites e objetivos deste estudo. Não obstante, para além do uso tardio e limitado dos documentos resultantes da *Encuesta*, é importante problematizar outras possíveis motivações para a realização desse tipo de levantamento.

Assim, o inquérito de 1921 pode ter servido, também, como instrumento para reafirmar o poder centralizador e normatizador do Estado-nacional e do projeto político-ideológico daqueles que compartilhavam de suas instâncias decisórias, no caso, em especial, os pensadores e dirigentes identificados ao nacionalismo. Essa dimensão mostra-se notadamente relevante em momentos de instabilidade política e de intensas disputas sociais como as primeiras décadas do século XX na Argentina, quando a demonstração de coesão e unidade fazia-se ainda mais necessária. Esse mesmo entendimento aplica-se ao contexto de realização da *Encuesta* de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial. O ano coincidiu com a criação da Ação Argentina, de que participaram membros da UCR como o ex-presidente Marcelo Torcuato de Alvear (1868-1942), a fim de defender a entrada do país no confronto ao lado dos Aliados, ao passo que havia grupos nacionalistas advogando pela neutralidade do governo ou até simpatizando com o Eixo⁶⁶².

Nesse jogo de representações, efetivar a mobilização demandada pela realização de grandes censos e inquéritos nacionais, mediante concepções simbólicas previamente estabelecidas, pode ser mais significativo para os poderes hegemônicos do que a própria utilização de seus resultados. Em outras palavras, além de um meio para o levantamento de dados, a concretização de um inquérito pode igualmente ser vista como um fim, o que abre novas hipóteses e caminhos investigativos. Recuperando mais uma vez Chartier, “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”⁶⁶³. Por conseguinte, considerando que sua “problemática central é o ordenamento, logo a hierarquização da própria estrutura

⁶⁶² Ver: SENKMAN, Leonardo. “El nacionalismo y el campo liberal argentinos ante el neutralismo: 1939-1943”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 6, n.º 1, América Latina y la Segunda Guerra Mundial (I), Tel Aviv University, 1995.

⁶⁶³ CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

social”⁶⁶⁴, refletir sobre os inquéritos a partir desse conceito contribui para reforçar as intenções, alcances e limites de seus sentidos de dominação.

Dessa maneira, cabe recuperar uma preocupação epistemológica essencial da disciplina histórica, a da crítica documental, mais precisamente, nas palavras do medievalista francês Jacques Le Goff, “a crítica do documento, qualquer que ele seja, enquanto monumento”. Nesse sentido, ele deve ser entendido como “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Problemática extremamente válida para os objetivos e os resultados de um inquérito como aquele que procurou reunir as manifestações culturais argentinas a partir da relação entre o entendimento político das tradições nacionais e a resposta devolvida por seus intermediários culturais, o “documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinadas imagens de si próprias”. Ao historiador, compete, pois, “demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”⁶⁶⁵.

Em última análise, muitos dos registros produzidos pela *Encuesta* no Río Negro articulavam-se a práticas culturais que escapavam às elucubrações que sustentaram previamente sua realização. Dessa maneira, sua utilização pelo CNE, considerando-se, além do mais, o volume dos milhares de documentos reunidos e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas escolas nacionais nos Territórios, demandaria esforços possivelmente até maiores do que sua própria compilação. Talvez não tenha sido por acaso que, a despeito da velocidade com que os trabalhos foram executados, o primeiro lugar conferido ao docente vencedor do concurso de melhor contribuição para o inquérito tenha demorado mais de duas décadas para ser anunciado: somente em 1945, já com 57 anos, Luís Gerónimo Lucero, professor da província de San Luís e compilador de impressionantes 500 fólios, finalmente recebeu sua merecida medalha de ouro⁶⁶⁶.

São Paulo (SP) – Brasil, setembro de 2016

⁶⁶⁴ Idem. “O Mundo como Representação”. Estudos Avançados, v. 5, n.º 11, 1991, p. 186.

⁶⁶⁵ LE GOFF, *Op. Cit.*, pp. 535-538.

⁶⁶⁶ MIGLIOZZI, *Op. Cit.*, pp. 7-11.

Referências

Fontes

ANAI DA LEGISLAÇÃO ARGENTINA. Lei de Educação Comum, sancionada em 26 de junho de 1884 e promulgada em 8 de julho de 1884. Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/normas/5421.pdf>.

ARGENTINA. *Constitución de la Confederación Argentina de 1853*. Disponível em: <http://www.bcnbib.gov.ar/Archivos-Historicos/14/Constitucion.html>.

_____. *Primer Censo de la Republica Argentina* – verificado en los días 15, 16 e 17 de Septiembre de 1869. Buenos Aires: Imprensa del Porvenir, 1872.

_____. *Segundo Censo Nacional de la Republica Argentina*, Tomo II, *Población*. Buenos Aires: Tipografia da Penitenciária Nacional, 1898.

_____. *Tercer Censo Nacional*, Tomo II, *Población*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916.

BERGLIAFFA, Mercedes Pérez. “Condenados al museo”. Diário Clarín – Revista de Cultura. Buenos Aires, 17 de junho de 2014. Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/arte/Condenados-museo_0_1156684361.html.

BÍBLIA. Bíblia sagrada (versão católica e em Língua Portuguesa). Disponível em: <http://www.bibliacatolica.com.br>.

CÂMARA DE DEPUTADOS DA NAÇÃO ARGENTINA. Projeto de Lei 2.419-D-2007. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/proyxml/expediente.asp?fundamentos=si&numexp=2419-D-2007>.

COLECCIÓN DE FOLKLORE DE 1921. Planificación y ejecución de la recolección de materiales de folklore: Consejo Nacional de Educación. Río Negro, rollo n.º 059, carpetas n.º 1-20. [Microfilmes das 20 pastas reunidas no então Território Nacional do Río Negro, em 1921. Disponíveis para consulta *in loco* na Biblioteca Juan Alfonso Carrizo do Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, Buenos Aires].

COLECCIÓN FERNÁNDEZ RIVERO DE FOTOGRAFIA ANTIGA

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. Carta do Folclore Brasileiro. Salvador, Bahia, 16 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>.

CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 215 de 13 de agosto de 1867.

_____. Lei n.º 947 de 5 de outubro 1878.

_____. Lei n.º 954 de 11 de outubro 1878.

_____. Lei n.º 1.532 de 16 de outubro de 1884.

_____. Lei n.º 4.144 de 22 de novembro de 1902.

_____. Lei n.º 4.878 de 17 de outubro de 1905.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Cincuentenario de la Ley 1420, v. 2, 1938.

_____. El Monitor de la Educación Común. Edições 532-524, Buenos Aires, 1917.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; BERRUTTI, José J. *Escuela y democracia. Patria y escuela*. El Monitor de la Educación Común, n.º 528. Buenos Aires, 31 de dezembro de 1916.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; FIORANI, Maria Cristina et al. *Curso de Folklore Argentino* – Síntesis de la labor realizada por el Consejo Nacional de Educación a partir de 1921 hasta 1960. In: El Monitor de la Educación Común. Buenos Aires, setembro de 1960.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; GALLARDO, Ángel. *La enseñanza primaria en los territorios nacionales*. El Monitor de la Educación Común, ano 38, n.º 569. Buenos Aires, 31 de maio de 1920.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; RAMOS, Juan Pedro. “Proyecto del vocal del Consejo Nacional de Educación Dr. Juan P. Ramos”. In: *Folklore Argentino*. Buenos Aires: Conselho Nacional de Educação, 1921.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; RAMOS, Juan Pedro; CÓRDOBA, Pablo A. “Instrucciones a los maestros para el mejor cumplimiento de la resolución adoptada pelo H. Consejo sobre Folklore Argentino”. El Monitor de la Educación Común, Consejo Nacional de Educación, año 39, n.º 580, Buenos Aires, 30 de abril de 1921.

DIÁRIO CRÓNICA. “Comunidades mapuches y tehuelches recuerdan: ‘tenemos derechos y los vamos a ejercer’”. *Diário Crónica*, Comodoro Rivadavia, Chubut, 24 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.diariocronica.com.ar/150537-comunidades-mapuches-y-tehuelches-recuerdan-tenemos-derechos-y-los-vamos-a-ejercer.html>.

DIÁRIO RÍO NEGRO. “La 25, una escuela centenaria”. *Diário Río Negro*. Río Negro, Sociedade, p. 37, 5 de julho de 2009. Disponível em: <http://www1.rionegro.com.ar/diario/2009/07/05/1246759229224.php#>.

INDEC. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. Disponível em: http://www.indec.gov.ar/nivel2_default.asp?seccion=P&id_tema=2.

KOPP, Juan José. “Colonia de la Isla de Choele Choel. Choele-Choel, Fray Luis Beltrán, Lamarque y Pomona. Gobernación del Territorio del Río Negro. Años de 1900 a 1939.” Disponível em:

http://archive.org/stream/ColoniaDeLaIslaDelChoeleChoel/ColoniaDeLaIslaDelChoeleChoel_djvu.txt.

LA ESTRELLA DE CHILE, Edições 444-466. [s.l.]: El Independiente, 1876.

MORANDO, Héctor Pérez. “A 100 años del ferrocarril Cipolletti-Barda del Medio”. *Diário Río Negro*. Río Negro, 25 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.rionegro.com.ar/diario/a-100-anos-del-ferrocarril-cipolletti-barda-del-medio-399654-9708-nota.aspx>.

MUNICIPALIDAD DE CENTENARIO. História de Centenário. Disponível em: <http://centenario.gov.ar/historia-de-centenario>.

MUNICIPALIDAD DE CONTRALMIRANTE CORDERO. Carta Orgânica (2011). Disponível em: [http://www.fiscaldemesa.com.ar/archivos/cartasorganicas/rionegro/Carta_Organica_Contralmirante_Cordero_\(Rio_Negro\)_2011.pdf](http://www.fiscaldemesa.com.ar/archivos/cartasorganicas/rionegro/Carta_Organica_Contralmirante_Cordero_(Rio_Negro)_2011.pdf).

MUNICIPALIDAD DE SAN CARLOS DE BARILOCHE. Dados Históricos da Cidade (2002). Disponível em: http://www.bariloche.gov.ar/upload/SECRETARIA%20DE%20TURISMO/3695_Datos%20Historicos.pdf.

MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UNIVERSIDADE DE LA PLATA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Paris, 15 de novembro de 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>.

_____. “Tango, patrimônio imaterial da humanidade”. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?RL=00258>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. 23ª edição. 2014.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Artigo “La zamacueca en el teatro”. *El Mercurio*, Valparaíso, 19 de fevereiro de 1842.

_____. Artigo no jornal “El Progreso”, de 27 de setembro de 1844. In: PALERMO, Vicente. *La alegría y la pasión: Relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada*. Madri: Katz, 2015.

_____. Carta de Sarmiento a Bartolomé Mitre de 20 de setembro de 1861. Disponível em: <http://www.educ.ar/sitios/educar/recursos/ver?id=128655>.

_____. Carta de Sarmiento a Bartolomé Mitre, 24 de setembro de 1861. In: PALERMO, Vicente. *La alegría y la pasión: Relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada*. Madri: Katz, 2015.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo, n.º 5, dezembro de 1950.

TUCHIN, Florencia. “Los afro-argentinos y el racismo que perdura”. Perfil, Buenos Aires, 28 de março de 2015. Disponível em: <http://www.perfil.com/elobservador/Los-afro--argentinos-y-el-racismo-que-perdura-20150328-0036.html>.

UNIVERSIDADE DE WASHINGTON. *Pan-Hispanic Ballad Project*, Seattle (EUA). Disponível em: <https://depts.washington.edu/hisprom/optional/balladaction.php?igrh=0126>.

Bibliografia

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALBERDI, Juan B. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina*. Fundação Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2011.

ANAYA, Mario M. *Filosofía política de la educación en América Latina*. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México, 1993.

ARGERI, María E. *De guerreros a delincuentes: la desarticulación de las jefaturas indígenas y el poder judicial*. Norpatagonia, 1880-1930. Madri: Editorial CSIC, 2005.

ASHMAN, Gordon Ashman & BENNETT, Gillian Bennett. “Charlotte Sophia Burne: Shropshire Folklorist, First Woman President of the Folklore Society, and First Woman Editor of Folklore”. Londres: Folklore Society Journal, v. 111, 2000.

BALTANÁS, Enrique. “Los orígenes de la escuela popular de sabiduría superior: la idea de pueblo en Antonio Machado y Álvarez”. In: SOTERAS, Jordi D. *Hoy es siempre todavía: Curso internacional sobre Antonio Machado*. Sevilla: Renacimiento, 2006.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2005.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

BARRERA, José Carlos Bermejo. *Introducción a la historia teórica*. Madri: Ediciones Akal, 2009.

BARRERA, Rosita. *El folklore en la educación*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1997.

BECCO, Horacio Jorge & CÁLCENA, Carlos Dellepiane. *El Gaucho*: documentação, iconografia. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978.

- BECKHÄUSER, Alberto (Frei). *Os Santos na liturgia*, testemunhas de Cristo. São Paulo: Vozes, 2013.
- BEIRED, José Luiz B. *Sob o signo da nova ordem – intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche: siglo XIX y XX*. Santiago: LOM, 2000.
- BENTIVEGNA, Diego. “Acervo y polémica: tensiones y disputas en torno a la legitimación de la literatura tradicional en cancioneros populares argentinos (1920-1950)”. *RÉTOR*, 3 (2), pp. 149-167, 2013.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina (volume III) – da Independência a 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BLACKBURN, Inés Dölz & AGOSÍN, Marjorie. *Violeta Parra, o La expresión inefable*. Santiago: Planeta, 1992.
- BONI, Valdete & QUARESMA, Silvia J. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n.º 1 (3), janeiro-julho/2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Cancionero popular de Corrientes*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1999.
- BUGALLO, Rubén Pérez. “La décima espinela en la Argentina. Áreas de dispersión y grado de vigencia”. *Revista Internacional Música del Sur*, n.º 2, Granada, 1996.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- _____. *Hibridismo cultural*. Madri: Ediciones AKAL, 2010.
- CALDERON, Mario. *El gran libro de las adivinanzas*. Cidade do México: Quarzo, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Cidade do México: Grijalbo, 1990.
- _____. *Antiguos Cantos Populares Argentinos*. Buenos Aires: Librería y Editorial La Facultad, 1925.
- CARRIZO, Juan Alfonso. *Cancionero popular de La Rioja*, Volume 1. Buenos Aires: A. Baiocco & Cía., 1942.
- _____. *Cancionero popular de La Rioja*, Volume 2. Tucumán: Universidade Nacional, 1942.

- _____. *Cancionero popular de Santiago de Estero*. Tucumán: Universidade Nacional, 1940.
- _____. *Cantares tradicionales del Tucumán (antología) de los cancioneros de Catamarca, Salta, Jujuy, Tucumán y La Rioja*. Buenos Aires: A. Baiocco & Cía., 1939.
- CARVALHO NETO, Paulo de & SOLER, Martí. *El folklore de las luchas sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.
- CASAMIQUELA, Rodolfo. *Un nuevo panorama etnológico del área pampeana y patagónica adyacente*. Santiago: Ediciones del Museo Nacional de Historia Natural, 1969.
- CATTARUZZA, Alejandro. *Los usos del pasado. La historia y la política argentinas en discusión 1910-1945*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, E-book.
- CHÁ, Ercilia Moreno. "Documental folklórico de la Provincia de La Pampa". Buenos Aires: Fonema, 1975.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. "“Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.º 16, 1995.
- _____. "O Mundo como Representação". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n.º 11, 1991.
- CIPINIUK, Alberto. *A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CORTÈS, Francesc & ESTEVE, Josep-Joaquim. *Músicas en tiempos de guerra: Cancionero (1503-1939)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2013 (E-book).
- DARWIN, Charles. *The Voyage of the Beagle*. New York: Sheba Blake Publishing, 2015, E-book.
- DE ARAGÓN, Juan José Jiménez (pseudônimo de Dámaso Sangorrín). *Cancionero aragonés: canciones de jota antiguas y populares en Aragón*. Zaragoza: La Académica, 1925.
- DE LEÓN, Pedro Cieza. *Crónica del Perú, el señorío de los incas*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- DE MIGUEL, Gonzalo Capellán. *La España armónica: el proyecto del krausismo español para una sociedad en conflicto*. Madri: Biblioteca Nueva, 2006.
- DEVOTO, Fernando J. “Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- _____. Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna – una historia, Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- DÍAZ-MAROTO, Francisco Mendoza. *Antología de romances orales recogidos en la provincia de Albacete*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 1990.
- DI LULLIO, Orestes. *Cancionero popular de Santiago del Estero*. Buenos Aires: A. Baiocco & Cía., 1940.
- DIONISIO, Angela Paiva. “A organização textual-interativa das adivinhas”. In: MOURA, Denilda (org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999.
- DOBRY, Edgardo. “Panamericanismo, hispanidad, nacionalismo argentino: dos escenas”. IX Congreso Argentino de Hispanistas “El Hispanismo ante el Bicentenario”. La Plata, 27-30 de abril de 2010.
- DUPEY, Ana María & PODUJE, María Inés. *Narrar identidades y memorias sociales: estructura, procesos y contextos de la narrativa folklórica*. La Pampa: Departamento de Investigaciones Culturales de la Subsecretaría de Cultura.
- ENTRAIGAS, Raúl A. *El ángel del Colorado*. Buenos Aires: Editorial Don Bosco, 1958.
- ESAÍN, Julio Viggiano. *Cancionero popular de Córdoba; poesía tradicional (coplas)*. Córdoba: Dirección General de Publicaciones, 1970.
- ESPINOSA, Aurelio M. *Cuentos populares de Castilla y León*, tomo II. Madri: CSIC, 1997.
- ESPINOSA, Lara. “O conceito de cultura em Bauman”. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, Vol. VII Nº 3 - setembro/dezembro de 2005.
- ESPOSITO, Fabio & DI CROCE, Ely. “Un archivo del folklore nacional: la Encuesta de Magisterio de 1921”. VI Jornadas Internacionales de Filología y Lingüística y Primeras de Crítica Genética “Las lenguas del archivo”. La Plata, 7 a 9 de agosto de 2013.
- ESTALA, Pedro. *Colección de poetas españoles*, Volume 5. Madri: Imprenta Real, 1786.
- FERGUNSON, Raquel H. *Laforgue y Lugones: dos poetas de la luna*. Madri: Tamesis, 1981.

- FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERREIRA, Leticia. "Proyecto de Microfilmación de la Colección de Folklore de 1921". Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano.
- FLORIA, Pedro Navarro. "El salvaje y su tratamiento en el discurso político argentino sobre la frontera sur, 1853-1879". *Revista de Indias*, vol. 61, n.º 222, 2001.
- FLORIA, Pedro Navarro & NICOLETTI, María Andrea. *Río Negro, mil voces en una historia*. Neuquén: Manuscritos Libros, 2001, p 14.
- FUENTE, Ariel de la. *Children of Facundo: Caudillo and Gaucho Insurgency during the Argentine State-Formation Process (La Rioja, 1853-1870)*. Durham; Londres: Duke University Press, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- FURT, Jorge M. *Cancionero popular rio-platense – Lírica Gauchesca, Volume 1*. Buenos Aires: Coni, 1923.
- _____. *Cancionero popular rio-platense – Lírica Gauchesca, Volume 2*. Buenos Aires: Coni, 1925.
- GALLARDO, Ángel. *Memorias para mis hijos y mis nietos*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1982.
- GÁLVEZ, Manuel. *El Diario de Gabriel Quiroga – opiniones sobre la vida argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2001.
- _____. *El santito de la todería: la vida perfecta de Ceferino Namuncurá*. Buenos Aires: Poblet, 1947.
- GARCÍA, A. Beatriz & TEOBALDO, Mirta. "Estado y sociedad civil en la conformación y desarrollo del sistema educativo en el territorio nacional de Río Negro (1884-1945)". In: PUIGGRÓS, Adriana (org.). *La Educación en las Provincias y Territorios Nacionales (1885-1945)*. Buenos Aires: Galerna, 1993.
- GIAVANNONI, Néida & PODUJE, María Inés. "Cuentos y leyendas de La Pampa". La Pampa: Fondo Editorial Pampeano, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- GRAU, Carlos Garatea. *El problema del cambio lingüístico en Ramón Menéndez Pidal: el individuo, las tradiciones y la historia*. Tübinga: Gunter Narr Verlag, 2005.

- GREJO, Camila Bueno. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920) [online]*. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. “Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: Um Ensaio”. *Revista Mare Nostrum, Laboratório de Estudos do Império Romano - Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo*, v. 1, 2010.
- GUEVARA, Dário. *Presencia del Ecuador en sus cantares*. Quito: Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1954.
- GUIDO, Carla Rey de & GUIDO, Walter. *Cancionero rio-platense (1880-1925)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1989.
- HERNÁNDEZ, José. *El Gaucho Martín Fierro*. Albany: State University of New York Press, 1967.
- HERRERA-SOBEK, María (org.). *Celebrating Latino Folklore: An Encyclopedia of Cultural Traditions*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2012.
- HILL, David. “Sturm und Drang”. In: MURRAY, Christopher John (org.). *Encyclopedia of the Romantic Era, 1760-1850, Volume 2*. Londres: Taylor & Francis, 2004.
- HOFFENBERG, H. L. *Nineteenth-century South America in Photographs*. New York: Dover, 1982.
- KANELLOS, Nicolás (org.). *Handbook of Hispanic Culture-Literature in the United States*. Houston: Arte Publico Press, 1994.
- LACARRA, María Eugénia. “La utilización del Cid de Menéndez Pidal en la ideología militar franquista”. Artigo disponível em: http://www.ideologiesandliterature.org/docs/journals/journals_v1_n12_05.pdf.
- LARDONE, Lilia. *Nunca escupas para arriba: coplas cordobesas*. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- LEHMANN-NITSCHKE, Robert. *Santos Vega*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciências, 1917.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Marinús Pires de. *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia. Preparação de Inquéritos, Recolha de Dados, Tratamento da Informação, Métodos e Técnicas, Sondagens e Entrevistas*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- LÓPEZ, Antonio J. & PALOMARES, Antonio M. “Gerald Brenan y la lírica popular. Dos canciones romance inéditas”. *Gazeta de Antropología*, 1992, 9, artículo 17.

- LOYOLA, Margot & CÁDIZ, Osvaldo. *La cueca: danza de la vida y de la muerte*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2010.
- LUCERO, Juan Draghi. *Cancionero popular cuyuano*. Mendoza: Best Hermanos, 1938.
- LUGONES, Leopoldo. *El payador*. Barcelona: Linkgua digital, 2013.
- MACIEL, Fabrício. “Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica”. In: SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora UFMG, 2006.
- MANDRINI, Raúl (org.). *Vivir entre dos mundos. Las fronteras del sur de la Argentina. Siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006.
- MANSILLA, Lucio Victorio. *Una excursión a los indios ranqueles*. Buenos Aires: Emecé, 1989.
- MARÍN, Francisco Rodríguez. *Cantos populares españoles, recogidos, ordenados e ilustrados*, Volume 2. Madri: Ediciones Atlas, 1951.
- _____. *Cantos populares españoles: v. 2*. Madri: Ediciones Atlas, [s.d.].
- MARTIN, Francisco Alvira. *La encuesta: una perspectiva general metodológica*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011.
- MASES, Enrique Hugo. *Estado y cuestión indígena – El destino final de los indios sometidos en el sur del territorio (1878-1910)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2002.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- MIGLIOZZI, María T. C. “Luis Gerónimo Lucero: su aporte a la investigación folclórica de San Luis”. (2005). Disponible em: <http://biblioteca.sanluis.gov.ar/Publicaciones/LUIS%20GERONIMO%20LUCERO-%20SEGUNDA%20PARTE.pdf>.
- MITRE, Bartolomé. *Armonías de la Pampa*. Barcelona: Linkgua digital, 2012.
- MOLDES, Beatriz & ENTRAIGAS, Jorge. “La población del Territorio Nacional del Río Negro. Un aporte al conocimiento de sus principales características demográficas (1884-1955)”. IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Huerta Grande, Córdoba, 2007.
- MORANDO, Héctor Pérez. “A 100 años del ferrocarril Cipolletti-Barda del Medio”. *Diário Río Negro*. Río Negro, 25 de julho de 2010. Disponible em: <http://www.rionegro.com.ar/diario/a-100-anos-del-ferrocarril-cipolletti-barda-del-medio-399654-9708-nota.aspx>. Acessado em: 20 de setembro de 2015.
- MOYA, Ismael. *Romancero*, Volume 1. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1941.

- MUSTERS, George Chaworth. *Vida entre los patagones*. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1964.
- NAJAR, Carlos. *História da literatura brasileira: da carta de Caminha aos contemporâneos*. Palhoça: Unisul, 2014.
- NICOLETTI, María Andrea. “El camino a los altares: Ceferino Namuncurá y la construcción de la santidad”. Revista TEFROS, v. 7, n.º 1-2, dezembro de 2009.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e história: as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru: EDUSC, 2004.
- OBLIGADO, Rafael. *Poesías completas*. Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina, 1963.
- ORTIZ, Renato. *Cultura popular, românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d’Água, 1992.
- _____. “Durkheim: Arquitecto e Herói Fundador”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, nº 11, Rio de Janeiro, outubro de 1989.
- OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino: orden, progreso y organización social*. Buenos Aires: Planeta Argentina, 1997.
- _____. “Reflexiones sobre la formación del estado y la construcción de la sociedad argentina”. Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales, vol. XXI, 1982, Janeiro-Março: Buenos Aires.
- PALACIOS, Ariel. *Os argentinos*. São Paulo: Contexto, 2013 (E-book).
- PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- PELÁEZ, Júlio Fernández. *Historia de Maipú*, Mendoza. [s.l.]: [s.n.], 1961.
- PICOTTI, Dina. “La presencia africana: resistencia y creatividad”. In: BIAGINI, Hugo E.; ROIG, Arturo A. *El pensamiento alternativo en la Argentina del siglo XX – Tomo I: Identidad, utopía, integración (1900-1930)*. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- PINEAU, Pablo (org.). *A cien años de la Ley Láinez*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 2007.
- _____. *Historia y política de la educación argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2010.
- PIQUET, Daniel. *La cultura afrovenezolana en sus escritores contemporáneos*. Caracas: Monte Avila Editores, 1982.
- PLATH, Oreste. *Folclor chileno*. Santiago: Editorial Grijalbo, 1994.

- PRATT, Mary L. *Os olhos do Império: relatos de viagem e de transculturação*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- PUIGGRÓS, Adriana (org.). *Historia de la educación argentina*. Sociedad civil y estado en los orígenes del sistema educativo argentino. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1991.
- PULFER, Darío. “Presentación”. In: ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista de Ricardo Rojas*. La Plata: UNIPE, 2010.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria – historia y política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995.
- QUEIJA, Berta Ares & GRUZINSKI, Serge (org.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1997.
- QUIJADA, Mónica. “Repensando la frontera sur Argentina: Concepto, contenido, continuidades y discontinuidades (siglos XVIII-XIX)”. *Revista de Indias*, vol. 62, n.º 224, 2003.
- RAMOS MEJÍA, José María. *La Escuela Argentina en el Centenario*. Buenos Aires: Conselho Nacional de Educação, 1909.
- _____. *Las multitudes argentinas*. Barcelona: Linkgua digital, 2014.
- RATTO, Silvia. “El frustrado proyecto de avance territorial del estado nacional entre 1869 y 1872.” *Memoria americana*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n.º 19-1, jun. 2011.
- _____. “Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo”. *Memoria Americana*, n.º 13, 2005.
- REVEL, Jacques. “Prefácio”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n.º 45, set./dez. 2010.
- RODRIGUES, Ana Márcia L. “A teoria dos arquivos e a gestão de documentos”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.11, n.1, pp. 102-117, jan./abr. 2006.
- RODRÍGUEZ, Lidia. “La educación de adultos en la Argentina”. In: PUIGGRÓS, Adriana (org.). *Historia de la educación argentina*. Sociedad civil y estado en los orígenes del sistema educativo argentino. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1991.

- ROJAS, Oscar Aleuy. *Memorial de la Patagonia*. Santiago: RIL Editores, 2012.
- ROJAS, Ricardo. *Introducción*. In: ROJAS, Ricardo (org.). *Catálogo de la Colección de Folklore donada por el Consejo Nacional de Educación*. Sección de Folklore. Tercera serie. Tomo 1. N° 1. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1925.
- _____. *Catálogo de la Colección de Folklore donada por el Consejo Nacional de Educación*. Sección de Folklore. Tercera serie. Tomo 3. N° 7. Río Negro. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1930.
- _____. *La restauración nacionalista*. La Plata: UNIPE, 2010.
- ROMANO, Eduardo. “Una aproximación a la(s) lectura(s) del Martín Fierro”. In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Villa María: Eduvim, 2010.
- ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- ROMERO, Luis Alberto. *Breve História Contemporânea da Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012 (E-book).
- RUFFINI, Martha. “Estado y política agraria en la frontera sur argentina: el territorio nacional de Río Negro (1916-1930)”. *Estudios Fronterizos*, v. 10, n.º 19, janeiro-junho de 2009, pp. 85-118.
- RUIZ, Pedro Guerrero & VALERO, Amando López. *Poesía popular murciana*. Murcia: EDITUM, 1996.
- SALDÍVAR, Saúl Domínguez. *La Zamba: Historia, Autores y Letras*. Buenos Aires: Imaginador, 1998.
- SARASOLA, Carlos. *Nuestros paisanos los indios*. Buenos Aires: Emecé, 1992.
- SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.
- SARMIENTO, Domingo. *Facundo, ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- _____. *Viajes por Europa, África y América 1845-1*. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/70551.pdf>.
- SCHNABEL, Doris R. *El pastor poeta: Fernando de Herrera y la tradición lírica pastoril en el primer siglo áureo*. Kassel: Edition Reichenberger, 1996.
- SCHWARTZ, Jorge. *Fervor das vanguardas. Arte e literatura na América Latina*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

- SENKMAN, Leonardo. “El nacionalismo y el campo liberal argentinos ante el neutralismo: 1939-1943”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 6, n.º 1, América Latina y la Segunda Guerra Mundial (I), Tel Aviv University, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SHAW, Enrique E.; BORGARELLO, Esther Susana; JUÁREZ, Centeno Carlos. “La Revista Derecho, Historia y Letras de Estanislao S. Zeballos y la construcción de la identidad nacional: una mirada desde la gran guerra”. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.
- SMITH, Verity. *Encyclopedia of Latin American Literature*. Londres: Routledge, 1997.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. *A Semear horizontes. Leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. “A Revue des Deux Mondes e a formação da nação argentina: projeções e apropriações culturais e políticas”. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.
- _____. “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”. In: JUNQUEIRA, Mary A. & Franco, Stella M. S. (org.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa: Cultura e Política nas Américas*, volume II. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo; Humanitas, 2011.
- _____. “Monteiro Lobato, Juan P. Ramos e o papel dos inquéritos folclóricos na formação cultural e política da nação”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n.º 56, 2015.
- UNIVERSIDAD DE SAN CARLOS DE GUATEMALA. *Tradiciones de Guatemala*. Guatemala: Centro de Estudios Folklóricos, 2001.
- VALDÉS, Ildefonso Pereda. *Cancionero popular uruguayo*. Montevideo: Editorial Florensa & Lafon, 1947.
- VILLARROYA, Isabel S. “La Belle Époque de la Economía Argentina. 1875-1913”. *Revista Acciones e Investigaciones Sociales*, Universidade de Zaragoza, n.º 23, janeiro de 2007.
- VIVAR ROSALES, Ana Consuelo. *Folklore infantil de Guatemala*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala, 1973.

WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650–1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZAIDENWERG, Cielo. *La ‘argentinización’ de los Territorios Nacionales a través de la educación formal e informal: Estudio de caso Río Negro (1908-1930)*. Tese de Doutorado em História da Universidade de Barcelona. Universitat de Barcelona: Barcelona, 2013.

_____. “Amar, honrar y servir la Patria. La escuelas del Territorio Rionegrino y su aporte a la obra argentinizadora en el Sur (1908-1930)”. Páginas – Revista Digital de la Escuela de Historia. Ano 5, n.º 9, Rosário, 2013.

_____. “Un proyecto ‘argentinizador’. Educación y efemérides en la región patagónica y rionegrina”; *História Unisinos*. 17(3):237-247, setembro/dezembro de 2013.

_____. “Celebrando la patria en la gobernación norpatagónica de Río Negro (1908-1930)”. *Naveg@merica, Revista Electrónica* editada por la Asociación Española de Americanistas. 2014, n.º 12, pp. 7-8.

ZIERER, Adriana. “Significados medievais da maçã: fruto proibido, fonte do conhecimento, ilha Paradisiaca”. *Revista Mirabilia* 01, dezembro de 2001.

ZINNY, Eduardo F. S. *Integración del folklore argentino*. Buenos Aires: Editorial Stilcograf, 1968.

ZONANA, Víctor Gustavo. “La urna (1911) de Enrique Banchs: un cancionero argentino del siglo XX”. *Letras*, 65-66 (2012). Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/urna-enrique-banchs-cancionero-argentino.pdf>.